



**Banco
Interamericano de
Desenvolvimento**

INT e INTAL

Informe MERCOSUL N° 19
Segundo semestre 2013
Primeiro semestre 2014

NOTAS TÉCNICAS
IDB-TN-719

Setor de Integração e
Comércio (INT)
Instituto para a Integração da
América Latina e do Caribe
(INTAL)

Janeiro 2015



informe MERCOSUL

Período
Segundo semestre 2013
Primeiro semestre 2014



BID

Setor de Integração e Comércio
Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe

Informe MERCOSUL N° 19

**Segundo semestre 2013
Primeiro semestre 2014**

**Setor de Integração e Comércio (INT)
Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe
(INTAL)**



Banco Interamericano de Desenvolvimento

2015

Catálogo na fonte fornecida pela
Biblioteca Felipe Herrera do
Banco Interamericano de Desenvolvimento

Informe MERCOSUL No. 19: segundo semestre 2013-primeiro semestre 2014 / BID-INTAL.
p. cm. — (Nota técnica do BID; 719)

Inclui referências bibliográficas.

1. Southern Cone of South America—Commerce. 2. Southern Cone of South America—Foreign economic relations. 3. International trade. I. Banco Interamericano de Desarrollo. Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe. II. Série.

IDB-TN-719

Códigos JEL: E; E23; E3; E6; F; F1; F2; F3; F4; F5; F53; H54; O; O1; O11; O13; O2; O3; O54

Palavras Clave: Macroeconomics and Monetary Economics; Production; Prices, Business Fluctuations, and Cycles; Macroeconomic Policy, Macroeconomic Aspects of Public Finance, and General Outlook; International Economics; Trade; International Factor Movements and International Business; - International Finance; Macroeconomic Aspects of International Trade and Finance; International Relations and International Political Economy; International Agreements and Observance; International Organizations; Infrastructures; Other Public Investment and Capital Stock

<http://www.iadb.org>

As opiniões expressas nesta publicação são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a posição do Banco Interamericano de Desenvolvimento, de seu Conselho de Administração, ou dos países que eles representam.

O uso não autorizado para fins comerciais de documentos do Banco é proibido e pode ser punido no âmbito das políticas do Banco e/ou das leis aplicáveis.

Copyright © 2015 Banco Interamericano de Desenvolvimento. Todos os direitos reservados. Pode ser livremente reproduzido para fins não comerciais.

BID-INTAL, Esmeralda 130, andares 11 e 16 (C1035ABD), Buenos Aires, Argentina

pubintal@iadb.org <http://www.iadb.org/intal>

COORDENAÇÃO EDITORIAL e EDIÇÃO

Julieta S. Tarquini

APRESENTAÇÃO

Desde 1996, o Instituto para a Integração da América Latina e o Caribe do BID (BID-INTAL) tem publicado a edição anual do *Informe MERCOSUL*, a fim de documentar os aspectos mais importantes do desenvolvimento econômico e comercial desta entidade regional, efetuando um levantamento organizado dos principais aspectos de sua evolução durante o período do estudo.

Este *Informe N° 19* abrange o período compreendido entre o segundo semestre de 2013 e o primeiro semestre de 2014, e, da mesma forma que os precedentes, inscreve-se dentro de um âmbito mais amplo de atividades realizadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que visam a analisar e fortalecer os processos de integração regional e multilateral da América Latina e o Caribe, como o do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), criado pelo Tratado de Assunção e subscrito em 1991, apresentado nesta oportunidade.

A escolha de temas e abordagens foi realizada levando em consideração o interesse nesta publicação compartilhado por um público amplo e variado, incluindo acadêmicos, funcionários governamentais, o setor privado e a sociedade civil em geral, e manifestado ao longo de todos estes anos. O Informe inicia necessariamente com uma visão sobre o cenário internacional e a situação macroeconômica que serve de contexto para as decisões e para os resultados observados durante o período em análise, revisando a evolução e as características dos fluxos comerciais e do investimento estrangeiro direto, bem como os aspectos mais evidentes da evolução institucional e das negociações comerciais, e as relações externas do Acordo com terceiros.

A produção deste Informe é responsabilidade dos diferentes autores que contribuíram para sua elaboração. Os dois primeiros capítulos foram produzidos no INTAL por Rosario Campos, Romina Gayá e Kathia Michalczewsky. A versão inicial dos capítulos III, IV e V foi elaborada por uma equipe de consultores liderada por Ricardo Rozemberg, junto com Adrián Makuc e Gustavo Svarzman. A direção geral do Informe de trabalho foi responsabilidade de

Gustavo Beliz, Diretor do Instituto, e a coordenação editorial foi de Alejandro Ramos, Economista *Sênior* de Integração, com apoio de Rosario Campos. Maurício Mesquita Moreira forneceu valiosos comentários para uma versão preliminar.

A elaboração deste Informe faz parte do programa de trabalho do Setor de Integração e Comércio (INT) do BID, cuja gerência é conduzida por Antoni Estevadeordal.

Assim como em edições anteriores, sobre as quais os leitores realizaram comentários e sugestões valiosos, reitera-se o convite a enviarem observações e opiniões para pubintal@iadb.org. Esta colaboração permitirá melhorar o alcance e o conteúdo do trabalho.

GLOSSÁRIO DE ABREVIACÕES E SIGLAS UTILIZADAS

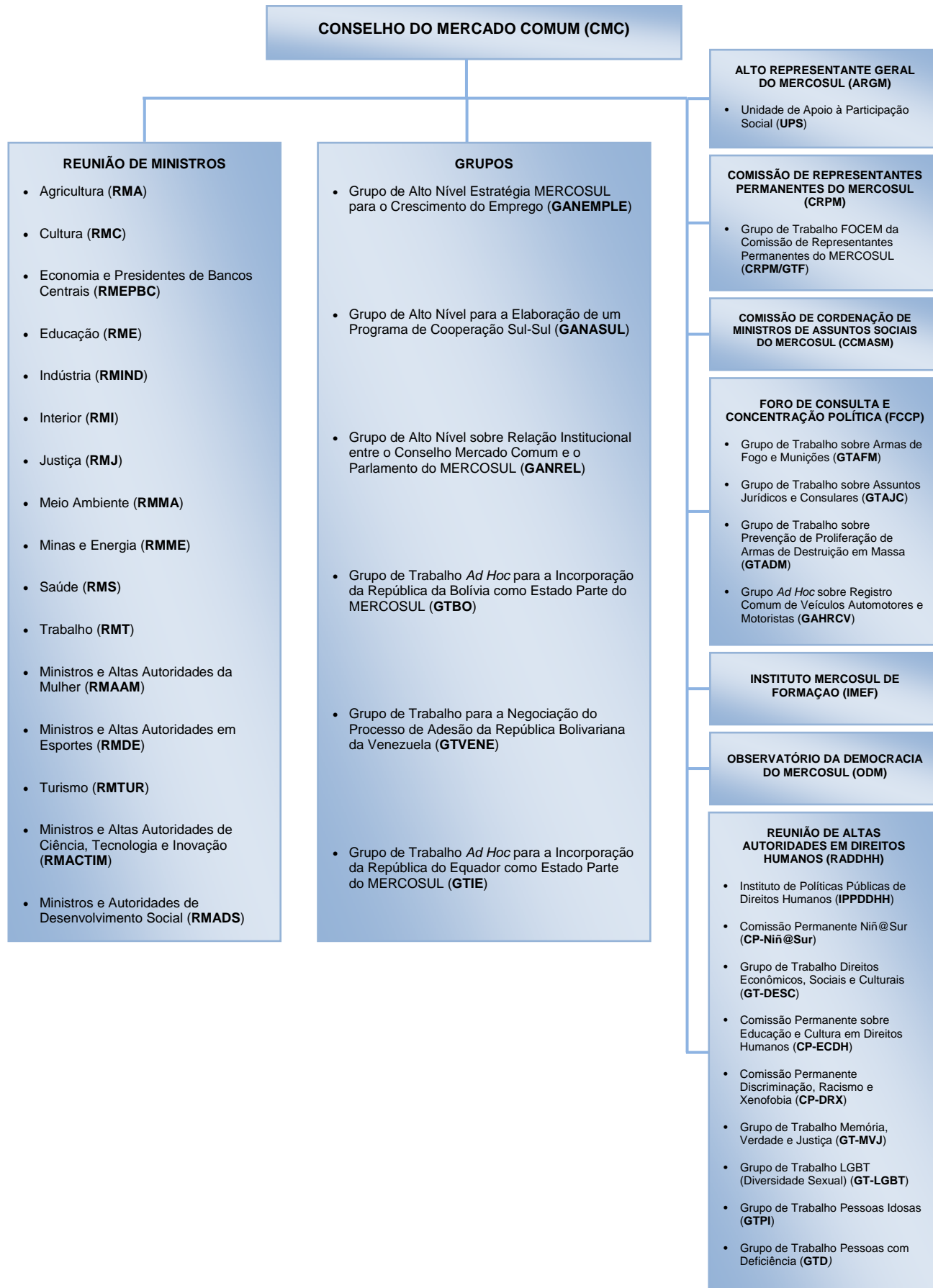
ABDI	Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
ACE	Acordo de Complementação Econômica
AECID	Agência Espanhola de Cooperação Internacional
AFC	Acordo sobre Facilitação do Comércio
AFIP	Administração Federal da Receita Pública (Argentina)
AIAF	Ano Internacional da Agricultura Familiar
ALADI	Associação Latino-americana de Integração
ALBA	<i>Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América</i>
ANCAP	<i>Administración Nacional de Combustibles, Alcohol y Portland</i> (Uruguai)
ANSES	Administração Nacional da Previdência Social (Argentina)
AP	Aliança do Pacífico
APEC	Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico
ASEAN	<i>Association of Southeast Asian Nations</i>
BCB	Banco Central do Brasil
BCB	Banco Central da Bolívia
BCP	Banco Central do Paraguai
BCRA	Banco Central da República Argentina
BCU	Banco Central do Uruguai
BCV	Banco Central da Venezuela
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIT	Bens de informática e telecomunicações
BK	Bens de capital
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CA-FOCEM	Conselho de Administração do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL
CAFOPYME	Conselho de Administração do Fundo MERCOSUL de Apoio às Pequenas e Médias Empresas
CAN	Comunidade Andina de Nações
CARICOM	<i>Caribbean Community</i>
CEFIR	Centro de Formação para a Integração Regional
CEOMA	Comitê Executivo de Operações de Mercado Aberto
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIF	<i>Cost, Insurance and Freight</i>
CIPE	Comitê Técnico de Integração Produtiva–Setor Eólico

CMC	Conselho do Mercado Comum
CNB	Comitê de Negociações Birregionais
COMTRADE	<i>Commodity Trade Statistics Database</i> (Base de dados estatísticos das Nações Unidas sobre o comércio de mercadorias)
COPOM	Comitê de Política Monetária
CPB	Departamento Holandês de Análise de Política Econômica
CRPM	Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL
CUCI	Classificação Uniforme para o Comércio Internacional
DataINTAL	Estatísticas e Indicadores de Comercio Exterior, elaborados por INTAL
Dec.	Decisão
DGEEC	Direção Geral de Estatísticas, Pesquisas e Recenseamentos (Paraguai)
DJAI	Declaração Juramentada Antecipada de Importação
EUA	Estados Unidos da América
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FINPRO	<i>Fondo para la Revolución Industrial Productiva</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOB	<i>Free on Board</i>
FOCEM	Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL
FOCEM Auto	Adensamento e Complementação Automotiva no Âmbito do MERCOSUL
FPTur	Fundo de Promoção do Turismo do MERCOSUL
FUNCEX	Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior
GAHBK/BIT	Grupo <i>Ad Hoc</i> para bens de capital e bens de informática e telecomunicações
GAHPAM	Grupo <i>Ad Hoc</i> para a elaboração e implementação da Patente MERCOSUL
GAIM	Grupo de Análise Institucional do MERCOSUL
GAN	Grupo de Alto Nível
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
GIP	Grupo de Integração Produtiva do MERCOSUL
GMC	Grupo do Mercado Comum
i.a.	Interanual
IED	Investimento Estrangeiro Direto
INDEC	Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (Argentina)
INE	<i>Instituto Nacional de Estadística</i>
INTAL	Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe
INTrade	Sistema de Informação sobre Integração e Comércio
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
IP	Integração produtiva

IPC	Índice de Preços ao Consumidor
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPCNu	Índice de Preços ao Consumidor Nacional Urbano
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IRAGRO	Imposto de Renda das Atividades Agropecuárias
IVA	Imposto sobre o Valor Agregado
LEBAC	Letras do Banco Central (Argentina)
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MERCOSUL-4	4 sócios fundadores do MERCOSUL
MFP	Mecanismo de Fortalecimento Produtivo do MERCOSUL
MPMEs	Micro, Pequenas e Médias Empresas
MOA	Manufaturas de Origem Agropecuária
MOI	Manufaturas de Origem Industrial
NANDINA	Nomenclatura Comum Andina
NCM	Nomenclatura Comum do MERCOSUL
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
OPEP	Organização de Países Exportadores de Petróleo
ORPIP	Observatório Regional Permanente sobre Integração
OSD	Órgão de Solução de Diferenças
PAB	Protocolo de Adesão do Estado Plurinacional da Bolívia
PD	Países Desenvolvidos
PDVSA	<i>Petróleos de Venezuela Sociedad Anónima</i>
PED	Países em Desenvolvimento
PETROCARIBE	<i>Acuerdo de Cooperación Energética PETROCARIBE</i>
PIB	Produto Interno Bruto
PIP	Programa de Integração Produtiva do MERCOSUL
PMA	Países Menos Adelantados
p.p	pontos percentuais
PPT	Presidência <i>Pro Tempore</i>
PMEs	Pequenas e Médias Empresas
RAPIM	Reunião de Autoridades sobre Povos Indígenas do MERCOSUL
RCEP	<i>Regional Comprehensive Economic Partnership</i>
REAF	Reunião Especializada de Agricultura Familiar do MERCOSUL
RECS	Reunião Especializada de Comunicação Social

REPETRO	Regime aduaneiro especial de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural
Res.	Resolução
RG	Resolução Geral
SACU	<i>South African Customs Union</i>
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SICAD	Sistema Complementar de Administração de Divisas (Venezuela)
SGP	Sistema Geral de Preferências
SGT	Sub-Grupo Técnico
TEC	Tarifa Externa Comum
TCRE	Taxa de Câmbio Real Efetiva
TED	Tratamento Especial e Diferenciado
TLC	Tratado de Livre Comércio
TLCAN	Tratado de Livre Comércio da América do Norte
TRIM	Comitê sobre Medidas de Investimento Relacionadas ao Comércio
TPP	<i>Trans-Pacific Partnership</i>
TTIP	<i>Transatlantic Trade and Investment Partnership</i>
UE	União Europeia
UNASUL	União de Nações Sul-americanas
UNCTAD	<i>United Nations Conference on Trade and Development</i>
UPS	Unidade de Apoio à Participação Social
USITC	<i>United States International Trade Commission</i>
USDA	<i>U.S. Department of Agriculture</i>
UTE	<i>Administración Nacional de Usinas y Trasmisiones Eléctricas (Uruguai)</i>
UTF	Unidade Técnica do FOCEM
VAM	Valor Tarifário Máximo
WASDE	<i>World Agricultural Supply and Demand Estimates</i>
ZEC	Zona Econômica Complementar
ZLC	Zonas de Livre Comércio

ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO MERCOSUL



GRUPO MERCADO COMUM (GMC)

SUBGRUPOS DE TRABALHO

- Comunicações (SGT N° 1)
- Assuntos Institucionais (SGT N° 2)
- Regulamentos Técnicos e Avaliação da Conformidade (SGT N° 3)
- Assuntos Financeiros (SGT N° 4)
- Transportes (SGT N° 5)
- Meio Ambiente (SGT N° 6)
- Indústria (SGT N° 7)
- Agricultura (SGT N° 8)
- Energia (SGT N° 9)
- Assuntos Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social (SGT N° 10)
- Saúde (SGT N° 11)
- Investimentos (SGT N° 12)
- Comércio Eletrônico (SGT N° 13)
- Integração Produtiva (SGT N° 14)
- Mineração e Geologia (SGT N° 15)
- Contratações Públicas (SGT N° 16)
- Serviços (SGT N° 17)

REUNIÕES ESPECIALIZADAS

- Agricultura Familiar no MERCOSUL (REAF)
- Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais do MERCOSUL (RECAM)
- Ciência e Tecnologia (RECyT)
- Comunicação Social (RECS)
- Cooperativas do MERCOSUL (RECM)
- Defensores Públicos Oficiais do MERCOSUL (REDPO)
- Autoridades de Aplicação em Matéria de Drogas, Prevenção de seu Uso Indevido e Recuperação de Drogadependentes (RED)
- Estatísticas do MERCOSUL (REES)
- Juventude (REJ)
- Ministérios Públicos do MERCOSUL (REMPM)
- Organismos Governamentais de Controle Interno (REOGCI)
- Promoção Comercial Conjunta do MERCOSUL (REPCCM)
- Redução de Riscos de Desastres Socionaturais, Defesa Civil, Proteção Civil e Assistência Humanitária (REHU)
- Turismo (RET)

GRUPOS AD HOC

- Setor Açucareiro (GAHAZ)
- Examinar a Consistência e Dispersão da Tarifa Externa Comum (GAHTEC)
- Superação das Assimetrias (GAHSA)
- Setores de Bens de Capital e de Bens de Informática e Telecomunicações (GAHBK/BIT)
- Biocombustíveis (GAHB)
- Domínio MERCOSUL (GAHDM)
- Eliminação de Dupla Cobrança da Tarifa Externa Comum e Distribuição da Renda Aduaneira (GAHDOC)
- Fundo MERCOSUL de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (GAHFOPYME)
- Consulta e Coordenação para as Negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento (SGPC) (GAH OMC-SGPC)
- Elaboração e Implementação da Patente MERCOSUL (GAHPAM)
- Regulamentação do Código Aduaneiro do MERCOSUL (GAHRECAM)

OBSERVATÓRIO DO MERCADO DE TRABALHO DO MERCOSUL (OMTM)

FORO CONSULTIVO DE MUNICÍPIOS, ESTADOS FEDERADOS, PROVÍNCIAS E DEPARTAMENTOS DO MERCOSUL (FCCR)

- Comitê dos Estados Federados, Províncias y Departamentos (CEFPD)
- Comitê dos Municípios (CM)
- Grupo de Trabalho de Integração Fronteiriça (GTIF)
- Grupo de Trabalho de Informação Portal Web (GTIPW)

GRUPOS

- Análise Institucional do MERCOSUL (GAIM)
- Assuntos Orçamentários (GAO)
- Cooperação Internacional (GCI)
- Incorporação da Normativa MERCOSUL (GIN)
- Relacionamento Externo (GRELEX)

COMISSÃO SÓCIO-LABORAL DO MERCOSUL (CSLM)

COMITÊ AUTOMOTIVO (CA)

COMISSÃO DE COMÉRCIO DO MERCOSUL (CCM)

COMITÊS TÉCNICOS

- Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias (CT 1)
- Assuntos Aduaneiros (CT 2)
- Normas e Disciplinas Comerciais (CT 3)
- Políticas Públicas que distorcem a Competitividade (CT 4)
- Defesa da Concorrência (CT 5)
- Estatísticas de Comércio Exterior do MERCOSUL (CT 6)
- Defesa do Consumidor (CT 7)
- Comitê de Defesa Comercial e Salvaguardas (CDCS)

PARLAMENTO DO MERCOSUL (PM)

FORO CONSULTIVO ECONÔMICO-SOCIAL (FCES)

SECRETARIA DO MERCOSUL (SM)

- Direção

TRIBUNAL PERMANENTE DE REVISÃO DO MERCOSUL (TPR)

- Secretaria do TPR (ST)

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO-TRABALHISTA DO MERCOSUL (TAL)

CENTRO MERCOSUL DE PROMOÇÃO DO ESTADO DE DIREITO (CMPED)

ÍNDICE

RESUMO EXECUTIVO	i
CAPÍTULO I. CENÁRIO INTERNACIONAL E PANORAMA MACROECONÔMICO	1
A. Cenário internacional	1
B. Evolução macroeconômica dos países do MERCOSUL	6
ANEXO I	i
CAPÍTULO II. EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO E DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO	19
A. Evolução do comércio do MERCOSUL	19
B. Comércio dos países do MERCOSUL	25
C. Fluxos de investimento direto de e para o MERCOSUL	36
CAPÍTULO III. AGENDA INTERNA	41
A. Uma visão global	41
B. Os movimentos na organização interna do MERCOSUL	43
C. Desenvolvimento da agenda interna	50

CAPÍTULO IV.	TEMAS DA AGENDA COMERCIAL BILATERAL E SETORIAL	71
A.	Uma visão global	71
B.	Argentina-Brasil: Acesso a mercados e setor automotivo	72
C.	Argentina-Uruguai: Indústrias pasteiras e acesso a mercados	77
D.	Brasil-Uruguai: Avanços em instrumentos de integração	78
E.	Brasil-Paraguai: Comércio, investimentos e cooperação energética	79
F.	Uruguai- Paraguai: Portos e estradas de ferro	80
CAPÍTULO V.	AGENDA EXTERNA	81
A.	Uma visão global	81
B.	A negociação MERCOSUL-União Europeia	82
C.	A Aliança do Pacífico (AP) e o MERCOSUL	89
D.	A proposta de criar uma Zona Econômica Complementar (ZEC) entre os países membros do MERCOSUL, a ALBA, a CARICOM e o PETROCARIBE	94
E.	Os BRICS e o MERCOSUL	96
F.	O MERCOSUL e a Conferência Ministerial da OMC em Bali	99
G.	O MERCOSUL e os Mega-Acordos Comerciais Regionais	101
BIBLIOGRAFIA		105

RESUMO EXECUTIVO

O *Informe MERCOSUL N° 19* (julho de 2013-junho de 2014) analisa o contexto macroeconômico e os fluxos comerciais dos países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e os principais aspectos do processo de integração, tanto na agenda interna quanto na externa.

CAPÍTULO I. Cenário internacional e panorama macroeconômico

Segundo os **prognósticos mais recentes**, em 2014 o **incremento do produto mundial** será de 3,3% com um crescimento dos países desenvolvidos e em desenvolvimento de 1,8% e 4,4%, respectivamente. Como aconteceu durante o período pós-crise iniciado em 2011, essas taxas são **menores que as médias correspondentes ao auge prévio, entre 2003 e 2008**, quando o agregado mundial cresceu 4,5% por ano, as economias avançadas, 2,3%, e as economias emergentes, 7,4%.

Uma consequência do menor dinamismo da atividade mundial na pós-crise é a **estagnação do comércio global**. Nos três anos desde meados de 2011 até meados de 2014, o valor do intercâmbio mundial se expandiu a uma taxa média anual equivalente de apenas 0,6%, a que incorpora uma contração das importações dos países desenvolvidos de 1,4%, e um moderado aumento de 2,6% nas compras de países em desenvolvimento. Esta estagnação responde, em boa medida, a **pressões baixistas nos preços** que, no período indicado, contraíram-se a uma taxa anual de 1,4%, enquanto **os volumes comercializados cresceram escassamente**, apenas 2,0%.

Durante 2014, as previsões iniciais mais otimistas de crescimento mundial foram reduzidas em sucessivas ocasiões como resultado da persistência de **recuperações fracas e pouco sincronizadas nos países desenvolvidos** e da **desaceleração que atravessaram as economias em desenvolvimento**. No primeiro caso, a falta de consolidação do crescimento deriva da fragilidade que continua apresentando a Zona do Euro e da alta volatilidade do PIB dos Estados Unidos e do Japão. Embora em meados de 2014 **a economia estadunidense tenha tido sinais de crescimento mais sustentado**, não aconteceu o mesmo com outras economias de grande peso na atividade global. Nos países emergentes, **o menor ritmo de crescimento da China aparece como um novo fator no cenário pós-crise**. A atividade na América Latina e o Caribe segue uma tendência de desaceleração desde 2011 e as projeções para 2014 revelam uma expansão da região por baixo da média dos países emergentes.

Neste cenário pós-crise, o crescimento da **demanda externa foi de menor intensidade que o observado até 2007-2008**. Desde 2012, **essa desaceleração afetou, embora de maneira não homogênea, as economias do MERCOSUL** e é registrada tanto na demanda das economias avançadas quanto na dos sócios em desenvolvimento na Ásia e na região. Além disso, devem ser levados em conta alguns fatores de oferta que enfraqueceram as vendas externas.

De acordo com projeções, **em 2014 se produziria uma desaceleração do ritmo de atividade dos países do MERCOSUL**, provocada principalmente pelo efeito do desempenho da economia mundial e a perda de dinamismo da absorção interna. Esta situação envolveria os cinco membros do bloco e seria mais intensa na Venezuela, onde o PIB sofreria uma contração, e na Argentina e no Brasil, onde se estancaria.

Esta situação contrasta com o resultado de 2013, quando o crescimento da atividade superou o do ano anterior nos quatro sócios fundadores do MERCOSUL. Os fatores que explicam o melhor desempenho alcançado em 2013 são diferentes para os integrantes do bloco. Em 2013, na

Argentina, no Brasil e no Uruguai, a contribuição negativa do setor externo (bens e serviços) foi mais do que compensada pela absorção interna, dinamizada pela expansão fiscal. Por sua vez, no Paraguai e na Venezuela, o setor externo ainda contribuiu positivamente para a expansão. Porém, **estas modalidades de crescimento não se consolidariam em 2014**, em parte por um enfraquecimento adicional da demanda externa e em parte por diversos fatores no plano interno.

Quanto às variáveis chave do setor externo, cabe lembrar que, salvo no Paraguai, entre 2013 e o primeiro semestre de 2014, **o saldo da conta corrente da balança de pagamentos dos outros três sócios fundadores do MERCOSUL se deteriorou**, indicando a menor solidez do setor externo; não se dispõe de informações sobre a Venezuela. A debilidade da demanda externa foi reforçada pela **evolução do tipo de câmbio real efetivo**, que fica, em geral, em níveis inferiores que os de 2005 (no meio do auge exportador 2003-2008). Assim, as depreciações nominais produzidas em 2013 em alguns países atenuaram só parcialmente esta situação, adicionando **um fator que erode a competitividade do setor externo**.

Um problema comum entre as cinco economias é **a aceleração nas taxas de inflação em 2014**. Este fenômeno é mais agudo na Argentina e na Venezuela, enquanto nos países com metas de inflação, a política monetária respondeu contrativamente, restando impulso ao nível de atividade. Neste sentido, **a política econômica teve um menor grau de liberdade para contra-arrestar o menor dinamismo da demanda externa**.

No caso da **Bolívia, em processo de adesão ao bloco**, o crescimento também se desaceleraria em 2014, embora marginalmente. A economia boliviana **manteria, este ano, um elevado dinamismo**, superior à média regional, que se conseguiu em um contexto de solvência fiscal e externa.

CAPÍTULO II. Evolução do comércio e do investimento estrangeiro direto

Durante a evolução das **exportações totais do MERCOSUL**, desde a crise financeira de 2008-2009, podem ser distinguidos **dois períodos**. No **biênio 2010-2011**, se produziu uma significativa **recuperação** das vendas externas, com um crescimento médio anual de 27,8%. Contudo, esse dinamismo não se manteve e em **2012 começa um período de contração das exportações totais**, que sofre uma queda de 2,8%. Este fenômeno traduz a estagnação da demanda extrazona, que começa nesse período, e o fraco desempenho da atividade dos integrantes do acordo. A queda das exportações em 2012 surge duma redução das vendas extrazona de 1,9% e dos envios intrazona de 7,9%.

Em 2013 continua o fraco desempenho exportador, mas com uma queda menor (1,0%) que o ano precedente. O resultado agregado resulta de **outra redução das vendas extrazona (1,9%), parcialmente compensada pelo crescimento de 4,8% do intercâmbio dentro do acordo**. Esse ano, as exportações para a extrazona representaram 85,9% das vendas externas totais do bloco e se encontraram concentradas em recursos naturais e seus derivados, com pouco mais de 70% do total.

Em contraste com a queda das vendas externas, em 2013 as importações (incluindo o intercâmbio intrazona) crescem 5,1%. Embora exista uma correlação com um maior nível de atividade na maioria das economias do bloco, este resultado fica afastado do retorno aos registros de 2010-2011 (30,1% média anual) ou da etapa pré-crise. As **importações intrazona** (por definição, iguais às exportações dessa área) cresceram 4,8%, ao passo que **as de extrazona** (incluindo a Venezuela) expandiram-se 5,2% em 2013. **Esta disparidade entre a dinâmica exportadora e a importadora tornou negativo o saldo do comércio extrarregional** devido ao aparecimento de um déficit com a União Europeia, o aumento do déficit com a América do Norte e a redução do superávit com a Ásia.

Durante o primeiro semestre de 2014, aprofunda-se a deterioração da demanda externa, somada à **desaceleração da atividade nos países do bloco**. Sem a Venezuela (por falta de informação), as exportações totais do MERCOSUL caem 4,4% i.a. nesse período; as vendas extrazona se reduzem 3,6% e as da intrazona, 7,4%.

Por outra parte, **na primeira metade de 2014**, as importações totais **se reduziram 4,2%, a um ritmo semelhante ao das exportações**. Por outras palavras, diferentemente de 2013, as compras externas refletem um ajuste do ritmo da atividade interna. Em particular, as importações intrazona diminuíram 7,4% enquanto o comércio extrazona caiu 2,6% i.a. As importações diminuíram em todos os países com exceção do Uruguai, cujas necessidades energéticas foram maiores respeito do ano prévio.

Analisando o **desempenho exportador 2013-2014**, cumpre estabelecer algumas distinções segundo o país. No primeiro ano, a queda total de 1,0% obedece às **contrações do Brasil (0,2%) e Venezuela (8,0%)**, sob a influência de fatores de oferta no setor petrolífero, ao passo que **as exportações argentinas crescem moderadamente (1,8%)**. É mais significativo o **crescimento das vendas do Uruguai (4,1%) e, sobretudo, do Paraguai (29,5%)**. Neste último caso, o aumento se deve a uma recuperação da produção de soja comparado com o baixo nível do ano precedente resultante da seca. Em todos os casos de expansão, tem um papel significativo o fato de que o **preço da soja se tenha mantido em 2013**, apesar do contexto de menor crescimento da demanda externa global descrito. Também é relevante nesse ano o **aumento do comércio intrazona**, especialmente para as economias de maior dimensão: cresce 5,2% na Argentina e 6,0% no Brasil.

No **primeiro semestre de 2014**, **as exportações totais do Paraguai e Uruguai continuam apresentando um comportamento dinâmico**, com incrementos i.a. de 9,2% e 8,2%, respectivamente. Isto se deve tanto ao aumento das quantidades quanto ao bom nível de preços da soja, que começa a reduzir-se no terceiro trimestre de 2014. Por sua parte, **as exportações totais da Argentina e do Brasil caem neste período 10,1% e 3,4%**, com reduções nas vendas extra-acordo de 9,3% e 2,6%, respectivamente. O contraste com as economias de menor dimensão se explica pela participação maior de outros produtos básicos nas cestas exportadoras das economias maiores. Destacam-se, principalmente, os cereais na Argentina, minério de ferro no Brasil, ambos setores nos que houve reduções de preços ou de quantidades. Na Argentina devem ser agregados outros fatores que têm afetado a capacidade exportável desses outros produtos básicos. O quadro de deterioração se completa com **reduções das vendas intrazona da Argentina e do Brasil de 12,2% e 9,6%**, respectivamente, na primeira metade de 2014.

O comércio intra MERCOSUL tem uma elevada correlação com o ciclo econômico: aumenta durante a fase expansiva e se reduz quando se deteriora a atividade econômica. Em grande medida isso responde à composição dos **fluxos intrabloco, onde as manufaturas têm uma participação muito superior à dos envios ao resto do mundo**, dado que o crescimento das exportações intrazona em 2013 aumentou pelo impulso principalmente da atividade do setor automobilístico regional, enquanto **a menor demanda interna dos países do bloco durante o primeiro trimestre de 2014 se traduziu numa diminuição mais pronunciada dos envios intrarregionais**. As vendas intrabloco exibem uma marcada desaceleração na pós-crise frente ao crescimento médio no período 2003-2008 (25,3% anual acumulativo), como já foi visto, com registros de -7,9% e 4,8% em 2012 e 2013, respectivamente.

Adotando-se uma **perspectiva de longo prazo**, especificamente na década 2003-2013, são observadas modificações relevantes na composição das exportações dos sócios do bloco. Os **produtos com base em recursos naturais passaram de representar 70,5% do total em 2003, para 78,6% em 2013**, tanto pelo aumento dos preços das *commodities*, quanto pelo incremento das quantidades. Destaca-se a maior participação da energia e do minério de ferro. A participação do

complexo sojeiro ganhou quase um ponto percentual durante a última década e se transformou no segundo segmento de exportação, deslocando “outras manufaturas”, cuja importância se reduziu para a metade. O auge da produção de soja resulta mais notório na cesta exportadora das economias pequenas. Cabe destacar, por outra parte, que as exportações automotivas ganharam 1,4 pontos percentuais, na década.

Embora o peso relativo da Bolívia no comércio total do bloco seja relativamente baixo, é um parceiro chave no que se refere ao fornecimento de energia. Considerando este aspecto, sua eventual adesão, ao igual que a da Venezuela, tem um valor estratégico. Efetivamente, mais de 9 de cada 10 dólares das importações do MERCOSUL desde o país andino correspondem às compras de gás por parte do Brasil e da Argentina, no marco de acordos intergovernamentais onde são estabelecidos os preços e volumes do intercâmbio. As vendas do bloco para a Bolívia, porém, encontram-se mais diversificadas.

Durante 2013, os países do MERCOSUL receberam em conceito de investimento estrangeiro direto (IED) 2,4% menos que no ano anterior e, segundo as informações disponíveis, o IED continuou caindo em 2014. **Por sua parte, o IED dos países do bloco no exterior foi reduzido significativamente em 2013, o que foi revertido no primeiro semestre de 2014, impulsionado pela Argentina (por transações no setor petrolífero) e o Brasil.**

CAPÍTULO III. Agenda interna

Entre julho de 2013 e o mesmo mês de 2014, **a agenda interna do MERCOSUL apresentou poucos avanços nos temas econômico-comerciais** do processo de integração e, em geral, a busca de soluções bilaterais prevaleceu. Esta situação está relacionada com a **deterioração das condições macroeconômicas externas**, que significou uma **estagnação e posterior queda das exportações para o resto do mundo, o que contribuiu a uma perda de dinamismo interno**, expressado numa contração do comércio intrazona em 2014. A agenda também esteve determinada por sucessos que na prática envolveram **movimentos na organização interna do MERCOSUL** (fim da suspensão do Paraguai, incorporação da Venezuela e o processo de adesão da Bolívia), que concentraram energias no âmbito jurídico e institucional. Nestas circunstâncias a trajetória interna do bloco foi marcada por acontecimentos não rotineiros.

Em relação a este último aspecto, durante o período referido **é normalizada a situação do Paraguai**, país que se reincorpora aos órgãos do MERCOSUL e começa a realizar uma série de propostas. Em segundo lugar, a **Venezuela se encontra no período de adequação à normativa MERCOSUL**, tendo como referência cronogramas específicos de liberalização comercial no marco dos acordos ALADI vigentes, enquanto que a adoção da tarifa externa comum (TEC) tem avançado a um ritmo menor do previsto. **Foram realizadas tarefas técnicas de troca de informação e de adequação da Bolívia à normativa do bloco** e à preparação dos processos de convergência tarifária. Cabe salientar que a Bolívia procura se unir ao MERCOSUL sem deixar de pertencer à Comunidade Andina de Nações (CAN), portanto precisa manter a nomenclatura comum andina (NANDINA) e adotar a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM). De qualquer forma, **apesar do Protocolo de Adesão desse país ter sido ratificado por Argentina, Venezuela e Uruguai, o trâmite se encontra pendente por parte dos Parlamentos do Brasil e do Paraguai**, país que tinha sido suspenso do bloco quando o Protocolo foi aprovado.

Em julho de 2013 a Venezuela assumiu a PPT do MERCOSUL, exercida por primeira vez por um membro não fundador. Este exercício **apresentou duas particularidades: alongou-se por dois semestres consecutivos e houve uma diversificação nos temas da agenda interna**, abrangendo alguns que não foram de cunho rigorosamente comercial, embora significativos numa perspectiva

ampla de integração. Embora a PPT da Venezuela tivesse que finalizar em dezembro de 2013, as Cúpulas de Chefes e Chefes de Estado e do Conselho do Mercado Comum (CMC), inicialmente previstas para essa data, foram adiadas em várias oportunidades por diferentes circunstâncias excepcionais e só se realizaram em julho de 2014, e em consequência a Venezuela continuou com a PPT por mais um semestre. Este país introduziu propostas como integração de empresas autogerenciadas (MERCOSUL Operário), o MERCOSUL Indígena e o desenvolvimento de uma zona econômica complementar com a ALBA, CARICOM e Petrocaribe.

As particularidades da vida institucional recente do acordo causaram complexidades jurídicas e dificuldades práticas no período referido. De um lado, por não ser realizada a Cúpula do CMC em dezembro de 2013, várias normas que requeriam ser prorrogadas em finais desse ano (por exemplo, o *waiver* para importação de bens de capital e regimes de zonas francas) ficaram pendentes de resolução.

Do outro, aproximadamente 180 normas –dentre elas várias de relevância institucional, como a entrada da Venezuela como membro pleno, a adesão da Bolívia e os acordos quadro com Suriname e Guiana– foram aprovadas durante a suspensão do Paraguai. Quando foi levantada a suspensão, **o Paraguai encaminhou seus esforços visando a uma rápida recomposição das relações com os sócios do MERCOSUL, mas solicitou um tempo prudencial para avançar na incorporação das normas aprovadas durante sua ausência;** o país se absteve de participar nas reuniões de nível médio e alto do bloco até a aprovação da incorporação da Venezuela por parte de seu Congresso, o que aconteceu finalmente em dezembro de 2013. Vários temas tradicionais, como os regimes para zonas francas, os regimes de importação especiais (bens de capital, informática e telecomunicações) e o regime de origem, não tiveram avanços. O Paraguai, por sua vez, **apresentou propostas sobre prorrogações de regimes especiais de importação, regras de origem e regimes de zonas francas.**

Cabe destacar que durante o período se observaram avanços em alguns temas significativos. Primeiro, foi impulsionada uma revisão ao **projeto de Protocolo de contratações públicas do MERCOSUL**, a ser tratado durante o segundo semestre de 2014. Segundo, acordou-se implementar uma **metodologia de trabalho sobre integração produtiva** que identifique potencialidades, dificuldades e desafios da trama produtiva regional, e permita construir uma agenda de trabalho orientada a obter resultados concretos. Além disso, continuam avançando os trabalhos para a integração produtiva nos setores autopeças, petróleo e gás, dentre outros. Terceiro, foi aprovado **o orçamento de recursos e aplicações do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) para 2014**, bem como de projetos novos, ao mesmo tempo em que **foi propiciada a continuidade do Fundo**, quando completados os dez anos de funcionamento originalmente previstos. É preciso destacar **a formalização da entrada da Venezuela ao FOCEM**, o que amplia os recursos disponíveis e permite apresentar projetos. Quarto, foram iniciadas as atividades da **Unidade de Apoio à Participação Social (UPS)** com o objetivo de facilitar o diálogo e a participação cidadã no MERCOSUL, bem como o avanço para uma política comunicacional conjunta do bloco. Quinto, avançou o acordo para a **implementação da Patente MERCOSUL** para automóveis e veículos.

CAPÍTULO IV. Temas da agenda comercial bilateral e setorial

O contexto econômico mundial menos favorável –delineado já desde meados de 2011– e os menores fluxos de intercâmbio no próprio MERCOSUL não incentivaram os processos negociadores dentro do bloco. Os dois fatores são relevantes para compreender algumas das dificuldades nas relações para o interior do bloco no período sob análise. Em face dos desafios expostos por esse cenário, um fato significativo foi a **escassa utilização dos âmbitos de diálogo sobre a relação comercial no nível do MERCOSUL**. No entanto, **também merecem destaque iniciativas bilaterais orientadas a aprofundar vínculos de integração.**

Quanto à **relação Argentina-Brasil**, a redução das margens de manobra de política, decorrente da deterioração do setor externo, além do baixo ritmo de atividades, constituem os dois fatores que levaram a **Argentina a persistir na aplicação de medidas administrativas de comércio**. Por causa da índole geral das regulações, **o Brasil e os outros sócios do MERCOSUL foram afetados por elas**. A possibilidade –sugerida pelo Brasil– de que desse um tratamento preferencial a seus sócios do bloco não foi aceita pela Argentina, argumentando que, se aceitasse essa petição, isso debilitaria sua posição perante as reclamações de terceiros países no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Em relação ao **setor automotivo** –de grande peso econômico para os sócios de maior dimensão do acordo–, no dia 30 de junho de 2013 o instrumento *flex*, estabelecido para regular o comércio nesse ramo, caducou e **não foi prorrogado imediatamente**. De acordo com a normativa ajustada, entre junho de 2013 e junho de 2014 deveria haver regido o livre comércio de automóveis no âmbito bilateral, porém, a operação efetiva continuou sendo administrada.

Esta situação foi sanada **em meados de 2014**, quando **um novo acordo foi ajustado, em vigor até 2015**, e ambos os países se comprometeram a negociar as bases de um marco regulatório para o complexo automotivo que começaria a vigorar a 1 de julho de 2015, por um prazo de cinco anos. Nesse acordo também foi incluída a necessidade de **coordenar posições nas negociações comerciais com terceiros países ou blocos**, sendo o ACE 55 (MERCOSUL-México) um dos motivos principais que impulsionou a adoção desse compromisso.

No caso da relação **Argentina-Uruguai**, ela foi afetada, particularmente, pela **decisão uruguaia de autorizar a ampliação da produção da empresa pasteira UPM**, fato que foi considerado, pela Argentina, como uma falta de cumprimento dos compromissos assumidos a respeito do controle ambiental no rio Uruguai. Por sua parte, Uruguai argumentou que o **sistema de regulamentações comerciais estabelecido pela Argentina** afetou suas exportações para esse país. **Aspectos relacionados com o traspordo de carga e projetos portuários** também envolveram atritos entre ambos os sócios do bloco.

Cabe salientar, ainda, certas ações de aprofundamento da integração nas relações bilaterais Brasil-Uruguai, Brasil-Paraguai e Paraguai-Uruguai. No primeiro caso, no contexto do Grupo de Alto Nível Uruguai-Brasil foram renovados acordos para a integração bilateral, como os de **integração produtiva, infraestrutura de transporte e circulação de bens, serviços e pessoas**. Por um lado, procura-se aprofundar a relação comercial, encarando dificuldades legais, normativas e operacionais de acesso a mercados. Por outro lado, o objetivo é estudar formas de aperfeiçoar a troca de informações previdenciárias a fim de, eventualmente, reconhecer mutuamente direitos previdenciários.

No segundo caso, os **Presidentes do Brasil e do Paraguai procuraram dinamizar os fluxos de comércio** –incluindo medidas concretas de facilitação do intercâmbio– e **investimento** –com diversas iniciativas para que os empresários brasileiros conhecessem as oportunidades de negócios no Paraguai– e a **cooperação energética entre ambos os dois países** –destacando a finalização do projeto de construção do sistema de transmissão elétrica de 500 kW entre a usina hidrelétrica de Itaipu e Villa Hayes, na área metropolitana de Assunção, que faz parte do FOCEM. Além do mais, continuou-se trabalhando em **diversos projetos de integração física, como pontes, interconexão ferroviária e investimento no transporte fluvial**.

No terceiro caso, destacou-se a relevância das complementaridades geográficas entre os dois países, particularmente, **a importância do Uruguai como saída dos produtos agropecuários paraguaios para mercados extrarregionais**. Nesse sentido, o Paraguai está interessado na ampliação dos portos marítimos uruguaios e o Uruguai procura desenvolver uma interconexão ferroviária para

facilitar o transporte de carga de países vizinhos. Assim, o projeto estruturado “Interconexão Ferroviária Paraguai-Argentina-Uruguai” envolve a **reabilitação e construção de diversas estradas de ferro e faz parte da Agenda de Projetos Prioritários de Integração do COSIPLAN-UNASUL.**

CAPÍTULO V. Agenda externa

Durante o período em estudo, **as negociações externas do MERCOSUL mostraram certos avanços com a União Europeia (UE) e a Aliança do Pacífico (AP)**, enquanto que com outros grupos de países, elas foram de menor entidade.

Relativamente à **negociação MERCOSUL-UE**, depois do relançamento das negociações para um acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e a UE em 2010, a parte europeia sustentava que as condicionalidades expostas pela contraparte (como a necessidade de um Tratamento Especial e Diferenciado em matéria de cobertura e prazos de desoneração) somente poderiam ser discutidas depois que as ofertas fossem apresentadas. Assim, **em 2012 foi atingida uma situação em que qualquer possibilidade de avanço ficava condicionada à apresentação e intercâmbio das ofertas em matéria de bens.**

No final de 2012, o Brasil promoveu a construção de uma oferta em um prazo breve. Essa posição foi acompanhada pelo Paraguai e pelo Uruguai. Por sua vez, no início, a Argentina demorou a definição de sua própria oferta nacional, primeiro, e da oferta MERCOSUL depois, reiterando a necessidade de que a UE definisse previamente as condicionalidades expostas pelo bloco. Porém, **entre meados de 2013 e o primeiro trimestre de 2014, vários encontros entre negociadores do MERCOSUL permitiram chegar a uma definição da oferta do bloco, tomando como base as ofertas nacionais.** A fim de poder avançar na negociação, foi resolvido que a Venezuela não estivesse incluída nas ofertas a serem apresentadas junto à UE, embora ela fosse um Estado Parte.

Do lado europeu, a oferta estava definida em suas partes substanciais, porém, ela se encontrava em uma etapa de ratificação por parte dos Estados Membros. A UE sustentava a necessidade de receber uma oferta que atingisse a desoneração linear com uma cobertura em torno de 90% do comércio, em um prazo de 10 anos.

Nesse contexto, **em abril de 2014, os trabalhos internos do MERCOSUL se intensificaram e o bloco contou, para a reunião do GMC de maio em Caracas, com as ofertas de bens e de serviços definidas no nível técnico, bem como com os lineamentos para superar as diferenças internas no que diz respeito à oferta em compras governamentais.** Nesse sentido, segundo o Comunicado conjunto dos Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL, por ocasião da reunião celebrada em Caracas, a 29 de julho de 2014, o trabalho realizado pelo bloco em relação às ofertas estava devidamente finalizado e a data de intercâmbio de ofertas com a UE seria fixada depois que este bloco concluísse com suas consultas internas.

Quanto ao vínculo MERCOSUL-AP, **a relação cobrou dinamismo nos últimos meses, evidenciando-se diversos níveis de interesse tanto no setor público quanto no privado dos países envolvidos.** Estas iniciativas foram impulsionadas a partir de uma proposta do Chile na Cúpula de Punta Mita, no México, em junho de 2014, para realizar uma reunião ministerial a fim de explorar mecanismos de convergência, a qual foi realizada em Cartagena de Índias, na Colômbia, a 1 de novembro, na qual se concordou na importância de manter um espaço de diálogo entre ambos os mecanismos. Neste mesmo sentido, durante a Reunião do GMC, realizada em maio de 2014, o **Brasil apresentou uma proposta orientada para o adiamento dos cronogramas de**

desgravação tarifária, previstos tanto no ACE 58 (com o Peru) quanto no ACE 59 (com a Colômbia). Na reunião do GMC, realizada a 7 e 8 de outubro de 2014, resolveu-se participar do Seminário sobre a AP e o MERCOSUL, organizado pelo Chile em Santiago, a 24 de novembro de 2014. A aproximação entre ambos os blocos tem diversas áreas com potencial para a cooperação, tais como a facilitação do comércio, investimentos recíprocos, integração física, inovação tecnológica, movimentos de pessoas, entre outras.

Por outra parte, cabe assinalar que, **durante sua PPT, a Venezuela apresentou uma proposta para estabelecer uma Zona Econômica Complementar, entre os esquemas de integração do MERCOSUL, a ALBA, a CARICOM e o PETROCARIBE,** com um capítulo econômico-comercial e outro político.

Adicionalmente, cabe salientar que o Brasil participou das reuniões dos líderes do **Grupo BRICS** (que inclui também a Rússia, a Índia, a China e a África do Sul) e este Grupo, por sua vez, teve uma **reunião com a UNASUL para analisar a possível cooperação entre ambas as regiões.** O MERCOSUL, por sua vez, mantém diversos vínculos comerciais e de cooperação com os países do Grupo BRICS, com diferentes graus de avanço.

No âmbito multilateral, os países do MERCOSUL concordaram sobre o conteúdo das obrigações que pretendiam incluir sobre procedimentos alfandegários no Acordo de Facilitação do Comércio, atingido na IX Conferência Ministerial em Bali, Indonésia, em dezembro de 2013. **O maior interesse dos países do bloco focou-se em conseguir um resultado positivo de eliminação dos subsídios às exportações de produtos agrícolas,** porém não se chegou a um compromisso vinculante no assunto.

No que diz respeito à **evolução das negociações dos Mega-Acordos Comerciais (TTIP, TPP e RCEP),** em grande medida estimuladas pela estagnação das negociações multilaterais, **para o MERCOSUL parecem oferecer mais ameaças do que oportunidades.** Por um lado, as novas regras provavelmente impliquem em maiores barreiras de acesso a mercados e será mais difícil questionar medidas discriminatórias, por não fazer parte do âmbito da OMC. Por outro lado, a consolidação da produção mundial em torno de três “grandes fábricas” (América do Norte, Europa e Ásia-Pacífico) pode reduzir o atrativo do MERCOSUL como destino de investimentos e suas possibilidades de inserção nas cadeias globais de valor.

A debilidade apresentada pelo **sistema multilateral coloca uma série de desafios para as economias do MERCOSUL.** Em face do estancamento das negociações multilaterais, o enfoque da agenda externa dos Estados Partes do MERCOSUL centrou-se em dar alguns passos concretos para concluir as negociações com a UE e em explorar vínculos com países que participam das negociações desses Mega-Acordos. É nesse sentido que a aproximação com os países da Aliança do Pacífico poderia ser interpretada.

CAPÍTULO I. CENÁRIO INTERNACIONAL E PANORAMA MACROECONÔMICO

A. *Cenário internacional*

Em 2014, a economia mundial continua apresentando baixos níveis de crescimento. As previsões de expansão foram reduzidas em sucessivas ocasiões ao longo do ano, em um contexto de fraca recuperação dos países desenvolvidos por causa da continuidade da fragilidade na Zona do Euro, da alta volatilidade do produto interno bruto (PIB) dos Estados Unidos e do Japão e de uma notável desaceleração das economias em desenvolvimento. As projeções para a América Latina e o Caribe se encontram por baixo da média do crescimento esperado nos países emergentes.

Neste contexto, o comércio global não conseguiu se afastar do rumo da estagnação em que se encontra desde meados de 2011, decorrente do vagaroso crescimento dos volumes comerciados e da tendência deflacionista (Giordano, 2014). O MERCOSUL sentiu o impacto no enfraquecimento da demanda externa, não só das principais economias, como também de seus parceiros em vias de desenvolvimento, tanto da Ásia quanto da região.

O crescimento da economia mundial tem sido fraco e volátil

A tendência para a ralentização do crescimento vem sendo observada desde 2011: em 2013, o incremento do produto global foi de 3,3%, por baixo dos 3,4% de 2012 e dos 3,9% de 2011. Em 2014, é projetado um aumento de 3,3%. O fato inovador é que, embora continuem sendo as mais dinâmicas, a desaceleração é maior nas economias emergentes (elas cresceram 4,7% em 2013, quase meio ponto percentual (p.p.) por baixo do de 2012) e em 2014 cresceriam 4,4%. Nos países desenvolvidos, o PIB cresce a taxas mais baixas: 1,4% e 1,2% em 2013 e 2012, respectivamente, e é projetado um aumento de 1,8% em 2014 (FMI, 2014a e FMI, 2014b).

Durante 2014, as previsões iniciais mais otimistas de crescimento mundial foram reduzidas em sucessivas ocasiões como resultado da persistência de recuperações fracas e pouco sincronizadas nos países desenvolvidos e da desaceleração que atravessaram as economias em desenvolvimento (Giordano, 2014).

A melhora dos indicadores da atividade e emprego dos **Estados Unidos** observada na segunda metade de 2013,¹ levou à Reserva Federal a retirar de forma gradativa os estímulos monetários no início de 2014. Porém, a severidade do inverno interrompeu o caminho da recuperação e a economia diminuiu 2,1% no primeiro trimestre de 2014 –em termos atualizados– (Gráfico 1). No entanto, o PIB se recuperou no segundo trimestre com uma taxa anualizada de 4,6%. Em uma medição anual, o FMI projeta uma taxa semelhante à de 2013 de 2,2%. Além das fracas taxas de expansão, que são inferiores à época pré-crise (2% entre 2011 e 2014 contra 3% entre 2003 e 2007), a volatilidade na evolução do PIB dos Estados Unidos na etapa pós-crise é um dos fatores do frágil crescimento da economia mundial (Giordano, 2014).

A **Zona do Euro**, que também havia mostrado alguns sinais de recuperação no final de 2013 e no início de 2014, estagnou novamente no segundo trimestre deste ano. É projetado um crescimento do PIB de 0,8% em 2014, impulsionado pela expansão da economia alemã (1,4%) e pela incipiente recuperação da Espanha. Em um contexto de riscos de deflação e baixo crescimento, a taxa de

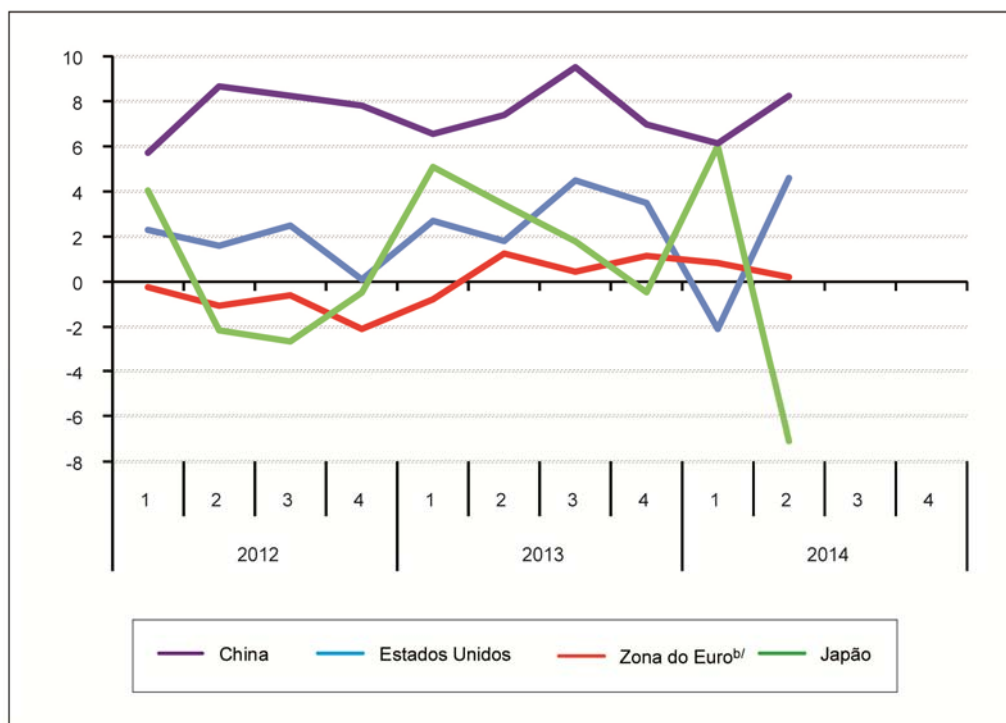
¹ A taxa de desemprego manteve a tendência decrescente da porcentagem máxima de 10% de outubro de 2009 e se colocou em 6,1% em agosto de 2014; e a quantidade de pessoas ocupadas superou, por primeira vez em maio, a porcentagem máxima prévia a crise.

política monetária continuou sendo reduzida (entre novembro de 2011 e setembro de 2014 foi reduzida em sete ocasiões, passando de 1,5% para o mínimo histórico de 0,05%) e foi proposta uma política fiscal menos restritiva a partir do relaxamento dos objetivos de déficit desde meados de 2013. O desemprego continua em níveis historicamente altos (11,5%) e a incertidão em torno dos problemas fiscais da zona não conseguiu ser extinguida.

A volatilidade do crescimento também foi observada no **Japão**: a forte expansão no primeiro trimestre de 2014 (6,1% em termos anualizados) se explica, principalmente, pelo adiantamento do gasto privado que gerou a expectativa de um incremento do imposto sobre o consumo implementado em abril. O aumento deste imposto foi também a causa da contração do PIB de 7,1% no segundo trimestre.² Outros fatores que influíram foram a queda do investimento e a contribuição negativa das exportações líquidas; a depreciação do iene não conseguiu impulsionar as exportações e incrementou o valor das importações, especificamente as vinculadas à energia. O Japão cresceu 1,5% em 2013 e, para 2014, é projetado um crescimento de 0,9%.

Gráfico 1. PIB real das principais economias, 2010-2013

Taxas de variação trimestrais, em porcentagem^{a/}



Notas: ^{a/} Taxas anualizadas das séries dessazonalizadas. ^{b/} Preços do ano 2000; agregação em dólares com paridades do poder aquisitivo desse ano.

Fontes: BID-INTAL com dados do Departamento de Análise Econômica dos Estados Unidos (BEA), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Instituto de Pesquisa Social e Econômica do Japão e o Departamento Nacional de Estatísticas da República Popular da China.

A expansão anual do produto na **China** se estabilizou em torno de 7,7% no biênio 2012-2013 e se observa uma leve desaceleração em 2014, que finalizaria com um aumento do PIB de 7,4%, em

² Em abril de 2014, o governo do Japão aplicou um aumento de 5% a 8% no imposto sobre o consumo. O consumo privado representa 60% do PIB e, no segundo trimestre, caiu em torno de 20% em relação ao trimestre anterior, em termos anualizados. O efeito foi observado, principalmente, no consumo de bens duráveis.

linha com o objetivo de mudar a fonte de crescimento do investimento para o consumo. Estima-se que esta dinâmica terá impacto sobre o resto da Ásia, especialmente sobre aquelas economias que fornecem bens intermediários à China. Os países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) cresceriam 4,7% em 2014, contra os 5,2% de 2013.

Em linha com o desempenho da economia mundial, o PIB da **América Latina e o Caribe** segue uma tendência de desaceleração: a expansão em 2014 seria de apenas 1,3%, substancialmente por baixo dos 2,7% de 2013 e os 2,9% de 2012. A debilidade da demanda externa, o menor dinamismo do consumo interno e o impacto da reversão de fluxos de capital decorrente da eliminação gradativa da política monetária expansiva dos Estados Unidos, são alguns dos fatores que explicam essa evolução. No entanto, observam-se algumas heterogeneidades para dentro da região: enquanto o crescimento do México seria maior (1,1% em 2013 e 2,4% em 2014), impulsionado pela economia dos Estados Unidos, o dos países sul-americanos se desaceleraria.

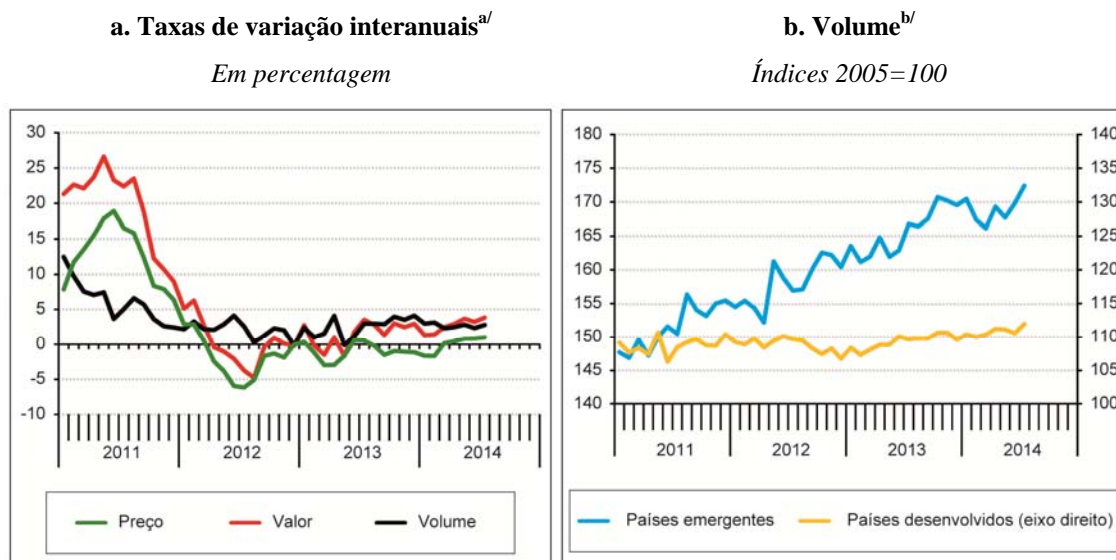
O comércio mundial estagnou

O panorama de crescimento baixo e volátil nos países desenvolvidos e a ralentização do mundo emergente impactaram sobre os fluxos de comércio internacionais. Em 2013, o valor do comércio mundial (média das exportações e importações globais) cresceu apenas 1,5% (Gráfico 2). O aumento nos volumes comerciados (2,6%) foi parcialmente compensado pela contração de 1% dos preços.

Quase todo o crescimento do comércio em 2013 foi impulsionado pelas economias emergentes (2,5%), enquanto o intercâmbio nos países desenvolvidos aumentou apenas 0,6%. Enquanto no primeiro grupo o crescimento do volume (4,8%) foi parcialmente contra-arrestado pela queda dos preços (-2,2%), no segundo, as quantidades (0,5%) e os preços (0,2%) aumentaram levemente.

Nos primeiros meses de 2014, o comércio a preços constantes continuou crescendo a um ritmo semelhante ao de 2013 (2,7% interanual acumulado janeiro-julho), porém os preços se estancaram. A OMC (2014a) projeta que os volumes do intercâmbio global finalizarão o ano com um crescimento de 3,1%.

Gráfico 2. Comércio mundial, 2011-2014



Nota: ^{a/} Média simples dos indicadores de exportação e importação, séries dessazonalizadas.

Fonte: BID-INTAL com dados do Departamento Holandês de Análise de Política Econômica (CPB).

Nos primeiros sete meses de 2014, o comércio dos países em desenvolvimento registra uma desaceleração a respeito do mesmo período do ano anterior (o valor aumentou 2%), em linha com o desempenho de suas economias. Em compensação, o valor comercializado pelos países avançados cresceu mais, porém, sempre em forma modesta (3,4%). Tanto os preços quanto as quantidades comercializadas estimularam o aumento deste último grupo (1,4% e 1,8%, respectivamente); enquanto nos primeiros houve uma desaceleração no volume (3,5%) e uma contração dos preços (-1,7%).

Cabe salientar que, em julho de 2014, o nível de comércio a preços constantes dos países em desenvolvimento se encontrava 26,6% por cima da percentagem máxima anterior à crise, enquanto nas economias avançadas esses níveis ainda não conseguiram ser recuperados.

O comércio da **América Latina** teve um desempenho pior do que a média dos países em desenvolvimento. Em 2013, ele cresceu 2,4%, impulsionado pelas importações (3,8%), enquanto as exportações se estancaram (0,6%). No que foi acumulado até julho de 2014, as vendas externas não mudaram a tendência observada no ano anterior, e as compras também mostram uma taxa em torno de zero. A falta de dinamismo se explica pelo baixo ritmo de expansão dos volumes comercializados e pela queda dos preços.

As economias do MERCOSUL sofreram o impacto da fraca demanda externa

As economias do **MERCOSUL** tiveram uma dinâmica semelhante às da região. Os indicadores de preços e quantidades calculados sobre a base de dados desagregados do DataINTAL mostram que, embora em 2013 as quantidades exportadas pelo MERCOSUL se expandissem (3,6%), a queda de preços (-3,1%) compensou quase todo o crescimento (Gráfico 3). Desta contração, relativamente maior à sofrida pelos preços de importação, decorreu uma redução dos termos de intercâmbio de 4% para o conjunto do MERCOSUL em 2013.

Gráfico 3. Preço e volume de exportação do MERCOSUL, 2003-2013

Taxas de crescimento interanuais, em percentagem

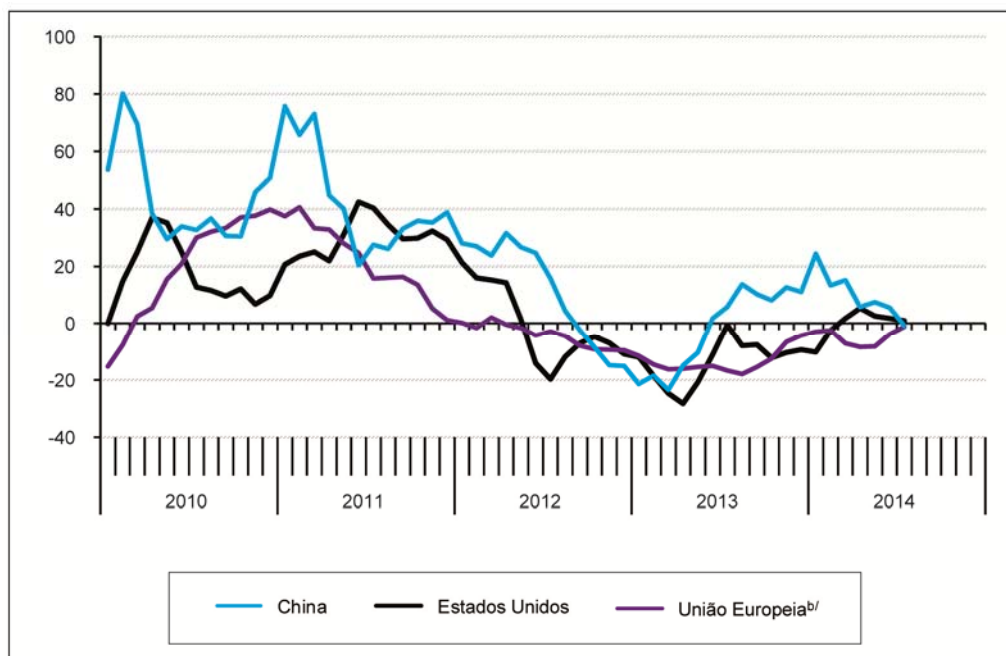


Fonte: BID-INTAL com dados do INTrade/DataINTAL, BID Setor de Integração e Comércio.

De um lado, a debilidade da demanda internacional explica em grande parte a baixa taxa de crescimento das exportações do bloco durante 2013 (Gráfico 4). Os Estados Unidos importaram, do MERCOSUL, 14,5% menos em 2013 do que no ano anterior, a União Europeia, 13,1% e as compras da China apenas se expandiram 0,5%. Estas tendências continuaram em 2014. Os Estados Unidos acumularam um aumento de apenas 1,5% em julho de 2014, com relação ao mesmo período do ano anterior, em suas importações a partir do bloco. As compras da União Europeia continuaram caindo –embora a um ritmo menor– e as da China, que haviam apresentado uma aceleração no final de 2013 e no início de 2014, foram enfraquecendo até meados do ano; em julho, a tendência dessas compras ficou em terreno negativo.

Gráfico 4. Importações de economias selecionadas a partir do MERCOSUL,a/ 2010-2014

Média móvel trimestral de taxas de crescimento interanuais, em percentagem



Notas: ^{a/} Séries dessazonalizadas. ^{b/} No caso da UE corresponde às importações a partir da Argentina e do Brasil unicamente.

Fontes: BID-INTAL com dados da Comissão de Comércio Internacional dos EUA (USITC), o Gabinete de Estatísticas da União Europeia (EUROSTAT), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Administração Geral de Aduanas da República Popular da China, o Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (INDEC) da Argentina, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) do Brasil, o Banco Central do Paraguai (BCP) e o Banco Central do Uruguai (BCU).

Os preços dos produtos básicos se deterioraram

Além da desaceleração da demanda mundial e, em particular, o menor ritmo de expansão da economia chinesa –principal demandante de vários dos bens primários exportados pela sub-região– há um outro fator que colocou maior pressão sobre os preços dos produtos básicos em 2013 e 2014: a valorização do dólar, relacionada com o recorte do estímulo monetário nos Estados Unidos.

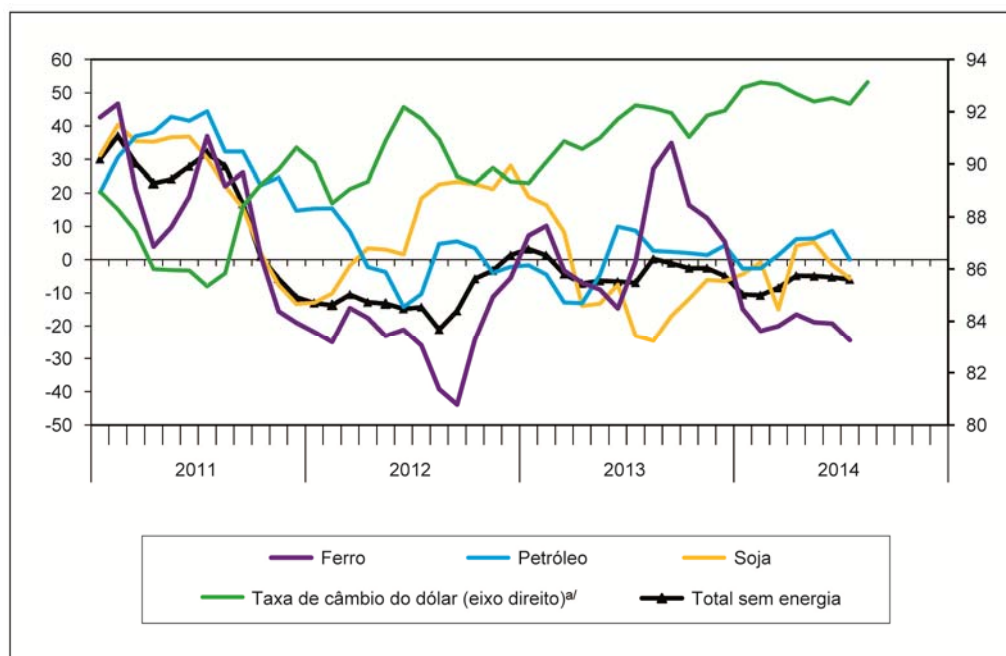
A média de preços de produtos básicos –excluindo a energia–³ contraiu-se 3,2% em 2013 e, nos primeiros oito meses de 2014, acumula uma queda de 7,7% em relação ao mesmo período do ano anterior (Gráfico 5). O preço do **minério de ferro**, que havia crescido 5,3%, em média em 2013, reverteu sua tendência em 2014: entre janeiro e agosto, a contração interanual foi de 21%,

³ A agrupação de *Total sem energia* inclui produtos agropecuários e minerais e metais.

decorrente da incertidão pelas perspectivas de desaceleração na economia chinesa e as previsões de maior produção do minério no nível global. Depois de quase dois anos de relativa estagnação, houve uma pequena expansão na cotação do **petróleo** (1,1% i.a. janeiro-agosto 2014). No que diz respeito aos produtos agrícolas, a recuperação da produção mundial de **soja** em 2013 provocou uma contração nos preços, em relação ao ano anterior, de 7,9%. Esta tendência que parecia reverter-se no início de 2014, aprofundou-se recentemente pelas expectativas de uma colheita recorde nos Estados Unidos: entre janeiro e agosto, a cotação da soja apresentou uma queda de 3,8% a respeito do mesmo período do ano anterior.

Gráfico 5. Preços mensais de produtos básicos selecionados e taxa de câmbio nominal efetiva do dólar, 2011-2014

Taxas de variação interanuais, em percentagem, e índices 2005=100



Nota: ^{al} Indicador 2005=100. Taxa de câmbio nominal efetiva do dólar a respeito de uma cesta ampla de moedas; uma pendente negativa/positiva indica uma depreciação/apreciação.

Fontes: BID-INTAL com dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e da Reserva Federal dos Estados Unidos.

B. Evolução macroeconômica dos países do MERCOSUL

De acordo com projeções, em 2014 se produziria uma desaceleração do crescimento no MERCOSUL, provocada principalmente pelo efeito negativo do fraco desempenho da economia mundial e a perda de dinamismo da absorção interna. Esta situação envolveria as cinco economias do bloco e seria mais intensa na Argentina e no Brasil, cujo PIB se estancaria, e na Venezuela, onde sofreria uma contração.

Em compensação, em 2013, para os quatro sócios fundadores, o crescimento superou o do ano anterior. Em 2013, na Argentina, no Brasil e no Uruguai, a contribuição negativa do setor externo (bens e serviços) foi mais do que compensada pela absorção interna, dinamizada pela expansão fiscal. Por sua vez, no Paraguai e na Venezuela, o setor externo ainda contribuiu positivamente para

a expansão. Porém, estas trajetórias de crescimento não se consolidam em 2014, em parte por um enfraquecimento adicional da demanda externa e em parte por diversos fatores no plano interno.

Salvo no Paraguai, em 2013 o saldo da conta corrente da balança de pagamentos se deteriorou, indicando a menor solidez do setor externo na maioria dos integrantes do MERCOSUL. A debilidade da demanda externa foi reforçada pela evolução da taxa de câmbio real efetiva, que fica, em geral, em níveis inferiores que os de 2005 (no meio do auge exportador 2003-2008). Assim, as depreciações nominais produzidas em 2013 atenuaram só parcialmente esta situação que erode a competitividade do setor externo.

Um problema comum entre as cinco economias é a taxa de inflação, que se acelera em 2014, e é mais elevada na Argentina e na Venezuela. Nos países com metas de inflação, a política monetária respondeu contrativamente, restando impulso ao nível de atividade.

Por sua vez, o crescimento da Bolívia (em processo de adesão ao MERCOSUL) também se desaceleraria em 2014, embora marginalmente. A economia boliviana manteria, este ano, um elevado dinamismo, superior à média regional, que se conseguiu, além do mais, em um contexto de solvência fiscal e externa.

Argentina

Atividade econômica. O PIB cresceu 2,9% em 2013 (0,9% em 2012) e a CEPAL (2014a) projeta uma expansão de 0,2% para 2014. O impulso da atividade durante 2013 proveio da demanda interna, aumentando todos os seus componentes: consumo privado (4,4%), consumo público (5,1%) e investimento (3%). A contribuição do setor externo foi negativa: as exportações de bens e serviços caíram 4,2% e as importações aumentaram 2,1%.⁴ Do ponto de vista da oferta, o crescimento proveio principalmente do setor agrícola e a intermediação financeira. No primeiro semestre de 2014, a atividade apresentou um estancamento de 0,1% com a redução de todos os componentes da demanda agregada, salvo o consumo público. Durante a primeira metade do ano houve uma diminuição do comércio, a construção e a indústria, esta última particularmente afetada pela contração da produção automotiva por causa da redução de vendas para o mercado interno e o Brasil (ver Capítulo II).

A taxa de desemprego ficou em 7,1%, em média, durante 2013 (7,2% em 2012) e em 7,3% no primeiro semestre de 2014, em parte explicado pelo pior desempenho do nível de atividade.

Os problemas macroeconômicos esboçados em 2012 se aprofundaram durante 2013, principalmente a evolução da inflação, a crescente brecha entre a cotação da taxa de câmbio oficial e paralela, e a redução das reservas internacionais, apesar dos diversos controles para administrar a aplicação de divisas. Isso se produz em um contexto de restrição externa motivado por um fraco desempenho das exportações, crescimento das importações em 2013 e falta de acesso a financiamento externo.

Perante este panorama, em janeiro de 2014, o Banco Central da República Argentina (BCRA) implementou uma significativa depreciação do peso e um incremento das taxas de juros. A medida permitiu estabilizar a cotação da moeda, porém impactou negativamente sobre o nível de atividade e acelerou a inflação. Outras medidas eram encaminhadas a normalizar as relações com credores externos (Repsol, Clube de Paris) e eventualmente a obter financiamento externo. Porém, em junho

⁴ Conforme a nova base das contas nacionais, 2004=100.

de 2014, complicações judiciais relacionadas com um grupo de possuidores de bônus que não aceitaram as trocas de dívida de 2005 e 2010 afetaram o mercado de câmbios.⁵

Neste período continuou a política de administração de divisas que regula as importações, a compra de moeda estrangeira e a remessa de utilidades, ao qual se agregou a implantação de um imposto ao turismo e aos carros de alta gama. Uma anistia tributária, orientada para a exteriorização da posse de moeda estrangeira, teve fracos resultados e voltou a ser prorrogada até o final de 2014. A fraqueza da economia brasileira e a redução do preço da soja, desde meados do ano, constituem fatores que limitaram as margens de manobra para enfrentar a restrição externa durante 2014.

Política fiscal. O déficit financeiro representou 2,6% do PIB em 2013 (1,9% em 2012), e o déficit primário foi de 1,4% do produto. A renda fiscal aumentou 30,7% (incluindo contribuições intra-setor público).⁶ O gasto primário aumentou 38,9%, principalmente por causa das prestações da segurança social e das transferências correntes e de capital.

No primeiro semestre de 2014, o crescimento da renda total (43,8%) e do gasto primário (43,5%) se acelerou. A renda tributária contribuiu com mais da metade do incremento, por efeito da depreciação do peso e da inflação. O gasto primário aumentou por causa das maiores transferências correntes e as prestações da segurança social.

A Dívida Pública Nacional Bruta representou 39,5% do PIB em dezembro de 2013, contra os 35,4% no final do ano anterior.

Política monetária. Em face da redução das reservas internacionais (elas passaram de US\$ 43,29 bilhões em dezembro de 2012 para US\$ 30,599 bilhões em dezembro de 2013) e da crescente brecha entre a cotação da taxa de câmbio oficial e a paralela, o BCRA modificou a estratégia cambiária em janeiro de 2014. Enquanto a taxa de câmbio nominal oficial cresceu 14,3% em 2012 e 32,6% em 2013, em 3 jornadas de janeiro de 2014, o peso desvalorizou-se 16,2%, atingindo uma cotação de \$/US\$ 8, nível em torno do qual se manteve durante o primeiro semestre do ano. O nível de reservas se estabilizou durante o primeiro semestre de 2014 e, em junho, elas ficaram em US\$ 29,278 bilhões.

Durante 2013 e o primeiro semestre de 2014, a política monetária foi menos expansiva que nos anos anteriores. As taxas de juros das LEBAC (Letras do Banco Central da República Argentina), que haviam ficado estáveis na segunda metade de 2013, em torno de 15% e 20% segundo o prazo, aumentaram significativamente em janeiro de 2014, ficando entre 25% e 30% e permanecendo estáveis nessa faixa no primeiro semestre do ano, com um nível levemente menor no segundo trimestre que no primeiro.⁷ O Banco Central atenuou o crescimento dos agregados monetários em 2013 e o primeiro semestre de 2014, os quais aumentaram a um ritmo inferior à variação dos preços. A base monetária aumentou 22,7% em 2013 e 20,5% i.a. em junho de 2014. O agregado em pesos mais amplo (M3) subiu 26,3% em 2013 e 22,9% i.a. em junho de 2014. Neste contexto, os empréstimos para o setor privado desaceleraram: eles cresceram 24,6% i.a. em junho de 2014, em comparação com os 31,3% de dezembro de 2013.

⁵ Por ocasião da Cúpula de Presidentes realizada a 29 de julho de 2014 em Caracas, os Estados Partes do MERCOSUL manifestaram seu apoio à posição da Argentina em defesa da reestruturação de sua dívida soberana e uma enérgica rejeição ao modo de atuar dos fundos especulativos. Ver MERCOSUL (2014d).

⁶ Recursos da Administração Nacional da Previdência Social (ANSES) e adiantamentos transitórios do BCRA.

⁷ Estes níveis correspondem às taxas de juros LEBAC de 70 a 111 dias e às de 309 a 444 dias de prazo.

Em janeiro de 2014, o INDEC descontinuou o IPC e começou a publicar os resultados do Índice de Preços ao Consumidor Nacional Urbano (IPCNU),⁸ que, em agosto de 2014, acumulava um incremento de 21,5%.⁹ A mudança de estratégia na política cambial desde janeiro de 2014 teve impacto sobre a evolução da inflação em um contexto de estagnação da atividade econômica.

Setor externo. O déficit da conta corrente representou 0,8% do PIB em 2013 e se ampliou a respeito do ano anterior (0,2% em 2012), por causa do menor superávit em bens e o aprofundamento do resultado negativo em serviços. As importações de mercadorias aumentaram muito mais (8,4%) do que as exportações (1,8%). O déficit de rendas se reduziu por causa de menores pagamentos de utilidades e dividendos.

O saldo negativo da conta capital e financeira (incluindo erros e omissões) representou 1,1% do PIB em 2013. O superávit do setor público não-financeiro foi mais do que compensado pelo déficit do setor privado não-financeiro. As reservas do BCRA diminuíram 29,3% em 2013, atingindo US\$ 30,599 bilhões.

No primeiro semestre de 2014, o déficit de conta corrente se expandiu por causa da redução do superávit comercial, devido a que as exportações de bens caíram mais do que as importações. A conta capital e financeira (incluindo erros e omissões) teve um leve superávit, principalmente por causa do resultado positivo do Setor Público Não-financeiro. As reservas internacionais ficaram em US\$ 29,278 bilhões em junho de 2014.

Brasil

Atividade econômica. Depois de um incremento do PIB de 1% em 2012, o Brasil cresceu 2,5% em 2013 e se prevê um incremento de apenas 0,2% em 2014 (BCB, 2014b). Seu desempenho é vinculado com a deterioração do cenário internacional e a política monetária contrativa orientada a conter a inflação (Gráfico 6), fatores que se tentou compensar com programas de expansão fiscal. A desvalorização do real contribuiu um pouco para a competitividade da economia, porém, acrescentou pressões no nível dos preços.

O crescimento de 2013 foi impulsionado pelo consumo privado (que aumentou 2,6%) e pelo investimento (que cresceu 5,2%), e, em menor medida, pelo consumo público (que aumentou 2%). A contribuição do setor externo foi negativa: as importações de bens e serviços cresceram mais (8,3%) do que as exportações (2,5%).

Na primeira metade de 2014, o PIB cresceu 0,5% i.a., impulsionado pelo consumo privado (que aumentou 1,7%) e público (que cresceu 2,1%) e pelas exportações líquidas (as vendas externas aumentaram 2,3% e as importações se reduziram 0,6%), enquanto o investimento contribuiu negativamente (caiu 6,8%). O PIB aumentou 1,9% no primeiro trimestre, porém, caiu 0,8% no segundo.

No entanto, a taxa de desemprego continuou diminuindo e atingiu 5,4% em média durante 2013 e 4,9% no primeiro trimestre de 2014. Os salários nominais mostraram um crescimento de 4,8% em 2013, porém eles se reduziram 0,8% em termos reais. No primeiro semestre de 2014, em compensação, os salários apresentaram um aumento de 10,2% nominal e 3,8% real.

⁸ Base IV 2013 = 100.

⁹ De acordo com o antigo indicador, a variação dos preços em 2013 foi de 10,9%, enquanto os índices de algumas províncias eram substancialmente maiores: San Luis, 31,9%, Cidade de Buenos Aires, 26,6%, Tierra del Fuego, 24,4% e Formosa, 20,3%. Em agosto de 2014, algumas das variações acumuladas desde dezembro de 2013 foram: San Luis, 29,3%, Cidade de Buenos Aires, 28,2%, Tierra del Fuego, 23,2% e Formosa, 18,2%.

Política fiscal. O Setor Público Consolidado¹⁰ mostrou um superávit primário de 1,9% do PIB em 2013, significando uma posição fiscal mais expansiva a respeito do ano anterior (o saldo se reduziu 0,5 p.p. a respeito de 2012) e o déficit global representou 3,3% do PIB. Em junho de 2014, o superávit primário estava em 1,2% do PIB e o déficit global em 3,6% do produto.

Os gastos do Governo Central¹¹ aumentaram 13,6% em 2013 (11,1% em 2012), e a renda cresceu 11,2% (7,2% em 2012), mantendo-se o rumo expansivo da política fiscal iniciado com o Programa de Aceleração do Crescimento e o Plano “Brasil Maior” (PAC). No primeiro semestre de 2014, os gastos cresceram 10,6%, um ritmo superior ao da renda (7,2%), continuando com o estímulo fiscal diante da desaceleração da atividade econômica. Em ambos os períodos, os gastos cresceram impulsionados por outros gastos correntes e de capital e os benefícios previdenciários, enquanto a renda que mais contribuiu para o incremento foi a do Tesouro Nacional e a da previdência social.

Em 2013, a Dívida Líquida do Governo Geral ficou em 33,6% do PIB (35,3% em 2012) e em 34,9% do PIB em junho de 2014.

Política monetária. A política monetária foi contrativa desde o segundo trimestre de 2013, diante de um cenário de aceleração da inflação, que ficou em torno do limite superior da faixa da meta ($4,5\% \pm 2$ p.p.). Desde março de 2013, quando a taxa SELIC estava em 7,25%, o Comitê de Política Monetária (COPOM) a incrementou quatro vezes durante um ano e ela atingiu 10% em novembro. Durante a primeira metade de 2014, novamente a subiu três vezes e ela ficou em 11% durante o segundo trimestre. A inflação atingiu 6,7% i.a. em junho de 2013 e se desacelerou levemente na segunda metade do ano, que encerrou em 5,9%. Porém, no primeiro semestre de 2014, o crescimento dos preços voltou a acelerar e em setembro de 2014 ficou em 6,5% i.a.

A moeda brasileira teve um comportamento volátil nos últimos meses: entre janeiro e agosto de 2013 se desvalorizou em torno de 20% em relação ao dólar estadunidense, aproximando-se do nível que tinha no final de 2008 no contexto da crise internacional. Algumas medidas, como a eliminação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e a intervenção no mercado cambial através dos leilões de swaps de divisas, geraram uma valorização da moeda em setembro e outubro, porém, a cotação encerrou o ano com um valor de 2,34 R\$/US\$, registrando uma desvalorização da moeda i.a. de 14,6%. No primeiro semestre de 2014, a moeda valorizou-se 6% (Gráfico 6). A Taxa de Câmbio Real Efetiva (TCRE) se elevou 8% durante 2013, mas caiu 6,5% no valor acumulado até agosto de 2014. De qualquer maneira, em agosto de 2014, a moeda brasileira estava valorizada 17,3% em termos reais em comparação com a média de 2005.

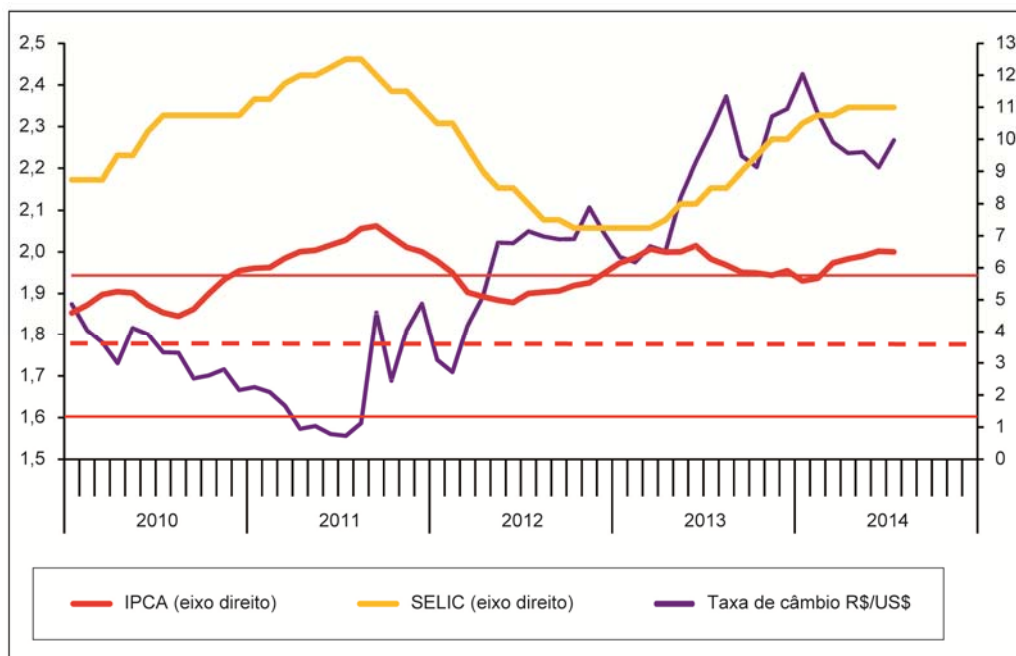
A base monetária se expandiu 5,5%, em média, em 2013 e 6,5% no primeiro semestre de 2014 em relação ao mesmo semestre do ano anterior. O M3 cresceu 8,6% em 2013 e 8,3% i.a. em junho de 2014. O saldo das operações de crédito do sistema financeiro aumentou 14,7% em 2013 e 11,8% no primeiro semestre de 2014, impulsionado em ambos os casos pela expansão dos empréstimos ao setor privado (14% e 10,9%, respectivamente), especialmente no segmento de recursos direcionados, em comparação com o de recursos livres.

¹⁰ O Setor Público Consolidado inclui os Governos Federal, Estaduais e Municipais, as empresas públicas, o Instituto Nacional de Segurança Social e o Banco Central.

¹¹ O Governo Central inclui o Tesouro, o Banco Central e a Previdência Social.

Gráfico 6: Brasil. Evolução da taxa de câmbio, a taxa SELIC e a inflação janeiro 2010-julho 2013

Em R\$/US\$, e em porcentagem



Fonte: BID-INTAL com dados do BCB.

Setor externo. Em 2013, a conta corrente teve um saldo negativo de US\$ 81,215 bilhões, equivalente a 3,6% do PIB (2,4% em 2012). O superávit comercial se reduziu em 2013 e representou 0,1% do PIB (0,9% em 2012), por causa de uma queda das exportações (-0,2%) e um aumento comparativamente substancial das importações (7,4%). Também os maiores déficits contribuíram nas contas de serviços e rendas. A conta capital e financeira teve um superávit de US\$ 74,288 bilhões em 2013 (3,3% do PIB, 0,2 p.p. a mais do que no ano anterior). O maior superávit a respeito do observado no ano anterior se explica pelo aumento do investimento estrangeiro em carteira, enquanto o investimento estrangeiro direto (IED) se reduziu levemente. As reservas internacionais ficaram em US\$ 358,808 bilhões no final de 2013.

No primeiro semestre de 2014, o déficit da conta corrente se manteve estável a respeito do mesmo período do ano anterior e ficou em US\$ 43,312 bilhões (3,8% do PIB). A balança comercial reduziu seu déficit a respeito do ano anterior porque as importações caíram mais do que as exportações. O superávit da conta corrente e financeira foi equivalente a 4,7% do PIB na primeira parte de 2014, mantendo-se sem mudanças a respeito do mesmo período do ano anterior. O menor IED foi compensado pelo maior investimento estrangeiro em carteira. As reservas internacionais ficaram em US\$ 373,516 bilhões em junho de 2014.

No final de 2014 espera-se que o déficit da conta corrente e o superávit da balança comercial se mantenham em níveis semelhantes aos do ano anterior.

Paraguai

Atividade econômica. O aumento recorde de 13,6% do PIB em 2013 foi impulsionado pelo dinamismo do setor agrícola, em oposição à queda de 1,2% da atividade em 2012 impactada pela seca. No primeiro semestre de 2014, a economia paraguaia se expandiu 3,5% e atingiria um crescimento de 4,5% a 4,7% no ano (CEPAL, 2014a e BCP, 2014a, respectivamente).

Para o significativo crescimento de 2013 contribuíram tanto a demanda interna quanto a externa. O consumo privado cresceu 8,8% e o investimento aumentou 16,7%. O consumo público teve uma contribuição menor e subiu 7,7%. As exportações líquidas de bens e serviços explicaram um quarto do crescimento em 2013: as vendas externas aumentaram 17,6% e as importações, 11,8%. No primeiro semestre de 2014, a expansão da economia foi impulsionada, principalmente, pelo consumo privado e, em menor medida, pelo investimento e as exportações líquidas.

Cumprir mencionar que o setor agrícola é o mais relevante na produção de bens e representou quase um quarto do PIB paraguaio em 2013; somando a pecuária, o setor agropecuário gera, aproximadamente, 30% do PIB. O dinamismo do setor se explica tanto pela produção de soja da campanha 2012/2013 –muito superior à do ano anterior, afetado pela seca– quanto pela pecuária, impulsionada pela reabertura de mercados de exportação, devido à recuperação da condição de país livre de febre aftosa com vacinação. A produção de soja da campanha 2013/2014 é estimada em 8,1 milhões de toneladas, semelhante à da campanha anterior (8,2 milhões de toneladas) (USDA, 2014).

As políticas macroeconômicas tiveram um rumo expansivo em 2012, acompanharam a recuperação durante 2013 e começaram a desacelerar o estímulo em 2014, em um contexto de crescimento econômico com inflação controlada.

Neste contexto, a taxa de desemprego ficou em 8,8%, em média, durante o primeiro semestre de 2014, 0,6 p.p. a mais do que no mesmo período do ano anterior (8,1% em média durante 2013). O Índice Geral de Salários aumentou 5% em 2013. Embora se encontrem elevados, é importante destacar a gradativa redução dos níveis de pobreza e indigência que atingiram 23,8% e 10,1%, respectivamente, em 2013 (26,9% e 13,8% em 2012).

Política fiscal. Em 2013, o aumento dos gastos do Governo Central foi 5,4% maior que o da renda de 3,9%, e ambos perderam a participação em termos do produto (16,6% e 18,5%, respectivamente). O aumento dos gastos correntes foi impulsionado pelo aumento de 11,9% das despesas em pessoal, enquanto as de capital caíram por menores transferências, parcialmente compensadas por um incremento de 2% do investimento físico. O déficit primário representou 1,6% do PIB (igual que em 2002) e o déficit fiscal, 1,9% (1,8% em 2012). No primeiro semestre de 2014, a renda do Governo Central cresceu 12,4% a respeito do mesmo período do ano anterior, mais do que os gastos (3,5%). Os gastos correntes se incrementaram 9,8%, enquanto que os de capital se reduziram 22,7%.

Cumprir mencionar que o gasto em pessoal constitui em torno de 80% da renda tributária. Por outro lado, a pressão tributária é menor que no resto dos países do MERCOSUL: ela ficou em 11,5% do PIB em 2013 (12,7% em 2012). Em 2013 não chegou a ser implementado um imposto à exportação de grãos porque a medida foi derogada, porém, foi criado o Imposto de Renda das Atividades Agropecuárias (IRAGRO), além da generalização do IVA para este setor que se encontrava isento.

A dívida pública externa representou 9,9% do PIB em 2013 e se manteve estável na primeira metade de 2014.

Política monetária. Com o objetivo de manter a inflação na meta estabelecida, o Comitê Executivo de Operações de Mercado Aberto (CEOMA) incrementou a taxa de juros de política de 5,5% para 6% em dezembro de 2013, para 6,5% em janeiro de 2014 e para 6,75% em fevereiro, nível em que se manteve nas sucessivas reuniões até julho de 2014. O M3 aumentou a um ritmo de 21,7% i.a. em dezembro de 2013 e 16% em junho de 2014. A taxa de variação do IPC se manteve alinhada com as metas das autoridades monetárias (5% \pm 2%): foi 3,7% em dezembro de 2013 e

6,4% em junho de 2014, sendo a projeção de 4,9% no final do ano (BCP, 2014a). Na primeira parte de 2014, o IPC foi impulsionado pelos aumentos de preços em alimentos e transporte público.

A respeito do dólar, o guarani se desvalorizou 5,5% em 2013, enquanto que na primeira parte de 2014 se valorizou e atingiu, em junho, uma cotação semelhante à do mesmo período do ano anterior. A taxa de câmbio real efetiva, por sua vez, ficou, em dezembro de 2013, em um nível semelhante ao do ano anterior; em agosto de 2014 acumulou uma queda de 6,3% no ano e ficou 21,2% por baixo da média de 2005.

Setor externo. O superávit da conta corrente foi equivalente a 2,2% do PIB em 2013, revertindo o déficit de 2012 (0,9% do produto). O crescimento do superávit em bens compensou os maiores déficits em rendas e serviços e a redução do superávit de transferências. O crescimento de 16,7% das exportações de bens, impulsionadas pela oferta agropecuária, foi superior ao incremento das importações de bens (7,8%). A conta capital e financeira (incluindo erros e omissões) apresentou um superávit de 1,4% do PIB em 2013 (maior do que a percentagem de 0,8% do ano anterior).

No primeiro semestre de 2014, o excedente da conta corrente aumentou a respeito do mesmo período do ano anterior, por causa de um crescimento das exportações de bens e de uma redução das importações, o qual permitiu compensar o déficit da conta capital e financeira. As reservas internacionais se incrementaram e, em junho de 2014, ficaram em US\$ 6,377 bilhões.

Uruguai

Atividade econômica. O PIB cresceu 4,4% em 2013 e se projeta certa desaceleração a 3% em 2014 (BCU, 2014a). A atividade econômica em 2013 foi impulsionada pela absorção interna: o consumo privado cresceu 5,3% –dinamizado pelo aumento dos salários reais– e o investimento privado subiu 5%. A contribuição do setor externo foi negativa: as exportações de bens e serviços se estancaram e as importações aumentaram 2,8%.

No primeiro semestre de 2014, o PIB aumentou 3,3%, impulsionado pelo consumo privado e o investimento, enquanto a contribuição do setor externo voltou a ser negativa, por causa do maior incremento das importações de bens e serviços a respeito das exportações.

O principal desafio da política macroeconômica tem sido o controle da inflação, que fica por cima da meta de 3-7%. A política monetária manteve seu rumo contrativo: o instrumento era a taxa de juros e passou a ser o controle dos agregados monetários desde junho de 2013. Dessa maneira, foi evitado que o peso uruguaio continuasse valorizando-se perante os incrementos da taxa de juros, o qual afetava a competitividade cambiária. De qualquer maneira, o ingresso de capitais se encontra respaldado pela qualificação de grau investidor outorgada por cinco das principais qualificadoras de risco desde agosto de 2014. Na frente externa, o principal risco está associado à magnitude do déficit de conta corrente, enquanto o IED contribuiu para o superávit na conta capital.

A taxa de desemprego ficou em 6,5%, em média, durante 2013, e em 6,8%, durante o primeiro semestre de 2014, um nível baixo em termos históricos. Os salários se incrementaram 12% em 2013 e 11,8% i.a. em junho de 2014. Cabe destacar a contínua redução dos indicadores de pobreza: nas moradias ficou em 7,8% em 2013 (8,4% em 2012), e em 11,5% da população em 2013 (12,4% em 2012) (INE, 2014).

Política fiscal. A renda cresceu 20,4% em 2013, impulsionada, principalmente, pelos recursos tributários (IVA e imposto de renda) e pela redução dos déficits correntes das principais empresas públicas (UTE e ANCAP). Essas empresas haviam aprofundado seus déficits em 2012 porque a

seca havia reduzido a contribuição das fontes hídricas à geração de energia elétrica, que precisou ser compensada com a importação de petróleo. Os gastos primários se incrementaram 17,9%, impulsionados pelas transferências e aposentadorias. O superávit primário atingiu 0,4% do PIB em 2013 e o déficit fiscal representou 2,4% do produto (2,8% em 2012).

No primeiro semestre de 2014, a renda fiscal cresceu 8,8% por causa da maior renda tributária (principalmente pelo IVA interno e à importação), enquanto que o déficit das duas principais empresas públicas se incrementou em comparação com o mesmo período do ano anterior. Os gastos primários, por sua vez, se expandiram 17% por causa das maiores transferências e aposentadorias.

A dívida pública representou 59,5% do PIB em 2013 e 62,6% em junho de 2014.

Política monetária. Durante 2013 e a primeira parte de 2014, apesar do viés contrativo da política monetária, a inflação se manteve por cima da faixa objetiva. A taxa de variação do IPC foi de 8,5% em 2013, por cima da meta de 3-7%. Em setembro de 2014, a inflação ficou em 8,4% i.a.

O incremento da taxa de juros de política para controlar a inflação impulsionou a valorização da moeda local: entre julho de 2012 e abril de 2013, o peso uruguaio se valorizou em torno de 13%. Para evitar a erosão da competitividade, o instrumento de política se modificou desde junho de 2013: passou a ser o crescimento dos agregados monetários, como foi mencionado acima. Entre abril de 2013 e junho de 2014, o peso uruguaio se desvalorizou quase 21%. Além do mais, em virtude da mudança mencionada, verificou-se uma alta volatilidade de taxas de juros interbancárias. A TCRE aumentou 1,9% em 2013 e acumulou um aumento de 7,5% em agosto de 2014, porém estava 19,5% por baixo da média de 2005.

Neste contexto, a variação do M1 ampliado (novo instrumento) no quarto trimestre de 2013 foi de 13,5%, no primeiro trimestre de 2014 foi de 11,5% e no segundo trimestre foi de 10,4%, em linha com as faixas indicadas pelo Comitê de Política Monetária (COPOM). O horizonte de crescimento do M1 ampliado de longo prazo está previsto em 8%, consistente com a meta de inflação e com o crescimento do produto potencial.

Setor externo. O déficit de conta corrente representou 5,6% do PIB em 2013 (5,4% em 2012). Um fato inovador foi que o resultado da conta serviços apresentou déficit em 2013 –por causa do menor superávit em viagens e do déficit em outros serviços– ao que se somou o incremento do déficit em rendas. Assim, o déficit de conta corrente aumentou, apesar da redução do déficit da balança de bens derivado de um incremento das exportações de bens e uma redução das importações. O superávit da conta capital e financeira (incluindo erros e omissões) representou 8,5% do PIB em 2013 (10,9% em 2012), impulsionado pelo investimento estrangeiro direto (IED). Em 2013 se acumularam reservas internacionais, que atingiram US\$ 16,281 bilhões em dezembro.

No primeiro semestre de 2014, o déficit de conta corrente se manteve estável a respeito do mesmo período do ano anterior e o superávit da conta capital e financeira (incluindo erros e omissões) aumentou. As reservas internacionais atingiram US\$ 18,603 bilhões em junho de 2014.

Venezuela

Atividade econômica. O crescimento do PIB se desacelerou a 1,3% em 2013 (5,5% em 2012) e cairia 0,5% em 2014 (CEPAL, 2014a).

As fontes de crescimento durante 2013 foram o consumo privado (se expandiu 4,7%) e, em menor medida, o consumo público (aumentou 3,3%), que foram parcialmente compensados pelo

investimento (se reduziu 14%). O setor externo contribuiu positivamente para o crescimento devido a que a queda das importações (9,7%) foi maior do que a das exportações (6,2%).

De acordo com o Ministério do Poder Popular de Petróleo e Mineração, os preços do petróleo da cesta venezuelana caíram 3,8% em 2013 e 2,9% no primeiro semestre de 2014. Por sua vez, conforme a OPEP (2014), a produção de petróleo se reduziu 0,1% em 2013 e 0,5% durante o primeiro semestre de 2014, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

O contexto econômico em 2014 se caracteriza por uma diminuição da atividade e a persistência da inflação, em um contexto em que há diversas taxas de câmbio e um acesso limitado às divisas, o qual impacta sobre o processo produtivo.

A taxa de desemprego ficou em 7,5%, em média, durante 2013 e se manteve estável durante o primeiro semestre de 2014. O Índice Geral de Salários se incrementou, em média, 32,5% em 2013, por baixo do aumento do indicador da inflação.

Política fiscal. De acordo com dados da CEPAL (2014a), a partir da Lei de Orçamento, o governo central registrou, em 2013, um déficit primário de 0,3% do PIB, menor do observado em 2012 (2,2% do PIB). O déficit global representou 3,4% do PIB em 2013 (4,9% do PIB em 2012). De acordo com a Lei de Orçamento, o superávit primário seria de 0,4% do PIB e o déficit global representaria 4,2% do PIB em 2014.

De qualquer maneira, esses dados representam uma medição parcial da evolução das finanças públicas. A definição mais ampla requer incluir os organismos descentralizados e empresas do setor público (incluindo os créditos que recebem do Banco Central), bem como a renda e os gastos fora do orçamento geral, tais como o Fundo de Desenvolvimento Nacional (financiado com transferências de reservas do Banco Central e contribuições da PDVSA) e o Fundo Conjunto Chinês-Venezuelano (contribuições de fundos que são pagos com petróleo da PDVSA).¹²

Política monetária. A aceleração da inflação tem sido o fenômeno mais evidente durante 2013 e o primeiro semestre de 2014, partindo de níveis elevados em comparação com a evolução regional. A taxa de variação i.a. do Índice Nacional de Preços ao Consumidor foi de 20,1% em dezembro de 2012, 56,2% em dezembro de 2013 e 63,4% em agosto de 2014. A aceleração no nível dos preços se vincula com a liquidez da economia e com a evolução da taxa de câmbio.

Durante 2013 e o primeiro semestre de 2014, a política monetária foi expansiva, fato que se evidenciou no significativo incremento dos agregados monetários (em torno de 70% i.a.). O aumento do financiamento de empresas públicas (principalmente a PDVSA) por parte do Banco Central foi parcialmente compensado com aumentos do encaixe para as instituições financeiras e com operações de mercado aberto para a absorção de liquidez.

A taxa de câmbio oficial passou, em fevereiro de 2013, de 4,3 para 6,3 Bs/US\$. Nos primeiros meses de 2014, o sistema foi novamente modificado e, atualmente, existem três taxas de câmbio: a oficial para um conjunto limitado de bens importados (remédios, alimentos, moradia e educação); o Sistema Complementário de Administração de Divisas (SICAD) para a maioria das categorias de bens importados (11,3 Bs./US\$ desde janeiro de 2014); e em março de 2014 foi introduzido o SICAD II, com uma taxa de câmbio flutuante, que ficou em torno de 50 Bs./US\$, pela qual são oferecidos dólares à vista ou através de bônus. A TCRE se reduziu 5,1% em 2013 e em dezembro se encontrava 47,7% por baixo da média de 2005.

¹² Não há informações disponíveis sobre os movimentos de ambos os Fundos.

Setor externo. Conta-se com informação da balança de pagamentos até o terceiro semestre de 2013. Nesse período, o superávit de conta corrente se reduziu 35,6%, principalmente por causa da diminuição do saldo na balança comercial. O saldo positivo do intercâmbio de bens declinou nos primeiros nove meses de 2013: as vendas externas caíram 8% e as compras diminuíram 5%. O déficit em serviços se manteve estável enquanto que o déficit de rendas se incrementou 3%.

O déficit da conta capital e financeira diminuiu 42,5% nos primeiros três trimestres de 2013 e o setor público desacumulou ativos externos.

As reservas internacionais (incluindo o Fundo de Estabilização Macroeconômica) ficaram em US\$ 21,481 bilhões em dezembro de 2013 e se reduziram 28,1% a respeito do ano anterior. Em maio de 2014 somavam US\$ 22,526 bilhões.

Bolívia

Atividade econômica. O PIB teve um aumento recorde de 6,8% em 2013 (5,2% em 2012), muito por cima do crescimento regional, e se prevê um incremento de 5,5% em 2014 (CEPAL, 2014a).

A evolução recente transcorreu em um contexto geral de expansão e solvência fiscal e externa, permitindo ao país a segunda emissão de dívida nos mercados internacionais em condições favoráveis. Embora acelerasse levemente em 2013 e na primeira metade de 2014, a inflação permanece controlada.

O PIB foi impulsionado em 2013 pela absorção interna: o consumo privado aumentou 5,9%, o investimento, 16,1% e o consumo público, 9,3%. A contribuição do setor externo foi negativa: as importações cresceram 8,2%, por cima das exportações (4,1%). Os setores que mais contribuíram para o crescimento foram a indústria manufatureira (aumentou 6,1%) e petróleo cru e gás natural (cresceram 14%). No primeiro trimestre de 2014, o PIB se expandiu 5,6%, impulsionado por todos os componentes da demanda agregada, tanto internos quanto externos. Os mesmos setores contribuíram para o crescimento, ao qual se somou a intermediação financeira.

Política fiscal. A política fiscal teve um rumo expansivo em 2013: os gastos cresceram 20,9%, por cima da renda (17,9%). O superávit primário do Governo Geral representou 1,3% do PIB e o superávit global, 0,7% (2,8% e 1,8%, respectivamente em 2012). Destaca-se o incremento de 36,4% dos gastos de capital, principalmente investimento público no contexto de um programa de ampliação da infraestrutura e no setor produtivo de hidrocarbonetos, com o objetivo de processar o gás boliviano.

Em 2013 foram emitidos bônus soberanos por US\$ 500 milhões, pela segunda vez (a primeira foi pelo mesmo montante em outubro de 2012). A dívida pública externa ficou em US\$ 5,2618 bilhões, em dezembro de 2013, e US\$ 5,3092 bilhões, em maio de 2013. Cabe mencionar que 65% desta dívida é mantida com organismos multilaterais.

Política monetária. A política monetária teve o objetivo de incrementar a confiança na moeda local, conseguindo que 76,5% dos depósitos e 87,4% dos empréstimos se denominassem em Bolivianos em 2013 (16,1% e 7,5%, respectivamente, em 2005).

A variação do IPC ficou em 6,5% em 2013, 2 p.p. por cima da de 2012 e em junho de 2014 foi de 7,3% i.a. A inflação foi impulsionada por aumentos nos preços dos alimentos por causa de problemas de oferta devidos a fenômenos climáticos. Em junho de 2013, o índice de salários do setor privado aumentou 7% em termos nominais e 2,1% em termos reais.

Tal como vem acontecendo desde 2012, a taxa de câmbio oficial se manteve sem variações em 6,86 Bolivianos/US\$ para a compra e 6,96 para a venda em 2013 e durante a primeira metade de 2014. A TCRE se reduziu 8,5% em 2013, encontrando-se, em agosto de 2014, 22,8% por baixo da média de 2005.

Setor externo. O superávit de conta corrente ficou em US\$1,173 bilhão e representou 0,6% do PIB em 2013 (1,1% em 2012). O excedente da balança comercial se reduziu: as importações cresceram por cima das exportações, os déficits em serviços e rendas aumentaram e as transferências correntes líquidas –principalmente as remessas do setor privado– se mantiveram estancadas.

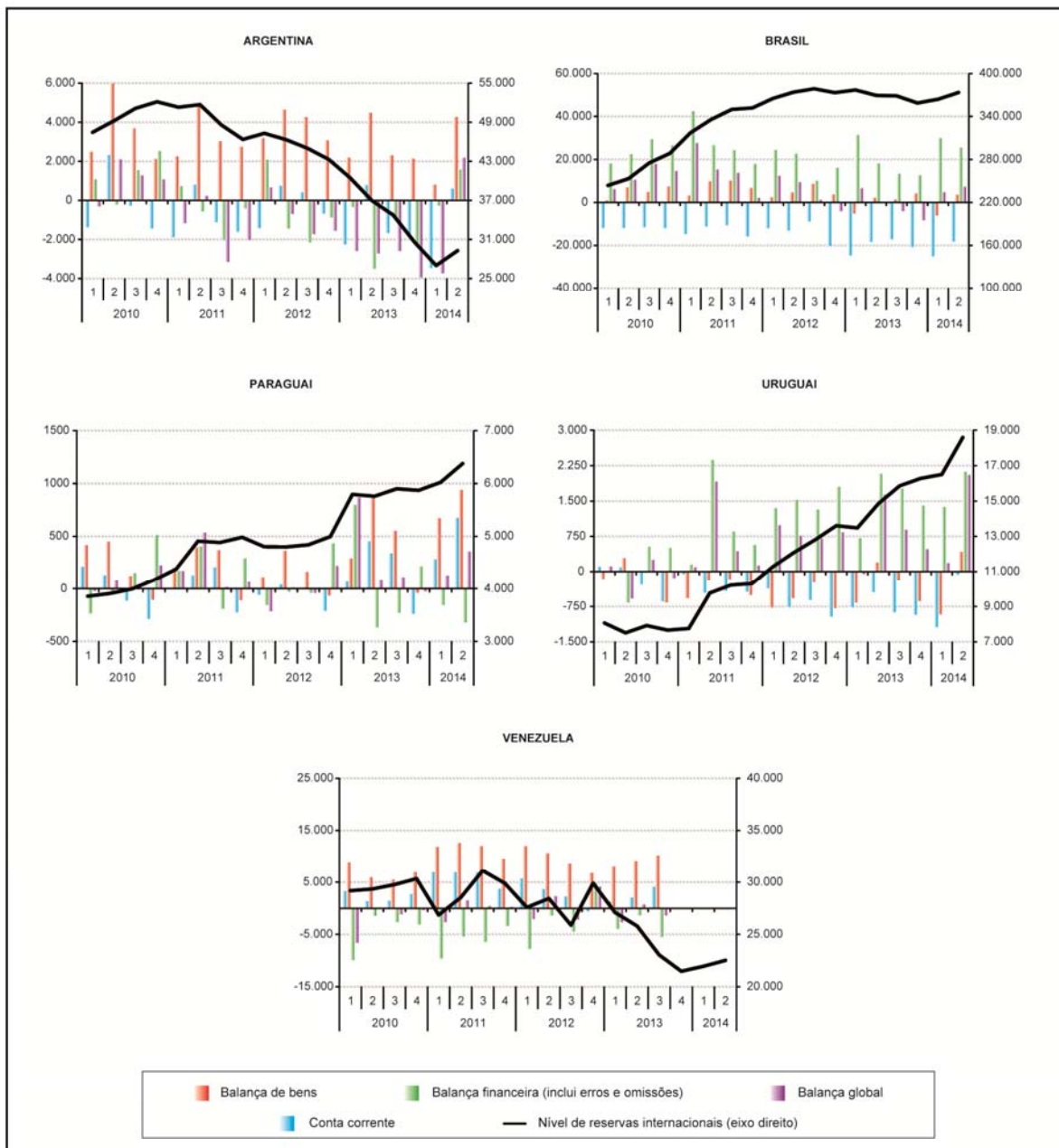
O déficit da conta capital e financeira (incluindo erros e omissões) foi quase nulo, representando 0,02% do PIB. Neste resultado impactou a criação do Fundo para a Revolução Industrial Produtiva (FINPRO), com uma capitalização de US\$ 1,20 bilhão proveniente das reservas internacionais, que foi registrada como uma saída da conta Outro Capital do setor público e compensou o aumento do investimento estrangeiro direto recebido. As reservas internacionais líquidas do Banco Central da Bolívia ficaram em US\$ 14,43 bilhões em 2013 (US\$ 13,927 bilhões em 2012).

No primeiro trimestre de 2014 reduziu-se novamente o superávit de conta corrente pelo menor resultado na balança comercial, derivado de um crescimento das importações maior ao das exportações. As reservas internacionais líquidas ficaram em US\$ 14,809 bilhões em junho de 2014.

ANEXO I

Gráfico AI.1. MERCOSUL: Evolução trimestral da balança de pagamentos, 2010-2014

Componentes selecionados, em milhões de US\$



Fonte: INDEC, BCB, BCP, BCU e BCV.

Quadro AI.1. MERCOSUL: Variação do PIB, 2008-2014

Ano	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela
2008	3,1	5,2	6,4	7,2	5,3
2009	0,1	-0,3	-4,0	2,2	-3,2
2010	9,1	7,5	13,1	8,9	-1,5
2011	8,6	2,7	4,3	6,5	4,2
2012	0,9	1,0	-1,2	3,9	5,5
2013	2,9	2,5	13,6	4,4	1,3
2014 ^{a/}	0,2	0,2	4,7	3,0	-0,5

Notas: ^{a/} Projeções. *Argentina* (CEPAL, 2014); *Brasil* (BCB, 2014); *Paraguai* (BCP, 2014); *Uruguai* (BCU, 2014a); *Venezuela* (CEPAL, 2014).

Fonte: INDEC, BCB, BCP, BCU, BCV e CEPAL.

Quadro AI.2. MERCOSUL: Principais indicadores fiscais, 2011-2014

Como porcentagem do PIB

País	Período	Resultado primário ^{a/}	Juros ^{a/}	Resultado global ^{a/}	Dívida pública ^{b/}
Argentina	2011	0,3	1,9	-1,7	41,8
	2012	-0,1	1,7	-1,9	35,4
	2013	-1,4	1,2	-2,6	39,5
	2014 1º S	0,2	0,9	-0,7	n.d.
Brasil	2011	3,1	5,7	-2,6	36,4
	2012	2,4	4,9	-2,5	35,3
	2013	1,9	5,1	-3,3	33,6
	2014 1º S	1,2	4,8	-3,6	34,9
Paraguai	2011	1,0	0,3	0,7	9,1
	2012	-1,6	0,2	-1,8	9,1
	2013	-1,6	0,3	-1,9	9,3
	2014 1º S	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Uruguai	2011	2,0	2,9	-0,9	58,2
	2012	-0,2	2,6	-2,8	62,3
	2013	0,4	2,8	-2,4	59,4
	2014 1º S	0,3	2,9	-2,6	62,6
Venezuela	2011	-1,8	2,2	-4,0	25,1
	2012	-2,2	2,7	-4,9	27,5
	2013	-0,3	3,1	-3,4	n.d.
	2014 1º S	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

Notas: n.d.: Não disponível. ^{a/} *Argentina*: Setor público nacional não financeiro. *Brasil*: Setor público consolidado. *Paraguai*: Governo Central. *Uruguai*: Setor público consolidado. *Venezuela*: Governo Central. ^{b/} *Argentina*: Dívida do setor público nacional não financeiro. *Brasil*: Dívida líquida do setor público. *Paraguai*: Dívida externa. *Uruguai*: Dívida do setor público global. *Venezuela*: Saldo agregado da dívida pública interna e externa.

Fonte: Elaboração própria com dados da Secretaria de Política Econômica e Secretaria de Finanças (Argentina), IPEA e BCB (Brasil), Ministério da Fazenda e BCP (Paraguai), Ministério de Economia e Finanças e BCU (Uruguai), Ministério do Poder Popular de Planificação e Finanças (Venezuela).

Quadro AI.3. MERCOSUL: Indicadores monetários, 2008-2014

Taxa de juros^{a/}, fim do período, em percentagem

Ano	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela
2008	12,5	13,8	4,6	7,8	21,7
2009	14,0	8,8	2,9	6,3	18,9
2010	11,0	10,8	5,5	6,5	17,9
2011	14,0	11,0	7,4	8,8	15,6
2012	12,4	7,3	5,6	9,0	15,6
2013	15,1	10,0	5,9	9,3	15,6
2014 1° S	26,8	11,0	6,3	n.d.	16,2

Agregados monetários^{b/}, variação i.a. fim do período, em %

Ano	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela
2008	11,3	18,0	25,0	17,2	23,1
2009	13,0	15,6	22,0	14,9	14,3
2010	36,9	15,6	22,2	30,4	19,1
2011	30,0	18,8	13,5	22,1	50,6
2012	36,5	16,1	12,2	10,5	60,1
2013	26,3	8,6	21,7	13,9	70,7
2014 1° S	22,9	8,3	16,0	6,8	71,0

Notas: ^{a/} Argentina: LEBAC, Brasil: SELIC, Paraguai: média de instrumentos de política monetária, Uruguai: taxa de política monetária e Venezuela: média operações ativas seis principais bancos. ^{b/} Argentina: M3 em pesos, Brasil: M3, Paraguai: M3, Uruguai: M2 e Venezuela: M3.

Fonte: INDEC, BCB, BCP, BCU e BCV.

Quadro AI.4. MERCOSUL: Índice de preços ao consumidor, 2008-2014

Variação i.a. fim do período, em percentagem

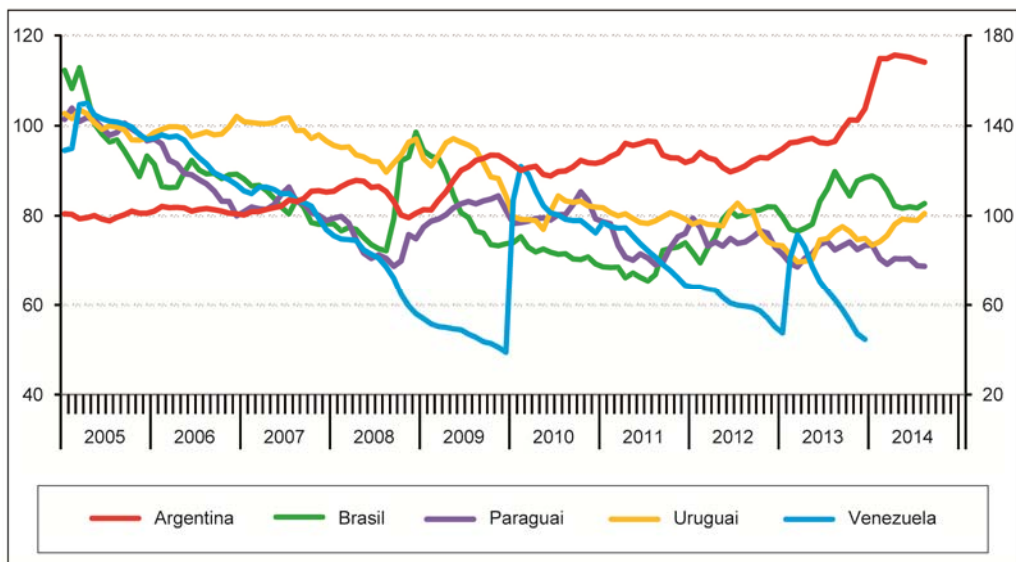
Ano	Argentina ^{a/}	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela
2008	7,2	5,9	7,5	9,2	30,9
2009	7,7	4,3	1,9	5,9	25,1
2010	10,9	5,9	7,2	6,9	27,2
2011	9,5	6,5	4,9	8,6	27,6
2012	10,8	5,8	4,0	7,5	20,1
2013	10,9	5,9	3,7	8,5	56,2
2014 ^{b/}	21,5	6,3	5,3	8,4	39,0

Nota: ^{a/} Dados do INDEC. Desde 2014 IPCNu. ^{b/} Brasil, Paraguai e Uruguai: Projeções baseadas em levantamento de expectativas de mercado (BCB, 2014; BCP, 2014; BCU,2014b); Argentina e Venezuela: variação acumulada janeiro-agosto de 2014.

Fonte: INDEC, BCB, BCP, BCU e BCV.

Gráfico A1.2. MERCOSUL: Taxa de câmbio real efetiva, 2011-2014^{a/}

Índices 2005=100



Nota: ^{a/} Uma pendente positiva (negativa) indica uma depreciação (apreciação) real.

Fonte: Elaboração própria com dados da CEPAL e para Argentina: Índice de Taxa de Câmbio Real Multilateral (BCRA) deflatada pelo IPC (INDEC).

Quadro A5. MERCOSUL: Índices de desemprego, 2010-2014

Como percentagem da população economicamente ativa, média do período

Ano	Argentina ^{a/}	Brasil ^{b/}	Paraguai ^{c/}	Uruguai ^{d/}	Venezuela ^{e/}
2010	7,8	6,7	7,2	7,1	8,5
2011	7,2	6,0	7,1	6,3	8,2
2012	7,2	5,5	8,1	6,5	7,8
2013	7,1	5,4	8,1	6,5	7,5
2014 ^{f/}	7,3	4,9	8,8	6,8	7,5

Notas: ^{a/} Áreas urbanas. Os beneficiários dos programas sociais que realizam algum tipo de trabalho são considerados empregados. ^{b/} Seis áreas metropolitanas. ^{c/} População total (urbana e rural). ^{d/} Inclui também as zonas rurais. ^{e/} Total nacional. ^{f/} Média primeiro semestre.

Fonte: INDEC, IBGE, DGEEC, INE Uruguai e INE Venezuela.

CAPÍTULO II. EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO E DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO

A. *Evolução do comércio do MERCOSUL*

Intercâmbio total do MERCOSUL

Imerso num contexto de demanda mundial fraca e queda dos preços de alguns dos principais produtos de exportação, durante 2013 as vendas externas totais do MERCOSUL (incluindo o comércio intrazona) ficaram estagnadas. Por sua vez, as importações totais (também incluindo o intercâmbio intrabloco) sofreram uma leve aceleração no que diz respeito a 2012, mas sem voltar aos registros mais altos de 2010-2011. Num marco de condições macroeconômicas externas e internas deteriorado no primeiro semestre de 2014, houve redução tanto das exportações quanto das importações do conjunto do MERCOSUL, arrastadas pelos fluxos das economias de maior porte. Com estes resultados, o comércio total do bloco acumularia três anos de desempenho pobre, em contraste com o dinamismo da recuperação pós-crise e a fase expansiva de 2003-2008.

Durante 2013, as exportações totais dos países do MERCOSUL somaram US\$ 432 bilhões (1% a menos que em 2012), ao passo que as importações cresceram 5,1% (US\$ 393 bilhões) (Gráfico 7 e Quadro 1). As vendas para o exterior evoluíram de maneira heterogênea: no Paraguai e no Uruguai se expandiram, mas nas economias maiores aumentaram pouco (Argentina), ficaram estagnadas (Brasil) ou se reduziram (Venezuela).¹³ O incremento das compras externas foi similar em todos os países exceto no Uruguai, onde se mantiveram sem alterações devido às menores necessidades energéticas respeito do ano prévio e, na Venezuela, onde se reduziram.

O movimento das compras e vendas externas do MERCOSUL produziu em 2013 um superávit comercial total (incluindo o comércio intrazona e extrazona) de US\$ 38,3 bilhões, o menor excedente desde 2002,¹⁴ inclusive inferior aos registrados em 2009 e 2010, marcados pela severa crise financeira internacional. Esse resultado é significativo porque mostra a erosão de um fator da fortaleza externa que os países do bloco vinham exibindo faz pouco mais de uma década.

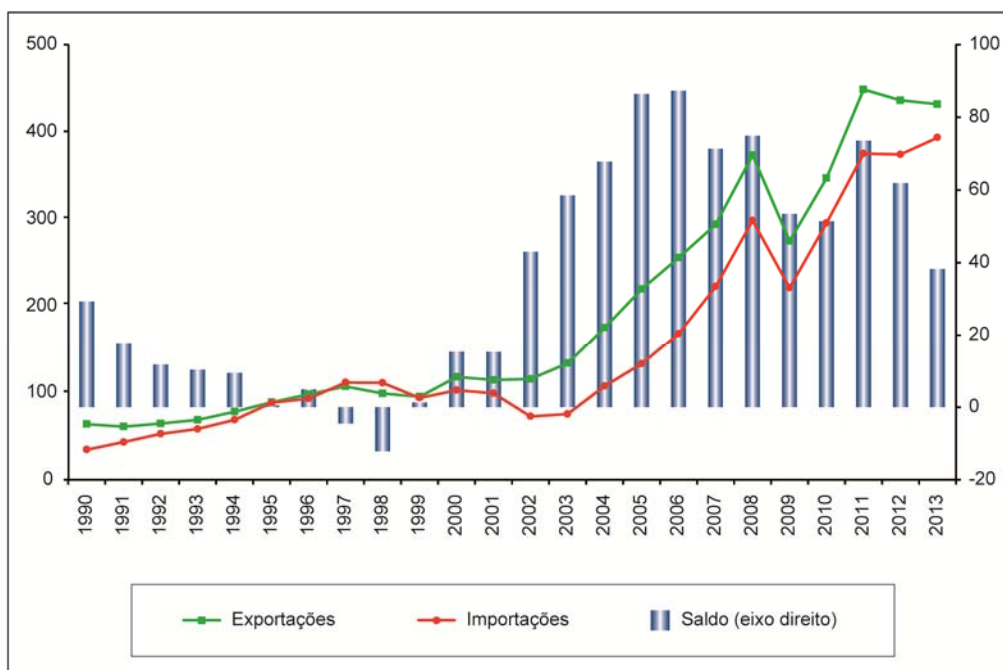
Durante o primeiro semestre de 2014, inserido num marco de condições macroeconômicas externas e internas deteriorado, houve contração tanto de exportações quanto de importações para o conjunto do bloco. Mas, novamente, esse resultado decorre da situação da Argentina e do Brasil, visto que as vendas externas das economias pequenas cresceram. A redução do intercâmbio bilateral entre os parceiros maiores foi significativa na contração de seus fluxos comerciais externos. Por sua vez, as importações diminuíram em todos os países exceto no Uruguai, cujas necessidades energéticas foram superiores com respeito ao ano anterior. Não há informação de 2014 para a Venezuela. Os dados disponíveis para os quatro sócios fundadores do bloco (MERCOSUL-4), mostram uma deterioração ulterior do saldo comercial no primeiro semestre de 2014: tornou-se deficitário nesse período enquanto que, um ano antes, a balança de bens teve um resultado praticamente equilibrado.

¹³ Dados dos primeiros nove meses.

¹⁴ Venezuela foi incorporada como membro pleno do MERCOSUL em 2012, mas é incluído seu comércio nesta série desde 1990 para torná-la consistente.

Gráfico 7. Evolução do comércio do MERCOSUL, 1990-2013

Em bilhões de US\$



Nota: A Venezuela foi incorporada como membro pleno do MERCOSUL em 2012, mas é incluído seu comércio nesta série desde 1990 para torná-la consistente.

Fonte: BID-INTAL com dados de INDEC, SECEX, BCP, BCU e UN-COMTRADE.

Na última década, são observadas algumas modificações relevantes na composição das exportações do MERCOSUL (Quadro 2).¹⁵ Os produtos com base em recursos naturais passaram de representar 70,5% do total em 2003, para 78,6% em 2013, tanto pelo aumento dos preços das *commodities*, quanto pelo incremento das quantidades, num contexto de maior demanda mundial e expansão da oferta exportável do bloco. Destaca-se a maior participação da energia (resultado dos maiores envios da Venezuela e, em menor medida, do Brasil) e do minério de ferro (Brasil). A participação do complexo sojeiro ganhou quase um ponto percentual (p.p.) durante a última década e se transformou no segundo segmento de exportação, deslocando “outras manufaturas”.¹⁶ O auge da produção de soja resulta mais notório nas economias pequenas. Em contraposição, os produtos industriais reduziram seu peso relativo pelo retrocesso de “outras manufaturas”, cuja importância se reduziu para a metade. Dentro desta categoria, vários segmentos tiveram um dinamismo menor ao das exportações totais, ao passo que os envios ao exterior de alguns setores como têxteis e calçado se reduziram inclusive em termos absolutos. Porém, cabe destacar que as exportações automotivas ganharam 1,4 p.p. na década.

O maior peso dos produtos primários nas exportações adiciona um fator de vulnerabilidade na atual conjuntura de deterioração dos preços desses bens.

¹⁵ A análise da composição das exportações por tipo de produto foi realizada com base em dados desagregados segundo a Classificação Uniforme para o Comércio Internacional (CUCI-Rev.3) obtidos do DataINTAL. Foram realizados novos agrupamentos de produtos a dois e quatro dígitos para conformar dois grandes agregados: Recursos Naturais e Manufaturas.

¹⁶ O segmento “outras manufaturas” inclui: máquinas e maquinaria (exceto equipamento de transporte); plásticos, produtos químicos e farmacêuticos, e fertilizantes. Especificamente corresponde aos capítulos 27, 51-59, 71-77, 81, 82, 87-89, 93, 96 da CUCI-Rev.3.

Quadro 1. Fluxos totais de comércio dos países do MERCOSUL, 2012-2014

Em milhões de US\$. Variações em percentagem

	2012	2013	Var. % 2013 / 2012	1º S 2013 ⁴	1º S 2014 ⁴	Var. % 1º S 2014/ 1º S 2013
Exportações¹	436.157	431.727	-1,0%	164.780	157.566	-4,4%
Argentina	80.246	81.660	1,8%	40.922	36.778	-10,1%
Brasil	242.578	242.034	-0,2%	114.424	110.531	-3,4%
Paraguai	7.284	9.432	29,5%	5.046	5.510	9,2%
Uruguai	8.709	9.069	4,1%	4.388	4.748	8,2%
Venezuela ³	97.340	89.532	-8,0%	n.d.	n.d.	
Importações	374.237	393.468	5,1%	164.761	157.805	-4,2%
Argentina ²	68.508	73.656	7,5%	35.775	33.094	-7,5%
Brasil ¹	223.183	239.633	7,4%	117.498	113.023	-3,8%
Paraguai ²	11.555	12.142	5,1%	6.001	5.696	-5,1%
Uruguai ²	11.652	11.642	-0,1%	5.487	5.992	9,2%
Venezuela ^{2,3}	59.339	56.395	-5,0%	n.d.	n.d.	
Saldo	61.920	38.258		19	-239	
Argentina	11.738	8.004		5.147	3.684	
Brasil	19.395	2.401		-3.074	-2.492	
Paraguai	-4.271	-2.710		-954	-187	
Uruguai	-2.943	-2.573		-1.099	-1.244	
Venezuela	38.001	33.137		n.d.	n.d.	

Notas: ¹ FOB. ² CIF. ³ Dados estimados. ⁴ Os dados semestrais excluem a Venezuela por não se encontrar disponível a informação de 2014.

Fonte: INDEC, SECEX, BCP, BCU, BCV.

Quadro 2. Composição das exportações totais do MERCOSUL, 2003 e 2013

Em percentagem do total. Modificação em pontos percentuais

Categoria	2003	2013	Modificação 2013-2003
Produtos baseados em recursos naturais	70,5%	78,6%	8,1
Energia	31,7%	36,6%	5,0
Soja e derivados	10,4%	11,3%	0,9
Produtos agropecuários e peixes, primários e processados	9,9%	8,8%	-1,1
Minério de ferro, ferro e aço	5,9%	8,3%	2,3
Carnes	3,3%	4,2%	0,9
Minérios e metais e suas manufaturas	3,7%	3,9%	0,2
Cereais	2,1%	3,5%	1,5
Florestal	3,5%	2,0%	-1,5
Manufaturas não baseadas em recursos naturais	30,3%	21,4%	-8,9
Outras manufaturas	19,9%	9,7%	-10,1
Veículos e material de transporte	5,9%	7,3%	1,4
Produtos químicos	4,5%	4,3%	-0,2
Total	100,0%	100,0%	

Fonte: Elaboração própria com dados de DataINTAL.

Evolução das exportações extra e intrazona

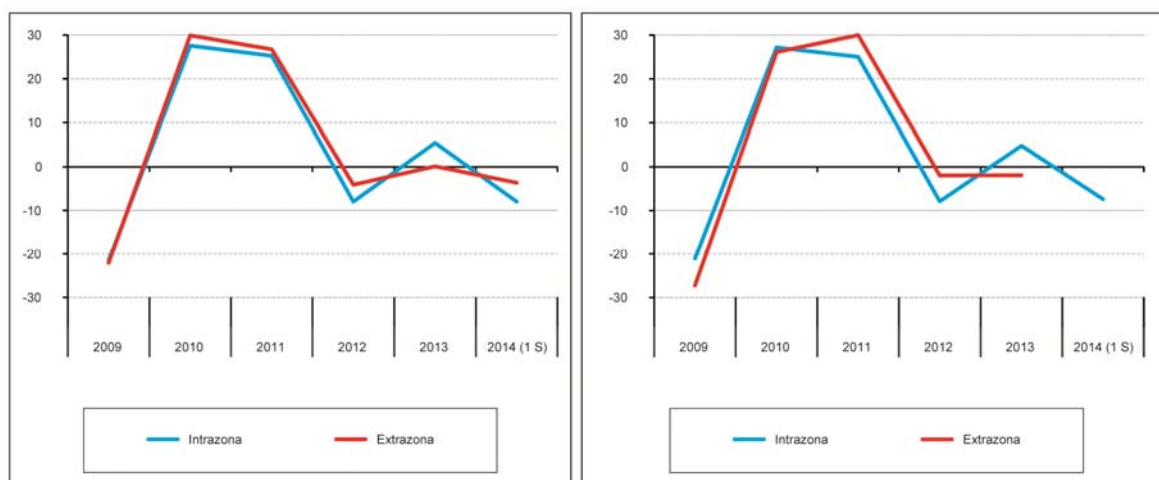
A grande crise financeira de 2008-2009 afetou severamente o comércio do MERCOSUL (Gráfico 8). Durante a recuperação em 2010 e 2011, o crescimento do comércio intrazona foi tão dinâmico quanto as exportações extrazona. Estas últimas tiveram uma trajetória de marcada desaceleração e redução a partir de 2011, sem recuperar o dinamismo próprio do auge 2003-2008. Entre 2012 e o primeiro semestre de 2014, o comércio intrazona e as exportações extrazona tiveram desempenhos mistos, porém dentro de um cenário de crescimento fraco e instável. Em 2012, o intercâmbio intrazona se reduziu um pouco mais que as vendas fora do bloco, contudo a relação entre ambas as variações virou em 2013. Nesse ano as vendas dentro do bloco aumentaram pelo impulso das exportações do setor automobilístico, enquanto que as exportações fora do bloco se estagnaram. No primeiro semestre de 2014, as vendas no mercado regional (incluindo a Venezuela) se reduziram de forma acentuada (-7,4%), como resultado dos fluxos das economias de maior porte, ao mesmo tempo que as vendas extrazona dos sócios fundadores (sem a Venezuela por falta de informação) sofreram também uma redução, embora menos intensa (-3,6%).

Gráfico 8. Taxa de variação das exportações do MERCOSUL por destino, 2009-2013

Em porcentagem

a. MERCOSUL-4 (Sócios fundadores)

b. MERCOSUL (com a Venezuela)



Fonte: BID-INTAL com dados do INDEC, SECEX, BCP, BCU e BCV.

Comércio extrazona

As exportações para a extrazona representam 85,9% das vendas externas totais do bloco e se encontram concentradas em recursos naturais e seus derivados (mais de 70% do total). Durante 2013, os envios do MERCOSUL para o resto do mundo se mantiveram no nível do ano anterior, visto que a recuperação da produção agropecuária após a seca de 2012 foi compensada pela queda dos preços de alguns produtos e a diminuição dos envios petroleiros do Brasil e da Venezuela derivados de fatores de oferta. Entretanto, as importações se expandiram. Em 2013, o saldo do comércio extrarregional se tornou negativo devido ao aparecimento de um déficit com a União Europeia, o aumento do déficit com a América do Norte e a redução do superávit com a Ásia. Na primeira metade de 2014, a deterioração da demanda do MERCOSUL e seus principais parceiros comerciais derivou numa diminuição nas vendas e nas compras extrarregionais, mas o déficit aumentou, particularmente por uma queda do superávit com a ALADI.

Durante 2013, as exportações do MERCOSUL-4 (excluindo a Venezuela)¹⁷ fora do bloco permaneceram estagnadas, pois os maiores envios para a ALADI¹⁸ e a Ásia foram compensados pela queda das vendas aos destinos restantes (Quadro 3). Durante o primeiro semestre de 2014 diminuíram as exportações a todos os mercados de extrazona (destacando-se a redução das vendas para a ALADI, especialmente para o Chile e a Colômbia), e para a Ásia aumentaram apenas 0,6%. Deve ser enfatizado que estes resultados refletem o comportamento dos envios das economias maiores, visto que as vendas do Paraguai e do Uruguai fora do bloco aumentaram em ambos os períodos.

As importações do MERCOSUL-4 originárias de países de extrazona cresceram 7,8% durante 2013 e aumentaram suas compras a todos os principais parceiros comerciais. A tendência se reverteu nos primeiros seis meses de 2014 alinhado com a evolução da atividade: reduziram-se as compras a todos os grandes blocos de extrazona, com exceção da América do Norte.

Com esses resultados, piorou o saldo comercial do MERCOSUL-4 com todos os principais parceiros de extrazona e a balança agregada se tornou negativa a partir de 2013 (Quadro 3).

Quadro 3. Comércio intra e extra MERCOSUL conforme parceiros comerciais, 2012-2014

Em milhões de US\$. Variações em percentagem

	2012	2013	Var. % 2013 / 2012	1º S 2013	1º S 2014	Var. % 1º S 2014 / 1º S 2013
Intrazona (inclui a Venezuela)						
Exportações	58.232	61.041	4,8%	29.018	26.875	-7,4%
Extrazona (MERCOSUL-4, exclui a Venezuela)						
Exportações	282.566	282.879	0,1%	136.611	131.643	-3,6%
ALADI	24.844	26.676	7,4%	12.735	9.670	-24,1%
União Europeia	62.717	60.855	-3,0%	28.098	27.387	-2,5%
América do Norte	41.905	40.474	-3,4%	18.993	18.950	-0,2%
Ásia	99.787	104.939	5,2%	54.584	54.905	0,6%
Demais Países	53.313	49.934	-6,3%	22.201	20.732	-6,6%
Importações	266.179	287.001	7,8%	139.594	136.015	-2,6%
ALADI	13.915	15.784	13,4%	8.081	7.396	-8,5%
União Europeia	62.065	66.887	7,8%	32.855	30.832	-6,2%
América do Norte	55.533	58.135	4,7%	27.913	28.310	1,4%
Ásia	93.648	101.095	8,0%	50.450	49.626	-1,6%
Demais Países	41.018	45.100	10,0%	20.295	19.852	-2,2%
Saldo	16.386	-4.122		-2.983	-4.372	
ALADI	10.929	10.893		4.654	2.274	
União Europeia	652	-6.032		-4.757	-3.445	
América do Norte	-13.628	-17.661		-8.920	-9.360	
Ásia	6.139	3.844		4.134	5.279	
Demais Países	12.295	4.834		1.907	880	

Fonte: INDEC, SECEX, BCP, BCU.

¹⁷ Não se inclui a Venezuela porque não existe informação desagregada por parceiros comerciais. De qualquer forma, ao incluir a estimativa do total de vendas para a extrazona deste país, registra-se uma queda das exportações do bloco fora do MERCOSUL de 1,9% durante 2013 e um aumento das importações desde extrazona de 5,6%.

¹⁸ Excluindo MERCOSUL e México.

*Fluxos intra MERCOSUL*¹⁹

Historicamente, observou-se que o comércio intra MERCOSUL tem uma elevada correlação com o ciclo econômico: aumenta durante a fase expansiva e se reduz quando se deteriora a atividade econômica. Em grande medida isso responde à composição dos fluxos intrabloco, onde as manufaturas têm uma participação muito superior à dos envios ao resto do mundo.²⁰ Assim sendo, em 2013 o intercâmbio entre os países do MERCOSUL aumentou pelo impulso principalmente das exportações do setor automobilístico –contrastando com a estagnação das vendas para a extrazona–, enquanto a menor demanda interna dos países do bloco se traduziu numa diminuição mais pronunciada dos envios intrarregionais durante o primeiro semestre de 2014.

O bom desempenho do comércio entre a Argentina e o Brasil durante 2013, em grande medida explicado pelo crescimento dos fluxos da indústria automobilística, deu lugar a um maior dinamismo das exportações intrazona em comparação com os envios ao resto do mundo, em contraste com o ano anterior. As vendas aos parceiros regionais se expandiram 4,8%, aumentando em todos os países exceto na Venezuela. Em 2013 o comércio intrazona totalizou US\$ 61,041 bilhões e representou 14,1% das exportações totais do bloco, um nível similar à média dos quatro anos prévios.

No primeiro semestre de 2014, porém, os envios intrazona se reduziram em 7,4% pela contração do comércio entre a Argentina e o Brasil, parcialmente compensada pelo aumento das exportações intra MERCOSUL do Paraguai, do Uruguai e da Venezuela. Do mesmo modo que no ano anterior, este resultado reflete em grande medida o desempenho do setor automobilístico nas duas maiores economias.

A relevância do mercado regional varia consideravelmente entre os países membros, embora em todos os casos o bloco tenha mais importância como destino dos bens de maior valor agregado. Como se pode observar no Gráfico 9, o MERCOSUL é um parceiro muito importante para o Uruguai e a Argentina, visto que absorve 12,2% das vendas brasileiras e fornece 8,5% das compras. Esses resultados estão ligados à própria escala dos países. Cabe destacar que embora o bloco seja destino de 1,9% das exportações venezuelanas, os parceiros regionais são origem de 14,6% das importações desse país. No caso do Paraguai, as estatísticas mostram que o mercado regional é o de maior importância relativa, mas se deve considerar que, devido a sua condição mediterrânea, parte dos envios registrados como exportações para o bloco têm como destino final países de extrazona. Os registros estatísticos não permitem isolar com facilidade este efeito. De qualquer forma, cabe frisar que o país tem um papel fundamental no abastecimento energético de eletricidade para a Argentina e o Brasil, um fluxo de comércio intrarregional explicado pela dotação fatorial do país e a proximidade geográfica.²¹

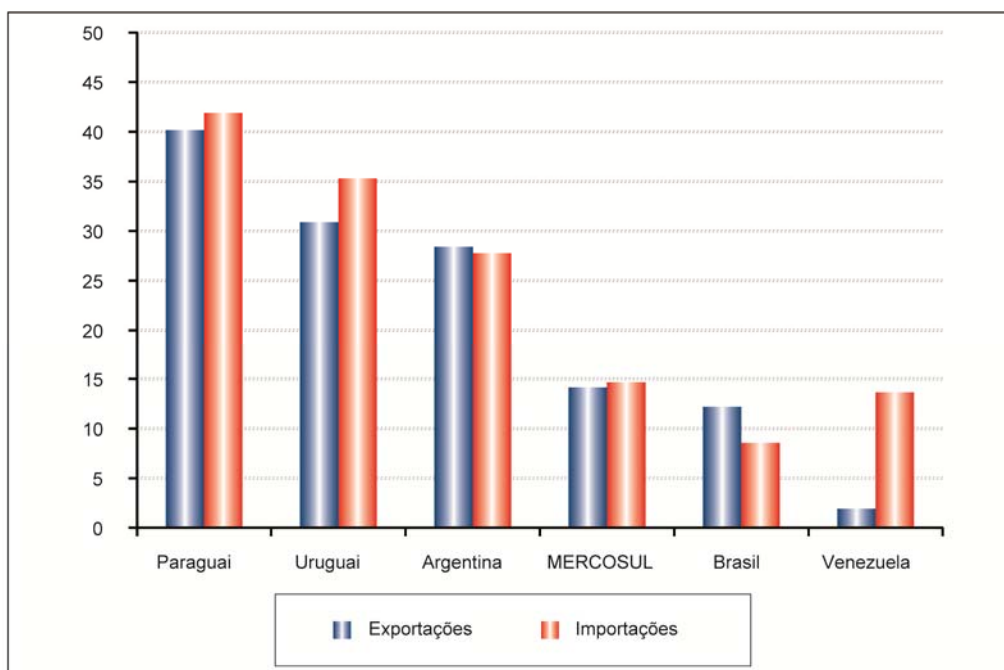
¹⁹Ver nota de rodapé 16 para a definição do comércio intrazona. O Quadro 3 inclui os fluxos intrazona correspondentes à Venezuela obtidos a partir dos dados informados pelos parceiros: os valores atribuídos a exportações (importações) deste país para (desde) o MERCOSUL correspondem às importações (exportações) desde (para) a Venezuela informadas pelos parceiros.

²⁰ Como foi assinalado no *Informe MERCOSUL N° 18*, 2012 foi o único ano no qual as exportações intrazona se reduziram num ano de expansão das economias do bloco. Ver BID-INTAL (2013c).

²¹ Ver Box A em BID-INTAL (2013c). pp. 45-46.

Gráfico 9. Importância relativa do MERCOSUL, 2013

Participação do bloco nas exportações e importações totais, em percentagem.



Fonte: INDEC, SECEX-MDIC, BCP e BCU.

B. Comércio dos países do MERCOSUL

A evolução do comércio exterior não foi homogênea entre os países do MERCOSUL. Tanto em 2013 quanto no primeiro semestre de 2014, as exportações das economias pequenas mostraram um melhor desempenho que as economias das maiores. As importações, por sua vez, aumentaram em 2013 na Argentina, Brasil e Paraguai, ficaram estagnadas no Uruguai e caíram na Venezuela, ao passo que entre janeiro e junho de 2014 se reduziram em todos os países, com exceção do Uruguai.

Argentina

Durante 2013, o **comércio total** da Argentina se recuperou parcialmente da queda de 2012, embora tanto as exportações quanto as importações tenham permanecido inferiores aos máximos de 2011. As vendas externas aumentaram apenas 1,8% i.a. e totalizaram US\$ 81,66 bilhões. As compras feitas ao exterior foram mais dinâmicas e alcançaram US\$ 73,656 bilhões, 7,5% a mais que no ano anterior. Em finais de 2013 os fluxos começaram a se reduzir, em parte como consequência da deterioração das condições macroeconômicas internas e externas. Durante o primeiro semestre de 2014 as exportações caíram 10,1% (US\$ 36,778 bilhões) e as importações, 7,5% (US\$ 33,094 bilhões). Em ambos os períodos a balança de bens continuou sendo positiva, mas o superávit se reduziu em forma significativa (Quadro 1).

Durante 2013, com exceção de combustíveis e energia (-24%), os grandes segmentos de exportação se viram incrementados. O impulso veio das quantidades (aumentaram 3%), visto que os preços caíram 1%. As vendas de manufaturas de origem agropecuária (MOA) aumentaram mais que o resto impulsionadas pela recuperação da produção agropecuária depois da seca de 2012. Dentro dos produtos primários, a soja e o milho mais que compensaram a queda dos envios de trigo e cobre. Dentre as manufaturas de origem industrial (MOI), o setor automobilístico se destacou por seu bom

desempenho derivado da maior demanda brasileira. Cresceram os envios para o MERCOSUL, Ásia e América do Norte, enquanto que as vendas aos países restantes se reduziram.

Embora as exportações de MOA continuassem crescendo (10% i.a.) durante o primeiro semestre de 2014 pelo impulso dos envios de *pellets* de soja, não conseguiram compensar a queda das categorias restantes, destacando-se a diminuição dos envios do resto dos produtos primários. Em particular, as menores exportações de milho, pela diminuição dos preços e a produção e o atraso da colheita pelas chuvas, explicaram a maior parte da queda nas exportações totais. Também contribuíram para esta queda as vendas de outros cereais (trigo, cevada e sorgo). Dentro das MOI se destaca a contração dos envios do setor automobilístico para o Brasil, num contexto de menor demanda nesse país. Durante o primeiro semestre de 2014 foi destaque a queda dos envios a países latino-americanos e o incremento à Índia e à União Europeia (UE), dentre outros.

As *importações* aumentaram durante 2013 tanto por preços como por quantidades e se expandiram as compras a todas as origens, exceto à América do Norte e ao Chile. O aumento aconteceu em todos os usos econômicos (exceto bens intermediários e resto), destacando-se o crescimento do volume de combustíveis e lubrificantes e do setor automobilístico.

No primeiro semestre de 2014, em contraste, reduziram-se as compras externas de todos os setores, com exceção das categorias “bens de capital” e “resto”,²² num contexto de deterioração da demanda interna, depreciação nominal do peso argentino e maiores restrições às importações. A queda mais relevante correspondeu ao setor automobilístico (-35%).

O desempenho do **comércio intrazona** foi diferente respeito do intercâmbio total tanto durante 2013 quanto no primeiro semestre de 2014. Em 2013, tanto as exportações para o MERCOSUL como as compras aos países do bloco cresceram a maior ritmo que o intercâmbio com o resto do mundo, ao passo que durante a primeira metade de 2014 o intercâmbio intrazona teve pior desempenho que os fluxos com o resto do mundo, destacando-se a queda das importações a um ritmo muito superior ao da queda das compras para a extrazona. O comércio automotivo com o Brasil foi fundamental para explicar a evolução dos fluxos intrabloco, tanto por sua expansão em 2013 quanto por sua queda nos primeiros dois trimestres de 2014.

Quanto à **composição** das exportações, a Argentina é o único país do MERCOSUL onde os produtos baseados em recursos naturais perderam participação no total durante a última década (73,5% em 2003 a 67,8% em 2013) (Quadro 4). Não obstante, esse comportamento mostra a queda das exportações de combustíveis e energia (22,7% entre 2003 e 2013) devido, de um lado, a medidas que favoreceram a expansão do consumo interno a um ritmo maior que a produção interna; e do outro, à substituição de importações de petróleo por parte do Brasil, um dos principais compradores (ver Gayá e Michalczewsky, 2011). Ao excluir esse setor da análise, o peso relativo dos recursos naturais e seus derivados aumentou durante os últimos dez anos, principalmente pela maior incidência do complexo da soja (27% do total), os cereais (11,7%), e os minérios e metais e suas manufaturas. Entre os produtos industriais se destaca o bom desempenho das exportações do setor automobilístico cuja importância relativa aumentou significativamente, na sua maioria destinada ao mercado brasileiro.

Os combustíveis e automóveis têm adquirido relevância nas importações durante os últimos anos, destacando-se os primeiros que em 2013 representaram 15,4% das compras externas totais, o máximo nível da série histórica e mais que dobrando a média da última década. Por uma parte, as características já mencionadas do setor energético motivaram a expansão das importações desse setor. Como se observa no Gráfico 10, os setores que experimentaram a maior perda de peso relativo foram os bens intermediários (a participação é a mínima histórica) e os de capital, cuja incidência é a mais baixa desde 2002.

²² Produtos não compreendidos em outra parte.

Quadro 4. Argentina: Composição das exportações, 2003 e 2013

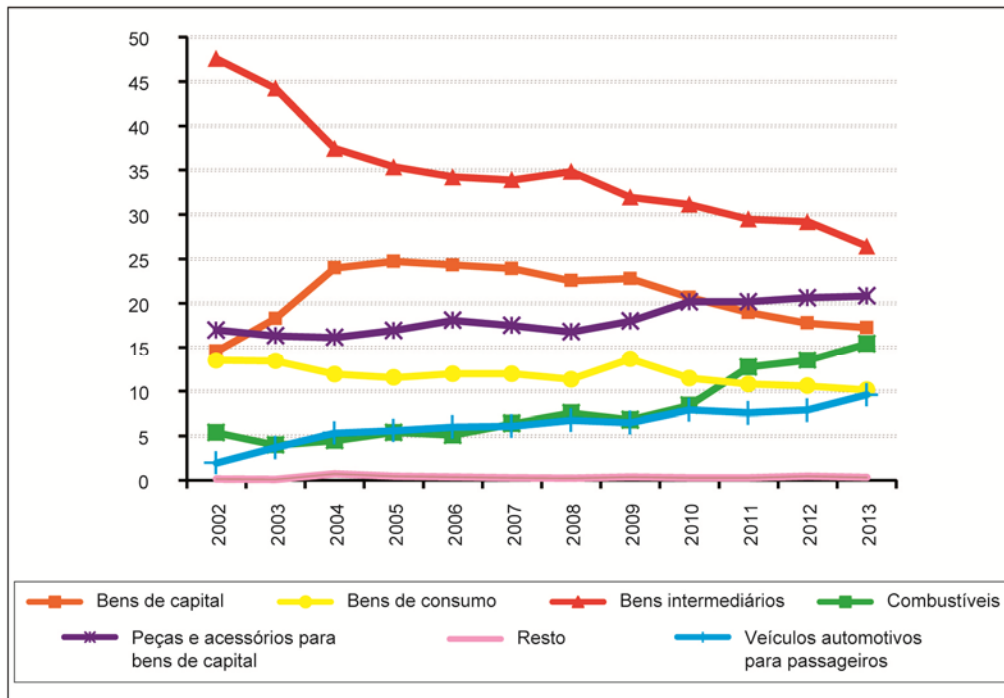
Em percentagem do total e modificação da participação em pontos percentuais

Categoria	2003	2013	Modificação 2013-2003
Produtos baseados em recursos naturais	73,5%	67,8%	-5,7
Soja e derivados	25,6%	27,0%	1,4
Produtos agropecuários e peixes, primários e processados	16,2%	14,5%	-1,7
Cereais	8,5%	11,7%	3,1
Minérios e metais e suas manufaturas	4,1%	6,2%	2,1
Energia	11,2%	3,3%	-7,8
Carnes	2,5%	2,6%	0,1
Minério de ferro, ferro e aço	3,5%	1,7%	-1,8
Florestal	1,8%	0,8%	-1,0
Manufaturas não baseadas em recursos naturais	26,5%	32,2%	5,7
Veículos e material de transporte	5,5%	14,8%	9,3
Outras manufaturas	13,3%	9,1%	-4,2
Produtos químicos	7,7%	8,3%	0,6
Total	100,0%	100,0%	

Fonte: BID-INTAL com dados de DataINTAL.

Gráfico 10. Argentina: Composição das importações segundo usos econômicos, 2002-2013

Em percentagem do total



Fonte: BID-INTAL com dados de DataINTAL.

Brasil

Durante 2013, as exportações totais do Brasil caíram por segundo ano consecutivo e se situaram em US\$ 242,034 bilhões (-0,2% i.a.), ao passo que as importações aumentaram 7,4% e alcançaram um máximo histórico (US\$ 239,633 bilhões), dando lugar a um superávit de apenas US\$ 2,401 bilhões, o mais baixo desde o ano 2000. No primeiro semestre de 2014 o **comércio total** brasileiro evidenciou uma deterioração: as vendas externas se reduziram em 3,4% e as compras, em 3,8%. De acordo com as projeções disponíveis,²³ o ano culminaria com uma redução de 0,8% nas exportações e 0,9% nas importações e um superávit de US\$ 2,6 bilhões.

Em 2013 aumentaram as *exportações* para a Ásia (especialmente para a China, primeiro destino dos envios brasileiros), MERCOSUL e resto da América Latina, enquanto que se reduziram as vendas aos mercados restantes. Nos primeiros seis meses de 2014, o desempenho se reverteu, caindo as vendas para a América Latina (incluindo o MERCOSUL), Ásia e África e crescendo os envios aos destinos restantes.

Embora o saldo do comércio de petróleo e derivados do Brasil tenha sido historicamente deficitário, durante 2013 se produziram algumas circunstâncias excepcionais que aprofundaram o saldo negativo do setor, e desse modo contribuiu a explicar o desempenho do intercâmbio total brasileiro. De um lado, a maior demanda interna e a queda da produção doméstica pelas paradas programadas para manutenção de algumas plataformas e, do outro, a diminuição da produção dos poços maduros se traduziram numa queda de 28,4% das exportações e um incremento de 16,3% das importações de combustíveis. O aumento das compras externas durante 2013 responde também a uma mudança na forma de registro²⁴ em meados do ano anterior, pela qual parte das compras de finais de 2012 foi contabilizada no início do ano seguinte.

A queda das exportações totais de 2013 responde a uma queda nos preços (-3,2%) que não foi compensada pelo aumento do volume exportado (3,1%). Os produtos semimanufaturados mostraram o maior retrocesso (-8,3%), destacando-se a queda dos derivados de ferro e aço e açúcar em bruto. As vendas de produtos básicos diminuíram pela mencionada queda dos envios petrolíferos, embora dentro desta categoria contrastem as exportações de soja, que se recuperaram depois da seca de 2012.

Ainda que as vendas externas de quase todos os ramos industriais se reduzissem, em nível agregado foi observado um aumento do valor exportado pelos maiores envios de veículos e, em particular, de plataformas petrolíferas. Estas exportações foram multiplicadas por quatro a respeito de 2012 e foram as principais responsáveis pelo aumento. Embora estas plataformas se localizem em território brasileiro se registram como exportações no marco de um regime aduaneiro especial (REPETRO).²⁵ Esse esquema existe desde 2004, mas em 2013 se destacou pela magnitude das transações, que representaram 8,2% das exportações manufatureiras. A previsão é que esta tendência se mantenha nos próximos anos pela entrada em funcionamento de novas plataformas que se encontram em elaboração como consequência de grandes investimentos em petróleo e gás.

Durante o primeiro semestre de 2014, porém, as exportações de produtos industrializados se reduziram em 10,5% (destacando-se as de automóveis e autopeças, açúcar refinado e em bruto, plásticos, derivados de metais e óleo de soja), entretanto, aumentaram os envios de operações

²³ Mediana do levantamento de expectativas do mercado do Banco Central do Brasil. 26/09/2014.

²⁴ Instrução normativa RFB N° 1282 de 16 de julho de 2012.

²⁵ É registrada como exportação de mercadorias porque o fabricante (residente no Brasil) vende a plataforma a uma empresa (não residente) que fornece o equipamento para uma empresa petrolífera residente sob um contrato de leasing ou frete, embora a plataforma nunca se mude do território brasileiro. O arrendamento da mesma é contabilizado como importação de serviços. Ver FIESP (2014b) e FUNCEX (2014).

especiais e produtos básicos. Dentro desse grupo se destacam as maiores exportações de soja, arroz, despojos comestíveis, carne, cobre e petróleo cru. Depois da queda de 2013, as vendas deste último produto cresceram 28,7% i.a. durante o primeiro semestre.

As *importações* aumentaram desde todas as principais origens durante 2013. Em termos da composição, destaca-se o aumento dos produtos básicos (13,8%) pelo mencionado crescimento das compras de combustíveis, bem como a maior entrada de trigo e minério de cobre, dentre outros. As importações de manufaturas cresceram (7,2%) e aumentaram as de todas as categorias mais relevantes, com exceção de automóveis de passageiros (-5,1%). Porém a entrada de produtos semimanufaturados desde o exterior caiu 9,3%, como consequência de menores compras de produtos químicos, cátodos de cobre, borracha sintética, dentre outros. O comportamento virou durante o primeiro semestre de 2014, quando diminuíram as importações desde quase todos os principais parceiros (exceto a China e os Estados Unidos) e de todas as categorias de uso, com exceção dos bens duráveis. As baixas mais significativas corresponderam às compras de automóveis e de combustíveis e lubrificantes.

Durante 2013, as exportações **intrazona** aumentaram em 6%, em oposição à queda das vendas para o resto do mundo. Esse aumento se explica por um aumento dos envios para a Argentina (9%) e o Paraguai (14,5%), visto que as exportações para o Uruguai e a Venezuela diminuíram. Na primeira metade de 2014, entretanto, as vendas brasileiras para o MERCOSUL diminuíram em maior proporção que os envios para a extrazona, devido às menores exportações para a Argentina (-20,4%), como consequência da contração da demanda, a apreciação nominal da moeda brasileira respeito da Argentina e as maiores barreiras às importações impostas por esse país. Tal como foi mencionado previamente, a evolução dos fluxos do setor automotivo com a Argentina explica grande parte do comportamento do total intrarregional durante o período. As vendas do Brasil para o resto do MERCOSUL se incrementaram, destacando-se o aumento dos envios ao Uruguai, explicados quase em sua totalidade pelas maiores exportações de petróleo cru. Os envios ao mercado regional continuam mostrando uma participação muito superior das manufaturas em comparação com as vendas para a extrazona, onde predominam os produtos básicos.

Durante o período em análise, as compras feitas ao MERCOSUL tiveram uma evolução menos dinâmica que as importações desde a extrazona: em 2013 cresceram apenas 1% e nos primeiros seis meses de 2014 se reduziram 14,7%, como consequência do desabamento das compras feitas à Argentina. Tal como tem acontecido historicamente, o Brasil mantém um resultado superavitário no comércio bilateral com todos os sócios do MERCOSUL e compensa parcialmente o déficit com a extrazona, principalmente com a UE e a América do Norte.²⁶

Ao analisar a composição das exportações brasileiras durante a última década (Quadro 5), observa-se uma importante perda de participação dos produtos industriais não derivados dos recursos naturais, que passaram de representar 40,5% do total em 2003 para 31,4% dez anos mais tarde. Por um lado, isso responde à queda das exportações intensivas em mão de obra (calçado, certos têxteis, aparelhos fotográficos e de telecomunicações, dentre outras), visto que a apreciação do real durante grande parte do período encareceu os custos de trabalho e reduziu a competitividade internacional (Gayá e Michalczewsky, 2011). Por outra parte, embora as exportações de outros setores manufatureiros aumentassem, seu dinamismo foi menor ao dos recursos naturais, portanto também perderam peso no total; esse é o caso dos móveis, algumas maquinarias, etc. A participação das exportações automobilísticas se manteve constante.

²⁶ De acordo com os dados da SECEX, durante a última década o intercâmbio bilateral só tem sido deficitário para o Brasil com a Argentina em 2003 e com o Uruguai nesse ano e em 2010.

Dentro dos produtos baseados em recursos naturais, durante a última década cresceu significativamente a relevância do minério de ferro e seus derivados, energia, cereais, soja e derivados e carnes. Ainda que os preços destes produtos tenham aumentado consideravelmente nesse decênio, o lucro de participação é explicado também por um aumento do volume exportado derivado da maior demanda mundial e de uma ampliação da oferta brasileira a partir de novos investimentos e do amadurecimento de projetos de anos prévios (Gayá e Michalczewsky, 2011).

Quadro 5. Brasil: Composição das exportações, 2003 e 2013

Em percentagem do total e modificação da participação em pontos percentuais

Categoria	2003	2013	Modificação 2013-2003
Produtos baseados em recursos naturais	59,5%	68,6%	9,1
Minério de ferro, ferro e aço	11,6%	17,0%	5,4
Produtos agropecuários e peixes, primários e processados	14,2%	13,1%	-1,1
Soja e derivados	11,3%	13,0%	1,7
Carnes	5,6%	7,1%	1,4
Minérios e metais e suas manufaturas	6,4%	6,2%	-0,3
Energia	3,0%	5,5%	2,5
Florestal	6,7%	3,8%	-3,0
Cereais	0,7%	3,0%	2,4
Manufaturas não baseadas em recursos naturais	40,5%	31,4%	-9,1
Outras manufaturas	23,2%	14,5%	-8,8
Veículos e material de transporte	10,7%	10,8%	0,0
Produtos químicos	6,6%	6,2%	-0,3
Total	100,0%	100,0%	

Fonte: BID-INTAL com dados de DataINTAL.

Paraguai

Tal como foi apresentado nos *Informes MERCOSUL N° 17 e 18*, as exportações do Paraguai são classificadas em registradas e não registradas. Estas últimas não se contabilizam nas estatísticas de comércio, mas sim na balança de pagamentos na conta de bens, dentro das “reexportações”. Cabe destacar que as importações registradas nas estatísticas de comércio e na balança de pagamentos incluem todas as compras externas, inclusive as que depois são reexportadas. As exportações não registradas, equivalentes a 30% das vendas externas totais em 2013, compreendem as transações de bens incluídos nas listas de exceção da tarifa externa comum (TEC), que são importados principalmente da Ásia com preferências tributárias, e que depois são vendidos dentro do país, principalmente a visitantes das cidades fronteiriças do Brasil e Argentina. As exportações registradas alcançaram US\$ 9,432 bilhões em 2013 e as reexportações, US\$ 4,172 bilhões. No primeiro semestre de 2014, totalizaram US\$ 5,51 bilhões e US\$ 1,788 bilhão, respectivamente. Considerando as “reexportações”, o saldo comercial contabilizado na balança de pagamentos é superavitário (ver Capítulo I).

A análise das exportações que segue se limita às registradas, para as quais se dispõe da correspondente desagregação por verbas, por isso é registrado um déficit da balança comercial.

Durante 2013 as exportações tiveram um crescimento recorde de 29,5%, principalmente pelo impulso dos envios de feijão de soja e derivados (farinhas e óleos) –que no ano prévio tinham sido

afetados pelo impacto da seca sobre a oferta agrícola– e também de carne. As vendas de energia elétrica²⁷ se mantiveram estagnadas, enquanto que os envios de cereais (milho e trigo) foram reduzidos. As exportações se concentram principalmente em produtos baseados em recursos naturais e energia elétrica: o complexo da soja representou 42,8% das vendas externas, seguido por energia elétrica (23,7%), carnes (11,2%) e cereais (8,5%).

As exportações para o MERCOSUL representaram 40,1% das vendas totais em 2013. Os envios de energia elétrica destinados à Argentina e ao Brasil constituem mais da metade das vendas a ambos os países, ao passo que uma parte do registrado como exportações para a Argentina e o Uruguai (principalmente do complexo oleaginoso) tem como destino final a extrazona. Cabe destacar que as vendas para o Brasil não cresceram em 2013 pela estagnação dos envios de energia e a redução de envios de cereais.

As vendas totais de carne foram incrementadas em 33,1%, impulsionadas pela recuperação da condição de país livre de aftosa com vacinação. Os envios deste bem para o Chile tinham sido nulos no ano prévio e puderam ingressar novamente em 2013. Este país foi o segundo mercado desse produto em 2013, depois da Rússia e seguido pelo Brasil.

Em 2013 as importações totais aumentaram 5,1% e somaram US\$ 12,412 bilhões, impelidas pelos bens de capital e de consumo. As compras de combustíveis e lubrificantes se reduziram. As importações desde o MERCOSUL (42% do total) aumentaram 3,5% pelas maiores compras ao Brasil, enquanto que caíram desde o resto dos parceiros.

Entre janeiro e junho de 2014, o déficit registrado do comércio de mercadorias se reduziu em forma significativa pelo incremento de 9,2% das exportações e a queda de 5,1% das importações. As vendas externas cresceram pelo impulso dos envios do complexo oleaginoso e de carne e caíram os de energia elétrica e cereais. Por sua vez, as importações diminuíram na primeira metade do ano devido à contribuição negativa dos bens de capital, bens não duráveis e combustíveis. Isso poderia estar vinculado com uma menor atividade de reexportação –possivelmente por menor demanda nas cidades fronteiriças–, já que os bens eletrônicos (como telefones celulares e consoles de videogame) explicam parte da queda das importações totais. A redução das compras para a extrazona, principalmente da Ásia, foi maior que para o MERCOSUL.

Como é possível observar no Quadro 6, os recursos naturais e seus derivados representam 93,7% das exportações paraguaias e sua participação aumentou durante a última década. Apesar disso se produziram algumas modificações significativas dentro dessa categoria: a energia elétrica, que constituía mais da metade das vendas externas em 2003, passou a representar menos da quarta parte do total dez anos mais tarde. Embora durante este período as exportações desta categoria tenham crescido em 75%, sua participação se reduziu pelo aumento do peso do complexo de soja, carnes e cereais. Em particular, o complexo de soja aumentou sua participação em 13,2 p.p. e se transformou no principal setor de exportação (42,8% do total).

²⁷ A incorporação das vendas externas de eletricidade para as exportações é relativamente nova. A série utilizada inclui as exportações de eletricidade em todo o período considerado.

Quadro 6. Paraguai: Composição das exportações, 2003 e 2013

Em percentagem do total e modificação da participação em pontos percentuais

Categoria	2003	2013	Modificação 2013-2003
Produtos baseados em recursos naturais	91,8%	93,7%	1,9
Soja e derivados	29,6%	42,8%	13,2
Energia	50,8%	23,7%	-27,0
Carnes	2,4%	11,2%	8,8
Cereais	3,7%	8,5%	4,8
Produtos agropecuários e peixes, primários e processados	2,5%	5,1%	2,6
Minérios e metais e suas manufaturas	0,3%	1,1%	0,8
Florestal	2,2%	1,0%	-1,2
Minério de ferro, ferro e aço	0,4%	0,3%	-0,1
Manufaturas não baseadas em recursos naturais	8,2%	6,3%	-1,9
Outras manufaturas	6,6%	3,9%	-2,7
Produtos químicos	1,5%	2,2%	0,7
Veículos e material de transporte	0,0%	0,2%	0,2
Total	100,0%	100,0%	

Fonte: BID-INTAL com dados de DataINTAL.

Uruguai

O resultado do comércio total de bens do Uruguai lançou um déficit de US\$ 2,573 bilhões em 2013. As exportações (US\$ 9,069 bilhões) aumentaram 4,1%, tanto pelo incremento das quantidades (5,8%) quanto dos preços (2,6%). As vendas receberam o impulso dos envios de soja e laticínios, ao passo que os de trigo e carnes diminuíram. Em geral as exportações da indústria manufatureira caíram, com exceção do couro e do material de transporte.

O Brasil é o principal destino das vendas externas uruguaias, com quase um quinto do total e segue em importância a China. A Argentina e a Venezuela concentram 5,3% e 4,9% dos envios, respectivamente. Em 2013, as exportações aos países do MERCOSUL se incrementaram em 1,7% e cresceram as vendas a todos os países, com exceção da Argentina. As vendas à extrazona representaram 69,1% do total em 2013, e aumentaram por cima dos envios para o bloco.

Cabe destacar que 16,3% dos envios do Uruguai são encaminhados para as zonas francas do próprio país. A mais importante é a de Nueva Palmira, que absorve a metade dos envios de soja e trigo e a maior parte dos de milho. A Zona Franca Rio Negro recebe a maior parte da madeira em bruto, com a qual se produz a pasta de celulose. É importante destacar que as vendas que se produzem desde as zonas francas para o exterior não são registradas como exportações do Uruguai.²⁸ A primeira é ponto de saída da oleaginosa e dos cereais e, a segunda, é ponto de saída da pasta de celulose.

Durante 2013 as importações (US\$ 11,642 bilhões) se estagnaram principalmente pelo desempenho do setor energético. Efetivamente, o freio nas importações se deu pelas menores necessidades de energia com relação ao ano anterior, em que a seca tinha afetado a produção local de energia

²⁸ Uruguai XXI (2014a) estima as vendas desde as zonas francas para o exterior em torno dos US\$ 847 milhões. Para esse cálculo soma as exportações de pasta de celulose, subtrai as exportações de madeira em bruto e soma os bens em trânsito. A pasta de celulose ocupa a terceira posição no ranking de exportações (US\$ 605 milhões), depois da soja e da carne bovina.

hidrelétrica o que envolveu um crescimento das compras externas do setor. Os produtos que mais contribuíram a reduzir as importações foram o petróleo cru e seus derivados (gasóleo, fuelóleo) e a energia elétrica. Se forem excluídas essas compras,²⁹ o resto das importações cresceram 11,5%. Em 2013, as compras feitas ao MERCOSUL (35% do total) caíram 13,4% devido à menor entrada de mercadorias desde o Brasil, Argentina e Venezuela. Em oposição, as compras feitas à extrazona foram incrementadas em 9% pelo dinamismo das compras feitas à China, que se transformou no principal fornecedor do Uruguai, superando o Brasil e a Argentina, e à UE.

No primeiro semestre de 2014, as exportações totais cresceram 8,2%, pelo impulso principalmente da soja, trigo, laticínios e madeira em bruto. As quantidades foram incrementadas em 6,4% com relação ao mesmo período do ano anterior e os preços em 1,9%. As vendas para o MERCOSUL se expandiram devido a maiores envios para o Brasil e a Venezuela, enquanto que a China deu impulso a um aumento mais rápido das exportações para a extrazona.

As importações no primeiro semestre de 2014 aumentaram em 9,2% por um incremento do volume num contexto de preços estagnados. A maior contribuição ao incremento correspondeu a petróleo e derivados e autopeças e acessórios de veículos. Cresceram as importações para os países do MERCOSUL, com exceção da Argentina, e as origens que explicaram a maior parte do aumento das compras à extrazona foram a UE, Estados Unidos e China.

Durante a última década, os produtos baseados em recursos naturais ganharam relevância nas exportações uruguaias, passando de representar quase três quartos do total em 2003 para 81,4% em 2013. O complexo da soja foi o principal responsável por esta mudança e se transformou no segmento mais relevante das exportações (22,1% do total frente a 4,3% dez anos atrás). Outros produtos agropecuários e peixes, primários e processados e as carnes perderam relevância dentro dessa categoria. A perda de relevância de “outras manufaturas” é explicada em parte pelo desempenho das exportações de alguns têxteis e calçado.

Quadro 7. Uruguai: Composição das exportações, 2003 e 2013

Em percentagem do total e modificação da participação em pontos percentuais

Categoria	2003	2013	Modificação 2013-2003
Produtos baseados em recursos naturais	74,4%	81,4%	7,1
Soja e derivados	4,3%	22,1%	17,8
Produtos agropecuários e peixes, primários e processados	30,9%	20,0%	-10,8
Carnes	19,5%	17,2%	-2,3
Cereais	11,3%	12,8%	1,5
Florestal	5,3%	6,5%	1,2
Minérios e metais e suas manufaturas	2,3%	1,8%	-0,5
Minério de ferro, ferro e aço	0,7%	0,8%	0,0
Energia	0,2%	0,2%	0,1
Manufaturas não baseadas em recursos naturais	25,6%	18,6%	-7,1
Outras manufaturas	18,4%	9,3%	-9,1
Produtos químicos	5,6%	6,1%	0,5
Veículos e material de transporte	1,6%	3,2%	1,6
Total	100,0%	100,0%	

Fonte: BID-INTAL com dados de DataINTAL.

²⁹ Capítulo 27 do Sistema Harmonizado.

Venezuela

Para o terceiro trimestre de 2013 (última informação disponível fornecida na balança de pagamentos elaborada pelo Banco Central da Venezuela), as exportações de bens caíram 8% i.a., e as importações diminuíram em 5%. As vendas externas de petróleo, que representam 96,3% das exportações de bens, foram reduzidas em 7,7%. Por sua vez, as importações de petróleo (20,3% do total) foram incrementadas 5% em oposição à queda de 7,2% das não petrolíferas.

O Instituto Nacional de Estatística informa o intercâmbio não petrolífero, mas o Banco Central da Venezuela publica o intercâmbio total, como foi mencionado, com informação disponível até o terceiro trimestre de 2013. A partir da informação publicada pelos parceiros durante 2013 (fontes nacionais dos sócios do bloco e COMTRADE para o resto) é possível estimar a evolução do comércio da Venezuela.³⁰

Os principais destinos das exportações venezuelanas durante 2013 foram os Estados Unidos, a Índia e a China, que em conjunto representam em torno de 80% do total. Ainda que os Estados Unidos continue sendo o mercado mais relevante para as vendas venezuelanas, durante os últimos anos, têm perdido participação diante do crescente protagonismo dos mencionados países asiáticos. A Venezuela é o país do MERCOSUL para o qual o mercado regional tem menor relevância em quadro de exportações, visto que absorve 1,9% das vendas externas totais.

Por outra parte, a principal origem das compras venezuelanas são os Estados Unidos, seguido da China e do Brasil, que em conjunto fornecem ao redor de 60% das importações. Em contraste com as exportações, o MERCOSUL é um fornecedor relevante das compras externas, com uma participação no total de 13,6%.

Não há informação detalhada das vendas externas de todas as categorias, mas os combustíveis incrementaram significativamente sua participação na cesta exportadora venezuelana, passando de representar 80,9% do total em 2003 para 96,3% em 2013.

Bolívia: Evolução do comércio total e com o MERCOSUL

O bom desempenho recente do *comércio total* da Bolívia contrasta com o dos países do MERCOSUL. Em 2013 tanto as exportações (4,8%) quanto as importações (12,9%) se expandiram e alcançaram níveis recorde (US\$ 12,208 bilhões e US\$ 9,349 bilhões, respectivamente). O resultado da balança de mercadorias se manteve positivo, embora se tenha reduzido consideravelmente a respeito de 2012. Durante o primeiro semestre de 2014 foram aceleradas as vendas para o exterior, cresceram 6,9%, (US\$ 6,523 bilhões), ao passo que as compras aumentaram em 10,9% (US\$ 4,736 bilhões).

Os envios externos têm uma elevada concentração de produtos e destinos, decorrente das vendas de gás natural para o Brasil e a Argentina (as vendas bolivianas para o exterior absorvem em conjunto mais da metade do total). As exportações tradicionais (hidrocarbonetos e minérios) representam em conjunto 80% do total vendido pela Bolívia para o mundo. Dentro dos envios não tradicionais se destacam os do complexo da soja, quinoa, nozes, artigos de joalheria e álcool etílico. Com exceção dos minérios, que se reduziram pela queda de seus preços, foram registrados aumentos de todos os principais produtos de exportação, tanto em 2013 quanto nos primeiros seis meses de 2014. Em ambos os períodos, a expansão da demanda interna deu impulso ao aumento das importações de todos os segmentos principais, com exceção de combustíveis e lubrificantes. As categorias mais

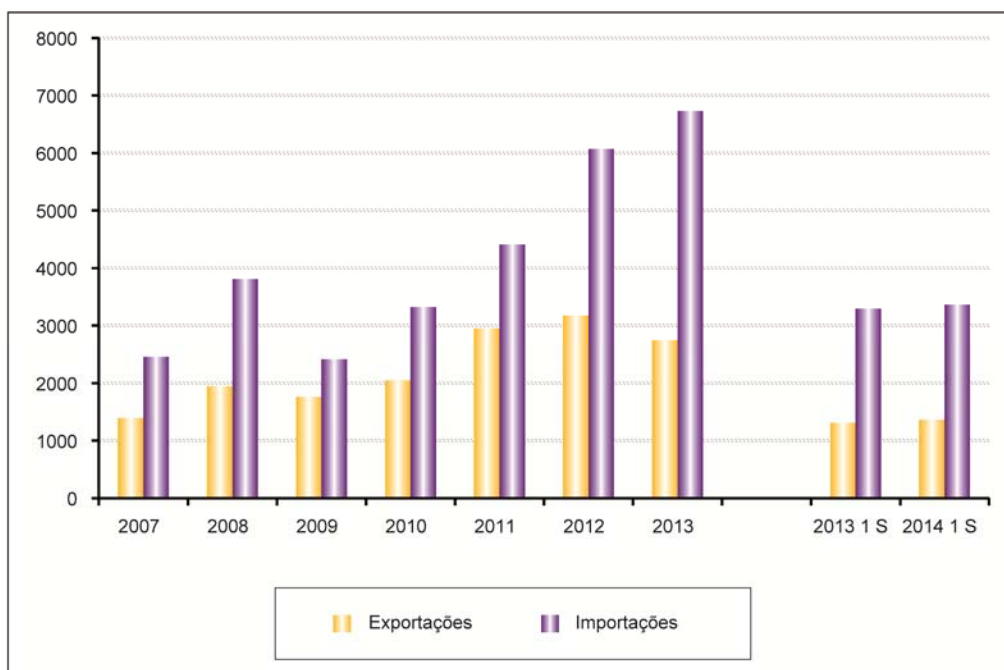
³⁰ As exportações (importações) dos parceiros são consideradas como importações (exportações) da Venezuela. As estimativas obtidas são denominadas espelho.

dinâmicas foram os insumos industriais e bens de capital, nesse último caso como consequência dos maiores investimentos em infraestrutura e hidrocarbonetos.

Levando em conta que a Bolívia se encontra em processo de adesão ao bloco, são considerados os fluxos comerciais do ponto de vista do MERCOSUL. As exportações do bloco para o país andino somaram US\$ 2,75 bilhões durante 2013, 13,4% menos que no ano anterior. Todos os países, exceto o Brasil (principal fornecedor da Bolívia dentro do bloco), reduziram seus envios para esse destino, mas a queda se explica quase exclusivamente pelo desabamento das vendas de óleos de petróleo da Venezuela (-96,5%). As importações do bloco desde a Bolívia, entretanto, aumentaram 21,1% e alcançaram um novo máximo de US\$ 6,729 bilhões, com o impulso das compras de gás da Argentina e do Brasil. Com esses resultados, a balança do MERCOSUL com a Bolívia deu um déficit de aproximadamente US\$ 4 bilhões, o maior da série histórica. Durante o primeiro semestre de 2014 as exportações do MERCOSUL para a Bolívia cresceram 3,8%. A maior contribuição correspondeu à Argentina e ao Brasil, porém é importante destacar o crescimento dos envios do Uruguai (46,3%) e do Paraguai (29,1%); os da Venezuela aumentaram, mas se mantêm em um nível muito baixo. Nos primeiros seis meses de 2014, as importações do bloco desde a Bolívia cresceram 2,3% respeito de igual período do ano anterior, principalmente devido às maiores compras da Argentina.

Gráfico 11. Fluxos de comércio do MERCOSUL com a Bolívia, 2007-2014

Em milhões de US\$



Nota: As exportações (importações) do MERCOSUL para a Bolívia correspondem aos dados reportados pela Bolívia como importações a valor CIF (exportações a valor FOB) desde o MERCOSUL.

Fonte: INE (Bolívia).

Como foi mencionado no *Informe MERCOSUL N° 18*, embora o peso relativo da Bolívia no comércio total do bloco seja relativamente baixo, é um parceiro chave no que se refere ao fornecimento de energia. Efetivamente, mais de 9 de cada 10 dólares das importações do MERCOSUL desde o país andino correspondem às compras de gás por parte do Brasil e da Argentina, no marco de acordos intergovernamentais onde são estabelecidos os preços e volumes do

intercâmbio. As vendas do bloco para a Bolívia, porém, encontram-se mais diversificadas, sendo os produtos mais relevantes os óleos de petróleo; barras de ferro; e inseticidas, raticidas e fungicidas; dentre outros (Quadro 8).

Quadro 8. Composição do comércio do MERCOSUL com a Bolívia, 2013

Conforme dotações do Sistema Harmonizado. Como percentagem do total

Produto	Participação
Exportações	
Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto os óleos brutos; preparações não especificadas nem compreendidas noutras posições, que contenham, como constituintes básicos, 70% ou mais, em peso, de óleos de petróleo ou de minerais betuminosos; resíduos de óleos	15,2%
Barras de ferro ou aço não ligado, simplesmente forjadas, laminadas ou extrudadas, a quente, incluindo as que tenham sido submetidas a torção após laminação	5,6%
Inseticidas, rodenticidas e demais anti-roedores, fungicidas, herbicidas, inibidores de germinação e reguladores de crescimento para plantas, desinfetantes e produtos semelhantes, apresentados em formas ou embalagens para venda a retalho, ou como preparações ou artigos tais como fitas, mechas e velas sulfuradas e papel mata-moscas	4,7%
Polímeros de etileno em formas primárias	2,1%
Extrato de malte; preparações alimentícias de farinha, grumos, sêmolos, amidos, féculas ou extratos de malte, que não contenham cacau ou que contenham menos de 40%, em peso, calculado sobre uma base totalmente desengordurada, não especificadas nem compreendidas noutras posições; preparações alimentícias de produtos das posições 04.01 a 04.04 que não contenham cacau ou que contenham menos de 5 %, em peso, de cacau, calculado sobre uma base totalmente desengordurada, não especificadas nem compreendidas noutras posições.	2,0%
Bulldozers, angledozers, niveladores, raspo-transportadores (scrapers), pás mecânicas, escavadores, carregadoras e pás carregadoras, compactadores e rolos ou cilindros compressores, autopropulsados	1,8%
Resto	68,6%
Importações	
Gás de petróleo e demais hidrocarbonetos gasosos	90,9%
Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos	3,8%
Tortas e outros resíduos sólidos, mesmo triturados ou em <i>pellets</i> , da extração do óleo de soja	1,0%
Resto	4,4%

Notas: As exportações (importações) do MERCOSUL para a Bolívia correspondem aos dados reportados pela Bolívia como importações (exportações) desde o MERCOSUL. preparações não especificadas nem compreendidas em outras posições: Não expresso nem compreendido em outra parte.

Fonte: DataINTAL.

C. Fluxos de investimento direto desde e para o MERCOSUL

Durante 2013, os países do MERCOSUL receberam US\$ 84,476 bilhões em conceito de investimento estrangeiro direto (IED), 2,4% menos que no ano anterior. Isso foi resultado da diminuição dos investimentos no Brasil, Argentina e Paraguai. Os fluxos mundiais de IED aumentaram 9,1%, portanto a participação do bloco no total global se reduziu de 6,5% para 5,8%, embora ainda se mantenha por cima da média da última década (Gráfico 12). Este desempenho contrasta com o de 2012, quando os investimentos no MERCOSUL tinham crescido, apesar da diminuição do IED em nível mundial. De acordo com os dados disponíveis, os investimentos diretos continuaram caindo em 2014.³¹

³¹ Os dados disponíveis correspondem ao Brasil (primeiro semestre), Argentina, Paraguai e Uruguai (primeiro trimestre).

O Brasil é o principal destino do IED do MERCOSUL (75,8% do total) e da América Latina (representa um terço do total). Entretanto, durante 2013 entraram US\$ 63,995 bilhões (equivalentes a 2,9% do PIB), 2% a menos que no ano anterior. A queda responde à redução dos investimentos em serviços (telecomunicações, finanças), principal destino setorial do IED no país, e manufaturas (aço, alimentação). Apesar disso, é preciso mencionar o aumento dos fluxos para outros setores, salientando a indústria petrolífera e a automobilística, onde foram dobrados.

No primeiro caso se destacam os investimentos em jazidas *offshore*, que continuariam durante os próximos anos. Os desembolsos no setor automobilístico respondem ao potencial de crescimento do mercado no médio prazo e as políticas de estímulo ao setor. A UE é o principal investidor no Brasil e é necessário destacar que os fluxos originários de outros países latino-americanos superaram os provenientes dos Estados Unidos (CEPAL, 2014b). Durante o primeiro semestre de 2014, o IED recebido pela maior economia do bloco totalizou US\$ 29,263 bilhões, o que representa uma queda interanual de 2,4%.

Em 2013, os fluxos do IED na Argentina se reduziram em 31,3% respeito do ano anterior e somaram US\$ 10,263 bilhões (1,7% do PIB). Sua participação no IED total no bloco foi de 12,1%, a menor da última década, e se situou na sexta posição como receptor deste tipo de investimentos na América Latina, depois do Brasil e dos países da Aliança do Pacífico. Conforme a CEPAL (2014b), a queda mostra principalmente o menor reinvestimento de utilidades, principal fonte de IED a partir da implementação das restrições cambiais impostas desde finais de 2011. Durante o primeiro trimestre de 2014, o investimento direto de não residentes totalizou US\$ 1,643 bilhão, menos da metade do que ingressou em igual período do ano anterior.

Na Venezuela, em contraste, em 2013 o IED foi mais do dobro que em 2012: recebeu US\$ 7,040 bilhões, o máximo nível da série histórica e equivalente a 8,3% do total do MERCOSUL. No marco das restrições para ter acesso a capital internacional, muitas empresas multinacionais reinvestiram utilidades no setor imobiliário, o que explica parte do aumento dos fluxos. Os investimentos na atividade petrolífera cresceram, mas perderam participação no total (CEPAL, 2014b).

O IED no Uruguai aumentou em 4,1% durante 2013 e somou US\$ 2,796 bilhões, equivalentes a 3,3% do total recebido pelo MERCOSUL. É o país do MERCOSUL onde o IED tem a maior participação no PIB (5%) e é o único membro do bloco onde esta relação supera a média latino-americana (em torno de 3%). A maior parte dos fluxos recebidos corresponde a contribuições de capital (62%), enquanto que algo menos de um terço corresponde a reinvestimento de utilidades. As entradas do IED cresceram 6,3% durante o primeiro trimestre de 2014 e somaram US\$ 781 milhões, tornando o Uruguai no único país do bloco onde os fluxos cresceram durante este período segundo os dados disponíveis. Durante os últimos anos, os setores onde o IED tem sido mais dinâmico no Uruguai foram a construção, alguns segmentos industriais (celulose, agroindústria, automobilístico, química) e serviços (turismo, serviços globais). De acordo com os dados preliminares de 2013, destacam-se os anúncios de investimentos *greenfield* em energias renováveis, bens de consumo, entretenimento e têxteis, dentre outros (Ver Uruguai XXI, 2014b).

No Paraguai, os fluxos do IED caíram 20,3% e somaram US\$ 382,4 milhões, equivalentes a 1,3% do PIB e 0,5% dos investimentos no MERCOSUL. A redução é explicada principalmente pela diminuição nos investimentos em comunicações, elaboração de óleos, produtos químicos e intermediação financeira, dentre outros,³² que compensaram os desembolsos em transportes, comércio e setor florestal, dentre outros. Entre janeiro e março de 2014 o investimento recebido alcançou apenas US\$ 58,6 milhões, 55,3% a menos que no primeiro trimestre de 2013.

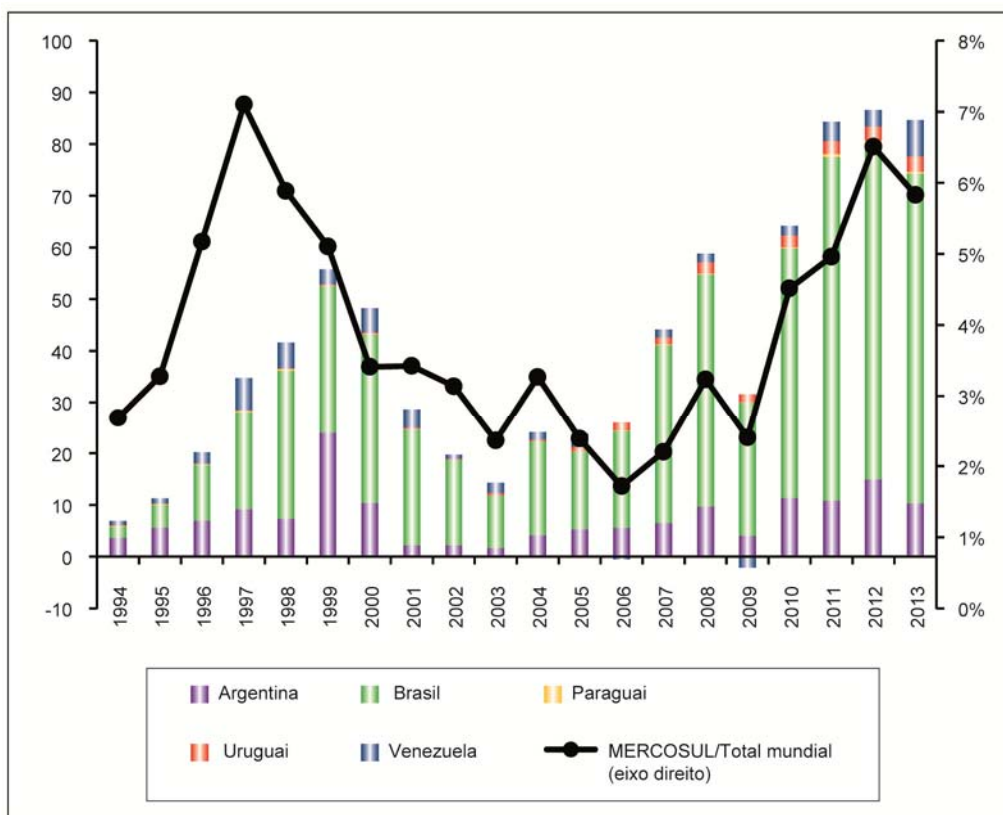
³² Fuente: BCP.

O investimento direto dos países do MERCOSUL no exterior se reduziu significativamente em 2013 (Quadro 9), e somou US\$ 59 milhões, menos de um décimo do valor do ano anterior. Este comportamento se explica pela redução dos ativos brasileiros, que atingiu US\$ 3,496 bilhões, 23,9% a mais que em 2012. Tal como vem acontecendo já faz alguns anos, as elevadas taxas de juros no Brasil motivaram as empresas desse país a se financiarem através de empréstimos de suas filiais no exterior. De qualquer forma, o comportamento não foi homogêneo entre países e o investimento no exterior foi positivo na Argentina (US\$ 1,387 bilhão, 31,9% a mais que em 2012), Venezuela (US\$ 2,152 bilhões, 12,5% a menos que no ano anterior) e Uruguai (US\$ 15,9 milhões, quase o dobro de 2012). Não se registram fluxos relevantes do Paraguai no resto do mundo.

No primeiro semestre de 2014, contudo, a tendência se reverteu e as empresas brasileiras investiram US\$ 2,514 bilhões no resto do mundo. Durante a primeira metade do ano os investimentos de residentes na Argentina no exterior mais que se dobraram em termos interanuais e somaram US\$ 1,44 bilhão em grande medida por transações no setor petrolífero, ao passo que o investimento direto do Uruguai foi levemente negativo.

Gráfico 12. Evolução dos fluxos do IED^{a/} para o MERCOSUL^{b/}, 1994-2013

Em bilhões de US\$ e como percentual do total mundial



Notas: ^{a/} Inclui fluxos de investimento intrarregional. ^{b/} Inclui a Venezuela durante todo o período.

Fonte: BID-INTAL com dados de UNCTAD.

Quadro 9. Investimento direto para e desde os países do MERCOSUL, 2012-2013*Valores em milhões de US\$ e variações em percentagem*

	Receita			Despesas		
	2012	2013	Var. % 2013 / 2012	2012	2013	Var. % 2013 / 2012
MERCOSUL	86.597	84.476	-2,4%	696	59	-91,5%
Argentina	14.941	10.263	-31,3%	1.052	1.387	31,9%
Brasil	65.273	63.995	-2,0%	-2.821	-3.496	23,9%
Paraguai	479,5	382,4	-20,3%	0	0	n.c.
Uruguai	2.687	2.796	4,1%	5,3	15,9	197,2%
Venezuela	3.216	7.040	118,9%	2.460	2.152	-12,5%

Fonte: UNCTAD, BCB, INDEC, BCP e BCU.

CAPÍTULO III. AGENDA INTERNA

Entre julho de 2013 e o mesmo mês de 2014, a agenda interna do MERCOSUL apresentou poucos avanços nos temas econômico-comerciais do processo de integração e, em geral, a busca de soluções bilaterais prevaleceu.³³ Esta situação está relacionada com as condições macroeconômicas externas menos favoráveis e, em particular, com a falta de dinamismo das exportações para o resto do mundo. O conseqüente esfriamento da atividade interna, principalmente das duas maiores economias do bloco, tem levado a uma redução do comércio intrazona em 2014.³⁴

Além disso, os temas da agenda interna também estiveram determinados por movimentos na organização interna do MERCOSUL –fim da suspensão do Paraguai, incorporação da Venezuela e o processo de adesão da Bolívia–, que concentraram energias no âmbito jurídico e institucional. De fato, os processos de negociação estiveram marcados por acontecimentos que podem ser considerados não rotineiros.

Também a Presidência *Pro Tempore* (PPT) da Venezuela colocou no cenário novos temas, os quais não revestem tanta importância na agenda rigorosamente comercial do bloco, mas resultam igualmente significativos desde uma perspectiva ampla da integração regional: a revisão do projeto de Protocolo de contratações públicas do MERCOSUL; o acordo para implementar uma metodologia de trabalho sobre integração produtiva (salientando os setores de autopeças, petróleo e gás, dentre outros); a aprovação do orçamento de recursos e aplicações do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) para 2014; a implementação da Unidade de Apoio à Participação Social (UPS); e o acordo para pôr em prática a Patente MERCOSUL para automóveis e veículos.

Este capítulo é dividido em três seções. A seção A apresenta um panorama global dos principais acontecimentos da agenda interna durante o último ano. A seção B reúne os fatos vinculados às modificações mencionadas na organização do bloco, ao passo que a seção C descreve o desenvolvimento dos temas da agenda interna, tanto os tradicionais quanto os novos aspectos aos que deu impulso a PPT venezuelana.

A. *Uma visão global*

Um dos traços mais importantes da agenda interna recente do MERCOSUL foi a mudança na organização interna do bloco e suas diversas conseqüências e peculiaridades. Em primeiro lugar, durante o período é normalizada a situação do Paraguai, país que se reincorpora aos órgãos do MERCOSUL e começa a realizar uma série de propostas. Em segundo lugar, a Venezuela se encontra no período de adequação à normativa MERCOSUL, tendo como referência cronogramas específicos de liberalização comercial no marco dos acordos ALADI vigentes, enquanto que a adoção da tarifa externa comum (TEC) tem avançado a um ritmo menor do previsto. Por último foram realizadas tarefas técnicas de troca de informação e de adequação da Bolívia à normativa do bloco e à preparação dos processos de convergência tarifária. Cabe salientar que a Bolívia procura se unir ao MERCOSUL

³³ Durante o período sob análise foram levados a cabo diferentes encontros de funcionários de alto nível, dentre os quais se destacam: Brasil-Uruguai (Reunião de Plenipotenciários credenciados junto a ALADI do ACE 2 por zonas francas, dezembro 2013, e II Reunião Plenária de Alto Nível de Chanceleres, maio 2014), Brasil-Argentina (Reunião de Ministros da Indústria, março 2014), Brasil-Paraguai (Reunião Bilateral de Ministros da Indústria, janeiro 2014) e Paraguai-Uruguai (I Comissão Bilateral de Comércio e Investimentos, abril 2014), Argentina-Bolívia (Reunião de Ministros da Energia e Infraestrutura, agosto 2014), dentre outras, encaminhadas a resolver questões específicas das respectivas agendas bilaterais em temas de integração energética, infraestrutura, acesso a mercados, etc.

³⁴ Ver os Capítulos I e II.

sem deixar de pertencer à Comunidade Andina de Nações (CAN), portanto precisa manter a nomenclatura comum andina (NANDINA) e adotar a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM). De qualquer forma, apesar do Protocolo de Adesão desse país ter sido ratificado por Argentina, Venezuela e Uruguai, o trâmite se encontra pendente por parte dos Parlamentos do Brasil e do Paraguai, país que tinha sido suspenso do bloco quando o mesmo foi aprovado.

Em julho de 2013 a Venezuela assumiu a PPT do MERCOSUL, exercida por primeira vez por um membro não fundador, e apresentou duas particularidades: alongou-se por dois semestres consecutivos e os temas principais da agenda interna não foram de cunho rigorosamente comercial. Embora a sua PPT devia finalizar em dezembro de 2013, as Cúpulas de Chefes e Chefes de Estado e do Conselho do Mercado Comum (CMC), inicialmente previstas para essa data, foram adiadas em várias oportunidades por diferentes circunstâncias excepcionais³⁵ e só se realizaram em julho de 2014, e em consequência a Venezuela continuou com a PPT por mais um semestre.

Nesse contexto, surgiram complexidades jurídicas e dificuldades práticas decorrentes de dois fenômenos. De um lado, por não ser realizada a Cúpula do CMC em dezembro de 2013, várias normas que requeriam ser prorrogadas em finais desse ano (por exemplo, o *waiver* para importação de bens de capital e regimes de zonas francas) ficaram sem apoio legal no marco do MERCOSUL e pendentes de eventual resolução durante o segundo semestre de 2014. Do outro, aproximadamente 180 normas –dentre elas várias de relevância institucional, como a entrada da Venezuela como membro pleno, a adesão da Bolívia e os acordos quadro com Suriname e Guiana– foram aprovadas durante a suspensão do Paraguai e muitas delas entraram em vigor nesse período, apesar de não terem sido ratificadas por esse país. Quando foi levantada a suspensão, o Paraguai encaminhou seus esforços visando a uma rápida recomposição das relações com os sócios do MERCOSUL, mas solicitou um tempo prudencial para avançar na incorporação das normas aprovadas durante sua ausência e se absteve de participar nas reuniões de nível médio e alto do bloco até a aprovação da incorporação da Venezuela por parte de seu Congresso, o que aconteceu finalmente em dezembro de 2013.

A agenda interna da PPT da Venezuela teve um traço diferente do habitual, e vários temas tradicionais, como os regimes para zonas francas, os regimes de importação especiais (bens de capital, informática e telecomunicações) e o regime de origem, não tiveram avanços. O Paraguai, por sua vez, apresentou propostas sobre prorrogações de regimes especiais de importação, regras de origem e regimes de zonas francas a serem tratadas durante a PPT da Argentina no segundo semestre de 2014. Também contribuiu para a falta de avanço desses temas a deterioração do intercâmbio total e intrazona e das condições macroeconômicas externas e internas,³⁶ bem como o incremento das barreiras ao comércio.

Em oposição, pode se destacar:

- Primeiro, o avanço de uma revisão ao projeto de Protocolo de contratações públicas do MERCOSUL, a ser tratado durante o segundo semestre de 2014.
- Segundo, o acordo para implementar uma metodologia de trabalho sobre integração produtiva que identifique potencialidades, dificuldades e desafios da trama produtiva

³⁵ A Reunião do CMC e a Cúpula Presidencial, originalmente previstas para meados de dezembro de 2013 em Caracas, foram adiadas para janeiro de 2014 por problemas de saúde da Presidenta da Argentina. Posteriormente, e como resultado da situação política na Venezuela em janeiro de 2014, decidiu-se passar tais encontros para fevereiro. Finalmente e por problemas de agenda, através de contatos informais entre os Governos, acordou-se adiar as mencionadas Cúpulas para finais de julho de 2014 em Caracas, pospondo desse modo a Presidência *Pro Tempore* venezuelana.

³⁶ Ver Capítulos I e II.

regional, e construir uma agenda de trabalho orientada a obter resultados concretos. Além disso, continuam avançando os trabalhos para a integração produtiva nos setores autopeças, petróleo e gás, dentre outros.

- Terceiro, a aprovação do orçamento de recursos e aplicações do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) para 2014, bem como de projetos novos, ao mesmo tempo em que foi propiciada a continuidade do Fundo, quando completados os dez anos de funcionamento originalmente previstos. É preciso destacar a formalização da entrada da Venezuela ao FOCEM, o que amplia os recursos disponíveis e permite apresentar projetos.
- Quarto, o início de atividade da Unidade de Apoio à Participação Social (UPS) com o objetivo de facilitar o diálogo e a participação cidadã no MERCOSUL, bem como o avanço para uma política comunicacional conjunta do bloco.
- Quinto, o acordo para a implementação da Patente MERCOSUL para automóveis e veículos.

Durante seu PPT, a Venezuela introduziu novas propostas como MERCOSUL Operário, MERCOSUL Indígena e uma zona econômica complementar com a ALBA, CARICOM e Petrocaribe.

B. Os movimentos na organização interna do MERCOSUL

O processo de reincorporação do Paraguai ao MERCOSUL

Aspectos gerais. Em junho de 2012, uma semana depois de que o então Presidente Fernando Lugo fosse destituído pelo Parlamento de seu país, foi levada a cabo em Mendoza a XCIII Cúpula de Presidentes do MERCOSUL. Os mandatários da Argentina, Brasil e Uruguai oficializaram a suspensão temporária do Paraguai do direito de participar nos órgãos do MERCOSUL e das deliberações, “conforme o disposto no artigo 5 do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático”, esclarecendo que não envolveria a perda de benefícios comerciais oportunamente adquiridos no processo de integração nem sanções econômicas de nenhum tipo.³⁷

Desse modo, quando Horacio Cartes assumiu a Presidência do Paraguai em agosto de 2013, um de seus grandes desafios foi não apenas reincorporar formalmente o país ao MERCOSUL, mas também avançar na normalização das relações bilaterais com cada um dos Estados Partes.

Nesse sentido, a assistência à cerimônia de tomada de posse do Chefe de Estado por parte dos mandatários da Argentina, Brasil e Uruguai foi interpretada como um sinal positivo para possibilitar a rápida reincorporação do país ao bloco regional.

A importância do Paraguai para a Argentina se viu refletida pela comitiva que acompanhou a Presidente Cristina Fernández de Kirchner, quem manteve uma reunião privada com o Presidente Cartes, e foi acompanhada por vários governadores, o Ministro de Planejamento Federal, Julio De Vido e o Chanceler Héctor Timerman, dentre outros funcionários. Por sua vez, o Presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, enviou uma carta parabenizando o seu par, Horacio Cartes, e o convidou a trabalharem juntos e restabelecerem as relações suspensas, com a volta desse país ao MERCOSUL.

³⁷ Em tal sentido, a Dec. CMC 28/12 solicitou ao GMC a regulamentação dos aspectos operacionais da referida decisão dos Presidentes, o que foi concretizado em ocasião da 41ª Reunião Extraordinária desse órgão, realizada em Brasília no final de julho de 2012.

Em ocasião da primeira reunião bilateral Brasil-Paraguai mantida ao mais alto nível, poucas semanas depois de assumir o Presidente Cartes, foram tratados temas referidos a projetos energéticos, como a linha de transmissão de energia da Hidrelétrica de Itaipu a Assunção, financiada através do FOCEM.

Durante o período no qual o Paraguai esteve suspenso como membro do MERCOSUL, a Cúpula Extraordinária de Presidentes em Brasília aprovou a entrada da Venezuela como sócio pleno. O Protocolo de Adesão da Venezuela subscrito pelos Presidentes do bloco em Caracas em julho de 2006 se encontrava pendente de ratificação por parte do Parlamento paraguaio.

Nesse contexto, em ocasião da Cúpula de Presidentes celebrada em Montevidéu em julho de 2013 – isto é, um mês antes da assunção formal do Presidente Cartes– os mandatários dos países sócios já tinham disposto “cessar a suspensão determinada em 29 de junho de 2012, na Cidade de Mendoza, a partir da posse do novo governo constitucional na República do Paraguai, prevista para o próximo dia 15 de agosto”, e que a partir disso “a República do Paraguai reassumirá plenamente seu direito a participar nos órgãos do MERCOSUL e nas deliberações” (MERCOSUL, 2013a).

Como parte dessa nova etapa, o Parlamento paraguaio aprovou em dezembro de 2013 a proposta enviada pelo Presidente Cartes com relação à entrada da Venezuela no bloco regional. De qualquer forma, a reincorporação do Paraguai aos órgãos técnicos, executivos e políticos do bloco gerava um inédito interrogante de tipo jurídico, devido à existência de um importante caudal de normativa (decisões, resoluções, recomendações) aprovada pelos países sócios durante a suspensão desse país.

Os argumentos do Governo do Paraguai sobre a abordagem de sua volta ao bloco eram baseados em que esse país “nunca saiu do MERCOSUL”; e que, por isso, analisaria “sem pressa e com calma” sua volta aos diferentes órgãos do bloco regional (BID-INTAL, 2013b, pág. 22).

Para tal, em ocasião do GMC realizado no mês de maio em Caracas, foi acordada a criação de um Grupo de Trabalho em nível de Coordenadores Nacionais Alternos, para que se dedicasse a tratar esse tema, e se solicitou à Secretaria do MERCOSUL elaborar uma matriz com a normativa compreendida nesse período para a análise de tal grupo.

Das 183 normas em questão, mais da metade não deveriam oferecer complicações, visto que são Diretrizes da Comissão de Comércio que aprovaram pedidos por desabastecimento de interesse do Estado Parte que as solicitava. Outro conjunto de normas vence em dezembro de 2014 e boa parte delas corresponde a modificações temporárias de taxas externas por questões de abastecimento.

Portanto, as perguntas são focadas num número limitado de normas acerca das quais o Paraguai tem declarado objeções ou reparos: o Protocolo de adesão da Bolívia³⁸ (objetado fundamentalmente por algum de seus considerandos e não pelo fundo da questão), o Fundo de Garantias para PME e os Protocolos correspondentes à incorporação de Suriname e Guiana como Estados Associados, dentre outros.

É importante destacar que a vocação integracionista tanto do Paraguai quanto do resto dos sócios ficou apresentada na rápida reincorporação dos representantes desse país aos âmbitos técnicos, administrativos e políticos do bloco, depois de quase dois anos de ausência. A esse respeito, depois de concluída sua participação na Cúpula de Ministros realizada em Caracas em finais de julho de

³⁸ Cabe destacar a tal respeito que, em ocasião da 94a Reunião do GMC realizada em Caracas, a delegação paraguaia solicitou no início do encontro que constasse em atas que seu país não tinha subscrito ainda a Dec. CMC 68/12 referida à incorporação da Bolívia ao MERCOSUL e, conseqüentemente, a sua participação com direito a voz nas reuniões dos órgãos do bloco.

2014, o Chanceler paraguaio Eladio Loizaga dizia para a imprensa que essa tinha sido uma cúpula muito esperada, levando em consideração que tinha havido sucessivos adiamentos, e, finalmente, conseguiram chegar a essa cúpula de Chefes de Estado na qual a situação do MERCOSUL foi normalizada institucionalmente. (Agência de Informação Paraguaia, 2014).

Levando em consideração a ausência de protocolos de procedimento diante da suspensão de um membro, e que o mecanismo de tomada de decisões do MERCOSUL opera por unanimidade e consenso, é provável que o bloco tenha que voltar a estabelecer as normas aprovadas em ausência do Paraguai visando a incorporar esse país para sua posterior interiorização e conseguinte entrada em vigor.

As propostas do Paraguai sobre regimes especiais de importação e regras de origem. Quando o processo de reincorporação do Paraguai aos órgãos diretores do MERCOSUL foi completado, tal país se mostrou extremamente ativo na apresentação de propostas sobre regimes especiais de importação, regras de origem e regimes de zonas francas.

Antes da reunião do GMC realizada em Caracas em julho de 2014, o Governo do Paraguai enviou aos outros Estados Partes projetos de Decisão que envolviam prorrogação para diversos mecanismos atualmente vigentes no MERCOSUL, com o objetivo de apoiar processos de industrialização e atração de investimentos.

Em relação ao regime de origem, propôs alongar o prazo de finais de 2022, estabelecido na Dec. CMC 01/09³⁹, até finais de 2030. Sobre regimes especiais de importação, solicitou adiar até 2025 o prazo da Dec. 56/10⁴⁰ que permite utilizar os regimes de admissão temporária e *drawback* até finais de 2016 no comércio intrazona.

Além disso, propôs estender até finais de 2025 o prazo estabelecido para finais de 2016 relativo à importação –com uma alíquota de 2%– de alguns insumos agropecuários e outras matérias primas de extrazona, conforme a lista de posições tarifárias a ser determinadas e informadas ao CMC antes de finais de 2014.

Também solicitou adiar até finais de 2025, e unicamente para o Paraguai, o disposto na Dec. CMC 57/10 (prorrogada depois pela Dec. CMC 65/12), que estabelece que esse país e o Uruguai poderão aplicar uma alíquota de 2% para as importações de bens de capital originários de extrazona até finais de 2019, ao qual se adicionou a possibilidade de aplicar uma alíquota de 0% às importações de bens de informática e telecomunicações de extrazona. Por último, solicitou manter sua lista nacional de exceções à TEC, de até 649 posições tarifárias, até finais de 2025, em lugar de finais de 2019.

Propostas sobre os regimes para zonas francas. A Delegação do Paraguai, na 43a Reunião do GMC realizada em Caracas em maio de 2014, solicitou que lhe permitissem aplicar até finais de 2025 uma preferência tarifária de 100% para a introdução no mercado intrazona de um conjunto de mercadorias (cuja lista seria encaminhada ao CMC) elaboradas nas “zonas francas habilitadas de seu país”,⁴¹ com a condição de que cumprissem com o Regime de Origem MERCOSUL.

É preciso salientar que, até o momento, a única zona franca “global e internacional” que se encontra habilitada e em funcionamento no Paraguai é a de Ciudad del Este, e inclui como principais setores

³⁹ Outorga a esse país a possibilidade de exportar para o resto dos Estados Partes com um percentual mais elevado de insumos provenientes de extrazona (60% em lugar de 40%).

⁴⁰ Estabeleceu um conjunto de objetivos sob o “Programa de Consolidação da União Aduaneira”.

⁴¹ Cuja localização e condição jurídica não tem sido ainda comunicada formalmente por esse país.

a informática, eletrônica, ferramentas, têxteis e brinquedos. Os incentivos que se outorgam no marco da mesma são isenções de todos os tributos de internação.

Dois meses depois, durante a 94ª Reunião Ordinária do GMC, os outros parceiros se comprometeram a dar tratamento prioritário às propostas do Paraguai durante o segundo semestre de 2014, durante a PPT Argentina.

Os avanços no processo de incorporação da Venezuela

De acordo com o estabelecido na Dec. CMC 66/12, a incorporação da Venezuela ao bloco, vigente desde agosto de 2012, envolvia um período de adaptação desse país à normativa MERCOSUL, o que abrange aproximadamente 750 normas. Além disso, e em relação à adoção da TEC por parte desse país, a Dec. CMC 31/12 estabeleceu que a convergência da Tarifa Nacional da Venezuela devia ser dada em quatro etapas anuais (nos meses de abril) a começar em abril de 2013, conforme a lista de produtos proposta por tal país. Também dispõe de um máximo de 260 exceções à TEC até finais de 2016, que deverá ser reduzida a 160 para finais de 2017. Cabe destacar que esse processo de paulatina adequação das tarifas nacionais venezuelanas à TEC veio avançando a um ritmo menor ao oportunamente previsto.

Devem ser realçados os Acordos de Complementação Econômica (ACE) bilaterais subscritos entre a Venezuela e os países sócios do MERCOSUL, que concedem preferências recíprocas para todo o universo tarifário, excetuando o açúcar, o petróleo e o setor automobilístico.

Os Acordos subscritos pela Argentina e o Brasil com a Venezuela (ACE 68 e ACE 69, respectivamente) estabelecem que os sócios maiores concedam, a partir de 1 de janeiro de 2013, 100% de preferência tarifária para os produtos originários da Venezuela, ao passo que este último faz o mesmo desde 1 de janeiro de 2014, estabelecendo para alguns produtos cronogramas que culminam em 2018 com a desgravação total. É necessário frisar que o ACE 69 entrou em vigor em outubro de 2014.

No caso do Uruguai e Paraguai, ambos países acordaram com a Venezuela, no marco dos ACE 63 e 64, respectivamente, conceder-se mutuamente a desgravação tarifária total e imediata. O ACE 64, não obstante isso, não se encontra ainda vigente.

Nos ACE bilaterais acordados entre a Venezuela e a Argentina, o Brasil e o Uruguai, especificava-se que no caso dos produtos do setor automobilístico, até não se definir um tratamento específico, iam aplicadas as disposições contidas no ACE 59, com o nível de preferências vigente a 31 de dezembro de 2012⁴², ao mesmo tempo que as partes acordaram o início de negociações no primeiro semestre de 2013 para definir um regime para o setor que estabelecesse o universo de produtos amparados e a normativa de origem aplicável (BID-INTAL, 2013b, pág. 55).

Em relação ao acervo normativo MERCOSUL, a Dec. CMC 66/12 estabelecia um conjunto de 211 normas já adotadas pelo país caribenho, outro conjunto de 394 normas que deviam ser adotadas antes de finais de março de 2013, e um terceiro grupo de 148 normas, para o qual se estabeleciam cronogramas específicos, –dentro 1 a 4 anos a partir da implementação do Protocolo de Adesão–. Para finais de 2013, todos os cronogramas de adequação deviam estar definidos de comum acordo entre os Estados Partes.

⁴² O ACE 59 é o Acordo entre MERCOSUL de um lado e a Colômbia, Equador e Venezuela do outro. Desse modo, a entrada da Venezuela ao MERCOSUL envolverá “passar” dos atuais ACE 59, 63, 64, 68 e 69, ao ACE 18 (MERCOSUL).

Como parte destas tarefas, a delegação da Venezuela informou –em ocasião do GMC de maio de 2014– sobre o estado de situação dos ACE 68 e ACE 69 (que entrou em vigor em outubro de 2014), salientando que em cumprimento do acordado em reuniões anteriores, 231 normas já se encontram em processo de incorporação a seu ordenamento jurídico nacional.

Também comunicou acerca de sua disposição a concertar as modificações necessárias nos Protocolos Adicionais dos ACE 63, 68 e 69, até o Regime de Origem MERCOSUL ser plenamente adotado. Para tais efeitos, fez entrega de três Projetos de Protocolos Adicionais aos mencionados ACE relativos aos respectivos regimes de origem bilateral.

A respeito disso, o resto dos países solicitou realizar os maiores esforços para adotar o regime de origem MERCOSUL a partir de janeiro de 2015. Considerando as demoras evidenciadas na adequação da Venezuela à TEC respeito do oportunamente estabelecido na Dec. CMC 66/12, foi acordado realizar uma reunião específica sobre o tema durante o segundo semestre de 2014.

Com relação às zonas francas só se avançou na troca de informação, ficando pendente de definir o tratamento que esse país lhes dará. No que diz respeito ao setor automobilístico, a Venezuela anunciou seu interesse por celebrar acordos bilaterais.

Em ocasião da Reunião do GMC de maio 2014, a Venezuela apresentou um projeto de Protocolo Adicional ao ACE 68, visando a estabelecer as condições de origem do comércio bilateral para 2014 (como originalmente tinha sido colocado no ACE 18) e a partir de 2015.

Nesse projeto, apresenta-se estabelecer um valor de 50% de conteúdo regional, sem prazo de vigência, para todos os produtos da Venezuela que, no Regime de Origem do MERCOSUL, tenham requisito de origem de valor, além de estabelecer para as posições tarifárias correspondentes ao setor petrolífero, o requisito de origem mesmo quando o processo de refino seja realizado fora de seus respectivos territórios. Isto é, a Venezuela coloca que o petróleo tenha origem MERCOSUL, mesmo quando for processado nas refinarias que PDVSA tem em outros países.

A tal respeito, a delegação argentina propôs em ocasião do CMC de Caracas um Projeto de Decisão (que não foi aprovado nessa oportunidade por falta de consenso e permanece pendente para o próximo encontro) que estabelece a data 1 de janeiro de 2015 para a entrada em vigor do Regime de Origem MERCOSUL por parte da Venezuela.

O processo de adesão da Bolívia ao MERCOSUL

Estado dos trabalhos preliminares. Em dezembro de 2006, o Governo da Bolívia manifestou formalmente seu interesse em iniciar as gestões para ser incorporado como Estado Parte do MERCOSUL. Na Cúpula de Presidentes de janeiro de 2007, a Dec. CMC 1/07 criou o Grupo de Trabalho *Ad Hoc* –constituído por representantes dos países do MERCOSUL e Bolívia– para sua incorporação ao bloco. Nesse mesmo ano, o grupo levou a cabo duas reuniões com o objetivo de fixar as bases da plena incorporação da Bolívia ao processo regional.

Em dezembro de 2012, o Conselho Mercado Comum aprovou a Dec. CMC 68/12 “Protocolo de Adesão do Estado Plurinacional da Bolívia ao MERCOSUL” (PAB). O mesmo foi ratificado pelos Parlamentos da Argentina (julho de 2014), Venezuela (julho de 2013) e Uruguai (março de 2014), encontrando-se ainda pendente a ratificação correspondente ao Brasil, cujo Governo não enviou ainda o projeto ao Congresso para sua análise e eventual aprovação. No caso do Paraguai, a situação é juridicamente mais complexa, visto que esse país não assinou a Dec. CMC 68/12 por se encontrar suspenso nesse momento.

Não obstante isso, as autoridades paraguaias assinalaram recentemente que não se opõem de maneira alguma à incorporação plena da Bolívia ao MERCOSUL, mas não podem enviar a mensagem de ratificação do Protocolo a seu Congresso antes de resolver dentro do próprio MERCOSUL sua adesão a tal Decisão, a qual em um de seus considerandos faz menção explícita à Decisão sobre a Suspensão do Paraguai do MERCOSUL em Aplicação do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático.

Visando resolver este problema jurídico, o Governo paraguaio tem manifestado de forma reiterada sua boa disposição e que espera que surja algum mecanismo encaminhado a resolver este tema.

Enquanto isso, a Bolívia participa do MERCOSUL como Estado associado e em processo de adesão, com direito a voz, porém não a voto, condição similar à qual num determinado momento foi concedido à Venezuela até que se completasse sua incorporação como sócio pleno. Para além das necessárias ratificações parlamentares, o PAB criou em forma imediata um Grupo de Trabalho orientado a desenvolver os trabalhos técnicos para a integração plena da Bolívia ao bloco, que deveria ter concluído as tarefas num prazo de 180 dias a partir da data de sua primeira reunião, realizada em junho de 2013. Contudo, o prazo expirou sem que se tivessem alcançado os objetivos originalmente estabelecidos.

Do mesmo modo, a mencionada norma estabelece que a partir da data de entrada em vigor do PAB, a Bolívia alcançará a condição de Estado Parte e participará com todos os direitos e obrigações no MERCOSUL. Nesse marco, afirma-se que o Governo da Bolívia deverá:

- Desenvolver sua integração no MERCOSUL sob os princípios de gradatividade, flexibilidade e equilíbrio, para o qual serão consideradas as assimetrias e o tratamento diferencial, bem como os princípios de segurança alimentar, meios de subsistência e desenvolvimento rural integral.
- Adotar gradativamente o acervo normativo vigente do MERCOSUL, no máximo em 4 anos, contados a partir da data de entrada em vigor do PAB.
- Adotar a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM), a mais tardar em 4 anos, contados a partir da data de entrada em vigor do PAB.
- Adotar a TEC, a mais tardar em 4 anos. Para tal, o Grupo de Trabalho estabelecerá o cronograma de adoção, contemplando as exceções de acordo com as normas vigentes do MERCOSUL.
- Adotar o Regime de Origem do MERCOSUL, a mais tardar em 4 anos.
- Alcançar o Livre Comércio recíproco a partir da entrada em vigência do PAB. A mais tardar em 4 anos ficarão sem efeito entre as Partes o disposto no ACE 36 e no ACE entre a Venezuela e a Bolívia.
- O Grupo de Trabalho deverá definir as condições a serem negociadas com terceiros países ou grupos de países, para a adesão da Bolívia aos instrumentos internacionais e acordos celebrados pelos demais Estados Partes com aqueles.
- Dentro do Grupo de Trabalho Bolívia existem atualmente quatro subgrupos:
 - Assuntos Comerciais: TEC, Nomenclatura e Regime de Origem

- Aspectos Institucionais
- Adoção de Normativa
- Relacionamento Externo

Em consonância com o resolvido no CMC de Brasília, durante a primeira semana de junho de 2013 foi celebrada a primeira reunião do Grupo de Trabalho para a adesão da Bolívia ao MERCOSUL. Os representantes da Bolívia apresentaram os resultados da análise preliminar sobre a adequação à TEC e a normativa comercial do bloco, ao qual acrescentaram os acordos comerciais vigentes e em negociação. É importante destacar que tais funcionários assinalaram, mais uma vez, que seu país pretende unir-se ao MERCOSUL sem abandonar sua participação como membro na CAN.

Em ocasião da seguinte Reunião do Grupo (julho de 2013), a Delegação da Bolívia apresentou seus avanços em relação aos trabalhos em matéria de incorporação da NCM e sua necessidade de manter simultaneamente a NANDINA e a NCM. Na III Reunião (outubro de 2013) manifestou estar em condições de adotar o regime de origem do ACE 18 e solicitou o mesmo tratamento que, a esse respeito, é outorgado ao Paraguai dentro do MERCOSUL.

Posteriormente, em ocasião da reunião do GMC de 2014, o representante boliviano informou sobre os trabalhos realizados e o estado de situação dos avanços alcançados até esse momento, com relação aos compromissos assumidos no PAB, comentando, ao mesmo tempo, que já conta com uma lista adicional de normas de incorporação imediata.

É importante destacar que, de acordo com o que negociadores de diferentes países manifestaram, as tarefas técnicas de troca de informação, de adequação da Bolívia à normativa MERCOSUL e de preparação dos processos de convergência tarifária parecem estar sendo realizados de maneira rápida e harmônica.

Posteriormente, o GMC acordou em maio de 2014 convocar uma nova reunião para dar continuidade aos trabalhos de adesão da Bolívia ao MERCOSUL, que está em princípio prevista para o segundo semestre de 2014. Dado que todas estas negociações e trabalhos técnicos vão sendo realizados sob a presunção de que será completado o processo de ratificações parlamentares e se resolverá a situação do Paraguai em relação a esse Protocolo, na reunião do GMC de maio de 2014, os Coordenadores manifestaram seu interesse em celebrar uma reunião da Comissão Administradora do ACE 36 (único instrumento de administração do comércio bilateral vigente na atualidade) visando a tratar, dentre outras questões, a relativa ao Regime de Origem do ACE 18.

As perspectivas do comércio entre o MERCOSUL e a Bolívia. É razoável que o impacto em termos comerciais da incorporação da Bolívia seja positivo embora limitado, devido a que o mencionado Protocolo substituirá o ACE 36 e o Acordo de Comércio e Complementaridade Econômica entre a Venezuela e a Bolívia, os quais já eliminavam restrições ao intercâmbio entre as partes.

Nesse sentido, o maior efeito proviria de questões normativas, particularmente da adoção da TEC por parte da Bolívia, que em seu caráter de economia pequena mantém tarifas para produtos industriais frequentemente menores aos da TEC, particularmente no caso do setor automobilístico. Desse modo, a convergência à TEC por parte da Bolívia poderia favorecer as exportações industriais do bloco à Bolívia (Ver BID-INTAL, 2014b).

Como é frisado no Capítulo 2, a incorporação da Bolívia ao MERCOSUL adquire relevância estratégica do ponto de vista energético, porque o país andino é o principal fornecedor de gás

natural do bloco. É necessário mencionar que mais de 9 de cada 10 dólares importados pelo MERCOSUL desde a Bolívia correspondem a esse hidrocarboneto ao passo que as transações são levadas a cabo no marco de acordos intergovernamentais que estabelecem os preços e quantidades comerciados. (Ver BID-INTAL, 2014b).

C. Desenvolvimento da agenda interna

Esta seção se divide em quatro partes que tratam, respectivamente, os temas tradicionais da agenda comercial, a evolução do processo de integração produtiva, o estado de situação do FOCEM e os novos temas da agenda do MERCOSUL.

Temas tradicionais da agenda comercial

Protocolo sobre compras governamentais. O Protocolo sobre Contratações Públicas do MERCOSUL foi aprovado em ocasião da Cúpula de Córdoba de julho de 2006 (Dec. CMC 23/06). Em verdade, tal norma modificava o regime originalmente estabelecido dois anos antes através da Dec. CMC 27/04, a qual, por sua vez, substituía o correspondente à Dec. CMC 40/03 aprovado em ocasião da Cúpula de Montevideú.

Após a assinatura do acordo de 2006, e devido às dificuldades de alguns dos países – particularmente do Brasil – para avançar em sua ratificação, a Dec. CMC 23/10 estabeleceu formalmente a necessidade de realizar ajustes ao texto do mesmo, para o qual dispôs “instruir o Grupo de Contratações Públicas do MERCOSUL a iniciar a revisão do Protocolo”, visando a “adaptá-lo às atuais condições em cada um dos Estados Partes e de garantir sua pronta aplicação”.

Nesse marco, e depois das negociações relativas a esse tema acabarem interrompidas em 2012, em ocasião da reunião do GMC de maio de 2014 em Caracas, a Delegação da Argentina fez circular o Projeto de Decisão “Revisão do Protocolo de Contratações Públicas do MERCOSUL”.

Posteriormente, durante o GMC de julho de 2014, esse país voltou a manifestar seu interesse por avançar na discussão do mencionado projeto, salientando a conveniência de chegar a um acordo nessa matéria levando em consideração não só sua relevância em relação à consolidação do processo de integração regional, mas também a forte importância que este tema tinha adquirido no marco das negociações com a União Europeia.

Assim sendo, a Delegação do Uruguai apresentou propostas de modificações ao projeto da Argentina, que foram incorporadas ao texto sem maiores dificuldades. Desse modo, as Delegações da Argentina e do Brasil manifestaram estar em condições de acompanhar a proposta ajustada que foi anexada à ata da mencionada reunião do GMC ao mesmo tempo que o Paraguai e a Venezuela comunicaram que se encontravam em etapa de consultas internas, sem comprometer data certa para a emissão de opinião formal. Em tal sentido se acordou voltar a convocar o SGT N° 16 - Contratações Públicas, para continuar analisando o tema.

Dessa forma, as compras públicas não fizeram parte da agenda do CMC de Caracas de julho, mas a aprovação da mencionada norma durante o segundo semestre de 2014 se transformou num dos objetivos prioritários da PPT da Argentina.

Os regimes para zonas francas. De acordo com a Dec. CMC 8/94 as zonas francas não fazem parte do território aduaneiro geral, portanto e “salvo decisão em contrário”, os Estados Partes

aplicam a TEC às mercadorias provenientes das mesmas, de zonas francas industriais, de zonas de processamento de exportações e de áreas aduaneiras especiais.

Na mesma Decisão se estabelece que os produtos da Área Aduaneira Especial de Tierra del Fuego e da Zona Franca de Manaus possam operar no comércio bilateral até 2013, evitando pagar a TEC porém tendo que cumprir com o Regime de Origem MERCOSUL.

Também foram estabelecidos acordos bilaterais entre a Argentina e o Brasil (Manaus-Tierra del Fuego), entre a Argentina e o Uruguai (Tierra del Fuego-Colonia) e entre o Brasil e o Uruguai (Manaus-Colonia e Nueva Palmira), como exceções ao princípio geral, ao abrigo da prerrogativa surgida da expressão “salvo decisão em contrário” da Dec. CMC 8/94, que habilitou a possibilidade de outorgar tratamentos especiais (tarifa zero) a mercadorias provenientes de determinadas zonas francas ou áreas aduaneiras especiais dos parceiros.

Nesse cenário, em finais de 2013 venceram os prazos oportunamente acordados pelo bloco na matéria,⁴³ e que *a priori* deveriam ter sido prorrogados através de Decisões específicas do CMC. Elas são a Dec. CMC 63/12 (Comércio Bilateral Brasil-Uruguai para produtos das Zonas Francas de Manaus, Colonia e Nueva Palmira),⁴⁴ e a Dec. CMC 08/94 (Zonas Francas, Zonas de Processamento de Exportações e Áreas Aduaneiras Especiais, que regula o tratamento especial para a Zona Franca de Manaus e a Área Aduaneira Especial de Tierra del Fuego até finais de 2013).

O vencimento mencionado e a ausência de uma prorrogação formal e oportuna desses esquemas de zonas francas (como as produzidas em ocasiões passadas) fizeram com que, desde princípios de 2014, os regimes de zonas francas (cuja operação prossegue) se encontrem numa situação de informalidade respeito da normativa MERCOSUL. Esperava-se que esta anomalia fosse solucionada em ocasião da primeira Reunião de 2014 do CMC.

Nesse marco, na Reunião Ordinária do GMC de maio de 2014, a Argentina apresentou um projeto de Decisão que previa estender o prazo do tratamento especial para Manaus e Tierra del Fuego até finais de 2023, para o qual seriam estabelecidas dentro dos 180 dias, as condições de acesso dos produtos procedentes de ambas as regiões no comércio bilateral entre a Argentina e o Brasil, incluindo as listas de produtos que ficariam isentos do pagamento do AEC e seus respectivos requisitos de origem.

Por sua vez, o Brasil fez circular um projeto de Decisão (que já tinha apresentado em ocasião do GMC realizado em Montevideu em meados de 2013) pelo qual adia o prazo de tratamento especial para Manaus e Tierra del Fuego até finais de 2023, ao mesmo tempo que o Paraguai propôs outorgar unilateralmente uma preferência tarifária de 100%, até o ano 2025, para uma lista de produtos elaborados nas zonas francas habilitadas nesse país.

O Uruguai apoiou a proposta do Brasil para prorrogar por 10 anos os regimes de Manaus e Tierra del Fuego, ao mesmo tempo que propôs adicionar à Dec. CMC 8/94 uma exceção que permitisse conservar a origem àqueles produtos de um Estado Parte ou um terceiro país, que por motivos de transporte ou armazenamento utilizassem uma área aduaneira especial ou uma zona franca. Esta

⁴³ No marco do “Programa de Consolidação da União Aduaneira”, a Dec. CMC 56/10 dispunha em seu art. 57 “Instruir o Grupo Mercado Comum a definir, até sua primeira Reunião Ordinária de 2013, uma proposta de revisão da Decisão CMC Nº 08/94, levando em conta a normativa MERCOSUL” em matéria de “zonas francas, zonas de processamento de exportações e áreas aduaneiras especiais”.

⁴⁴ Nos fatos, o Brasil e o Uruguai já prorrogaram através do Protocolo Adicional ao ACE 2 a vigência do Acordo, mas corresponderia que regularizassem a situação no marco do MERCOSUL, através de uma Decisão que adiasse o mencionado prazo.

exceção estaria condicionada a que os produtos beneficiados se mantivessem no mesmo estado e condição, e só pudessem ser objeto de operações de conservação, seleção, classificação, fracionamento ou embalagem, e que não alterassem a classificação tarifária nem o caráter originário dos mesmos. Isto é, ainda que um bem originário de um Estado Parte do MERCOSUL ou de um terceiro país com o qual existe um Acordo Preferencial entre numa área aduaneira especial ou zona franca para ser fracionado, embalado ou para ter um processo similar, o Uruguai propõe que não perca o Certificado de Origem MERCOSUL ao ser enviado a outro país do bloco, sempre que esse processo não modifique sua classificação tarifária.

Para além da necessidade de encontrar algum tipo de compatibilidade ou harmonização entre as quatro propostas, não houve finalmente menção explícita a esses temas na agenda do último GMC da PPT venezuelana, ficando pendente de tratamento e eventual resolução.

Os regimes para importação de bens de capital, informática e telecomunicações. A importação de bens de capital (BK) e bens de informática e telecomunicações (BIT) desde extrazona deu lugar a negociações entre os países do MERCOSUL, desde sua própria constituição como União Aduaneira a princípios de 1995. Embora o Protocolo de Ouro Preto tenha disposto uma TEC de 14% para todo o universo de BK e de 16% para BIT, os países solicitaram manter em princípio, de maneira temporária, regimes nacionais especiais.

Nesse marco, desde meados de 1995 a Argentina solicitou e obteve uma dispensa (*waiver*) para levar “temporariamente” a zero suas tarifas nacionais para boa parte desse tipo de bens –compensando ao mesmo tempo os produtores locais com um reembolso à produção equivalente à TEC– e para os bens de informática e de telecomunicações, sob o argumento da necessidade de baratear o custo do investimento.

Por sua vez, o Brasil manifestou a necessidade de manter “por um tempo” seu regime especial para importação de BK não produzidos (chamado “ex -tarifários”). Como o Uruguai e o Paraguai tinham uma muito escassa produção local desse tipo de bens, e estariam afetados pelo encarecimento de custos que para diferentes setores de atividade envolvia a TEC, obtiveram autorizações para reduzir suas taxas nacionais para a entrada de maquinaria, informática e equipamentos de telecomunicações.

Para além da vontade dos negociadores de avançar lentamente para uma política regional homogênea sobre importação de BK e BIT, os mencionados regimes nacionais foram prorrogados a seus vencimentos em várias oportunidades, ficando para ser alcançado num futuro o objetivo da harmonização.

Num cenário em que a proliferação de regimes nacionais gerava reclamações e distorções para o interior do bloco, a Dec. CMC 58/08 dispôs criar no âmbito do GMC um Grupo *Ad Hoc* para BK e BIT (GAHBK/BIT), que absorvia as tarefas e atribuições anteriormente delegadas no Grupo de Alto Nível, para examinar a consistência e dispersão da TEC. O objetivo seria “elaborar uma proposta de regime comum para a importação de bens de informática e telecomunicações produzidos e não produzidos no MERCOSUL”, sem ser definida uma data para a apresentação de suas propostas.

Em paralelo a isso, e enquanto era projetada para janeiro de 2011 a entrada em vigor do regime comum para bens de capital não produzidos (Dec. CMC 34/03), solicitava-se ao novo Grupo *Ad Hoc* encaminhar ao GMC uma proposta de revisão da TEC para a entrada de BK, e outra para BIT, as quais também deveriam entrar em vigor em janeiro de 2011. Até esse momento, os quatro países sócios poderiam manter os regimes nacionais vigentes oportunamente notificados, tanto para bens produzidos quanto não produzidos.

Posteriormente, as Dec. CMC 56 e 57/10 adiaram o prazo para a entrega das duas propostas do Grupo *Ad Hoc* para a segunda reunião ordinária do GMC do primeiro semestre de 2012, sendo estabelecida a entrada em vigor do novo regime comum para importação de BK para princípios de 2013, e para princípios de 2016 o correspondente a BIT.

Ao mesmo tempo, adiou a entrada em vigor do novo regime para bens de capital não produzidos para janeiro de 2013 para a Argentina e o Brasil, e para janeiro de 2015 para o Uruguai e o Paraguai, e adiou a vigência dos regimes nacionais até finais de 2012 “em caráter excepcional e transitório”.

Dois anos depois, e devido aos escassos avanços alcançados em nível do Grupo *Ad Hoc*, em ocasião da Cúpula de Brasília de dezembro de 2012, a Dec. CMC 65/12 renovou a instrução ao Grupo *Ad Hoc* e estabeleceu janeiro de 2014 para a entrada em vigor do regime comum para importação de bens de capital não produzidos, para a Argentina e o Brasil, e janeiro de 2018 para o Uruguai e o Paraguai, sendo mantida a data de finais de 2013 para a vigência dos regimes nacionais de importação desses bens. A Venezuela teve a possibilidade de aplicar alíquotas inferiores à TEC até finais de 2018 para BK, e finais de 2019 para os BIT.

Considerando que o CMC de Montevideu de meados de 2013 não fez resolução alguma a respeito desses temas, e que o previsto para finais de 2013 finalmente não foi realizado, o MERCOSUL entrou em 2014 com um vazio legal na matéria, visto que o novo regime comum aplicável para a Argentina e o Brasil (para bens de capital não produzidos) não foi finalmente aprovado, e também não foi emitida a norma que deveria ter autorizado o adiamento dos regimes nacionais vigentes até o momento,⁴⁵ tal como vinha acontecendo nos vencimentos dos prazos oportunamente estabelecidos em Decisões de anos anteriores.

Nesse marco, na reunião do GMC de julho de 2014, realizado em Caracas, a delegação argentina – com o apoio da brasileira– propôs renovar mais uma vez a instrução ao Grupo *Ad Hoc* para a revisão do Regime Comum de Importação de Bens de Capital não produzidos, visando a entrada em vigor de um regime comum a partir de 1 de janeiro de 2016, para a Argentina e o Brasil, e a partir de 1 de janeiro de 2020, para os outros Estados Partes. Em paralelo a isso, foi proposto adiar a entrada em vigor do regime comum para bens produzidos para inícios de 2018 para a Argentina e o Brasil, e para inícios de 2020 para o Uruguai, Paraguai e Venezuela, mantendo a vigência excepcional e transitória até finais de 2015 dos regimes nacionais de importação de BK e BIT aprovados para todos os parceiros.

Por sua vez, o Paraguai propôs prorrogar até finais de 2025 seu regime preferencial para importações de bens de capital de extrazona, e até finais de 2015 a entrada livre de taxas dos bens de informática e telecomunicações.

Finalmente, e como consequência da falta de consenso, particularmente por parte do Paraguai, Uruguai e Venezuela, o GMC de Caracas de julho de 2014 decidiu manter o tema em sua órbita, com o intuito de adotar definições sobre o particular durante a PPT da Argentina.

As negociações para um regime de origem MERCOSUL. O Regime de Origem MERCOSUL (ROM) é um conjunto de requisitos e procedimentos acordados pelos Estados Partes, que permite determinar se um produto qualifica ou não para receber o tratamento preferencial estabelecido pelos

⁴⁵ É necessário destacar que por uma decisão própria de política econômica, em meados de 2012 o Governo argentino adaptou unilateralmente suas taxas para a importação de bens de capital de extrazona aos níveis oportunamente estabelecidos pela TEC, como já tinha feito uns meses antes para os produtos de informática e telecomunicações. Com isso deixou de ser necessária a dispensa oportunamente outorgada pelo resto dos países do bloco e renovada em várias ocasiões.

acordos do MERCOSUL, levando em conta que os produtos podem ser elaborados utilizando materiais importados de países não membros. Nesse sentido, o regime prevê como regra geral que serão considerados “Produtos originários do MERCOSUL” os bens elaborados integralmente no território de qualquer dos Estados Partes. Se a produção utilizar materiais não originários, isto é, elaborados fora do MERCOSUL, os mesmos terão que corresponder a uma posição tarifária diferente à do produto acabado, ou então, o valor agregado dentro do MERCOSUL a esse produto deverá ser no mínimo de 60%.

O regime de origem do MERCOSUL se encontra formalmente normatizado pela Dec. CMC 01/09 (que unificou todas as normas vigentes nessa matéria até essa data),⁴⁶ e pela Res. GMC 25/12 (que adiou alguns dos prazos estabelecidos em tal Decisão para o Uruguai e a Argentina). Por sua vez, a Diretriz CCM 16/11 eliminou do Anexo de Requisitos Específicos de Origem uma lista de produtos, habilitando os Estados a aplicarem requisitos de origem mais flexíveis no comércio intrazona que os vigentes nos acordos comerciais com terceiros países.

Em qualquer caso, a mencionada Dec. CMC 1/09 estabelecia em seu Art. 5 que a mesma “deverá ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes antes de 30/X/09” ao tempo que a Res. GMC 25/12 estabeleceu como data limite para isso o dia 30/12/12.

Não obstante isso, e, embora a Argentina, o Uruguai e o Paraguai cumprissem, com algum atraso, esses prazos, transcorridos mais de cinco anos de sua sanção pelo CMC, o Governo do Brasil ainda não tem internalizado a mencionada Decisão. Nesse cenário e tal como o estabelecia dita norma, a mesma não entraria em vigor até não ser referendada pelos quatro Estados Partes. Desse modo, a normativa juridicamente vigente no MERCOSUL em relação ao regime de origem continua sendo formalmente a estabelecida nas Dec. CMC 1/04 e 20/05.

Com relação a esse tema, em ocasião da última reunião do GMC (Caracas, julho de 2014), a Delegação do Uruguai, com o apoio da delegação da Argentina, reiterou a necessidade de incorporar as mencionadas normas assim que for possível por parte do Brasil, país que manifestou que continua em trâmites internos.⁴⁷

Nesse mesmo encontro, a Delegação da Venezuela comunicou sua disposição a continuar os trabalhos de adoção e internalização jurídica das normas de Origem MERCOSUL, e a concertar as modificações necessárias nos Protocolos Adicionais dos ACE 63, 68 e 69, até ser plenamente acordado e colocado em vigor o Regime de Origem MERCOSUL.

A evolução do processo de integração produtiva

Questões gerais. O processo de integração produtiva (IP) do MERCOSUL foi entendido desde seus inícios como uma das vias reais e concretas para a consolidação do mercado regional, promovendo a ativa participação das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) dos Estados Partes, favorecendo especialmente a dos países de menor tamanho econômico relativo, e constituindo-se como um instrumento real e específico para a superação das assimetrias existentes dentro do bloco.

Desse ponto de vista, a IP deveria ampliar as possibilidades das empresas da região para sua melhor inserção no mercado global. O desenvolvimento de cadeias regionais de valor e sua eventual

⁴⁶ Que foram as Dec. CMC 01/04 e 20/05 e as Diretrizes CCM 02/04, 04/04, 06/05, 05/06, 10/07, 21/07, 12/08, 27/08 e 07/09.

⁴⁷ Ata XLIII Reunião Extraordinária GMC de Caracas julho 2014, ponto 1.4.

inserção nas cadeias globais (pertencentes tanto a empresas multinacionais de extrazona quanto a translatinas ou a empresas médias e grandes dos países sócios) poderia permitir um incremento no valor agregado regional das exportações do bloco.

Em julho de 2006 os Presidentes do bloco destacavam, na Declaração Conjunta da cúpula realizada em Córdoba, sua vontade de instruir os Ministros das áreas vinculadas à produção a definirem as diretrizes que conformaram o Plano de Desenvolvimento e Integração Produtiva Regional, para depois em dezembro de 2007 manifestar em Montevidéu, a decisão de elaborar um Programa de Integração Produtiva do MERCOSUL, visando ao desenvolvimento de cadeias de valor entre empresas da região, particularmente as pequenas e médias, o que permitirá melhorar sua complementaridade e competitividade.

Posteriormente e depois de seis meses de trabalho do Grupo *Ad Hoc*, o MERCOSUL tomou três decisões fundamentais quanto à integração produtiva:

1. Criar o Programa de Integração Produtiva do MERCOSUL (PIP).
2. Criar o Grupo de Integração Produtiva (GIP), que depois passou ao formato de “Sub Grupo de Trabalho” –SGT N° 14–,⁴⁸ como órgão diretamente dependente do Grupo Mercado Comum, e integrado por representantes designados pelos governos dos Estados Partes.
3. Criar um Fundo orientado a favorecer o acesso ao financiamento das MPMEs com atividade nos países sócios.

O mencionado Programa tendia a fortalecer e melhorar a oferta desde o setor público para estimular a participação das empresas e suas entidades representativas numa instância de caráter regional. Nesse sentido, direcionava-se a incrementar o grau de treinamento dos recursos humanos, os estímulos e o financiamento disponíveis e oferecer espaços de articulação de políticas comerciais e apoio institucional que facilitassem a integração produtiva regional, fomentando o desenvolvimento da competitividade nas cadeias produtivas regionais.

O PIP se propõe contribuir ao fortalecimento da complementaridade produtiva de empresas do MERCOSUL, e especialmente a integração nas cadeias produtivas de MPMEs e de empresas dos países de menor tamanho econômico relativo, visando a aprofundar o processo de integração do bloco, consolidando o incremento da competitividade dos setores produtivos dos Estados Partes e outorgando ferramentas adicionais que melhorem sua inserção externa.

Em termos mais específicos, o SGT N° 14 tem como objetivos:

- Melhorar as condições de acesso das empresas nacionais ao mercado regional e internacional.
- Fomentar uma maior associatividade entre as empresas do bloco.
- Contribuir à superação das assimetrias ao favorecer mecanismos de transferência de tecnologia entre empresas com grande capacidade de compra das economias mais desenvolvidas para as de menor desenvolvimento relativo.

⁴⁸ Dec. CMC N° 12/12.

- Estimular mecanismos de desenvolvimento de *joint ventures*, *clusters*, ambientes produtivos locais, redes de fornecedores e clientes, consórcios de exportação, etc.
- Contribuir à geração de maior valor agregado nas exportações.

Avanços de IP durante o período analisado. Aspectos gerais. No período em análise foi levada a cabo em novembro de 2013 a XXIII Reunião Ordinária do GIP. Nesse âmbito, acordou-se a implementação de uma metodologia de trabalho visando a identificar potencialidades, dificuldades e desafios da trama produtiva regional, de maneira de construir uma agenda de trabalho dinâmica orientada a obter resultados concretos.

Também foi solicitada à Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI),⁴⁹ como unidade executora do Projeto FOCEM desenvolvido no setor de autopeças, a apresentação de um informe acerca dos avanços alcançados (ver abaixo). Além disso, comprometeu-se a explorar novas oportunidades para uma eventual incorporação da Venezuela a esse tema. Sobre essa questão a delegação do Uruguai fez menção da realização de vários workshops nas cidades de Porto Alegre e Montevidéu na segunda metade de 2013, e a execução de uma consultoria de extensão tecnológica que se encontra em desenvolvimento em nível das empresas participantes do projeto.

Em relação ao Projeto FOCEM para o setor Petróleo e Gás, foi acordado solicitar à ABDI a apresentação do relatório com os avanços, manifestando também o interesse em somar a Venezuela e a Bolívia nessas atividades setoriais.

No que diz respeito aos trabalhos desenvolvidos no âmbito dos Comitês de Integração Produtiva Setoriais (Aeronáutico, Eólico e Naval), a delegação do Brasil apresentou o “Relatório de Atividades do Comitê Técnico de Integração Produtiva–Setor Eólico (CIPE) 2011-2013”, para que pudesse servir de base para construir um modelo de relatório de diagnóstico para todos os setores que tenham que ser avaliados pelo GIP. As outras delegações também solicitaram a designação dos pontos focais da Venezuela para os comitês técnicos –Aeronáutico, Eólico e Naval– com o fim de sua incorporação aos mesmos. Em 2014, a Argentina apresentou o projeto de Decisão “Integração Naval e *Offshore* do MERCOSUL”.

Temas horizontais da IP. As Delegações da Argentina, Brasil e Venezuela informaram sobre os avanços na elaboração do Manual Operativo do Fundo de Garantias para as Micro, Pequenas e Médias Empresas, último instrumento necessário para dar início às operações do Fundo.⁵⁰

Paralelamente a isso, e no marco do Projeto “Observatório Regional Permanente sobre Integração Produtiva” da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, (ORPIP/AECID), a delegação argentina informou sobre a videoconferência realizada em 26 de setembro de 2013, onde foram colocados e discutidos os principais lineamentos para o desenho do Plano de Trabalho 2013-2014, com base em seus três módulos temáticos: Institucional, Setorial e Territorial, bem como os aspectos administrativos.

Também, tal país propôs o redesenho e melhorias do conteúdo do portal empresarial, a definição de seus objetivos comunicacionais, bem como uma atualização da base de dados, prévia a sua etapa de

⁴⁹ A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) é o organismo público executor de dois projetos oportunamente aprovados pelo FOCEM para a complementação no setor automobilístico-autopeçista (contribuição FOCEM de US\$ 3 milhões) e para o desenvolvimento de fornecedores na cadeia produtiva de petróleo e gás (contribuição FOCEM de US\$ 2,8 milhões).

⁵⁰ O estado de situação do referido Fundo é analisado em detalhe mais adiante no presente Capítulo.

sensibilização e difusão. A esse respeito, os Pontos Focais acordaram analisar o Plano de Comunicação e Difusão do portal, apresentado em sua oportunidade pelo Uruguai.

Durante a PPT da Argentina, em setembro de 2014 foi levada a cabo a V Reunião Ordinária do SGT N° 14 na qual se acordou uma agenda de trabalho. Um mês depois foi desenvolvido em Montevideu o Primeiro Encontro Setorial de Integração Produtiva, organizado pela PPT Argentina do GIP, o Alto Representante Geral do MERCOSUL, Dr. Ivan Ramalho, e o Centro de Formação para a Integração Regional (CEFIR). O objetivo da reunião foi a identificação e implementação de projetos nos setores metal-mecânico, químico, plástico e têxtil do bloco, e o lançamento do primeiro Centro de Associatividade Empresarial que tinha sido aprovado na reunião ordinária do GIP de abril de 2013. Durante os meses seguintes serão levados a cabo encontros similares orientados a outros setores de atividade.

No âmbito dessa atividade, foram apresentados os resultados do trabalho que vem desenvolvendo a ABDI como Unidade Executora do projeto “Adensamento e Complementação Automotiva no Âmbito do Mercosul” (FOCEM Auto) e os avanços do Programa de Integração Produtiva da indústria do brinquedo. Cabe salientar que o FOCEM Auto tem por finalidade fomentar o processo de integração da cadeia automobilística, fortalecendo a competitividade dos pequenos fornecedores de autopeças de diversos setores (borracha e plástico, metalurgia, estamparia, fundição, partes e peças e ferramentas), viabilizando o acesso a oportunidades de negócio e promovendo a difusão tecnológica. Participam empresas –principalmente médias– dos quatro países fundadores do bloco. Embora o programa FOCEM Auto ainda se encontre em fase de execução, os resultados preliminares são satisfatórios em termos de aumento da produtividade através de maior quantidade produzida por hora, redução de estoques intermediários e finais, diminuição de inconformidade nas autopeças, etc. (Ver Amissi, 2014).

Do mesmo modo, na atividade foi realizado o relançamento do portal empresarial www.gipmercosur.org e o encerramento do projeto de cooperação com a AECID.

Regulamento de Mecanismo de Fortalecimento Produtivo. Em ocasião da reunião do CMC de finais de 2012 em Brasília, foi aprovada –através da Dec. CMC 67/12– a criação do Mecanismo de Fortalecimento Produtivo do MERCOSUL (MFP), destinado a promover o desenvolvimento de ações integradas para o fortalecimento de capacidades produtivas conjuntas, em setores que serão identificados de comum acordo, com o objetivo de contribuir para que a dinâmica do intercâmbio comercial responda às necessidades e aspirações de todos os Estados Partes.

Tal norma encomendava ao GMC a apresentação, antes de meados de 2013, de uma proposta de regulamento de tal Mecanismo, o qual poderia prever a criação de comissões setoriais específicas, dotadas de alto nível decisório e capacidade técnica que garantissem as medidas necessárias para a efetiva execução dos projetos e iniciativas aprovadas no âmbito do Mecanismo e desenhar políticas integradas para setores selecionados.

A Presidência venezuelana manifestou seu interesse na aprovação do Regulamento do Mecanismo de Fortalecimento Produtivo, atendendo o previsto na Dec. CMC 67/12, para o qual circulou uma proposta. Nesse sentido, o GMC de maio de 2014 acordou a criação de um Grupo *Ad Hoc* de Trabalho para o tratamento do Regulamento, tomando como base a proposta apresentada pela Venezuela.

Posteriormente, a PPT Argentina informou que fará circular uma proposta de Regulamento para consideração dos sócios e o GMC acordou convocar o Grupo de Trabalho *Ad Hoc* para o tratamento da mesma.

Evolução e estado de situação do FOCEM

A criação e implementação do FOCEM tem significado uma mudança qualitativa na forma de tratamento das assimetrias dentro do bloco, através da realização de contribuições financeiras dos países sócios encaminhadas à mitigação de desequilíbrios internos, à promoção da convergência estrutural (em particular em infraestrutura física), à coesão social e ao desenvolvimento da competitividade, dentre outros objetivos.

Nesse sentido, as características distributivas do Fundo (através do qual os países maiores oferecem a maior parte dos recursos, sendo os parceiros de menor tamanho os que mais fundos recebem para serem aplicados em projetos executados em seus respectivos territórios) envolvem uma resposta às reclamações do Uruguai e do Paraguai a respeito da necessidade tanto de receber compensações pelos desequilíbrios gerados para o interior do MERCOSUL, quanto de responder a necessidades das áreas de menor desenvolvimento em infraestrutura, competitividade e coesão social.

Nesse contexto, desde sua entrada em funcionamento em 2007, o FOCEM tem recebido 59 projetos: dos quais 46 foram aprovados pelo Conselho Mercado Comum (de um dos quais o Governo do Paraguai desistiu posteriormente); 8 foram retirados pelo Estado proponente durante a fase de análise técnica; um (apresentado pelo Paraguai) se encontra atualmente em etapa inicial de análise de elegibilidade por parte da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (CRPM); dois (um do Brasil e outro do Paraguai) estão em fase de análise técnica por parte da unidade de projetos do FOCEM; e outros dois (também apresentados pelo Brasil) se encontram pendentes de aprovação final por parte do CMC (Quadro 10).

Quadro 10. Estado de carteira de projetos do FOCEM a julho de 2014

Quantidade de projetos e milhões de US\$

País	Apresentados		Em execução		Finalizados		Rescindidos		Retirados		Fase elegibilidade		Análise técnica		Encaminhados CMC	
Argentina	4	46,8	4	46,8												
Brasil	8	70,9	5	33,8								1	3,2	2	34,0	
Paraguai	28	824,0	17	623,8			1	20,7	8	32,7	1	142,2	1	4,5		
Uruguai	12	255,6	9	246,1	3	9,5										
Pluriestatais	3	26,7	3	26,7												
Secretaria do MERCOSUL	4	0,7	1	0,5	3	0,2										
Total	59	1.224,6	39	977,6	6	9,7	1	20,7	8	32,7	1	142,2	2	7,7	2	34,0

Fonte: Elaboração própria com base em relatórios de CA-FOCEM, CRPM, UTF e Atas GMC e CMC.

Em consonância com os objetivos distributivos e de atenuação de assimetrias, o Paraguai é o país do MERCOSUL que está recebendo maiores contribuições (63,2% do total do Fundo, com 17 projetos em etapa de execução), seguido pelo Uruguai com 25,9% (Quadro 11). Deste modo, as duas economias menores da região concentram quase 90% dos recursos.

Quadro 11. Total de projetos do FOCEM aprovados por país, 2007–julho de 2014*Em milhões de US\$*

Proponente	Quantidade de Projetos	Valor Total Projetos	Contribuição FOCEM	%
Argentina	4	69,6	46,8	4,7
Brasil	5	45,7	33,8	3,4
Uruguai	12	440,4	255,6	25,9
Paraguai	17	859,7	623,8	63,2
Pluriestatais	3	34,0	26,7	2,7
Secretaria do MERCOSUL	4	0,7	0,7	0,1
Total	45	1450,0	987,3	100,0

Fonte: Elaboração própria com base em relatórios de CA-FOCEM, CRPM, UTF e Atas GMC e CMC.

O montante total de contribuições monetárias efetivamente recebidas pelo FOCEM desde sua conformação até julho de 2014 é de US\$ 877,92 milhões,⁵¹ dos quais US\$ 674,99 milhões corresponderam a contribuições regulares dos Estados Partes, e US\$ 202,93 milhões a contribuições voluntárias oportunamente realizadas pelo Governo do Brasil, visando a financiar projetos específicos de seu interesse (Quadro 12).⁵²

Quadro 12. Contribuições recebidas pelo FOCEM a 31 de junho de 2014*Em milhões de US\$*

	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela	Total
Contribuições regulares	195,8	455,0	7,8	16,5	0,0	675,0
Contribuições voluntárias	0,0	202,9	0,0	0,0	0,0	202,9
Total	195,8	657,9	7,8	16,5	0,0	877,9
%	22,3%	74,9%	0,9%	1,9%	0,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria com base em relatórios de CA-FOCEM, CRPM, UTF e Atas GMC e CMC.

Desse montante, US\$ 580,58 milhões já foram desembolsados, dos quais US\$ 575,62 correspondem a projetos e US\$ 4,96 a despesas de funcionamento da Unidade Técnica do FOCEM (UTF), permanecendo no FOCEM US\$ 301,88 milhões.

Dos 45 projetos aprovados, 21 deles (por uma quantia que corresponde a 88,7% do valor dos projetos) correspondem a obras de infraestrutura (Programa I), ao passo que 11 deles (4,6% das quantias envolvidas) correspondem a projetos encaminhados a desenvolvimento de competitividade (Programa II), 9 a coesão social (6,5%) e 3 a fortalecimento institucional (0,1% do valor total dos projetos).

Quanto ao grau de avanço dos projetos, quase três quartos dos mesmos se encontram em fases intermediárias ou avançadas de sua execução, sendo relativamente poucos (7) os que ainda não entraram em andamento; 2 dos quais foram aprovados em data muito recente (Quadro 13).

⁵¹ Estes valores não incluem as contribuições correspondentes à segunda quota de 2013 do Brasil, a primeira de 2014 da Argentina e do Brasil, e a contribuição da Venezuela prevista na Dec. CMC 41/12 (US\$ 27 milhões anuais) que, até o momento da realização do presente Informe, ainda não se tinham desembolsado.

⁵² Tais contribuições se vinculam com a construção no Paraguai da primeira linha de transmissão elétrica de 500kw, por mais de US\$ 300 milhões.

Quadro 13. Avanço financeiro de projetos aprovados

Em quantidade de projetos e milhões de US\$

	Quantidade	Montante FOCEM	%
Projetos que não iniciaram execução	7	179,5	18,4
Projetos em etapa inicial de execução	8	109,7	11,2
Projetos com grau intermediário de avanço	9	440,8	45,1
Projetos com avançado grau de execução	15	247,6	25,3
Projetos finalizados	6	9,7	1,0
Total	45	977,6	100,0

Fonte: Elaboração própria com base em relatórios de CA-FOCEM, CRPM, UTF e Atas GMC e CMC.

Previsões e orçamento para 2014. Durante a reunião do CMC realizada em Montevideu em abril de 2014, foi aprovado o Orçamento de receitas e despesas de recursos para o ano em curso, oportunamente proposta pela CRPM, segundo o detalhe que é mostrado nos Quadros 14 e 15.

Quadro 14. Orçamento do FOCEM 2014. Receitas.

Em milhões de US\$

Conceito	Montante
Contribuições Regulares Estados Partes	100,0
Contribuições voluntárias com alocação específica (Brasil)	151,0
Contribuição Venezuela	27,0
Recursos não alocados exercícios anteriores	158,6
Recursos alocados não utilizados exercícios anteriores	193,4
Juros gerados	0,5
Recursos não utilizados UTF	0,8
Reserva para custos auditorias externas	0,2
Reserva contingência	27,7
Total Receitas	659,1

Fonte: Elaboração própria com base em relatórios de CA-FOCEM, CRPM, UTF e Atas GMC e CMC.

Nesse contexto, e de acordo com o estabelecido na Dec. CMC 1/10, foi estabelecida uma reserva de contingência equivalente a 10% da programação dos desembolsos a serem realizados durante 2014 com recursos regulares do FOCEM, a qual irá sendo liberada de maneira proporcional quando todos os Estados Partes tiverem concretizado a contribuição correspondente à primeira quota do ano. Além disso, foi aprovado o esquema de aplicação de fundos para o ano em curso, a partir do qual foram estabelecidas as vagas disponíveis para cada um dos países, tanto para o financiamento de projetos já aprovados quanto para o caso de novas apresentações.⁵³

⁵³ É necessário destacar a tal respeito que de acordo com o Regulamento do FOCEM vigente desde 2010, é estabelecido que “nenhum novo projeto poderá ser aprovado se, no momento de sua consideração pelo CMC, o Estado Parte beneficiário estiver em situação de mora” (Art 8, inciso 1) e que “Não se poderá efetuar o primeiro desembolso em favor de um projeto aprovado caso se constate a mora do Estado Parte” (Art 8, inciso 2). Nesse sentido, tal Orçamento de Despesas dependerá da realização das contribuições correspondentes ao semestre em curso por parte do Estado proponente de cada projeto.

Quadro 15. Orçamento do FOCEM 2014. Despesas.

Em milhões de US\$

País	Para projetos já aprovados	Disponível para novos projetos	Total	%
Argentina	10,1	39,2	49,3	7,8
Brasil	35,0	36,9	71,9	11,4
Uruguai	127,2	36,0	163,2	25,9
Paraguai	243,1	82,0	325,1	51,6
Venezuela	0,0	19,9	19,9	3,2
Programa IV	0,5	0,5	1,0	0,2
Total	415,8	214,6	630,3	100,0
Despesas de administração e outros			2,3	
Reserva de contingência			26,4	
Total Despesas			659,1	

Fonte: Elaboração própria com base em relatórios de CA-FOCEM, CRPM, UTF e Atas GMC e CMC.

Como é possível observar, espera-se que ao longo de 2014 a Venezuela realize contribuições por US\$ 27 milhões (quantia similar à correspondente a 2013),⁵⁴ ao tempo que dispõe de quase US\$ 20 milhões para aplicar ao financiamento de projetos de seu interesse através do FOCEM.

Evolução da carteira de projetos. Um problema recorrente dos projetos do FOCEM se vincula com as mudanças macroeconômicas e técnicas que se produzem durante o processo de execução das obras. A tal respeito, o processo de apreciação cambial de vários países da região tem gerado, em várias ocasiões, a necessidade de solicitar ampliações nos orçamentos por maiores custos.

Como parte desse processo, durante o período correspondente ao presente Informe, o CMC aprovou em abril de 2014 uma solicitação de fundos adicionais (US\$ 3,3 milhões) apresentada pela Argentina por maiores custos, para um projeto já aprovado em 2010 para “Intervenções Integrais nos Edifícios de Ensino Obrigatório nos Departamentos General Obligado, Vera, 9 de Julio, Garay e San Javier – Província de Santa Fe”. Além disso, o CMC de Caracas aprovou dois novos projetos encaminhados à reconstrução de infraestrutura viária (correspondentes ao Programa I) oportunamente propostos pelo Governo do Uruguai por um montante de US\$ 22,10 milhões.⁵⁵

Por sua vez, a CRPM deu luz verde a dois projetos do Brasil por US\$ 37,09 milhões, os quais se encontram pendentes de aprovação final pelo CMC.⁵⁶ Do mesmo modo, a UTF mantém em fase de análise outro projeto proposto pelo Brasil (Modernização do Laboratório de Referência Enológica) que envolveria uma contribuição FOCEM de US\$ 3,15 milhões.

⁵⁴ Até a data de elaboração do presente Informe, ainda não tinham sido concretizadas.

⁵⁵ Em termos de contribuições do FOCEM.

⁵⁶ Tais projetos (“Complementação da Infraestrutura do Parque Tecnológico Itaipu na Região Trinacional Iguaçu” e “Implantação e Pavimentação do Contorno Viário Oeste – Ligação entre a BR 282 e a BR 283 no Município de Chapecó-SC”) não foram finalmente aprovados em ocasião da reunião do CMC de julho 2014 em Caracas, devido ao atraso na contribuição da segunda quota regular de 2013 ao Fundo de parte do Brasil.

Por último, outros dois projetos do Paraguai se encontram em instâncias de tramitação: um de inclusão digital em ensino médio por US\$ 4,54 milhões (pendente de análise final pela unidade técnica FOCEM até o governo ratificar ou retificar seu interesse pelo projeto); e o outro, apresentado em junho de 2014, para dar impulso à construção de acessos viários à ponte internacional sobre o Rio Paraná entre Presidente Franco e Foz de Iguaçu, em fase de análise de elegibilidade por parte da CRPM. Em relação a esse projeto, o prazo de 30 dias previsto no item 2 do artigo 49 do regulamento do FOCEM para emitir opinião a respeito foi suspenso até contar com uma alternativa factível para seu financiamento, considerando que devido a seu elevado custo (US\$ 212,35 milhões) superaria as possibilidades financeiras atuais do Fundo.

Questões institucionais e agenda futura do FOCEM. Durante o primeiro semestre de 2014, a CRPM convocou quatro encontros do Grupo *Ad Hoc*, cujas atividades foram iniciadas em 2013, com o intuito de revisar o regulamento interno do FOCEM, tendo trabalhado em seus objetivos e propósitos, uso de recursos, integração de fundos e temas institucionais.

Nesse marco, foram aprovados vários instrutivos de procedimentos para a Unidade Técnica FOCEM (UTF), as Unidades Técnicas Nacionais e os organismos executores, referidos a temas operacionais tais como procedimentos para outorga de não objeções para contratações, guias para auditorias externas, formatos para apresentação de relatórios semestrais de projetos, sistemas para a apresentação de prestação de contas de projetos, dentre outros.

Em relação à continuidade do Fundo, completados os dez anos de funcionamento originariamente propostos pelo Conselho Mercado Comum através da Dec. CMC 18/05, a Delegação argentina deu impulso a que a Declaração da reunião ordinária do GMC, de maio de 2014, assinalasse a necessidade de impulsionar as tarefas relativas à avaliação do FOCEM e acordasse convocar um Grupo de Trabalho *Ad Hoc*, conjuntamente com a CRPM (...) para apresentar um documento de trabalho sobre propostas normativas que possibilitem a continuidade do FOCEM antes da última reunião do GMC de 2014.⁵⁷

Nesse sentido, a CRPM acordou, em sua primeira reunião de 2014, iniciar os trabalhos para a revisão da Dec. CMC 18/05⁵⁸ no marco do Grupo *Ad Hoc*, e se comprometeu a apresentar uma agenda de trabalho preliminar junto ao GMC, levando em conta os lineamentos oportunamente estabelecidos na Dec. CMC 40/12; ou seja, os trabalhos de revisão devem focar-se na avaliação dos Programas do FOCEM e sua continuidade, e numa eventual recapitalização do Fundo.⁵⁹

Em virtude de que qualquer modificação ao FOCEM –ou seu prórroga nos mesmos termos aos previstos na mencionada Dec. CMC 18/05– deveria ser posteriormente incorporada ao ordenamento jurídico de cada um dos Estados Partes –trâmite que poderia demorar-se tanto por questões administrativas e econômicas quanto políticas–, a efetiva realização em tempo e forma dos trabalhos encomendados na Dec. CMC 40/12 adquire especial relevância para possibilitar a continuidade do FOCEM quando cumpridos os 10 anos de funcionamento originariamente previstos.

⁵⁷ Ata GMC 1/14. Cabe destacar que tal Dec. CMC 40/12 previa a elaboração de um projeto de norma a ser encaminhado para consideração do CMC em sua última reunião ordinária do ano 2013, tarefa que finalmente não foi realizada.

⁵⁸ A mesma estabeleceu que o FOCEM tivesse vigência de 10 anos, contados a partir da primeira contribuição realizada por um dos Estados Partes (materializada em janeiro de 2007 e imputada ao orçamento de 2006), depois do qual deve ser realizada a avaliação da efetividade dos programas do Fundo e a conveniência de sua continuidade.

⁵⁹ Proposta realizada pela Argentina em ocasião do CMC de junho de 2012 encaminhada a duplicar seus recursos anuais, passando de US\$ 100 milhões a US\$ 200 milhões. Tal iniciativa era complementada com a proposta de avaliar a alocação de um fundo específico para financiar projetos pluriestatais em matéria de desenvolvimento de ciência e tecnologia e inovação produtiva.

É de destacar que a Dec. CMC 40/12 também encomendou a revisão dos percentuais das contribuições dos Estados Parte ao FOCEM e dos fundos que recebem, considerando que a norma original de criação do Fundo não previu percentagens nem mecanismos para a incorporação ao Fundo de novos Estados Partes, tais os casos da Venezuela⁶⁰ e provavelmente da Bolívia.

Nesse marco, em ocasião da reunião do CMC de Caracas, o representante argentino fez saber que, durante sua próxima PPT, o país daria máxima prioridade ao cumprimento do estabelecido na Dec. CMC 40/12 e que, visando a ganhar tempo, era sua intenção convocar uma reunião de trabalho para tal –em conjunto com a CRPM– imediatamente depois de receber a Presidência.

O Fundo MERCOSUL de Garantias para Micro, Pequenas e Médias Empresas. O Fundo MERCOSUL de Garantias para Micro, Pequenas e Médias Empresas foi criado através da Dec. CMC 41/08 e, posteriormente, regulamentado em finais de 2012 (Dec. CMC 46/12). O Fundo tem como objetivos garantir operações de crédito contratadas por PMEs sediadas no território dos Estados Partes e vinculadas a atividades de integração produtiva, seja por meio de concessão de garantias a operações de crédito realizadas por instituições financeiras, seja através da reconstrução de garantias outorgadas por entidades nacionais, do tipo de Sociedades de Garantias Recíprocas.⁶¹

A mencionada Dec. CMC 46/12 criou a figura de um Conselho de Administração –diretamente dependente do Conselho do Mercado Comum– que é regido por seu próprio estatuto, incluído em tal norma. O mesmo prevê –dentre outras questões– a nomeação de um operador que levará adiante a coordenação geral e um agente gestor, que será uma instituição financeira contratada para administrar os recursos.

Durante o período correspondente ao presente Informe foram realizadas três reuniões do Conselho de Administração do Fundo (CAFOPYME), direcionadas a avançar no desenho do seu manual operacional, que devia originariamente ser encaminhado para sua aprovação em ocasião da reunião do CMC de Caracas.

Esses encontros foram realizados na Cidade de Buenos Aires (a cargo da PPT do Conselho, de acordo com o estabelecido na Dec. CMC 8/13): os dois primeiros durante o segundo semestre de 2013, e o terceiro em junho de 2014. Na última dessas reuniões, os representantes do Paraguai se integraram por primeira vez, depois de sua suspensão.

Os representantes paraguaios manifestaram a necessidade de realizar consultas internas, levando em consideração a existência de aspectos legais, técnicos e políticos a resolver antes de proceder à integração formal do Paraguai ao Fundo⁶² e às atividades de seu Conselho de Administração. Cabe destacar a tal respeito que a Dec. CMC. 46/12 (que aprovou o estatuto do Fundo) faz parte da normativa que ainda não foi referendada pelo mencionado país depois de sua reincorporação ao bloco e que, como tal, não tem validade jurídica para o mesmo.

⁶⁰ A participação desse país no FOCEM foi resolvida de maneira provisória através da Dec. CMC 41/2012, estabelecendo para esse país contribuições de US\$ 15,50 milhões anuais “destinados ao financiamento dos projetos apresentados pelos demais Estados Partes”, mais outros US\$ 11,50 milhões anuais “destinados a financiar projetos apresentados por este Estado Parte”. Do mesmo modo, sustenta que o regime será aplicável “até a entrada em vigor da norma que se adote em virtude do disposto na Decisão CMC 40/12”.

⁶¹ As Sociedades de Garantia Recíprocas visam a outorgar garantias a seus parceiros partícipes (PMEs) para melhorar suas condições de acesso ao crédito, através de garantias financeiras, técnicas ou mercantis.

⁶² De acordo com comentários informais de negociadores paraguaios, as principais objeções desse país ao regulamento do Fundo se vinculam com que o mesmo não especifica as contribuições a serem realizadas pelo Paraguai –por causa de que naquele momento se encontrava suspenso– e –de acordo com o indicado no art. 6 do Cap. III desse regulamento– se encontram ainda sem definir “as condições operativas e econômicas dessa participação”.

Até o momento, o CAFOPYME tem avançado na implementação de uma série de aspectos relacionados com a administração geral do Fundo, dentre os quais se destacam sua estrutura, a normativa aplicável e a alavancagem de fundos, dentre outras questões.

Nesse sentido, atentando às assimetrias entre os diferentes sistemas de garantias de cada um dos países, o Conselho avançou na análise de temas legais e administrativos do Fundo, dentre os quais se destacam questões tais como as características que devem reunir os operadores do Fundo no nível central e local, o perfil dos beneficiários das garantias, o tratamento que deverá ser dado à carteira, os limites operacionais do Fundo, a política de investimentos, de cobertura, de custos e prazos das garantias a outorgar, o sistema de auditorias, etc.

A esse respeito, foi acordado compartilhar na IV Reunião do Conselho de Administração (a ser realizada no segundo semestre de 2014) os resultados das consultas vinculadas ao funcionamento do Fundo internamente em cada país. Também foi resolvido que para finais de junho de 2014 a Argentina passasse a PPT do CAFOPYME ao Brasil.

O capital inicial do FOPYME será de US\$ 126 milhões, correspondendo US\$ 70 milhões ao Brasil, à Argentina e Venezuela US\$ 27 milhões cada um, e US\$ 2 milhões ao Uruguai, e será distribuído em partes iguais entre os países membros. Por sua vez, existe a possibilidade de que organismos internacionais e outros governos possam contribuir ao capital do fundo.

Novos temas da agenda MERCOSUL

Integração de empresas autogerenciadas – MERCOSUL Operário. Desde finais de 2013, a PPT venezuelana estimulou a inclusão do “MERCOSUL Operário” na agenda a ser tratada em diferentes instâncias do bloco. Nesse marco em fevereiro de 2014, foi organizado em Caracas, o I Fórum “MERCOSUL Operário”, um espaço sem entidade orgânica/institucional no qual participaram dirigentes operários, representantes governamentais e membros de empresas recuperadas da Venezuela, Brasil, Uruguai e Argentina.

Nesse evento foi enfatizada a necessidade de colher as experiências existentes em matéria de produção autogerenciada e se acordou avançar para a criação de um registro de empresas recuperadas e capital social do MERCOSUL, com o propósito de gerar bases de dados para a integração tecnológica de matérias primas. Ao mesmo tempo, foi proposto criar centros para a formação, cooperação e gestão orientados a promover a troca de experiências, assessoria, inovação e promoção de transferência tecnológica, que possam ser de utilidade para fortalecer os processos produtivos, administrativos, e fomentar a troca de experiências de autossustentabilidade.

A inclusão deste tema na agenda do CMC por parte da PPT venezuelana respondeu ao objetivo de institucionalizar a iniciativa do MERCOSUL Operário. Para isso foi proposto apoiar mediante uma Decisão do CMC os resultados obtidos no GMC de maio de 2014, que instavam a trabalhar em três eixos: (i) mapeamento e diagnóstico das experiências nacionais em matéria de empresas recuperadas e autogerenciadas; (ii) elaborar um plano de ação; (iii) organização de um espaço de negócios, integração produtiva e troca de experiências.

A delegação argentina nessa reunião colocou que a denominação “MERCOSUL Operário” resultava inconveniente do ponto de vista político interno, e que se considerava desnecessária e inconveniente a criação de um novo órgão na estrutura institucional do MERCOSUL, visto a existência de diferentes âmbitos com competência na matéria. Os representantes do Brasil e Uruguai coincidiram com essa posição. Desse modo, foi desconsiderada a possibilidade de avançar na criação de um novo órgão e se excluiu da agenda a discussão sobre um novo espaço institucional.

Não obstante isso foi acordado acompanhar os pontos comprometidos na Ajuda Memória, especificamente a integração produtiva das empresas recuperadas ou autogerenciadas, ao passo que a Argentina se comprometeu a dar-lhes continuidade no marco da PPT durante o segundo semestre de 2014.

MERCOSUL Indígena. Em outubro de 2013, e por iniciativa da PPT venezuelana, foi realizada em Ciudad Bolívar a primeira reunião do “MERCOSUL Indígena”, com representantes dos povos originários dos países do bloco. A declaração final desse encontro aponta que é vital que os povos indígenas sejam incluídos e a sua voz seja ouvida nos espaços do MERCOSUL, levando em consideração a diversidade multiétnica e pluricultural que caracteriza a região (MERCOSUL, 2013b).

Este documento também assinala que “a dimensão social do MERCOSUL deve ser uma prioridade que gere políticas públicas de caráter regional que protejam e contribuam com a preservação e enaltecimento dos usos costumes e modos de vida dos povos originários” e sublinha que é de vital importância estabelecer as línguas originárias como um eixo de integração entre os povos do MERCOSUL, através da incorporação nos âmbitos da comunicação, pesquisa científica e a educação em todos seus níveis.

Posteriormente, o Governo venezuelano dispôs a integração de representantes indígenas a suas delegações nas áreas de negociação do MERCOSUL como meio ambiente, agricultura, educação e saúde. A esse respeito, em ocasião da reunião de Ministros da Saúde do bloco realizada em Caracas em novembro de 2013, a delegação venezuelana propôs (e conseguiu) incluir na declaração final a necessidade de promover uma política integrada de saúde indígena com o MERCOSUL e Estados associados (...) e promover estratégias que visem à incorporação de pessoal indígena e outros com formação intercultural aos serviços de saúde.

Por último, e em ocasião da Cúpula de Presidentes realizada na Venezuela em julho de 2014 se “receberam com beneplácito a criação da Reunião de Autoridades sobre Povos Indígenas do MERCOSUL (RAPIM) e a aprovação do Plano de Ação da Ciudad Bolívar, como um mecanismo para visibilizar os povos indígenas da região”.⁶³

A Zona Econômica Complementar com a ALBA-CARICOM-Petrocaribe. Na XLVI Cúpula de Presidentes realizada em Caracas em julho de 2014, os integrantes do bloco emitiram uma declaração conjunta que promove a constituição de uma Zona Econômica Complementar entre os Estados Partes do bloco e os membros da ALBA-TCP, Petrocaribe e CARICOM. Este mecanismo de diálogo político e cooperação comercial estará encaminhado a dinamizar a relação entre os países que constituem essas instâncias institucionais objetivando estabelecer um comércio complementar, justo e equilibrado.⁶⁴

Banco do Sul. Em dezembro de 2007, os presidentes do Brasil, Argentina, Venezuela, Bolívia, Uruguai, Equador e Paraguai assinaram em Buenos Aires a ata constitutiva do Banco do Sul, sem que o Brasil e o Paraguai ratificassem ainda o convênio. Os países membros se comprometeram originariamente a integrar US\$ 7 bilhões de capital, correspondendo US\$ 2 bilhões à Argentina, Brasil e Venezuela, US\$ 400 ao Equador e Uruguai e US\$ 100 à Bolívia e Paraguai. Chile e Peru se mantêm por enquanto em qualidade de observadores.

⁶³ É necessário destacar a esse respeito que a delegação venezuelana tinha apresentado um projeto de decisão pelo qual era criada a Reunião de Autoridades sobre Povos Indígenas no Mercosul (RAPIM) como órgão auxiliar do Conselho do Mercado Comum, iniciativa que não foi finalmente acompanhada pelos restantes países.

⁶⁴ No capítulo 5 se oferece mais informação sobre esse ponto.

Em meados de julho de 2014 foi realizada em Buenos Aires a primeira reunião extraordinária do Conselho de Administração do Banco do Sul, entidade que tem entre seus propósitos financiar o desenvolvimento econômico, social e ambiental dos países membros em forma equilibrada e estável. Tal encontro adquiriu especial relevância devido a que um par de semanas antes tinha sido anunciado o lançamento em Fortaleza do Banco de Desenvolvimento dos BRICS, com um capital inicial subscrito de US\$ 50 bilhões, contribuição dada em forma equitativa pelos cinco países do mesmo.

O Banco do Sul visará fortalecer a integração regional graças ao financiamento de projetos de expansão e conexão da infraestrutura e cadeias produtivas em nível regional, e à distribuição de investimentos com o fim de diminuir as assimetrias regionais. Composto por altos funcionários com experiência em matéria econômica, financeira, monetária e administrativa, o Conselho de Administração é encarregado de monitorar a gestão econômica, financeira e creditícia do Banco do Sul.

Em tal sentido, alguns dos países apresentaram, na reunião de julho de 2014, as listas para ocupar os cargos da Diretoria Executiva da entidade, para depois definir o cronograma e a modalidade de contribuições de capital por país. Também foram nomeados os membros do Comitê *Ad Hoc*, que nos próximos três meses estabelecerá, junto com a Diretoria, as bases da operação da instituição.

Dias depois foi realizado o II Encontro Ordinário do Conselho de Ministros, órgão máximo do Banco, constituído pelos ministros da Economia, Fazenda, Finanças ou equivalentes dos países membros. No mesmo se estabeleceu o cronograma de contribuições dos países membros. Em primeira instância, Argentina, Uruguai, Venezuela, Equador e Bolívia colocarão até US\$ 170 milhões em conjunto. Os Governos do Paraguai e Brasil não anunciaram ainda a magnitude e forma de suas contribuições, devido a que seus respectivos Congressos ainda não ratificaram o convênio constitutivo.

Em ocasião da XLVI Cúpula de Presidentes realizada em Caracas em julho de 2014, os Presidentes do bloco emitiram uma declaração específica pela qual “celebraram os avanços no andamento do Banco do Sul” e se “comprometeram a continuar avançando nos passos necessários para seu pleno funcionamento como instrumento de execução de políticas significativas para o futuro econômico da região, visando ao fortalecimento da complementação econômica e produtiva, que de forma articulada impulse o desenvolvimento integral de nossos países, reduzindo a dependência dos grandes centros de poder financeiro que afetam a condução soberana de nossas economias”. Assinalaram ainda “a importância de articular vias de cooperação com o Banco de Desenvolvimento dos BRICS para o aproveitamento das potencialidades e oportunidades conjuntas dos BRICS e da América Latina e o Caribe” (MERCOSUL, 2014b).

Reunião especializada e Reunião de Ministros do Turismo do MERCOSUL. Em janeiro de 2014 foi realizada em Caracas a LVII Reunião Especializada de Turismo (RET), com a participação das Delegações da Argentina, Brasil, Venezuela e Uruguai, a qual foi seguida por uma XIII Reunião em nível Ministerial. Nesses encontros foram tratados os seguintes temas:

- Relatórios das vídeo-reuniões realizadas em 2013 sobre Desenho de Circuitos Integrados de Turismo no Espaço MERCOSUL, celebradas em outubro de 2013, e a Criação de uma Mesa Técnica de Desenho e Seguimento dos Circuitos Turísticos Integrados.
- Estatísticas do setor turístico, em particular, o Projeto de Harmonização de Contas Satélites de Turismo.
- Criação de um cartão turístico unificado entre os Estados Partes do MERCOSUL.

- Relatório sobre a participação nas Feiras Jata 2013, ITB Ásia e Road Show China, e propostas para melhorar a estratégia promocional MERCOSUL em futuros eventos, particularmente no Leste da Ásia.
- Esforços de promoção turística do MERCOSUL em Tóquio, incluindo a contratação de um Diretor do Escritório de Promoção Turística do MERCOSUL no Japão.
- Necessidade de harmonizar os procedimentos consulares para turistas de origem chinesa, visando a abreviar os tempos de obtenção de um visto para os países da América do Sul, considerando que a maior parte dos turistas desse país geralmente visita mais de três países da região numa só viagem.
- Incorporação da Venezuela no website e no catálogo turístico.
- Relatório sobre a internalização da Dec. CMC 24/09 “Fundo de Promoção do Turismo do MERCOSUL” (FPTur) ao ordenamento jurídico do Brasil, ainda não finalizada.

XXI Reunião Especializada de Agricultura Familiar. A Reunião Especializada de Agricultura Familiar do MERCOSUL (REAF)⁶⁵ é um espaço de encontro entre produtores familiares, organizações e instituições rurais da região, que funciona no âmbito do MERCOSUL desde 2004 com o objetivo de gerar um marco de políticas públicas regionais para a agricultura familiar. Trata-se de uma experiência singular no contexto regional, baseada no diálogo político entre representantes dos governos e da sociedade civil, na construção de iniciativas e posições a partir da sinergia entre os espaços nacionais e o espaço regional, bem como na valorização do intercâmbio e a reflexão conjunta.⁶⁶

Na XXI Reunião Ordinária da REAF em finais de julho de 2014, realizada em Posadas, Argentina foram considerados os seguintes temas:

- Estado das políticas e ações para a juventude rural, identificando as áreas em que se está avançando em nível nacional e sobre aqueles temas que devem ser aprofundados.
- Estado das políticas públicas para a educação no campo e compromissos para relatórios referidos a suas respectivas experiências de governo.
- Aprovação de uma proposta brasileira para levar a cabo o IV Curso de Formação de Jovens Rurais. O curso contará com uma plataforma virtual que dará suporte às atividades presenciais.
- O Uruguai apresentou o Programa de Troca de Experiências sobre Modelos de Gestão de Políticas de Compras Públicas da Agricultura Familiar.

⁶⁵ Em nível do MERCOSUL, a REAF é um assessor especializado do Conselho do Mercado Comum, criada pela Res. GMC 11/04 sob proposta do Governo do Brasil.

⁶⁶ De acordo com estimativas oficiais, calcula-se que na região há aproximadamente 5,2 milhões de estabelecimentos (fazendas) de propriedade de agricultores familiares, que envolvem uns 20 milhões de pessoas que trabalham ou dependem do trabalho de suas famílias no terreno para obter seu meio de vida. Complementariamente, neles se contrata, de forma permanente ou transitória, cerca de 10 milhões de pessoas que não são membros das famílias. Em consequência, estima-se que as receitas de mais de 30 milhões de pessoas (60% da população rural total) nos cinco países estão diretamente vinculados às atividades realizadas nos terrenos familiares.

- A Argentina e o Brasil apresentaram metodologias e relatórios sobre aspectos produtivos das organizações de mulheres no meio rural.
- Foi aprovada a realização da Conferência sobre Mulheres Rurais da América Latina e Caribe no Ano Internacional da Agricultura Familiar.
- Foi informado a respeito dos avanços no registro de agricultores familiares em cada país e sobre o trabalho de indicadores da contribuição da Agricultura Familiar em setores juvenis.
- Foi assinada a Declaração sobre o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF 2014).

Patente MERCOSUL. A “Patente MERCOSUL” tem como referência o formato existente na Europa, onde a placa unificada para os veículos foi implementada faz três décadas depois de intensas negociações entre os países membros da União Europeia. Esse esquema não só contribui a gerar uma identidade e uma imagem comum entre os países membros do acordo, mas também facilita a circulação das pessoas intrabloco, sendo também uma ferramenta útil para o controle de ilícitos.

Nesse contexto, durante os primeiros seis meses de 2014 foram levadas a cabo reuniões do Grupo *Ad Hoc* para a elaboração e implementação da Patente MERCOSUL (GAHPAM), seguindo os lineamentos da Dec. CMC 53/10, que dispunha “criar a patente MERCOSUL, válida para circulação, identificação e fiscalização de veículos nos Estados Partes”. Do mesmo modo, tal Decisão estabelecia seu uso “a partir de 1º de janeiro de 2016, os veículos que possuam o Certificado de Inspeção Técnica Veicular” sendo “obrigatório para o trânsito de veículos de transporte de carga e passageiros habilitados ao transporte rodoviário internacional no âmbito do MERCOSUL”. A partir de janeiro de 2018 o uso da mesma seria também requerido em todas as categorias de veículos novos.

No quinto encontro do Grupo *Ad Hoc*, realizado em junho de 2014 em Montevideu, houve avanços na definição de aspectos técnicos da placa comum, por exemplo, o tamanho, as cores e a identificação através do logo MERCOSUL e a bandeira de cada país.

Por último, e em consonância com os lineamentos estabelecidos na Dec. CMC 53/10, a VI Reunião do Grupo *Ad Hoc* realizada em Buenos Aires em agosto de 2014 definiu que a “Patente MERCOSUL” deverá ser utilizada pelo transporte de passageiros e de carga a partir de inícios de 2016, medida que se estenderá ao resto do parque automobilístico dois anos depois. A medida também contempla a instrumentação de um sistema de intercâmbio de dados registrais dos veículos.

Em consequência, as placas atuais de cada um dos países sócios (estima-se que existem nos países do bloco uns 100 milhões de carros) deverão desaparecer, para dar passo a uma placa de identificação regional cuja combinação alfanumérica será concedida pelo país onde estiver registrado o veículo.

Unidade de Apoio à Participação Social. A Unidade de Apoio à Participação Social (UPS) foi criada pelo CMC através da Dec. CMC 65/10 e foi efetivamente implementada em novembro de 2013. O objetivo dessa unidade é facilitar o protagonismo de organizações e movimentos sociais do MERCOSUL nas atividades organizadas pelo bloco e/ou pelos próprios atores sociais.

Além disso, a UPS se relaciona com o apoio à realização das Cúpulas Sociais do MERCOSUL, contribuindo para seu fortalecimento político e institucional como espaço de participação popular

no MERCOSUL. Como parte dessas atividades foi levada a cabo em Caracas em julho de 2014 a XVI Cúpula Social do MERCOSUL.⁶⁷ Dentre os principais pontos da Declaração estão:

- O compromisso com o processo de democratização da região e com o desenvolvimento de uma democracia participativa e protagônica.
- A reafirmação da importância do Instituto Social do MERCOSUL e do Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos como mecanismo de fortalecimento e bom funcionamento da institucionalidade do MERCOSUL.
- Um apelo para rever, avaliar e transformar os planos de estudos nos Estados Membros e Associados desde a perspectiva de promover a educação laica, humanista, com perspectiva de gênero, visibilizando todos os grupos vulneráveis.
- A promoção de um sistema único integral de saúde, fortalecendo a prevenção e a promoção da mesma, incluindo a medicina ancestral.

Política Comunicacional do MERCOSUL. No marco do Grupo de Análise Institucional (GAIM), a delegação brasileira colocou a conveniência de criar uma Unidade Técnica de Comunicação Social no âmbito do Alto Representante do MERCOSUL. Propõe-se criar uma unidade que gere informação para empresas e formadores de opinião nos diferentes países e faça seguimento dos artigos que aparecem em meios.

O GMC de julho de 2013 instruiu a Reunião Especializada de Comunicação Social (RECS) a trabalhar num vídeo institucional de curta duração “como instrumento de difusão do MERCOSUL nos âmbitos regional e extrarregional, bem como em instâncias acadêmicas e/ou educacionais. O mesmo deveria conter, dentre outras, questões como criação do MERCOSUL, funcionamento, estrutura, normativa, aspectos econômicos, comerciais e sociais a fim de contar com uma apresentação unificada do bloco regional”. Posteriormente, o GMC de maio 2014 realizado em Caracas, manifestou a necessidade de “avançar na Política Comunicacional do MERCOSUL” e instruiu a RECS a apresentar um documento de trabalho na seguinte reunião do GMC, considerando as propostas colocadas pelas Delegações do Uruguai e Venezuela.

III Fórum Empresarial do MERCOSUL. Em finais de julho de 2014 e como antessala da reunião do Conselho Mercado Comum e da Cúpula de Presidentes do bloco, foi levado a cabo em Caracas o III Fórum Empresarial do MERCOSUL, com o objetivo de contribuir para desenhar estratégias para fortalecer a integração regional.⁶⁸ O Fórum instalou três mesas de debate onde foram abordadas a responsabilidade social, a capacitação e a nova arquitetura financeira regional.

Uma das propostas que surgiu do Fórum foi a criação de uma Comissão sobre temas de Responsabilidade Social Latino-americana. Outra correspondeu ao desenho e desenvolvimento de uma estratégia regional de formação e capacitação para a força de trabalho. Por último, a terceira mesa se referiu ao fortalecimento das instituições financeiras existentes no MERCOSUL, expressando-se a necessidade de avançar na homologação dos elementos financeiros nos quais se sustenta o comércio regional, tais como cartas de crédito ou fianças. A esse respeito, assinalou a necessidade de gerar mudanças na operatividade dos instrumentos atuais oferecendo maior flexibilidade e integrando-os no âmbito MERCOSUL.

⁶⁷ A anterior tinha sido levada a cabo em julho de 2013 em Montevideú.

⁶⁸ O II Fórum Empresarial tinha sido realizado em julho de 2013, ao passo que o I Fórum, em finais de 2012.

Com essa intenção, a declaração enfatizou a necessidade de homologar os critérios regionais de qualificação das empresas em pequenas, médias e grandes, que são muito assimétricas dentro da própria região MERCOSUL. Também se fez um apelo a avançar com maior celeridade na implementação das novas ferramentas financeiras que foram concebidas na região, como o Banco do Sul, o Fundo Latino-americano de Reservas e o Fundo de Garantias do MERCOSUL.

CAPÍTULO IV. TEMAS DA AGENDA COMERCIAL BILATERAL E SETORIAL

A. *Uma visão global*

O contexto macroeconômico mundial menos favorável –delineado já desde meados de 2011– e os menores fluxos de intercâmbio no próprio MERCOSUL constituem dois fatores importantes por trás do incremento das dificuldades nas relações para o interior do bloco no período sob análise. Em face dos desafios expostos por esse cenário, um fato significativo foi a escassa utilização dos âmbitos de diálogo sobre a relação comercial no nível do MERCOSUL e um maior atrito registrado em algumas relações bilaterais.

No que diz respeito ao vínculo Argentina-Brasil, o cenário foi caracterizado pela aplicação geral de medidas regulatórias do comércio. O Brasil procurou um tratamento preferencial para os bens provenientes do MERCOSUL, possibilidade que não foi aceita pela Argentina, argumentando que isso debilitaria sua posição diante de reclamações de terceiros países no âmbito da OMC.

Em relação ao setor automotivo –de grande peso econômico para os sócios de maior dimensão do acordo–, no dia 30 de junho de 2013 o instrumento *flex*, estabelecido para regular o comércio nesse ramo, caducou e não foi prorrogado imediatamente. De acordo com a normativa ajustada, entre junho de 2013 e junho de 2014 deveria haver regido o livre comércio de automóveis no âmbito bilateral, porém, a operação efetiva continuou sendo administrada. Esta situação foi sanada em meados de 2014, quando um novo acordo foi ajustado, em vigor até 2015, e ambos os países se comprometeram a negociar as bases de um marco regulatório para o complexo automotivo que começaria a vigorar a 1 de julho de 2015, por um prazo de cinco anos. Nesse acordo também foi incluída a necessidade de coordenar posições nas negociações comerciais com terceiros países ou blocos, sendo o ACE 55 (MERCOSUL-México) um dos motivos principais que impulsionou a adoção desse compromisso.

No caso da relação Argentina-Uruguai, ela foi afetada, particularmente, pela decisão uruguaia de autorizar a ampliação da produção da empresa pasteira UPM, fato que foi considerado, pela Argentina, como uma falta de cumprimento dos compromissos assumidos a respeito do controle ambiental no rio Uruguai. Em segundo lugar, no final de outubro de 2013, a Argentina proibiu o transbordo de carga com origem ou destino nesse país no porto de Montevideú. A Administração Nacional de Portos do Uruguai alertou sobre o impacto que essa medida acarretaria à atividade de movimentação de cargas nesse porto.

Cabe salientar, ainda, certas ações de aprofundamento da integração nas relações bilaterais Brasil-Uruguai, Brasil-Paraguai e Paraguai-Uruguai. No primeiro caso, no contexto do Grupo de Alto Nível Uruguai-Brasil foram renovados acordos para a integração bilateral, como os de integração produtiva, infraestrutura de transporte e circulação de bens, serviços e pessoas. Por um lado, procura-se aprofundar a relação comercial, encarando dificuldades legais, normativas e operacionais de acesso a mercados. Por outro lado, o objetivo é estudar formas de aperfeiçoar a troca de informações previdenciárias a fim de, eventualmente, reconhecer mutuamente direitos previdenciários.

No segundo caso, os Presidentes do Brasil e do Paraguai procuraram dinamizar os fluxos de comércio –incluindo medidas concretas de facilitação do intercâmbio– e investimento –com diversas iniciativas para que os empresários brasileiros conhecessem as oportunidades de negócios no Paraguai– e a cooperação energética entre ambos os dois países –destacando a finalização do projeto de construção do sistema de transmissão elétrica de 500 kW entre a usina hidrelétrica de Itaipu e Villa Hayes, na área metropolitana de Assunção, que faz parte do FOCEM. Além do mais,

continuou-se trabalhando em diversos projetos de integração física, como pontes, interconexão ferroviária e transporte fluvial.

No terceiro caso, destacou-se a importância do Uruguai como saída dos produtos agropecuários paraguaios para mercados extrarregionais, com o objetivo de aproveitar complementaridades geográficas. O Paraguai está interessado na ampliação dos portos marítimos uruguaios e o Uruguai procura desenvolver uma interconexão ferroviária para facilitar o transporte de carga de países vizinhos. Nesse sentido, o projeto estruturado “Interconexão Ferroviária Paraguai-Argentina-Uruguai” envolve a reabilitação e construção de diversas estradas de ferro e faz parte da Agenda de Projetos Prioritários de Integração do COSIPLAN-UNASUL.

B. Argentina-Brasil: Acesso a mercados e setor automotivo

As restrições ao comércio em um contexto adverso

No período sob análise, a relação Argentina-Brasil atravessou dificuldades comparáveis com outros momentos do acordo regional caracterizados por focos de instabilidade macroeconômica e a consequente elevação da incertidão; por exemplo, a situação criada pela desvalorização do real em janeiro de 1999.

A redução das margens de manobra para a implementação de políticas decorrente da deterioração do setor externo argentino, além do baixo ritmo de atividades em ambos os dois países, constituem os dois fatores que levaram a Argentina a persistir na aplicação de medidas administrativas que visassem a preservar seu superávit comercial. Por causa da índole geral das regulações, o Brasil e os outros sócios do MERCOSUL foram afetados por elas. A possibilidade –sugerida pelo Brasil– de que desse um tratamento preferencial a seus sócios do bloco, no que diz respeito às medidas administrativas aplicadas às importações, não foi aceita pela Argentina.

Uma questão de fundo parece ter sido que o clima de incertidão e deterioração macroeconômico não foi encarado mediante instrumentos cooperativos entre os parceiros. Foi registrada, antes bem, uma baixa utilização dos âmbitos de diálogo e partilha de inquietações orientadas para o tratamento e a resolução das diferenças comerciais, tanto no nível do MERCOSUL quanto nas instâncias bilaterais. Em outras etapas da relação bilateral, as dificuldades atravessadas por alguma das duas principais economias do bloco –ou ambas as duas ao mesmo tempo– foram resolvidas de uma maneira mais cooperativa, aceitando medidas extraordinárias ou postergando o debate sobre outras. Em compensação, neste período a relação bilateral transitou por caminhos de escassa confiança.

A implementação de medidas administrativas sobre as importações por parte da Argentina, principalmente o uso frequente de licenças não automáticas, vem afetando as exportações do Brasil desde anos anteriores (ver BID-INTAL 2013c, 2013d). O Brasil também utilizou esses instrumentos orientados a regular o comércio bilateral de certos bens ou estabeleceu limitações na fronteira para o ingresso de determinados produtos argentinos. Obviamente, isso contribuiu a diminuir os atritos. Uma coisa parecida aconteceu com a aparição e a reiteração de medidas de caráter sanitário, implementadas pelo governo brasileiro, que prejudicaram as exportações argentinas tradicionais para esse mercado, como as de frutas frescas.

Em concreto, a aplicação da Declaração Juramentada Antecipada de Importação (DJAI), implementada pela Argentina desde fevereiro de 2012, foi considerada pelo Brasil como uma restrição para o acesso a esse mercado. A reclamação do Brasil centrou-se na falta de previsibilidade e de transparência no procedimento de autorização das DJAI, além da vinculação

dessas autorizações com o cumprimento de certos compromissos de exportação ou de investimento por parte das empresas envolvidas.

Como consequência disso, no início do período sob análise, o Brasil apresentou, de maneira informal, um projeto de Resolução do GMC que visa a dar tratamento preferencial à aplicação desse instrumento no âmbito regional. Esse país argumentou que, além de constituir um obstáculo, essas medidas provocavam um desvio de comércio a favor das importações de origem extra-MERCOSUL, particularmente da China e do Leste da Ásia. Isso parecia contrário ao espírito do processo de integração e afetava os interesses dos exportadores brasileiros –particularmente dos industriais, para os quais a Argentina constitui um destino relevante.

A Argentina descartou a proposta brasileira de dar tratamento preferencial às importações dos países do MERCOSUL na tramitação das DJAI, sustentando que, se aceitasse essa petição, sua posição perante as reclamações de outros países e blocos no interior da OMC ficaria fortemente enfraquecida. Essa situação –que deve ser localizada em um período de retração da atividade interna em ambos os países e de redução do comércio bilateral– criou um cenário de escassa utilização de âmbitos formais para analisar os problemas expostos.

Box A - As Declarações Juramentadas Antecipadas de Importação (DJAI)

Este instrumento de política comercial começou a vigorar a 1 de fevereiro de 2012, através da Resolução Geral 3255 da AFIP, com o intuito de simplificar a operação de comércio exterior e o estabelecimento de um guichê único para os procedimentos de ingresso ou egresso de bens da Argentina. A aplicação dessa regulação abrange todo o universo de bens importados para o país em forma definitiva para consumo. A autoridade reguladora é a AFIP e as solicitações dos particulares devem ser apresentadas através de seu site sobre a base de um formulário criado para tanto. A AFIP deve responder em 72 horas ou, caso existam certos erros formais ou de informação na solicitação, em um prazo de 10 dias. A RG 3255 prevê a intervenção de outros organismos do setor público que tenham interesse por razões de competência, a qual não pode superar o prazo de 10 dias.

A implementação desse procedimento de autorização, particularmente devido às “Observações” feitas pela Secretaria de Comércio Interior (assim chamada até dezembro de 2013 e, depois disso, Secretária de Comércio) traduziu-se em aumentos dos tempos requeridos para a importação de produtos, afetando aqueles oriundos dos Estados-Parte do MERCOSUL e de outras origens. De fato, a aplicação da DJAI e outras práticas comerciais semelhantes por parte da Argentina, levou a que, em janeiro de 2013, a UE, os EUA e o Japão impulsionassem um Grupo Especial (Painel) no âmbito do Entendimento relativo à Solução de Diferenças para tratar desse assunto. Este Painel começou sua tarefa em meados desse ano, enquanto que, em setembro de 2013, a Argentina deixou de utilizar um dos instrumentos questionados (as licenças não automáticas de importação), porém continuou aplicando as DJAI e outras medidas conexas. Em agosto de 2014, o Relatório do Painel e suas Conclusões e Recomendações foi dado a conhecer. Ele considerou que as medidas aplicadas pela Argentina, por meio das DJAI e de certas práticas comerciais restritivas conexas, são contrárias às disposições do Acordo Geral de Tarifas e Comércio –nomeadamente de seu Artigo XI sobre restrições quantitativas– e também das disposições do Acordo sobre Licenças de Importação surgido da Rodada Uruguai.

Na reunião do Órgão de Solução de Diferenças (OSD) da OMC, realizada a 26 de setembro de 2014, a Argentina informou que apresentará uma apelação ao Relatório do Painel. Esta apelação e aquelas que puderem ser apresentadas pelas partes reclamantes (EUA, UE e Japão), deverão ser tratadas pelo Órgão de Apelações da OMC, que conta com um prazo máximo de 90 dias para se expedir. O Relatório do Painel e do Órgão de Apelações serão novamente apresentados junto ao OSD, que deverá expedir-se a respeito disso.

De fato, o reduzido fluxo de informações e de encontros para administrar a relação comercial entre a Argentina e o Brasil ficaram refletidos na falta de coordenação de ações orientadas a gerar Decisões MERCOSUL, necessárias para prorrogar regulações ou regimes comerciais que afetem de modo especial –embora não exclusivo– a Argentina e o Brasil. Disso também decorreu a ausência de uma negociação para tratar o comércio bilateral administrado do setor automotivo no vencimento

do prazo de vigência do denominado *flex*, a 30 de junho de 2013. Porém, nesse caso, os países finalmente realizaram uma negociação e chegaram a um acordo.

A firma de um novo acordo setorial bilateral para o setor automotivo

O setor automotivo no MERCOSUL foi centro da relação econômica e comercial entre os sócios desde o início do bloco, tanto por causa de seu papel na estrutura produtiva –especialmente da Argentina e do Brasil– quanto por seu peso na inter-relação produtiva e comercial entre eles.⁶⁹ O protagonismo se acentua porque o setor continua excluído da política comum do MERCOSUL e, portanto, o tratamento e a administração do comércio desses bens continuam contidos em acordos comerciais bilaterais.

A troca de bens do setor automotivo entre a Argentina e o Brasil se regeu por disposições enquadradas no Acordo Bilateral celebrado no âmbito da ALADI, o ACE 14. Para tanto, sucessivos Protocolos Adicionais foram sendo acrescentados a partir do ano 2000, quando a tentativa de estabelecer uma Política Automotiva Comum no MERCOSUL foi frustrada.

Até 30 de junho de 2014 regeu o Protocolo Adicional N° 38 ao referido ACE, assinado a 1 de julho de 2008. Como em outros Protocolos, nesse foi estabelecida uma série de condições reguladoras do comércio de bens do setor automotivo, tais como as quantidades, as regras de conteúdo nacional, entre outras. Cumpre mencionar, em particular, o coeficiente que limita os desvios permitidos no balanço entre exportações e importações de ambos os países, conhecido comumente como *flex*. O Protocolo n° 38 indicava uma vigência do *flex* entre os dias 1 de julho de 2008 e 30 de junho de 2013. Conforme esse Protocolo, no caso de comércio deficitário para a Argentina, a razão entre importações e exportações não podia superar o coeficiente de 1,95. Por sua vez, caso o país deficitário fosse o Brasil, a razão entre importações e exportações não podia ultrapassar o coeficiente de 2,5. Ou seja, o desvio tolerável para um possível déficit comercial era maior para o Brasil do que para a Argentina. Na prática, essa assimetria a favor da Argentina não foi operacional já que, como tem se observado desde vários anos atrás, também no período previsto por este Protocolo a Argentina registrou um saldo deficitário do comércio bilateral neste setor.

Adicionalmente, no Protocolo N° 38, os países se comprometeram, quando vencesse o período de vigor do *flex* acordado (30 de junho de 2013), a revisar o desempenho do comércio administrado e avaliaria o funcionamento deste instrumento. Caso não fosse revisado ou não houvesse acordo, o Protocolo estabelecia que as condições de livre comércio bilateral para o setor deviam ser adiantadas. Portanto, e em decorrência da falta de acordo no vencimento do período estabelecido, teoricamente entre junho de 2013 e junho de 2014 deveria vigorar o livre comércio de automóveis no âmbito bilateral.

Na prática, a caducidade do *flex* não alterou muito a estrutura do comércio bilateral. A liberalização do comércio foi só teórica, enquanto que a operação efetiva continuou sendo administrada. Assim, observou-se um modesto superávit da Argentina em veículos junto com o persistente déficit em autopeças. Com efeito, em 2013 a Argentina teve um superávit pela venda de carros terminados de US\$ 516 milhões, que não compensou o déficit de US\$ 2,293 bilhões no comércio bilateral de autopeças.

Nos primeiros nove meses de 2014, esses valores se elevaram para US\$ 1,087 bilhão e US\$ 1,221 bilhão, respectivamente, em um contexto de forte contração do comércio bilateral do complexo, superior a 20%. Dessa maneira, observa-se uma notável redução do déficit argentino em 2014,

⁶⁹ Ver BID-INTAL (2013d) para uma aproximação à importância do complexo na atividade manufatureira de cada país e na criação de empregos, bem como uma descrição da dinâmica de intercâmbio setorial entre a Argentina e o Brasil.

atingindo apenas US\$ 135 milhões. É importante salientar que o ciclo econômico determina fortemente o consumo de produtos do setor em cada país e, portanto, o comércio entre eles.

O contexto resenhado acima e a ausência de diálogo bilateral provocaram, entre outras coisas, que a definição do *flex* não fosse tratada no seu vencimento em meados de 2013. Porém, essa situação começou a modificar-se durante a primeira parte de 2014, colocando um horizonte amplo na retomada das conversações bilaterais, que foi motivada, principalmente, pela necessidade de fixar as regras do complexo automotivo a partir do vencimento do Protocolo nº 38, no final de junho de 2014.

Nessa direção, durante a primeira parte de 2014, houve diferentes encontros bilaterais que visavam a conseguir um novo acordo que regesse o comércio do setor na época do vencimento do referido Protocolo. Como resultado, as negociações bilaterais concluíram na firma de um novo Protocolo, que foi incorporado ao ACE 14 com o número 40, com um ano de duração.

Este novo Protocolo prorroga as regras estabelecidas no contexto anterior, modificando o coeficiente *flex* que, no caso do déficit argentino, agora se encontra em 1,5, um valor inferior àquele que vigorava na etapa anterior que era, como já foi mencionado, de 1,95. Por conseguinte, o instrumento contempla e limita um possível desequilíbrio na troca de autopeças, que foi estruturalmente deficitária para a Argentina.

Adicionalmente, o Protocolo incorpora, pela primeira vez, um acordo entre os setores privados da cadeia automotiva de ambos os países, com monitoramento público e privado, em que são contempladas metas de participação de mercado. Foi acordada uma participação mínima de 11% de carros argentinos no mercado brasileiro e de 44,3% de veículos brasileiros no mercado argentino. A participação é calculada a partir do patenteamento mensal de veículos. Cumpre mencionar que o Protocolo nº 40 não dispõe de um mecanismo expresso para o controle do cumprimento ou sanção de eventuais descumprimentos dessas metas.

O Protocolo também compromete as partes a negociarem, durante o segundo semestre de 2014 e até março de 2015, as bases de um novo contexto regulador para o complexo, que começaria a vigorar a 1 de julho de 2015, por um prazo de cinco anos, até 2020.

Entre os lineamentos para negociar o novo acordo automotivo, a Argentina e o Brasil estabeleceram um programa de trabalho que considera, entre outras questões: a análise de um *flex* diferenciado (carros, autopeças e outros veículos); a modificação da regra de origem, que visa a incrementar o conteúdo regional e de autopeças; a implementação de uma política industrial comum para autopeças; o desenho de bases para uma relação sustentável e equilibrada entre terminais, sistematistas e autopecistas; a atualização e compatibilização de normas técnicas; e a coordenação para as negociações comerciais com terceiros países ou blocos de países.

No que diz respeito ao esquema de estímulos para a indústria automotiva, implementado pelo Brasil desde 2002 (Programa Inovar-Auto), o Protocolo Adicional nº 40 dispõe a análise do tratamento das autopeças e processos produtivos argentinos nesse âmbito. Nesse sentido, a Argentina aspira a que as partes e peças nacionais, bem como os processos produtivos, sejam incluídos no plano de incentivos brasileiro.

O Programa Inovar-Auto estabelece um mecanismo de estímulos mediante dois caminhos: incrementa 30 p.p. as alíquotas do Imposto sobre os Produtos Industriais (IPI) aos veículos desde 1 de janeiro de 2013, ao passo que desonera até 100% os terminais que se enquadram no programa de modernização e que se comprometem a realizar os investimentos correspondentes.

A Argentina tem exposto a necessidade de enquadrar essa medida no contexto da articulação regional do complexo automotivo em que se beneficiaria da nova onda de investimentos das empresas terminais.

Cabe salientar que vários membros da OMC manifestaram desconfiança pela possível incompatibilidade das disposições do Programa com os compromissos multilaterais, especialmente o uso do IPI como meio para proteger as indústrias nacionais, através de exigências de conteúdo local. Em setembro de 2012, a UE e a Austrália –às quais se somaram, em julho de 2013, o Canadá e o Japão– manifestaram-se a respeito disso perante o Comitê de Medidas de Investimentos Relacionadas ao Comércio (TRIMs). A UE resolveu expor sua preocupação perante o Comitê de Acesso a Mercados da OMC. O Brasil explicou que a intenção das medidas era orientar o sistema impositivo para a promoção da inovação e a proteção do meio ambiente. Além disso, manifestou que “muitas companhias da UE e do Japão foram creditadas no Plano” (ver BID-INTAL, 2013d). Em outubro de 2014, a UE solicitou à OMC o estabelecimento de um painel para tratar de certos impostos considerados discriminatórios, o qual será discutido na reunião do Órgão de Solução de Diferenças da OMC no dia 18 de novembro (European Commission, 2014).

A negociação automotiva entre a Argentina-Brasil e o México

Em setembro de 2002 e por meio do Acordo Automotivo (ACE 55), o MERCOSUL e o México estabeleceram um esquema de quotas crescentes de preferências tarifárias, com o objetivo de chegar a 2006 com um esquema de livre comércio para o setor.

No início, o comércio amparado pelo ACE 55 deu superávit para a Argentina e o Brasil. Desde 2008, porém, essa tendência começou a se reverter, porque a demanda do mercado estadunidense apresentou uma notável diminuição. Isso induziu a muitas terminais automotivas instaladas no México a aprofundar seus esforços para reorientar suas exportações para a América Latina, particularmente para a Argentina e o Brasil.

Em face do crescimento das exportações de veículos do México e a mudança na corrente de comércio, entre 2011 e 2012, primeiro o Brasil e depois a Argentina, expuseram a necessidade de revisar os conteúdos do convênio. Agindo em forma individual e isolada, os dois maiores sócios do MERCOSUL negociaram com o México a substituição do livre comércio de veículos terminados por cotas recíprocas até 19 de março de 2015,⁷⁰ data em que começaria a vigorar o livre comércio.

Também foram estabelecidas condições de origem mais restritivas, com o compromisso de examinar a possibilidade de aumentar o mínimo exigível do índice de conteúdo regional (ICR) para 45% no momento de iniciar uma negociação para renovar o acordo baseado em cotas, em vigor até 2015.

Como já foi mencionado, no contexto do Protocolo Adicional nº 40 ao ACE 14, a Argentina e o Brasil incorporaram, em sua agenda de trabalho até março de 2015, a necessidade de coordenar posições nas negociações comerciais com terceiros países ou blocos de países. É plausível que o ACE 55 seja um dos motivos principais que impulsionou a adoção deste compromisso. Os dois países do MERCOSUL –junto com o México– formam a principal plataforma automotiva da América Latina, tanto no que diz respeito à produção quanto à demanda.

⁷⁰ No caso da Argentina-México, se estabelece, de forma recíproca e temporária, uma taxa de zero por cento para as cotas de importação de veículos nos seguintes termos: (a) de 18 de dezembro de 2012 a 17 de dezembro de 2013: US\$ 575 milhões; (b) de 18 de dezembro de 2013 a 17 de dezembro de 2014: US\$ 625 milhões; (c) de 18 de dezembro de 2014 a 17 de dezembro de 2015: US\$ 1,875 bilhão; (d) a partir de 19 de março de 2015: livre comércio.

C. Argentina-Uruguai: Indústrias pasteiras e acesso a mercados

Durante o período sob análise são registrados quatro terrenos de controvérsia na relação entre a Argentina e o Uruguai: o conflito das empresas pasteiras, o efeito de regulações comerciais da Argentina, as restrições argentinas ao transbordo de carga e as iniciativas para estabelecer um porto de águas profundas.

O conflito das empresas pasteiras

O vínculo bilateral é afetado, há vários anos, pelas consequências do estabelecimento de uma planta processadora de pasta de celulose no território uruguaio limítrofe com a Argentina. Em 2006, ambos os dois países recorreram à Corte Internacional de Justiça de Haia por causa dessa diferença.

O fato desencadeador da disputa foi a decisão do governo do Uruguai de autorizar a instalação de uma planta produtora de pasta de celulose na beira uruguaia do rio Uruguai, na altura da cidade argentina de Gualeguaychú. Por causa disso, começou um movimento de protesta, nesta última cidade, do qual decorreu uma prolongada interrupção do acesso à ponte internacional que une ambos os países, nomeadamente a referida cidade argentina com a uruguaia Fray Bentos. O Uruguai questionou esse fato, recorrendo ao procedimento de solução de controvérsias no MERCOSUL e, finalmente, continuou com o recurso junto à Corte Internacional de Justiça de Haia. A decisão da Corte Internacional apoiou as decisões do Uruguai, embora estabelecesse obrigações a respeito do controle da poluição no rio Uruguai com participação dos dois países.

No período 2013-2014, o conflito teve um novo capítulo, depois da decisão uruguaia de autorizar um aumento na produção da empresa. A Argentina considerou que essa autorização significava uma falta de cumprimento dos compromissos de controle da poluição do rio Uruguai, estabelecidos pelo acórdão da Corte de Haia. A Argentina também argumentou que as obrigações assumidas a respeito dos controles a serem realizados periodicamente em questão de poluição não foram respeitadas.

As regulações comerciais da Argentina

O comércio Argentina-Uruguai tem atravessado vários obstáculos nos últimos anos. Desde a desvalorização do peso argentino em janeiro de 2002, o Uruguai aplica direitos de importação a certos bens oriundos da Argentina, nomeadamente àqueles que são produzidos em algumas das províncias argentinas que contam com regimes de promoção industrial. Por sua vez, também mantém, de antes dessa data, uma taxa consular que afeta todas as importações de bens, salvo algumas exceções.

Mais recentemente, o Uruguai argumenta que o regime de licenças não automáticas de importação, implantado pela Argentina em 2008, restringiu suas exportações para o país vizinho e que essa situação se estendeu para todos os bens a partir da entrada em vigor do sistema de DJAI descrito acima.

O transbordo de carga argentina em Montevideú

No final de outubro de 2013, a Argentina proibiu o transbordo de carga oriunda da Argentina ou destinada a portos argentinos no porto de Montevideú.

Segundo a Administração Nacional de Portos do Uruguai, a medida afetaria em torno de 100.000 TEUs (unidade de medida equivalente a um contêiner de 20 pés) de transbordo providos da Argentina, do total de 900.000 TEUs que é movimentado anualmente no porto de Montevideú (“El Observador”, 2013). Isso equivale a US\$ 2 ou 3 milhões por ano, correspondentes às tarifas de manipulação de cargas dos cais públicos em Montevideú.

O regime legal do porto de Montevideu já era um assunto conflitivo entre os países com anterioridade. O Uruguai tentou promover a atividade do porto com facilidades para a instalação de empresas operadoras, até com benefícios impositivos que a assemelham a uma zona franca.

Portos de águas profundas

Outro foco de controvérsia é constituído pelas iniciativas para construir portos de águas profundas em ambos os dois lados da fronteira. No Uruguai existe um projeto, em Rocha, que foi relativamente impulsionado desde o início de 2014. Por sua vez, as autoridades de Portos e Vias Navegáveis da Argentina declararam, em setembro de 2014, que está sendo analisada a construção de um porto de águas profundas na desembocadura do Rio da Prata. Enquanto o Uruguai procura tornar-se um hub regional e receber cargas de países vizinhos, a concretização do projeto argentino possivelmente afetaria a viabilidade e a operação das terminais uruguaias.

D. Brasil-Uruguai: Avanços em instrumentos de integração

Em maio de 2014, na Cidade de Montevideu foi realizada a II Reunião Plenária do Grupo de Alto Nível Uruguai-Brasil (GAN). O GAN, liderado pelos ministros das Relações Exteriores de ambos os dois países, aprovou a atualização do Plano de Ação para o Desenvolvimento Sustentável e a Integração Uruguai-Brasil das áreas consideradas como prioritárias para o aprofundamento da integração bilateral:

- a. Integração produtiva;
- b. Ciência, tecnologia e inovação;
- c. Comunicação e informação;
- d. Integração da infraestrutura dos transportes;
- e. Livre circulação de bens e serviços, e
- f. Livre circulação de pessoas.

Naquela oportunidade, foram assinados, além do mais, os seguintes instrumentos:

- Regulamentação do Capítulo VI do 71º Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 2. Procedimentos Administrativos para Intercâmbio Comercial Expedido. 73º Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 2. Em função disso, é instalada a Comissão de Comércio Bilateral Uruguai-Brasil, com o intuito de aprofundar a relação comercial bilateral por meio da solução de dificuldades legais, normativas e operacionais pontuais de acesso ao mercado e da elaboração de iniciativas para a expansão do intercâmbio de bens e serviços.
- Acordo Naval e *Offshore* entre a República Oriental do Uruguai e a República Federativa do Brasil. 74º Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 2.
- Memorando de Entendimento entre o Banco de Previdência Social da República Oriental do Uruguai e o Ministério da Previdência Social da República Federativa do Brasil, a fim de estudar formas de aperfeiçoar a troca de informações previdenciárias e, posteriormente,

acelerar o processo de reconhecimento de direitos previdenciários a trabalhadores migrantes do Brasil e do Uruguai.

- Plano para a elaboração conjunta de um Memorando de Entendimento e de Cooperação Técnica sobre Assuntos Sociais e de Trabalho.

E. Brasil-Paraguai: Comércio, investimentos e cooperação energética

Em resposta ao convite da Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, o Presidente do Paraguai, Horacio Cartes, realizou uma visita de Estado a Brasília no dia 30 de setembro de 2013, ocasião em que revisaram os principais assuntos da agenda bilateral.

Os mandatários coincidiram na necessidade de reunir a Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral, com o objeto de incrementar e diversificar o intercâmbio por meio de iniciativas e incentivos específicos, incluindo medidas concretas de facilitação do comércio e ações que visem a equilibrar e dinamizar a balança comercial. Nesse fórum também foi sugerido o tratamento de temas relacionados à promoção do fluxo de investimentos entre ambos os países.

Nesse sentido, destacaram as iniciativas para realizar os seguintes eventos:

- EXPO Paraguai-Brasil;
- Encontro Empresarial, 24 e 25 de outubro de 2013 em Assunção;
- Segundo Fórum Mundial de Desenvolvimento Econômico Local, coorganizado pela Itaipu Binacional;
- Semana do Paraguai, promovida pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) em março de 2014.

Estes eventos buscam que os empresários brasileiros conheçam as oportunidades de negócios no Paraguai para comércio, investimentos e integração produtiva das cadeias industriais.

No âmbito da cooperação energética, os Presidentes destacaram o término do projeto de construção do sistema de transmissão elétrica de 500 kW entre a usina hidrelétrica de Itaipu e Villa Hayes, na zona metropolitana de Assunção. Este é o maior projeto do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM). Contou, ainda, com recursos da entidade binacional Itaipu, com contribuições voluntárias brasileiras para o FOCEM e, também, da Administração Nacional de Eletricidade do Paraguai (ver Capítulo III).

Nesse sentido, reafirmaram que a integração física constitui um vetor fundamental para o aprofundamento da integração regional e para o estreitamento do relacionamento bilateral, bem como coincidiram na necessidade da finalização do processo de licitação e do início das obras de construção da Segunda Ponte sobre o Rio Paraná, entre Foz do Iguaçu e Puerto Presidente Franco, a fim de eliminar as dificuldades para o fluxo migratório e comercial e promover o turismo, o intercâmbio e o progresso econômico e social daquela área de fronteira. Por sua vez, também determinaram a constituição de um Grupo de Trabalho bilateral entre os órgãos técnicos dos dois países a fim de procurar as melhores maneiras de apoiar projetos ferroviários no Paraguai e interconetá-los à rede brasileira e bioceânica.

Finalmente, observaram a importância fundamental do transporte fluvial para a logística da região e os significativos lucros de escala e de produtividade que podem proporcionar os trabalhos de dragagem do trecho da Hidrovia Paraguai-Paraná entre Assunção e o Rio Apa, na fronteira com o Brasil, e reconheceram a importância da livre navegação fluvial.

F. Uruguai-Paraguai: Portos e estradas de ferro

O Paraguai está interessado no desenvolvimento dos portos marítimos como a Zona Franca de Nueva Palmira no Departamento de Colônia, Uruguai, bem como o conserto e valorização do depósito franco desse país no Porto de Montevideu. Ambos os dois cumprem um papel importante na exportação de grãos e de produtos agropecuários do Paraguai para diferentes mercados extrarregionais.

Nesta linha, o Uruguai está interessado no desenvolvimento de uma interconexão ferroviária, que facilitaria o transporte dos produtos paraguaios no exterior, vinculada com o desenvolvimento de um porto de águas profundas. Isso permitiria movimentar cargas paraguaias, bolivianas, do sul do Brasil e do norte da Argentina (Presidência do Paraguai, 2013). Cumpre destacar, nesse sentido, que o projeto estruturado “Interconexão ferroviária Paraguai-Argentina-Uruguai” envolve a reabilitação e a construção de diversas estradas de ferro e faz parte da Agenda de Projetos Prioritários de Integração do COSIPLAN-UNASUL.⁷¹

⁷¹Ver a ficha do projeto estruturado “*Interconexión ferroviaria Paraguay-Argentina-Uruguay*” na Carteira de Projetos do COSIPLAN-UNASUL.

CAPÍTULO V. AGENDA EXTERNA

A. *Uma visão global*

Durante o período em estudo, as negociações externas do MERCOSUL mostraram certos avanços com a União Europeia (UE) e a Aliança do Pacífico (AP), enquanto que com outros grupos de países, elas foram marginais.

Em primeiro lugar, depois do relançamento das negociações para um **acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e a UE** em 2010, a parte europeia sustentava que as condicionalidades expostas pelo bloco (como a necessidade de um Tratamento Especial e Diferenciado em matéria de cobertura e prazos de desoneração) somente poderiam ser discutidas depois que as ofertas fossem apresentadas. Assim, em 2012 foi atingida uma situação em que qualquer possibilidade de avanço ficava condicionada à apresentação e intercâmbio das ofertas em matéria de bens.

No final de 2012, o Brasil⁷² promoveu a construção de uma oferta em um prazo breve. Essa posição foi acompanhada pelo Paraguai e pelo Uruguai. Por sua vez, no início, a Argentina demorou a definição de sua própria oferta nacional, primeiro, e da oferta MERCOSUL depois, reiterando a necessidade de que a UE definisse previamente as condicionalidades expostas pelo bloco. Porém, entre meados de 2013 e o primeiro trimestre de 2014, vários encontros entre negociadores do MERCOSUL permitiram chegar a uma definição da oferta do bloco, tomando como base as ofertas nacionais. Além disso, foi resolvido que a Venezuela não estivesse incluída nas ofertas a serem apresentadas junto à UE, embora ela fosse um Estado Parte, a fim de poder avançar na negociação.

Do lado europeu, a oferta estava definida em suas partes substanciais, porém, ela se encontrava em uma etapa de ratificação por parte dos Estados Membros. A UE sustentava a necessidade de receber uma oferta que atingisse a desoneração linear com uma cobertura em torno de 90% do comércio, em um prazo de 10 anos.

Nesse contexto, em abril de 2014, os trabalhos internos do MERCOSUL se intensificaram e o bloco contou, para a reunião do GMC de maio em Caracas, com as ofertas de bens e de serviços definidas no nível técnico, bem como com os lineamentos para superar as diferenças internas no que diz respeito à oferta em compras governamentais. Nesse sentido, segundo o Comunicado conjunto dos Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL, por ocasião da reunião celebrada em Caracas, a 29 de julho de 2014, o trabalho realizado pelo bloco em relação às ofertas estava devidamente finalizado e a data de intercâmbio de ofertas com a UE seria fixada depois que este bloco concluísse com suas consultas internas.

Em segundo lugar, os vínculos existentes entre os países do MERCOSUL e da **Aliança do Pacífico** foram reimpulsionados a partir de uma proposta do Chile na Cúpula de Punta Mita, no México, em junho de 2014, para realizar uma reunião ministerial a fim de explorar mecanismos de convergência, a qual foi realizada em Cartagena de Indias, na Colômbia, a 1 de novembro. Neste mesmo sentido, durante a Reunião do GMC, realizada em maio de 2014, o Brasil apresentou uma

⁷² Entre os fatores que o impulsionaram, destaca-se a maior preponderância do setor agroexportador brasileiro na estrutura produtiva-exportadora, com uma posição ofensiva sobre os mercados mundiais. A isso é acrescentada a decisão da UE de excluir esse país (também o Uruguai, a Argentina e a Venezuela, entre outros) das preferências no âmbito do SGP (ver nota de rodapé 70). Destacam-se, outrossim, tanto as reclamações de uma “maior atividade” em matéria de negociações externas por parte do Uruguai e do Paraguai, quanto a proliferação de TLC celebrados ao longo da última década pelos EUA com diversos países da América Latina (por exemplo com o Peru, a Colômbia, a Costa Rica, a República Dominicana, a América Central, etc.), que foram afastando os exportadores brasileiros de vários mercados latino-americanos.

proposta orientada para o adiantamento dos cronogramas de desgravação tarifária, previstos tanto no ACE 58 (com o Peru) quanto no ACE 59 (com a Colômbia). Na reunião do GMC, realizada a 7 e 8 de outubro de 2014, resolveu-se participar do Seminário sobre a Aliança do Pacífico e o MERCOSUL, organizado pelo Chile em Santiago, a 24 de novembro de 2014. Além disso, foi aceita a proposta do México de fazer uma reunião de Chanceleres e Ministros de Comércio. A aproximação entre ambos os blocos tem diversas áreas com potencial para a cooperação, tais como a facilitação do comércio, investimentos recíprocos, integração física, inovação tecnológica, movimentos de pessoas, entre outras.

Em terceiro lugar, durante sua PPT, a Venezuela apresentou uma proposta para estabelecer uma **Zona Econômica Complementar**, entre os esquemas de integração do MERCOSUL, a ALBA, a CARICOM e o PETROCARIBE, com um capítulo econômico-comercial e outro político.

Adicionalmente, cabe salientar que o Brasil participou das reuniões dos líderes do **Grupo BRICS** (que inclui também a Rússia, a Índia, a China e a África do Sul) e este Grupo, por sua vez, teve uma reunião com a UNASUL para analisar a possível cooperação entre ambas as regiões. O MERCOSUL, por sua vez, mantém diversos vínculos comerciais e de cooperação com os países do Grupo BRICS, com diferentes graus de avanço.

No âmbito multilateral, os países do MERCOSUL não tiveram dificuldades com o conteúdo das obrigações que pretendiam incluir sobre procedimentos alfandegários no Acordo de Facilitação do Comércio, atingido na **IX Conferência Ministerial em Bali**, Indonésia, em dezembro de 2013. O maior interesse dos países do bloco focou-se em conseguir um resultado positivo de eliminação dos subsídios às exportações de produtos agrícolas, porém não se chegou a um compromisso vinculante no assunto.

No que diz respeito à evolução das negociações dos **Mega-Acordos Comerciais** (TTIP, TPP e RCEP), em grande medida estimuladas pela lentidão para a conclusão da Rodada de Doha, para o MERCOSUL parecem oferecer mais ameaças do que oportunidades. Por um lado, as novas regras provavelmente impliquem em maiores barreiras de acesso a mercados e será mais difícil questionar medidas discriminatórias, por não fazer parte do âmbito da OMC. Por outro lado, a consolidação da produção mundial em torno de três “grandes fábricas” (América do Norte, Europa e Ásia-Pacífico) pode reduzir o atrativo do MERCOSUL como destino de investimentos e suas possibilidades de inserção nas cadeias globais de valor.

Em conclusão, em face do estancamento das negociações multilaterais, o enfoque da agenda externa dos Estados Partes do MERCOSUL centrou-se em dar alguns passos concretos para concluir as negociações com a UE e em explorar vínculos com países que participam das negociações desses mega-acordos. É nesse sentido que a aproximação com os países da Aliança do Pacífico poderia ser interpretada.

B. A negociação MERCOSUL-União Europeia

Antecedentes

As diretrizes de negociação que visam a conseguir um acordo de livre comércio entre ambas as partes estão previstas no Acordo de Associação Interregional assinado em 1995, cujo processo de ratificação concluiu em 1999. A negociação comercial é um dos três capítulos do Acordo, além do Diálogo Político e a Cooperação. As negociações foram iniciadas em 2000, com a primeira reunião do Comitê de Negociações Birregionais (CNB) que foi feita em Buenos Aires em abril desse ano. Nessa oportunidade foram definidos grupos de negociação para tratar dos diferentes

aspectos do acordo de livre comércio em matéria de bens, serviços, investimentos, compras governamentais, direitos de propriedade intelectual, defesa da concorrência, solução de diferenças e procedimentos alfandegários.

Os aspectos centrais da negociação podem ser separados entre as questões normativas, referidas a cada uma das temáticas que são negociadas, e as ofertas que devam ser realizadas em matéria de comércio de bens, de serviços e investimentos e de compras governamentais. Os avanços nos aspectos normativos durante as primeiras reuniões de negociação foram acompanhados pela procura de definições comuns para a construção das respectivas ofertas de cada parte.

A primeira oferta apresentada de maneira unilateral pela UE aconteceu em julho de 2001 e teve uma resposta equivalente da parte do MERCOSUL, em março de 2003, depois de superar um impasse em 2002, que requereu uma reunião de Presidentes do MERCOSUL com a parte europeia, em Madri, em maio desse ano. As discussões do biênio 2003-2004 focaram-se na oferta realizada por ambas as partes em matéria de comércio de bens e, em menor medida, nas questões de serviços, investimentos, compras governamentais e direitos de propriedade intelectual. A insatisfação de ambas as partes sobre as respectivas ofertas apresentadas levou a uma interrupção das negociações como resultado da impossibilidade de atingir um acordo, por ocasião da reunião de nível ministerial realizada em Lisboa em outubro de 2004.

O MERCOSUL considerava que não havia obtido um resultado positivo em matéria de melhor acesso ao mercado da UE para seus principais produtos de exportação; a UE, por sua vez, estimava que também não havia obtido o suficiente no que diz respeito ao acesso de seus bens no MERCOSUL. Além do mais, entendia que não estavam atingidos os resultados procurados em matéria de comércio de serviços, condições para seus investimentos, participação nas compras públicas e reconhecimento a respeito dos direitos de propriedade intelectual, em particular para as indicações geográficas de produtos europeus.

Desde outubro de 2004 até meados de 2009, foram feitas reuniões de diversos níveis e formatos, incluindo algumas que contaram com a participação dos Ministros das Relações Exteriores e da Economia dos países do MERCOSUL, bem como dos Comissários de Comércio, Relações Exteriores e Agricultura da Comissão Europeia, como a realizada em setembro de 2005, em Bruxelas.

Foi só em junho de 2009 e em maio de 2010 que os representantes de ambas as partes resolveram iniciar um novo processo que visava a definir as condições para poder relançar formalmente as negociações interrompidas em outubro de 2004. A mudança no contexto internacional, como consequência dos efeitos da crise econômica desencadeada em setembro de 2008, aparecia por trás desse renovado interesse por retomar as negociações para um acordo de livre comércio.

Ambas as partes procuraram segurança a respeito dos pontos de partida desta nova etapa negociadora e, fundamentalmente, pretenderam receber da outra parte alguma garantia de que a insatisfação recíproca que havia determinado o fracasso, em outubro de 2004, poderia ser superada. Procurava-se que ambas as partes levassem em conta as sensibilidades relativas à outra e fizessem o esforço necessário por atendê-las.

O MERCOSUL esperava que a UE aumentasse as concessões em benefício dos bens exportáveis de base agrícola e que melhorasse as condições de acesso ao mercado europeu. Além disso, promovia que a UE não exigisse compromissos que o MERCOSUL não estava em condições de aceitar, especialmente em matéria de direitos de propriedade intelectual, de abertura de mercados em alguns setores de comércio de serviços e na participação nas compras públicas do MERCOSUL.

A UE, por sua vez, esperava que o MERCOSUL melhorasse sua oferta de desoneração tarifária do comércio de bens, reduzisse os tempos da desoneração e que não excluísse dessa oferta grupos de produtos importantes para as empresas da UE (por exemplo, automóveis e maquinaria). Porém, além disso, a UE buscava maiores compromissos do MERCOSUL nas áreas de comércio de serviços e investimentos, nas condições de participação nas compras públicas e no reconhecimento de novas obrigações em matéria de direitos de propriedade intelectual.

Com as expectativas apresentadas por ambas as partes, as autoridades respectivas resolveram que as condições para a retomada formal das negociações estavam dadas e assim o anunciaram publicamente depois de uma reunião ao máximo nível em Madri, em maio de 2010.

O relançamento de 2010

Em junho de 2010 foi realizada uma reunião do CNB em Buenos Aires, orientada a reiniciar formalmente as negociações do acordo de livre comércio. Nessa oportunidade, foram distribuídos os trabalhos em grupos de negociação que tiveram pequenas modificações a respeito do esquema organizacional da etapa prévia a outubro de 2004. As questões relativas a serviços e investimentos foram unificadas em um grupo, os temas de direito de propriedade intelectual se fundiram com indicações geográficas e vinhos e a questão de procedimentos alfandegários foi colocada em um grupo de facilitação de comércio.

Uma decisão importante foi a de dedicar as primeiras reuniões do CNB a revisar todas as questões normativas e seus textos, a fim de atualizá-los depois de quase seis anos, e a discutir algumas condições básicas para a preparação das novas ofertas em matéria de bens, serviços, investimentos e compras governamentais.

Da parte do MERCOSUL, primeiro, e da parte da UE, depois, começaram a surgir questionamentos relacionados com a oportunidade temporal da apresentação das ofertas, ao passo que foram aparecendo divergências na revisão dos textos das questões normativas, bem como no tratamento de uma série de condições ou condicionalidades requeridas para poder chegar a construir a oferta, colocadas fundamentalmente pelo MERCOSUL.

Em relação aos tempos políticos, em outubro de 2010 houve, no Brasil, eleições presidenciais e as novas autoridades foram empossadas a 1 de janeiro de 2011. Em outubro de 2011 houve eleições presidenciais na Argentina e esse país expôs suas dificuldades para definir uma oferta consensual com os diferentes atores locais no contexto de uma campanha eleitoral, reiterando argumentos utilizados pelos representantes brasileiros durante 2010. Da parte europeia, surgiram situações semelhantes nos meses seguintes, vinculadas às eleições na França, primeiro, e na Espanha, depois, entre outras. Este cenário não facilitava a concretização de maiores avanços.

Apesar disso, as negociações no nível técnico continuaram. Em matéria de revisão de textos das questões normativas, foram abordados os capítulos para estabelecer as bases do comércio de bens, os direitos e obrigações em matéria de comércio de serviços, dos investimentos estrangeiros diretos e o tratamento de outros ativos (posição da UE), as condições para a participação de cada parte nos procedimentos das compras de organismos públicos de bens, serviços e obras públicas, os direitos de propriedade intelectual e sua proteção, defesa da concorrência, procedimentos aduaneiros para facilitar o comércio e solução de diferenças.

Na área do comércio de bens estavam contidas as definições dos direitos de importação que seriam tomadas como ponto de partida para a desoneração e a eliminação progressiva, os cronogramas dessa desoneração, a existência de medidas de salvaguarda, as regras de origem, os regimes de admissão temporária e o uso dos subsídios às exportações, as medidas de ajuda à produção interna

de produtos agropecuários, as licenças de importação, os direitos de exportação (tema que a UE pretende incluir e o MERCOSUL rejeita). Em muitos desses textos normativos, procedeu-se a atualizar os conteúdos já existentes em 2004, porém, em outros, como o de Direitos de Propriedade Intelectual, a parte europeia apresentou textos completamente novos, procurando ir além dos direitos e obrigações estabelecidos pelo acordo respectivo da OMC (TRIPs) e criar um novo marco jurídico para este acordo com o MERCOSUL.

No que diz respeito à discussão das condições prévias para facilitar a definição da oferta, que interessavam ao MERCOSUL especialmente, a maioria se vinculava com alguns dos temas do referido capítulo de comércio de bens. Devido à resistência europeia em face das pretensões do MERCOSUL para definir essas condições prévias, chegou-se a uma situação em que toda possibilidade de avanço ficou condicionada à apresentação das ofertas em matéria de bens, principalmente, mas também nas áreas de serviços e investimentos e de compras governamentais.

A montagem das ofertas

A impossibilidade de avançar no estabelecimento de condições prévias à definição e a apresentação de ofertas de ambas as partes ficou evidente na reunião do CNB, celebrada em março de 2012, em Bruxelas. Embora em outubro desse mesmo ano fosse realizada uma nova reunião do CNB no Brasil, a fim de tratar a situação de algumas questões administrativas, já estava claro que ambos os blocos deviam proceder a um intercâmbio das respectivas ofertas como requisito para poder conseguir qualquer progresso nas negociações.

No decurso de 2012, no nível do MERCOSUL foram realizadas diversas reuniões com o objetivo de construir a oferta a ser apresentada junto à UE. A posição do Brasil passou de certa indiferença a um interesse manifesto e expresso por alcançar a conclusão dessas negociações em um tempo breve. A influência dos setores privados brasileiros agrupados na FIESP se fez notar e se uniu ao interesse que sempre havia existido da parte dos representantes do setor agroexportador do Brasil por conseguir um acordo com a UE para efeito de melhorar as condições de acesso a esse importante mercado.

Nesse cenário, as autoridades brasileiras realizaram consultas a seu setor privado em setembro de 2012, a fim de conhecer sua posição a respeito do conteúdo da oferta do MERCOSUL à UE em matéria de bens. Com a resposta da consulta, o governo do Brasil tomou sua decisão e começou a insistir aos sócios do MERCOSUL para que a oferta comum fosse construída em um prazo breve.

A posição do Uruguai e do Paraguai havia sido –e continuou sendo– favorável à apresentação de uma oferta à UE, de modo a conseguir a conclusão do acordo de livre comércio no menor tempo possível. Ambos os países informaram seus sócios do MERCOSUL que já contavam com uma definição de suas ofertas a nível nacional e que estavam prontos para considerar a construção de uma oferta comum.

A diferença interna do MERCOSUL surgiu devido à reticência manifestada pela Argentina a respeito da definição de sua própria oferta nacional, primeiro, e da oferta MERCOSUL, depois. A posição argentina insistia em continuar pressionando a UE para conseguir uma definição das condições prévias, antes da consolidação da oferta MERCOSUL. Dessa forma, chegou-se, no final de 2012, com uma situação claramente divergente entre os sócios do MERCOSUL e, aparentemente, com a UE esperando a definição do MERCOSUL a fim de proceder a fixar uma data de intercâmbio das respectivas ofertas para avançar, depois, com o processo negociador.

Desse modo, e segundo declarações dos representantes da Comissão Europeia, a parte europeia insistia na necessidade de avançar na negociação e em que, apesar de todas as dificuldades

econômicas e políticas no interior da UE, a oferta europeia já estava definida, pelo menos em suas partes substanciais.

Para mudar esse estado de situação no nível do MERCOSUL, foi necessário chegar ao máximo nível de decisão política das autoridades do bloco. Com efeito, a decisão de avançar na construção de uma oferta MERCOSUL para seu posterior intercâmbio com a UE foi o resultado das deliberações mantidas durante a Cúpula de Presidentes do MERCOSUL e os representantes da UE, que se realizou por ocasião da reunião da CELAC com a UE em Santiago do Chile, a 27 de janeiro de 2013. Assim, no comunicado posterior a essa reunião, foi mencionada a necessidade de contar com a oferta MERCOSUL e estar em condições de realizar o primeiro intercâmbio com a UE no final de 2013.⁷³

Desde esse momento e durante 2013, o MERCOSUL empreendeu os trabalhos internos para a definição das ofertas em matéria de comércio de bens, comércio de serviços e investimentos e compras governamentais.

Levando em conta que, desde julho de 2012, a Venezuela se tornou um Estado Parte do MERCOSUL, era necessário definir sua participação nas negociações com a UE. A respeito disso, e para efeito de poder avançar com maior rapidez na montagem das ofertas, foi resolvido que a Venezuela participasse das negociações como Estado Parte do MERCOSUL, porém, que não estaria incluída nas ofertas a serem apresentadas junto à UE nessa etapa negociadora. Era definido outrossim que, caso se chegasse a concluir um Acordo, ela seria incorporada posteriormente.

A primeira etapa dos trabalhos internos foi efetuada no nível nacional de cada Estado Parte do MERCOSUL e visava a formar as ofertas nacionais que, depois, seriam objeto de uma consolidação para chegar a definir a oferta do MERCOSUL como bloco. Alguns Estados Partes, Brasil em primeiro lugar e a Argentina depois, fizeram consultas com seus respectivos setores privados a fim de contar com essa opinião para poder decidir as características da oferta em matéria de comércio de bens.

As condicionalidades

Durante 2013, as respectivas equipes nacionais de trabalho foram analisando as condições que, segundo o MERCOSUL, deviam ser apresentadas como requisito junto a UE com a oferta do bloco. Essas condições se referiam a assuntos que não haviam podido ser acordados nas reuniões dos CNB entre as partes, e que a UE sustentava que somente poderiam ser definidas quando o intercâmbio de ofertas fosse feita.

Em matéria de comércio de bens, as condições ou condicionalidades expostas pelo MERCOSUL surgiam, em primeiro lugar, de aceitar a existência de uma diferença no grau de desenvolvimento relativo entre as partes e que, portanto, o MERCOSUL devia receber um Tratamento Especial e Diferenciado (TED) por parte da UE.⁷⁴

Esta exposição se justificava pelo fato de que os Estados Partes são países em desenvolvimento e que, portanto, têm direito (de acordo com a Decisão adotada pelo GATT, em novembro de 1979) de receber um “tratamento especial e mais favorável” em seus compromissos e obrigações no contexto

⁷³ Cumpre mencionar que, no final de 2012, a Comissão Europeia anunciava a *suspensão das concessões comerciais no contexto do Sistema Geral de Preferências (SGP)* para vários países, entre os quais se encontravam a Argentina, o Brasil, o Uruguai e a Venezuela a partir de 2014 (uma vez que decidiu excluir as economias qualificadas pelo Banco Mundial como de renda alta o média-alta). BID-INTAL, 2012.

⁷⁴ Ver <http://www.itamaraty.gov.br/o-ministerio/conheca-o-ministerio/america-do-sul/dnc-ii-divisao-de-negociacoes-extra-regionais-do-mercosul-ii/mercosur-oferta-complementada-de-bienes-condicionalidades>.

das negociações e dos acordos decorrentes delas. Este TED é reconhecido, particularmente, para o caso dos acordos de criação de áreas de livre comércio ou uniões aduaneiras entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. A UE reconheceu este tratamento e outorgou concessões nesse sentido em suas negociações com a União Aduaneira da África Austral (SACU).

Como parte desse tratamento especial e diferenciado, o MERCOSUL sustentava que o processo de desoneração tarifária, que daria mais acesso a seu mercado para os bens de origem europeia, devia partir da TEC; que os ritmos de desoneração deviam acelerar-se nos anos finais dos prazos previstos –incluindo a possibilidade de contar com períodos de graça sem desoneração no início de alguns cronogramas– e que esses prazos pudessem ultrapassar os dez anos para alguns bens.

Algo semelhante acontecia com a questão da cobertura da desoneração do comércio entre as partes. O MERCOSUL propunha que a UE devia aceitar que essa cobertura estivesse em torno de 90% e não exigir que o MERCOSUL cumprisse estritamente com a obrigação de chegar a esse número absoluto.

Quanto à oferta da UE, o MERCOSUL expôs que ela devia partir das tarifas em vigor na UE, incluindo tanto os componentes *ad valorem* quanto os específicos, que a tarifa inicial devia ser a decorrente do Sistema Geral de Preferências (SGP) e que, em alguns bens com tarifas altas (picos tarifários), a UE devia aceitar uma redução inicial prévia ao início da desoneração (aplicando um Valor Tarifário Máximo - VTM)

Para o MERCOSUL, a oferta da UE deveria ter uma cobertura superior a 90% em termos do comércio; desonerar as tarifas em um prazo máximo de dez anos; desoneração total e não recíproca em matéria de alimentos. Para o caso das concessões europeias em produtos agrícolas sob parcelas, o MERCOSUL procurava que elas contemplassem volumes representativos da potencialidade exportadora do bloco, com três condições específicas: que tivessem uma tarifa de 0% dentro das parcelas, que as parcelas atribuídas fossem crescentes ano após ano e que fossem administradas pelo exportador.

Entre outras questões levantadas pelo MERCOSUL, destaca-se a necessidade de que houvesse um compromisso por parte de UE de não utilizar subsídios às exportações destinadas ao MERCOSUL; um mecanismo para evitar o efeito das ajudas à produção interna da UE sobre as exportações ao MERCOSUL; uma salvaguarda bilateral ou preferencial no acordo (igual para todos os bens), uma cláusula de indústria nascente, regras de origem diferenciadas; o uso da admissão temporária, pelo menos durante um período de vigor do acordo; um esquema para a resolução de problemas de acesso originados em medidas restritivas de caráter sanitário, fitossanitário ou ambiental.

Por sua vez, a UE colocou que os direitos de exportação deviam ser eliminados, as licenças de importação deviam ser reguladas, os produtos agrícolas deviam contar com uma salvaguarda especial, entre outros assuntos potencialmente sensíveis para as tradicionais reclamações do MERCOSUL.

As dificuldades para a definição de uma oferta do MERCOSUL

O centro da discussão da construção da oferta do MERCOSUL em bens estava na questão da cobertura de comércio que a oferta de desoneração tarifária devia ter. Adicionalmente, tentava-se coordenar as posições nacionais e acordar certas propostas horizontalmente no caso de serviços e investimentos, bem como decidir sobre o tratamento que devia ser outorgado às empresas de origem europeia nos procedimentos de compras do setor público dos Estados Partes do MERCOSUL.

A cobertura de comércio contida na oferta está diretamente relacionada com as disposições do Art. XXIV do GATT-OMC 1994 sobre Zonas de Livre Comércio (ZLC) e Uniões Aduaneiras. De acordo com essa normativa, a eliminação dos direitos alfandegários em uma zona de livre comércio deve

chegar a cobrir “uma parte substancial” do comércio entre os dois ou mais países (ou regiões) que decidam formar uma ZLC. Desde o começo dessas negociações, a UE expôs que a cobertura da oferta e o futuro Acordo de Livre Comércio devia atingir 90% ou mais do comércio entre ambas as partes.

Com efeito, desde a primeira oferta apresentada pela UE em julho de 2001, a cobertura da desoneração do comércio de bens que essa região ofereceu, atingia essa porcentagem. Para a UE, atingir esse nível de cobertura não constitui um problema, porque os direitos de importação que ela aplica aos bens industriais são reduzidos, enquanto que as elevadas tarifas aplicadas às importações de bens agrícolas fazem com que o comércio desses bens seja escasso. São justamente esses produtos os que mais interessam ao MERCOSUL, já que constituem a maior parte de sua oferta exportável, e os que encaram maiores dificuldades de acesso ao mercado europeu.

A situação do MERCOSUL se caracteriza pelo contrário, já que as dificuldades para reduzir ou eliminar direitos de importação surgem em bens industriais, especialmente em setores mais sensíveis à concorrência europeia (têxteis e calçado, por exemplo), acontecendo este caso com maior frequência nas estruturas produtivas da Argentina e do Brasil do que nas do Uruguai e o Paraguai.

Este é o contexto em que os trabalhos internos do MERCOSUL se desenvolviam, partindo das ofertas que tinham sido apresentadas antes da interrupção das negociações em outubro de 2004 e que, em matéria de comércio de bens, tinham uma cobertura de comércio inferior aos 90% referidos acima.

Entre meados de 2013 e o primeiro trimestre de 2014, o MERCOSUL efetuou vários encontros dos negociadores responsáveis de cada Estado Parte, a fim de chegar à definição da oferta do bloco, tomando como base a existência das ofertas nacionais. O MERCOSUL procedeu a flexibilizar sua posição, eliminando concessões de preferências fixas e fazendo ofertas de desoneração para setores de interesse exportador da UE. As ofertas nacionais em matéria de desoneração do comércio de bens atingiram coberturas que se aproximavam de ou superavam 90% das importações do MERCOSUL a partir da UE, segundo a média dos anos 2010-2012. As ofertas nacionais, no entanto, apresentavam uma escassa coincidência em termos das concessões que cada Estado Parte estava disposto a dar à UE em conjuntos significativos de setores.

A Presidência *Pro Tempore* da Venezuela era a encarregada da coordenação dessas tarefas, embora esse país não estivesse incluído na oferta do MERCOSUL.

Apesar de contar com uma oferta MERCOSUL decorrente da simples somatória de ofertas nacionais, à qual faltava um exercício de consolidação a partir de uma perspectiva regional, no início de 2014 foi acordada a realização de uma reunião dos Coordenadores Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL com os negociadores da Comissão Europeia. Essa reunião foi efetuada em março de 2014, em Bruxelas, Bélgica. O objetivo do encontro era explorar o estado de situação da construção das ofertas e avaliar as perspectivas de uma troca entre elas.

As posições manifestadas por ambas as partes nesta oportunidade foram uma reiteração das questões acima expostas. A UE voltou a sustentar com ênfase que as condicionalidades expostas pelo MERCOSUL somente poderiam ser discutidas, depois que as ofertas fossem apresentadas, e que não era possível atingir qualquer definição antes que essas ofertas fossem conhecidas. A UE desestimava as reclamações do MERCOSUL em termos de um TED em matéria de cobertura e prazos de desoneração, e reiterava a necessidade de receber uma oferta que atingisse a desoneração linear para 90% do comércio, em um prazo de dez anos.

Apesar disso, o MERCOSUL não obtinha sinais por parte da UE sobre o alcance da oferta europeia em matéria de bens agrícolas e alimentos, já que os funcionários da Comissão Europeia a cargo das

negociações indicavam que ela estava em etapa de ratificação por parte dos Estados Membros. Ainda mais, a UE explicava que não estava em condições de expressar se as cotas preferenciais em produtos agrícolas oferecidas por ocasião do relançamento das negociações eram mantidas.

Nesse cenário, os trabalhos internos do MERCOSUL se intensificaram em abril de 2014 e, para a reunião do GMC de maio, em Caracas, dispunha-se das ofertas de bens e de serviços definidas no nível técnico, bem como dos lineamentos para superar diferenças internas no que diz respeito à oferta em compras governamentais. As propostas foram elevadas ao CMC para que adotasse as decisões que julgasse convenientes em relação aos temas pendentes.

As autoridades dos governos dos Estados Partes do MERCOSUL não revelaram os detalhes do conteúdo da oferta na área de comércio de bens e as informações disponíveis são muito escassas. Em alguns países houve contatos com representantes do setor privado, nos quais o estado de situação dessa oferta foi considerado, enquanto que em alguns meios de comunicação e publicações especializadas foram fornecidos alguns detalhes.

Com esses elementos de juízo, é possível fazer uma aproximação aos supostos alcances da oferta MERCOSUL. A cobertura não atingiria 90%, porém, ela estaria próxima dessa porcentagem, enquanto que os prazos máximos de desoneração se estenderiam até 15 anos. Dessa forma, sobre um comércio total de US\$ 58 bilhões (média anual do período 2010-2012), quase dois terços estariam sendo desonerados nos prazos de 12 e 15 anos. Os bens não incluídos na desoneração estariam integrados por um pouco mais de 10% do valor do comércio do período base.

Em qualquer caso, conforme o Comunicado conjunto dos Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL⁷⁵, por ocasião da reunião celebrada em Caracas a 29 de julho de 2014, o trabalho realizado pelo bloco em relação às ofertas está devidamente finalizado e, “uma vez que a União Europeia concluir as consultas” internas que está realizando, seria “marcada uma data para a troca das respectivas propostas”, um passo necessário para poder avançar nas negociações entre as partes.

Como na hora em que este informe estava sendo redigido, a UE se encontrava em processo de mudança de autoridades, nomeadamente, dos funcionários responsáveis de liderar estas negociações, não foram registrados avanços desde aquela época. No mesmo sentido, não houve indicações sobre a conclusão da oferta de bens por parte desse bloco.

C. A Aliança do Pacífico (AP) e o MERCOSUL

Aspectos gerais da AP

Em outubro de 2010, o Presidente do Peru, Alan García, convidou o Panamá, a Colômbia, o Equador, o Peru e o Chile para formar uma “área de integração profunda”, na qual a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas era garantida. A 28 de abril de 2011, os Chefes de Estado do Chile, da Colômbia, do México e do Peru acordaram, na Declaração de Lima, estabelecer a Aliança do Pacífico (AP). A situação do Panamá ficou pendente para sua futura adesão.

A AP ficou formalmente constituída mediante a firma do Acordo Marco em Antofagasta (Chile), a 6 de junho de 2012. O Acordo Marco estabelece os objetivos gerais da Aliança, que consistem na construção “...construção, de maneira participativa e consensuada, de uma área de integração profunda para avançar progressivamente até a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas...”. Além disso, afirma-se que a AP almeja tornar-se uma plataforma de articulação

⁷⁵ MERCOSUL (2014a), parágrafo 45.

política, de integração econômica e comercial e de projeção para o mundo, fazendo especial ênfase na área Ásia Pacífico. Cumpre mencionar a respeito disso, que os quatro países contam com tratados de livre comércio (TLC) assinados com os Estados Unidos, o Canadá e a UE.

A respeito disso, os países da AP firmaram inúmeros tratados comerciais com outros países, nomeadamente, TLC e acordos de alcance parcial no enquadramento da ALADI, ou acordos no contexto da CAN. O Chile é o país membro da AP que assinou a maior quantidade de TLC com países fora da região (13 acordos), seguido pelo Peru (8), o México (6) e a Colômbia (5).

Um dos pilares fundamentais que precedeu e serviu de base para o lançamento da AP, foi a iniciativa oportunamente tomada pelas Bolsas de Valores do Chile, do Peru, do México e da Colômbia, focalizada no fortalecimento e na integração dos mercados de capitais dos países membros, através da unificação de seu funcionamento.

A dinâmica gerada por essa decisão das Bolsas de Valores foi articulada com as intenções e os objetivos dos respectivos governos, que começaram a imaginar um processo de relacionamento que fosse além dos acordos econômicos e comerciais já existentes entre os quatro países. Nesse processo, foi possível contar com a participação dos setores privados dos respectivos países, interessados no potencial que pudesse surgir da eliminação de obstáculos para o comércio de bens e serviços, bem como para o movimento de capitais e de pessoas.

Esta conjunção de interesses, incluindo o potencial contido em matéria de movimento de pessoas para fins educacionais e de turismo, impulsionou os governos e os setores privados que acompanhavam essas iniciativas a elevarem a aposta e a se propor chegar a esboçar os possíveis conteúdos da referida “área de integração profunda”, incluindo as condições para a existência de uma livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas.

Na área dos movimentos de capitais, um dos fatos destacados foi que os Mercados de Valores do Chile, do Peru e da Colômbia pudessem se integrar para formar o Mercado Integrado Latino-americano (MILA). Em uma primeira etapa, começou a funcionar, incluindo a Bolsa de Valores do México, e a formalização de sua participação foi atingida em 2014, como resultado dos acordos celebrados durante a Cúpula de Presidentes feita em junho, no México.

Os trabalhos nas diversas áreas do projeto de integração foram sendo desenvolvidas desde 2011 e se intensificaram depois da firma do Acordo Marco de junho de 2012. Sobre a base dos Acordos econômicos e comerciais já existentes entre os países no contexto da ALADI, avançou-se nas áreas de comércio de bens, de serviços e investimentos, compras governamentais, propriedade intelectual e de cooperação no campo da promoção do comércio e dos investimentos, nos movimentos de pessoas e no âmbito educacional, com um intenso e crescente programa de bolsas.

Estas tarefas foram atribuídas a Grupos Técnicos que foram constituídos para cada tema específico e cujas deliberações têm a finalidade de produzir resultados concretos para que sejam elevados ao Grupo de Alto Nível (GAN) constituído pelos Vice-ministros das Relações Exteriores e do Comércio dos países. Na medida em que os consensos são alcançados, as decisões sobre os assuntos postos a consideração do GAN são elevadas à Cúpula dos Presidentes dos quatro países, que é precedida de uma reunião dos respectivos Ministros das Relações Exteriores e do Comércio.

As Cúpulas presidenciais da AP foram avançando sobre os assuntos substanciais do Acordo. Em matéria de Comércio e Integração, foi acordada a meta de liberar, totalmente, pelo menos 90% do universo tarifário na hora em que o Acordo começasse a vigorar. Em Acesso a Mercados foi acordado completar o acordo em 2013. Com efeito, na Cúpula de Presidentes de Cartagena de

Índias, Colômbia, foi atingido o objetivo de liberalizar 92% das tarifas aplicadas ao comércio entre os países, salvo aos produtos agrícolas, que serão desonerados em um prazo de até 17 anos.

Sobre Facilitação do Comércio, foi ratificada a pauta em matéria de certificação de origem eletrônica, os acordos para o reconhecimento do Operador Econômico Autorizado e a cooperação aduaneira, incluindo a automatização dos procedimentos de comércio exterior.

Em matéria de Promoção das Exportações e Investimentos, durante 2013 e 2014 foi desenvolvida uma ação intensa e constante para garantir a presença dos representantes da AP em Feiras e Exposições em inúmeros países, nomeadamente na área da Ásia-Pacífico e da Oceania, mas também da América do Norte e da UE.

Os programas de bolsas educacionais têm sido, junto com a facilitação dos movimentos de pessoas de cada país da AP, uma das ações de cooperação que foram feitas com resultados práticos e com grande aceitação e interesse por parte dos setores privados de todos os países membros.

A relação entre a Aliança do Pacífico e o MERCOSUL

A relação entre diversos âmbitos do MERCOSUL e a AP dinamizou-se nos últimos meses e diversos níveis de interesse foram evidenciados, tanto no nível do setor público quanto do privado dos países envolvidos. Na Cúpula de Punta Mita, México, celebrada em junho de 2014, o Chile impulsionou a proposta de fazer uma reunião de ministros com o MERCOSUL, a fim de explorar mecanismos de convergência em assuntos de interesse comum.

Enquanto o Paraguai e o Uruguai solicitaram à AP que os admitisse na qualidade de Observadores e eles foram aceitos, o Brasil teve uma posição de aproximação com alguns dos países da AP, ao passo que a Argentina tem mantido, até hoje, uma posição expectante. Pode ser verificado um panorama variado quanto às possibilidades que ofereceria um aprofundamento do relacionamento com a AP entre diversos integrantes dos setores privados dos sócios de maior dimensão do MERCOSUL. No entanto, cabe destacar que o MERCOSUL já conta com acordos de livre comércio de bens com três dos quatro países parceiros da AP: com o Chile, desde 1996, com o Peru, desde 2004, e com a Colômbia, desde 2005.

No caso do Chile e o MERCOSUL, a situação do comércio de bens é regida pelo ACE 35, assinado em 1996, e o processo de desoneração tarifária está praticamente concluído. Isso quer dizer que não existem obstáculos tarifários para a circulação de bens entre os Estados Partes do MERCOSUL e o Chile. No que diz respeito às medidas não tarifárias, existe uma ampla gama de ações possíveis para superar os inconvenientes que possam surgir, tanto em matéria sanitária e fitossanitária quanto na área de normas e regulamentos técnicos e de procedimentos aduaneiros. No contexto do ACE 35, houve um avanço no campo do comércio de serviços que tem um grande potencial para ser ampliado.

A relação entre o MERCOSUL e o Peru, por sua vez, encontra-se regulada pelo ACE 58, ao passo que o ACE 59 dispõe as previsões comerciais com a Colômbia, o Equador e a Venezuela.

Nesse contexto, durante a Reunião do GMC, realizada em Caracas em outubro de 2013, a delegação do Brasil apresentou uma proposta orientada ao adiantamento dos cronogramas de desoneração tarifária previstos tanto no ACE 58 (com o Peru) quanto no ACE 59 (com a Colômbia). Posteriormente, a Coordenação Nacional do GMC do Brasil encaminhou a seus colegas do resto dos países uma nota esclarecedora, na qual era mencionado que, embora nos referidos ACE a desoneração tarifária do MERCOSUL em favor desses países se encontrasse praticamente concluída, ainda existe um universo de produtos, cuja desoneração de 100% aconteceria só em 2019 e, portanto, a aceleração da abertura recíproca desse universo poderia ser promovida.

Um objetivo vinculado à proposta de aceleração dos cronogramas se relaciona com uma diminuição das preferências relativas obtidas pelo MERCOSUL oportunamente, geradas pela firma de diferentes TLC por parte dos países da AP. Além disso, esse processo de perda de preferências relativas se acentuaria, caso se concretizasse a zona de livre comércio entre os próprios membros da AP.

Cumpra mencionar que nos ACE 58 e 59 existe uma cláusula pela qual é prevista a possibilidade de solicitar compensações, caso alguma das partes contratantes celebre acordos de livre comércio com outros países e outorgue melhores benefícios. No entanto, desses processos de solicitação de compensações decorreram, normalmente, negociações prolongadas e sem benefícios líquidos e, portanto, esse não parece ser um caminho aconselhável para o MERCOSUL.

Ciente dessa situação, o Governo do Brasil propôs aos parceiros do bloco solicitar o adiantamento dos cronogramas de desoneração em vigor nos ACE 58 e 59, a fim de liberalizar totalmente o comércio com eles em dezembro de 2014.

Assim, e como parte dessa estratégia, por ocasião da última reunião do GMC em maio de 2014, a Delegação do Brasil apresentou um documento chamado de “Projeto de Declaração Conjunta das Presidentas e dos Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL sobre Aprofundamento do Comércio com Estados Associados”, junto com o Projeto de Decisão “Antecipação de Cronogramas de Desgravação Tarifária dos Acordos de Complementação Econômica entre MERCOSUL-Peru (ACE 58) e MERCOSUL-Colômbia-Ecuador-Venezuela (ACE 59)”. Nele é assinalado que, para efeito de permitir maior liberdade de trânsito de mercadorias e impulsionar o comércio regional, os Estados Parte do MERCOSUL propõem a antecipação dos cronogramas previstos nos Acordos de Complementação 58 (MERCOSUL-Peru) e 59 (MERCOSUL-Colômbia) para início de dezembro de 2014, com a concessão de 100% das preferências tarifárias.⁷⁶

As delegações do resto dos países sócios acordaram analisar as propostas e dar uma resposta por ocasião da seguinte reunião do GMC a ser efetuada durante a PPT da Argentina,⁷⁷ país que manifestou, a respeito disso, a conveniência de convocar previamente a Comissão Administradora do ACE 59, por causa da existência de inúmeras questões pendentes de tratamento no seu contexto e de que não se reúne desde 2010.

Cabe salientar que, para poder atingir uma desoneração total (100% de preferência) entre o MERCOSUL e a Colômbia, cada um dos países do MERCOSUL possui um cronograma diferenciado. No caso do Uruguai e do Paraguai, o cronograma de desoneração se encontra praticamente cumprido a respeito da Colômbia, ao passo que, no caso da Argentina e do Brasil, existem prazos para poder chegar a esse nível de 100% de preferência. Esses prazos são acompanhados, em alguns casos, do tratamento das respectivas regras de origem, que são aplicadas no acordo para que o comércio de certos bens possa contar com o benefício das preferências em vigor. Isso acontece com alguns produtos do setor têxtil e do setor siderúrgico. Além do mais, é preciso considerar a situação dos bens incluídos no setor automotivo.

A situação do ACE 58 do MERCOSUL com o Peru tem uma estrutura semelhante à do ACE 59 do MERCOSUL com a Colômbia, no que diz respeito à existência de diferentes cronogramas de desoneração. De um lado, estão os cronogramas do Peru com o Paraguai e o Uruguai e, do outro, os cronogramas do Peru com a Argentina e com o Brasil. Enquanto que os primeiros estão prestes a

⁷⁶ Anexo à Ata GMC de Caracas de maio de 2014.

⁷⁷ Entre as questões importantes pendentes de definição se encontram temas tais como o regime para o setor automotivo, as regras de origem a ser aplicadas pelos diferentes países e os critérios a serem aplicados para alguns produtos do setor agropecuário e alimentar, oportunamente definidos como “sensíveis”, para os quais países como o Peru e a Colômbia mantêm, há muitos anos, sistemas de faixas de preços.

chegar a uma preferência de 100%, o prazo restante, no caso da Argentina e do Brasil, é bastante mais amplo.

Um dos principais inconvenientes no tratamento do adiantamento dos cronogramas de desoneração é o equilíbrio que existe no comércio bilateral entre a Colômbia e o Peru, de um lado, e a Argentina e o Brasil, do outro. Com efeito, esse comércio mostra um saldo muito positivo a favor dos países grandes do MERCOSUL e sempre constituiu um obstáculo para o aprofundamento das preferências entre ambas as partes dos acordos em vigor.

Por outro lado, a possibilidade de acordos comerciais com o México é plausivelmente mais complexa, entre outras coisas, por causa da sensibilidade que o setor agropecuário-alimentar tem para esse país. De um lado, em 2004, os Estados Partes do MERCOSUL e o México resolveram assinar um acordo de livre comércio entre as partes. Porém, em face da demora em começar essas negociações e o interesse diferente de cada um dos Estados Partes do MERCOSUL, foi decidido levar adiante um aprofundamento dos acordos parciais que já existiam no contexto do Tratado de Montevidéu de 1980; ou, como aconteceu no caso do Brasil, chegar a um novo acordo de alcance parcial nesse mesmo âmbito para regular as relações comerciais bilaterais.⁷⁸

A Argentina e o México realizaram negociações bilaterais no contexto do ACE 6 e, em 2006, chegaram a uma conclusão. A negociação bilateral do México e o Uruguai atingiu, como resultado, um acordo comercial que pode ser considerado praticamente um TLC, já que cobre as áreas de comércio de bens, serviços e, também, de compras públicas.

Cabe salientar que existe uma plataforma de interesses comuns que apresenta uma ampla gama de temáticas e âmbitos a partir da qual são aprofundadas as relações entre o MERCOSUL e os países da AP. Com efeito, a aproximação pode fortalecer o diálogo e a cooperação entre os blocos mais importantes da região em termos econômicos e comerciais. Nesse sentido, a iniciativa do Brasil poderia contribuir positivamente para o estreitamento dos vínculos entre ambos os processos de integração em diversas áreas com potencial para a cooperação, tais como facilitação do comércio, investimentos recíprocos, integração física, inovação tecnológica, movimentos de pessoas, entre outras (BID-INTAL, 2014c).

Na Cúpula do MERCOSUL realizada em Caracas em julho de 2014, os Estados Partes consideraram a possibilidade de impulsionar negociações que visassem a aperfeiçoar os acordos comerciais existentes com a Colômbia e o Peru, ampliando sua já extensa cobertura e acelerando os programas de desoneração tarifária de modo a acelerar o livre comércio, inicialmente previsto para 2019. Também é sugerida a possibilidade de avançar em cadeias produtivas regionais e na melhora da integração física.

Por sua vez, na reunião do GMC realizada a 7 e 8 de outubro de 2014, foi resolvido participar do Seminário sobre a Aliança do Pacífico e o MERCOSUL organizado pelo Chile em Santiago, a 24 de novembro de 2014. Foi resolvido, outrossim, aceitar a proposta da presidência do México da AP de fazer uma reunião de Chanceleres e Ministros de Comércio por ocasião da celebração desse Seminário.

Além disso, em cumprimento do mandato estabelecido pelos Presidentes durante a IX Cúpula de Punta Mita celebrada em junho, a 1º de novembro foi feita, em Cartagena de Índias, Colômbia, uma reunião informativa entre Ministros da AP e o MERCOSUL. O objetivo foi promover um maior

⁷⁸ Cabe mencionar a respeito disso que, em 2009 e 2010, os então Presidentes do Brasil e do México acordaram trabalhar em conjunto em um Acordo Estratégico de Integração Econômica Bilateral a respeito do qual, até hoje, não houve grandes avanços.

conhecimento entre ambos os mecanismos de integração e explorar possíveis esquemas de colaboração. Durante o encontro, os ministros da AP destacaram o caráter aberto e inclusivo do mecanismo, que não se opõe a outros processos regionais de integração. Além do mais, os Ministros coincidiram na importância de manter um espaço de diálogo entre ambos os mecanismos.

A questão central que deve ser considerada na relação do MERCOSUL com a AP é a vontade política que existe entre ambas as partes a respeito da possível vinculação entre os dois processos de integração. Os países da AP possuem acordos de livre comércio com os EUA e com muitos outros países, especialmente no caso do Chile e do México, como foi referido acima. Este fato pode ser benéfico para o MERCOSUL e para o comércio de bens e o acesso aos mercados dos países da AP e, potencialmente, aos países com os quais a AP possui acordos de livre comércio. Porém, esse potencial é indireto e depende de uma série de variáveis que não são simples de analisar e de cumprir, como as regras de origem. No mesmo sentido, a abertura aos países da AP implica na abertura indireta para uma maior concorrência, não só desses países, mas também da produção dos diferentes Estados com os quais a AP possui TLC, sempre que cumpram com as regras de origem correspondentes.

No mesmo sentido, os projetos de infraestrutura física são fundamentais para todos os países, independentemente do que possa acontecer no futuro das relações entre o MERCOSUL e a AP. A possibilidade de chegar a consolidar os corredores bioceânicos é um fato que pode ensejar benefícios para todos os países envolvidos, da mesma forma que os passos de montanha entre a Argentina e o Chile e os projetos energéticos.⁷⁹

Neste campo, a participação da Venezuela, como novo Estado Parte do MERCOSUL, e da Bolívia, que se encontra em processo de adesão, podem contribuir com novos elementos para a consolidação das relações entre o MERCOSUL e a AP.

D. A proposta de criar uma Zona Econômica Complementar (ZEC) entre os países membros do MERCOSUL, a ALBA, a CARICOM e o PETROCARIBE

Em setembro de 2013, pouco tempo depois de ter iniciado seu período na PPT do MERCOSUL, a Venezuela apresentou uma proposta para estabelecer uma Zona Econômica Complementar entre os esquemas de integração do MERCOSUL, a ALBA, a CARICOM e o PETROCARIBE.

O objetivo da proposta da Venezuela era estabelecer as bases para criar uma Zona de Cooperação ou de Complementaridade Econômica, Comercial e Política que servisse para fortalecer as relações entre os diferentes processos regionais intervenientes, de modo a constituir um espaço econômico em que fossem criadas as condições para fomentar a integração produtiva de maneira solidária e justa.

Nas reuniões posteriores a essa data não houve maiores avanços sobre essa proposta e a ideia de que a Venezuela levasse adiante uma reunião no nível dos Ministros, a fim de acelerar a consideração do assunto e de chegar a uma definição, não foi concretizada.

Contudo, a questão da criação da ZEC voltou a ser considerada por ocasião da reunião do GMC celebrada em Caracas em maio de 2014 e, fundamentalmente, no decurso das reuniões anteriores à Cúpula de Presidentes de 29 de julho de 2014.

⁷⁹ Os países de ambos os blocos compartilham vários projetos da Agenda de Projetos Prioritários e da Carteira de Projetos do COSIPLAN. Ver www.iirsa.org/proyectos.

Nesse contexto, a Argentina e o Brasil reagiram perante a iniciativa venezuelana, propondo que os Presidentes assinassem um Memorando, definindo o estabelecimento de um Mecanismo de Diálogo que estivesse formado por um Capítulo Econômico-Comercial e um Capítulo Político.

No Capítulo Econômico-Comercial propunha-se definir ações e medidas que visassem a conseguir o objetivo da zona de complementação. A Venezuela promovia o estabelecimento dessas ações no próprio Memorando.

Embora não esteja explicitado na proposta venezuelana, é possível supor que a iniciativa propõe certa convergência dos Acordos Regionais em vigor para a Zona Econômica Comum, processo que se veria dificultado pela diferente configuração das diversas experiências integradoras na região, tanto em termos de objetivos quanto de alcance, avanços relativos, disciplinas comerciais, normas técnicas e de qualidade, entre outras temáticas.

Daí a importância de que os Estados Partes possam conhecer as características específicas do conteúdo da parte econômica-comercial que é esperada da ZEC, a fim de analisar a viabilidade efetiva dessa convergência dos Acordos prévios.

Em função disso, a respeito dos Acordos comerciais em vigor, foi proposta a avaliação dos Acordos Comerciais firmados entre as partes para identificar coincidências no regime normativo das disciplinas comerciais, as potencialidades comerciais e de complementaridade econômica entre elas.

Foram consideradas as seguintes possíveis ações para aprofundar a integração e chegar a estabelecer as bases para construir essa Zona Econômica Complementar ou Comum:

- Identificação de um conjunto de bens e insumos para a produção que gozem de um regime de intercâmbio preferencial entre as Partes.
- Desenho de mecanismos que garantam um maior equilíbrio no intercâmbio comercial.
- Articulação entre empresas do setor público e privado; projetos de integração produtiva.
- Impulso aos setores intensivos em mão de obra.
- Promoção do desenvolvimento das MPMEs e de cooperativas.
- Intensificação do intercâmbio regional, em particular dos produtos de maior valor agregado.
- Promoção da participação conjunta em feiras, missões e exposições.

O Capítulo Político tinha por finalidade abordar as possíveis ações e medidas que visassem ao aprofundamento dos vínculos de amizade e entendimento entre as Partes Signatárias e à intensificação do diálogo e a cooperação no contexto dos fóruns multilaterais.

Finalmente, o resultado da Cúpula de Presidentes de 29 de julho de 2014 foi uma Declaração aprovada pelos Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL para criar uma Zona Econômica Comum.⁸⁰

O primeiro passo que estabelece a Declaração é a criação de um Mecanismo de Diálogo Político e de Cooperação Econômica e Comercial para promover a Zona Econômica Complementar. O segundo

⁸⁰Para obter mais detalhes, ver MERCOSUL (2014c).

passo é incluir a PPT da Argentina para que, em 60 dias, faça uma convocação com o intuito de negociar um instrumento jurídico de constituição da ZEC que inclua os temas acima expostos.

As dificuldades a serem superadas no tratamento desses temas se vinculam diretamente com as diferenças existentes entre os respectivos acordos que regulam o funcionamento de cada uma das partes dessa ZEC. A princípio, o MERCOSUL, a ALBA, o PETROCARIBE e a CARICOM possuem pontos de partida, situações e objetivos diversos e os acordos formais por meio dos quais foram constituídos têm características diferentes. Portanto, uma das primeiras tarefas a serem realizadas na hora de considerar o instrumento jurídico para a constituição da ZEC será a forma de chegar a compatibilizar o caminho a seguir para atingi-la, a partir das realidades atuais das quatro partes que se propõem criá-la.

E. Os BRICS e o MERCOSUL

O VI Encontro dos líderes do grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) foi realizado em Fortaleza, Brasil, a 15 de julho de 2014. Este encontro iniciou a segunda rodada de reuniões do grupo, depois de manter uma em cada país nos anos anteriores. A partir de sua formação em 2009, o grupo foi avançando em uma pauta de coordenação de posições dos países em questões de índole política, social, econômica, militar, cultural, etc., de grande relevância na agenda internacional atual.

Esta segunda etapa mostra também uma mudança no grau de maturidade dos trabalhos do grupo e se manifesta nas decisões tomadas a respeito da criação de um Novo Banco de Desenvolvimento e de um Acordo de Contingente de Reservas.

Neste contexto, a Declaração de Fortaleza, que foi emitida como conclusão do encontro, expõe o interesse do grupo por todos os assuntos mencionados, mas principalmente, por algumas questões relacionadas à economia, ao comércio e às finanças internacionais. Nesse sentido, um dos parágrafos da Declaração critica a falta de avanços na reforma do FMI que fora decidida no contexto do G-20 em 2010. A respeito disso, ratificam sua participação nesse âmbito, ao passo que afirmam que com as ações que estão levando adiante em relação à criação do Banco e do mecanismo de contingências, fazem uma contribuição ao avanço do G-20.⁸¹

Algo semelhante acontece com o sistema multilateral de comércio, cujo sustento e consolidação são essenciais para os BRICS. Sugere-se, nomeadamente, fortalecer seu procedimento de solução de diferenças. Tudo isso está contido no apoio à finalização das negociações da Rodada de Doha da OMC e a contar com um programa de trabalho com esse objetivo no final de 2014, como fora acordado por ocasião da 9ª Conferência Ministerial da OMC que foi realizada em Bali, Indonésia, em dezembro de 2013.⁸² Por sua vez, também manifestaram seu apoio à implementação do Acordo de Facilitação de Comércio e a que seja aceito manter no tempo o mecanismo de segurança alimentar para países em desenvolvimento, que também fora decidido nessa oportunidade.

O Novo Banco de Desenvolvimento e o Fundo de Contingências

A assinatura do Acordo constitutivo do novo Banco de Desenvolvimento para o financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável no grupo e em outras economias

⁸¹ BRICS (2014), parágrafo 18.

⁸² Para uma análise dos resultados da Reunião de Bali e a ação do MERCOSUL nesse âmbito, ver tratamento do tema na próxima seção deste Capítulo.

emergentes “fortalecerá a cooperação entre nossos países e complementará os esforços de instituições financeiras multilaterais ou regionais para o desenvolvimento local”.

De acordo com esse convênio, o Banco de Desenvolvimento dos BRICS terá um capital inicial subscrito de US\$ 500 bilhões, dividido equitativamente entre seus sócios fundadores. Como primeiro presidente do Conselho de Governadores foi nomeada a Rússia, ao passo que o Brasil será o primeiro presidente do Conselho de Administração. Por sua vez, o primeiro presidente do Banco será a Índia. A sede do Banco estará localizada em Xangai, na China, enquanto que é prevista a criação de um Centro Regional Africano na África do Sul. Para o futuro, é previsto que os países possam adotar moedas nacionais para transações comerciais entre seus cinco sócios.

Por outro lado, foi assinado um tratado para o estabelecimento de um fundo estabilizador de US\$ 100 bilhões. Para tanto, os países farão diferentes contribuições: a China, US\$ 41 bilhões; a Rússia, o Brasil e a Índia, US\$ 18 bilhões cada; e a África do Sul, US\$ 5 bilhões. As reservas de dólares dos países permanecerão nos bancos centrais, porém, cada um dos membros que o solicitar, poderá dispor deles. O Acordo é um marco para obter liquidez “por meio de *swaps* de divisas em resposta a pressões de curto prazo reais ou potenciais sobre o balanço de pagamentos”.⁸³

Este novo fundo poderá ser utilizado na hipótese de que algum país dos BRICS tenha problemas financeiros. O instrumento contribuiria a reduzir a volatilidade dos mercados de divisas dos países emergentes. Nesse sentido, o mecanismo pode ser visualizado como um instrumento para que a Rússia, o Brasil e a Índia obtenham garantias das reservas chinesas, fenômeno que também contribuirá a sustentar as divisas nacionais desses países, bem como a reduzir as taxas de juros dos empréstimos dos mercados de dívida mundiais.

Uma Junta de Governadores do Fundo e uma Junta Assessora Técnica permitirão o acesso aos recursos para o Fundo de Contingência, que poderia –da mesma forma que o Banco– estar em funcionamento em 2015.

Relação com a UNASUL

No contexto do Encontro do grupo BRICS foi realizada uma primeira reunião política com a UNASUL, na qual os eixos principais foram o desenvolvimento e o crescimento com inclusão social.

Nesse sentido, a Presidenta brasileira Dilma Rousseff destacou, nesse encontro, que a criação do Banco de Desenvolvimento terá, entre seus objetivos, o de financiar projetos de infraestrutura sustentável, não só dos BRICS, como também de países emergentes e nações em desenvolvimento, como as da UNASUL (MercosurABC, 2014).

Por sua vez, o Presidente venezuelano Nicolás Maduro afirmou que a criação do Fundo de Contingência permitirá reduzir a relevância do FMI, contribuindo para “uma nova geopolítica internacional”.

Na Declaração dos BRICS é mencionada a importância das reuniões mantidas com as autoridades dos países da UNASUL.⁸⁴ Em um contexto em que as relações dos países do Grupo BRICS com terceiros Estados até o momento haviam sido dominadas pelos vínculos formais e informais de maneira individual, o fato da reunião com os países que formam a UNASUL parecia uma novidade.

⁸³ BRICS (2014), parágrafo 13.

⁸⁴ BRICS (2014), parágrafo 18.

Desse modo, este primeiro encontro abre um possível caminho de maior cooperação entre ambas as entidades, mesmo que, por enquanto, não tenha maiores compromissos, objetivos ou prazos concretos.

Para os países da UNASUL, a relação com o grupo BRICS é muito relevante, não só por causa da presença do Brasil nesse âmbito e das possibilidades de incrementar a cooperação entre regiões, mas também e, fundamentalmente, por causa da participação da China nesse grupo. Como é sabido, esse país foi aumentando progressivamente sua inter-relação com os países da América do Sul nos últimos dez anos. Assim, a importância da China tem crescido notavelmente, tanto no âmbito do comércio de bens quanto no que diz respeito a investimentos realizados ou em andamento, em infraestrutura, recursos minerais e outros.

Por outro lado, a China assinou Acordos de Associação Estratégica Integral (um degrau mais alto que a associação estratégica) com a Argentina, em julho de 2014, semelhantes àqueles que já tinha com o Brasil, o México e o Peru.

A relação entre países do MERCOSUL e dos BRICS

Além da participação do Brasil nos BRICS e da presença do resto dos sócios do MERCOSUL como parte da UNASUL, por ocasião da reunião conjunta realizada no Brasil em julho de 2014, as relações entre países do grupo BRICS com o MERCOSUL foram aprofundadas a partir de diferentes tipos de Acordos Comerciais e de Cooperação.

Com efeito, o MERCOSUL tem assinado Acordos Quadro com a Índia e a África do Sul nos primeiros anos do século XXI, com o objetivo de negociar acordos de livre comércio.

Até o momento, só foi possível concluir um acordo comercial de preferências fixas com a Índia em 2004, com uma cobertura que abrange um reduzido conjunto de bens e estabelece baixos níveis de preferência fixos.

Da mesma maneira, no caso da África do Sul, em 2008 foi finalizada uma negociação com a União Aduaneira da África Austral (*South African Customs Union - SACU*) que tem a forma de um acordo de preferências fixas para um conjunto de bens um pouco mais numeroso, mas que não chega a ser significativo em comparação com o comércio bilateral entre as partes.

Desses dois acordos, somente o primeiro com a Índia começou a vigorar em 2009. No caso do acordo com a SACU, chama a atenção que o Brasil, sendo membro do grupo BRICS e com uma histórica relação com o continente africano, ainda não ratificasse esse acordo, fenômeno que faz com que não seja possível que ele comece a vigorar.

No caso da Rússia existe um projeto de chegar a um Convênio de Cooperação Econômica e Política que data de 2010. Recentemente, foi retomado o projeto original e tenta-se revitalizá-lo com uma proposta de reunir as partes, a fim de considerar o assunto. Cabe mencionar que, desde meados de 2014, a Argentina e o Brasil observaram um crescente interesse no mercado russo, por causa das novas oportunidades surgidas nesse país com motivo de medidas que os EUA, a UE e outros Estados tomaram contra a Rússia pelo papel ativo que lhe atribuem na crise da Ucrânia. Nesse contexto, ambos os países do MERCOSUL fizeram missões comerciais que visavam à facilitação do maior ingresso de seus produtos nesse mercado. Como consequência disso, o renascimento das negociações que visem a avançar em um acordo comercial entre a Rússia e o MERCOSUL é fatível.

Finalmente, no que diz respeito à relação entre o MERCOSUL e a China, em virtude da visita do Primeiro-Ministro chinês a Buenos Aires em 2012, foi assinada uma Declaração Conjunta entre o MERCOSUL e a China sobre questões de interesse mútuo em matéria econômica e comercial. Em

novembro desse ano, foi realizada uma reunião de representantes de ambas as partes em Xangai, junto com uma visita de empresários dos países do MERCOSUL, a fim de explorar possíveis empreendimentos conjuntos.

A possibilidade que se abre para efeito de aprofundar a relação comercial e política é condicionada, em certa medida, pelo fato de que o Paraguai reconheceu, há anos, a existência da República de Taiwan e mantém relações diplomáticas com esse país que, segundo a China, não existe como tal e faz parte da República Popular. A posição conhecida como “uma China única” é a que a Argentina, o Brasil e o Uruguai aceitaram reiteradamente em suas respectivas convenções com a República Popular da China.

F. O MERCOSUL e a Conferência Ministerial da OMC em Bali

Panorama geral

As negociações da Rodada de Doha da OMC, lançadas em novembro de 2001, não registraram, até a atualidade, resultados que constituam uma contribuição substancial que envolvam uma conclusão bem-sucedida no futuro imediato.

Os objetivos da IX Conferência Ministerial (CM-IX) que se reuniu em Bali, Indonésia, no início de dezembro de 2013, focaram-se em conseguir consenso para aprovar um Acordo sobre Facilitação de Comércio. Cabe mencionar que esses aspectos tinham sido concluídos na negociação da Rodada de Doha em julho de 2004.

Além disso, nessa reunião tentava-se abordar o comércio dos países menos avançados (PMA), a negociação de comércio de produtos agropecuários (Agricultura) e, finalmente, propostas sobre comércio e desenvolvimento, pendentes desde o início das negociações da atual Rodada.

O Acordo sobre Facilitação do Comércio (AFC) foi uma das primeiras preocupações do novo Diretor Geral da OMC, o brasileiro Roberto Azevêdo, a partir do momento em que começou a exercer suas funções, em setembro de 2013. Conseguir a aprovação desse acordo significava mostrar o primeiro resultado concreto das negociações lançadas doze anos atrás e sentar as bases para a discussão de um programa de trabalho realista, que permitisse avançar no conjunto de temas que integram essa negociação comercial multilateral, visando a completar a Rodada.

Em Bali foi obtido, finalmente, um resultado positivo em relação aos objetivos buscados, o qual representou uma reafirmação da capacidade da organização para cumprir com as funções de organismo reitor do sistema das regras multilaterais, objetivo fixado no momento de sua criação ao concluir as negociações da Rodada Uruguai, em abril de 1994, com os Acordos de Marrakesh.

Os Acordos de Bali

O Acordo sobre Facilitação do Comércio (AFC) foi uma das grandes conquistas da Reunião. Ele se refere às questões tratadas originalmente no GATT em seu Art. V, Liberdade de Trânsito; Art. VIII, Emolumentos e formalidades referentes à importação e à exportação (outros emolumentos e encargos) e ART. X, Publicação e aplicação dos regulamentos relativos ao comércio, além de diversos aspectos tendentes a fomentar a cooperação entre os organismos aduaneiros dos países membros.

A primeira seção do AFC é dedicada aos procedimentos aduaneiros que tentam ser homogêneos a fim de facilitar o movimento de bens: desembaraço e liberação de mercadorias, documentação,

operadores autorizados, gerenciamento do risco, inspeções, recursos administrativos, trânsito, tarifas e cobranças relacionadas à exportação, cooperação entre as aduanas.

A segunda seção do AFC se ocupa do Tratamento Especial e Diferenciado (TED) para que os países com menor capacidade de gestão aduaneira possam ter maiores prazos para o cumprimento de suas obrigações e para que possam receber a assistência técnica necessária para poder cumprir no futuro. Os países em desenvolvimento (PED) podem optar por aplicar imediatamente as disposições, solicitar um prazo adicional ou ter um prazo adicional e receber assistência técnica e financeira.

Os países membros acordaram assinar um Protocolo para que o AFC começasse a vigorar e sustentaram que esse instrumento devia estar concluído a 31 de julho de 2014, data em que os PED deviam manifestar-se a respeito das opções referidas acima, em particular no que diz respeito à primeira (aplicação imediata). A partir dessa data, o Protocolo estaria aberto para ser ratificado pelos países membros, pelo prazo de um ano (até 31 de julho de 2015) e começaria a vigorar com a ratificação de dois terços dos membros.

Porém, até 31 de julho de 2014 não foi possível chegar a concluir com as tarefas necessárias para contar com o referido Protocolo, e a OMC encontrou a dificuldade de que a Índia se negou a aceitar esse instrumento. Assim, a implementação efetiva de uma das principais conquistas da reunião de Bali ficou postergada.

Em relação à Agricultura, o tema central se focou na aceitação da constituição de estoques públicos com fins de segurança alimentar, como uma faculdade dos países membros, que não seria considerada como um subsídio. O país mais interessado nesse tema é a Índia, que obteve um resultado positivo, embora provisório, porque essa aceitação foi temporária e não definitiva, ficando sujeita ao resultado das negociações do conjunto de temas de Agricultura no âmbito da Rodada.

O segundo tema aprovado em Bali sobre Agricultura foi um procedimento para a administração de contingentes tarifários, que estava pendente desde o início das negociações da Rodada de Doha.

As outras duas questões que foram tratadas nessa Reunião da OMC foram as relativas a exportações (subsídios às exportações de produtos agrícolas) e a algodão. Em ambos os casos não foi possível conseguir nenhum compromisso vinculante, nem no que diz respeito à eliminação das subvenções às exportações, nem a respeito da eliminação das distorções que afetam as exportações de algodão de quatro países africanos (Mali, Burkina Fasso, Benin e Chade). A respeito disso, somente foram manifestadas as boas intenções em relação à não utilização de subvenções às exportações e à necessidade de uma maior cooperação com os países exportadores de algodão.

Em matéria de comércio e desenvolvimento, o resultado mais importante foi a reiteração do compromisso de eliminar tarifas e cotas para as exportações dos Países Menos Avançados (PMA), assumido pelos países desenvolvidos (PD) como uma obrigação e como uma opção para os PED que resolvessem assumir esse compromisso. Esta concessão é acompanhada da definição de regras de origem preferenciais para garantir que os benefícios sejam efetivamente para os PMA exportadores desses bens. Da mesma forma, os PMA serão isentados da obrigação de assumir compromissos na negociação da Rodada de Doha em matéria de comércio de Serviços.

Por último, foi acordado estabelecer um mecanismo de vigilância da implementação dessas medidas de tratamento especial e diferenciado para o universo dos países em desenvolvimento.

Finalmente, foi resolvido que, no prazo de um ano, seria preciso contar com um plano de trabalho para a conclusão das negociações da Rodada de Doha, a fim de dar certeza e uma data tentativa para

a conclusão das negociações lançadas em novembro de 2001. Com esse objetivo, o Diretor Geral da OMC, os responsáveis dos corpos orgânicos e dos grupos de negociação dependentes do Comitê de Negociações Comerciais criado em 2002, foram instruídos para extremar seus esforços durante 2014 e apresentar uma proposta de plano de trabalho em dezembro de 2014.

A participação do MERCOSUL em Bali

Os Estados Partes do MERCOSUL participaram nas negociações da Rodada de Doha em forma individual e decidiram atuar em forma conjunta como bloco em algumas áreas específicas da negociação. No caso da Agricultura, todos os países sócios participam do Grupo dos 20, formado originalmente em agosto de 2003, antes da Conferência Ministerial da OMC em Cancún. Porém, houve algumas diferenças no decurso dessas negociações em determinados assuntos, como a Salvaguarda Especial para Países em Desenvolvimento.

No que diz respeito ao AFC, os países do MERCOSUL não tiveram maiores dificuldades com o conteúdo das obrigações que se pretendia incluir em matéria de procedimentos aduaneiros, especialmente desde o momento em que essas obrigações foram relativizadas a fim de poder chegar a um consenso para a aprovação do texto final da CM-IX de Bali.

O maior interesse dos países do MERCOSUL centrou-se em conseguir um resultado positivo em matéria de eliminação das subvenções às exportações de produtos agrícolas, fazendo realidade a obrigação assumida na Declaração Ministerial de Hong Kong (dezembro de 2005) de eliminar essas subvenções em 2013. A resistência de alguns PD como a UE, os EUA e o Japão impediu que se atingisse um compromisso vinculante, e só foi possível deixar por escrito uma manifestação de boas intenções dos países que subsidiam no sentido de autolimitar-se no seu uso.

G. O MERCOSUL e os Mega-Acordos Comerciais Regionais

Panorama geral

Ao longo dos últimos anos, motivados por fatores como o estancamento das negociações multilaterais e pelas dificuldades para acordar novos avanços em um mundo em que os países emergentes ocupam um lugar mais destacado (principalmente, a China), proliferaram três novas iniciativas de integração com a participação das principais potências mundiais.

A primeira delas, entre os EUA e a UE, surge como um Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimentos (TTIP); a segunda, entre os EUA, alguns países da América do Sul no litoral Pacífico, certos Estados do Leste da Ásia e da Oceania, constituem o Acordo de Associação Transpacífico (TPP). Cumpre mencionar que ambos os Acordos têm em comum a ausência da China.

Finalmente, no Leste da Ásia, e movimentado fundamentalmente pela China, surge o Acordo de Associação Econômica Integral Regional (RCEP), com a participação da Índia, o Japão, a Coreia, os países da ASEAN, Austrália e Oceania.

O desenvolvimento das negociações daquilo que foi chamado de “mega-acordos comerciais”, por causa da magnitude econômica e política dos países intervenientes, mostra diferentes níveis de progresso e a intenção de chegar a uma conclusão no futuro próximo. Essa conclusão poderia ser atingida –em um panorama otimista– no próximo quinquênio, entre 2015 e 2020, coincidindo também com os objetivos aprovados pelos países da APEC (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico) de eliminar barreiras tarifárias e não tarifárias para o comércio de bens em 2020.

As negociações desses mega-acordos incluem temas comerciais tradicionais (tarifas, restrições quantitativas, defesa comercial, obstáculos técnicos ao comércio, medidas sanitárias e fitossanitárias, etc.), os chamados temas “de segunda geração” (serviços, propriedade intelectual, contratação pública, etc.), bem como outras questões não abordadas pelas negociações multilaterais (temas “OMC Plus”), como convergência regulatória, comércio eletrônico, investimentos, comércio e mudança climática, movimento de pessoas e capital, direito autoral na internet, neutralidade competitiva para empresas privadas e estatais, entre outros (Quadro 16) (Gayá, 2010).

Quadro 16. Temas incluídos nos mega-acordos

Tradicionais	Segunda geração	OMC Plus
Tarifas	Serviços	Convergência regulatória
Restrições quantitativas	Propriedade intelectual	Comércio eletrônico
Defesa comercial	Contratação pública	Investimentos
OTC		Comércio e mudança climática
MSF		Movimento de pessoas e capital
		Direito autoral na internet

Fonte: Gayá e Rozemberg (2014).

Devido a que muitos dos países que participam dessas iniciativas têm tarifas baixas (por exemplo, nos Estados Unidos e na UE, elas se encontram em torno de 3%) e/ou já contam com Acordos Comerciais prévios com os países com os que estão negociando (como o caso do Chile, que firmou TLC com todos os membros do TPP), não se espera um impacto significativo da eliminação de tarifas no contexto desses acordos, salvo do setor agropecuário, onde há maiores restrições.⁸⁵ Em compensação, as mudanças mais importantes que poderiam surgir se originariam na definição de novas regras, que não só afetariam os países envolvidos nas negociações, como também o resto do mundo (Gayá, 2014).

O cenário para o MERCOSUL⁸⁶

Embora o impacto positivo para as economias envolvidas nos mega-acordos possa aumentar, direta e indiretamente, a demanda de exportações do MERCOSUL, as perspectivas atuais parecem oferecer mais ameaças do que oportunidades para o bloco.

Em primeiro lugar, é provável que a concretização desses acordos impacte negativamente sobre as exportações do MERCOSUL. Por um lado, os produtos desses países poderiam ser substituídos pela concorrência dos elaborados em países que integram os acordos (desvio de comércio). Isso é particularmente relevante no caso dos produtos agropecuários, onde as exportações do MERCOSUL deverão concorrer em desvantagem com as de outros produtores agrícolas eficientes como a Austrália, a Nova Zelândia e o Canadá, em mercados altamente protegidos.

Considerando que as maiores barreiras correspondem aos produtos agrícolas de maior valor agregado, os mega-acordos poderiam aprofundar a primarização da cesta exportadora do MERCOSUL. Por outro lado, a definição de novas regras provavelmente implicará em maiores barreiras de acesso, principalmente, no setor agropecuário, embora também em outros, como a indústria automotiva e a de produtos químicos. A adequação a padrões mais exigentes implicará em maiores custos para os exportadores e aqueles que não possam fazê-lo ficarão fora do mercado.

⁸⁵ De qualquer forma, a Índia e outros países do RCEP mantêm níveis mais elevados de proteção tarifária, portanto, o impacto poderia ser um pouco maior.

⁸⁶ Esta seção se baseia, fundamentalmente, em Gayá (2014) e Gayá e Rozemberg (2014).

Além do mais, como muitos dos assuntos desses acordos não fazem parte do âmbito da OMC, será mais difícil questionar medidas discriminatórias. Embora a magnitude do impacto seja diferente em cada caso, diversos estudos preveem uma queda das remessas do MERCOSUL para os países que integram as mega-negociações e, em alguns casos, também uma redução do produto *per cápita*.⁸⁷

Em segundo lugar, as dificuldades de acesso aos mercados de maior porte e/ou mais dinâmicos do mundo reduzirão o atrativo do MERCOSUL como destino de investimentos e implicarão em restrições adicionais para inserir-se nas cadeias globais de valor. Com efeito, os mega-acordos contribuirão a consolidar a produção mundial em torno de três “grandes fábricas” (América do Norte, Europa e Ásia-Pacífico), onde as possibilidades de inserção para o resto dos países serão cada vez mais restritas.

Em terceiro lugar, a definição de novas regras no contexto dos mega-acordos terá consequências que irão além do estabelecimento de barreiras adicionais às exportações. Os padrões que daí surgirem sentarão as bases das negociações multilaterais no futuro, portanto, as possibilidades de influir na definição das regras –inclusive na OMC– serão muito limitadas para os países que não participem dos acordos. E, aliás, em um contexto em que as tratativas regionais avançam e a Rodada de Doha permanece estancada, o megarregionalismo coloca a OMC diante do risco de tornar-se irrelevante.

Nesse contexto, poderia afirmar-se que a fraqueza do sistema multilateral desde a OMC expõe uma série de desafios para as economias do MERCOSUL e para os PED:

Em primeiro lugar, na OMC as decisões são adotadas por consenso (ou seja, precisa-se da aprovação de todos os membros) e cada país tem um voto,⁸⁸ o qual implica em uma maior simetria que nas negociações regionais.

Em segundo lugar, embora os processos sejam lentos e compensações pelos danos não sejam previstas, o mecanismo de solução de controvérsias da OMC normalmente consegue que os países que violam as normas do organismo precisem adequar sua regulação aos compromissos assumidos, ainda quando o país demandado seja uma das principais economias do mundo. Por exemplo, em 2010, a Argentina chegou a uma solução mutuamente ajustada com a UE por causa das medidas aplicadas por essa última relativas à aprovação e comercialização de produtos biotecnológicos, ao passo que, em 2012, o Brasil conseguiu que os Estados Unidos revogassem a imposição de direitos antidumping sobre as importações de suco de laranja brasileiro (BID-INTAL, 2013b). As restrições ao comércio que surgirem de aspectos não cobertos pela OMC não poderão ser questionadas junto ao Órgão de Solução de Controvérsias, motivo pelo qual haverá menor margem de ação e possivelmente menos transparência e mais discricionariedade.

Em terceiro lugar, até o momento, a OMC é o único âmbito em que alguns temas de especial interesse para o MERCOSUL são discutidos, como a redução das ajudas internas (subsídios à produção) agrícolas –que geram grandes distorções no comércio mundial–, e os países que as aplicam não as incluem nos acordos regionais, argumentando que beneficiaria também a terceiros.

Em definitiva, além de todas as consequências que possam surgir em outras áreas das relações econômicas e comerciais, existe uma preocupação crescente nos Estados Partes do MERCOSUL a respeito das negociações comerciais com o resto do mundo. Esta preocupação aumenta em face da

⁸⁷ Ver, entre outros: Felbermayr, Gabriel *et al.* (2013); Ferraz, Lucas *et al.* (2014); Fundación INAI (2014); Messerlin, Patrick (2014); Sica, Dante (2014).

⁸⁸ Isso contrasta com outros organismos internacionais, como o FMI ou o Banco Mundial, onde o tamanho da economia é determinante do peso de cada país na tomada de decisões.

situação em que se encontram as negociações da Rodada de Doha da OMC e da falta de uma perspectiva aproximada sobre a possível conclusão dessas negociações.

Estas preocupações se focaram em dar alguns passos concretos para concluir as negociações com a UE e em explorar vínculos com países que participam das negociações desses mega-acordos. Nesse sentido poderia interpretar-se a vinculação com os países da Aliança do Pacífico, que participam das negociações do Acordo de Associação Transpacífico, com a exceção da Colômbia.

BIBLIOGRAFIA

AGÊNCIA EFE. 2014. “Mercosur supera diferencias internas y presentará propuesta conjunta a la UE”. 15 de março.

AGENCIA DE INFORMACIÓN PARAGUAYA. 2014. “Canciller destaca normalización institucional del Mercosur con cumbre en Caracas”. 30 de julho.

AMISSI, A. 2014. “Projeto de Adensamento e Complementação Automotiva no âmbito do MERCOSUL”, em: 1º Encontro Setorial de Integração Produtiva. 20-21 de outubro.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). 2014a. *Focus Relatório de Mercado*. 26 de setembro.

-----, 2014b. *Focus Relatório de Mercado*. 3 de outubro.

BANCO CENTRAL DO PARAGUAI (BCP). 2014a. *Informe Económico Agosto 2014*. Assunção.

-----, 2014b. *Serie detallada de Comercio Exterior*.

BANCO CENTRAL DO URUGUAI (BCU). 2014a. “Encuesta de Expectativas Económicas”. Setembro.

-----, 2014b. “Encuesta de Expectativas de Inflación”. Setembro.

-----, 2014c. *Estadísticas de Comercio Exterior. Intercambio comercial de bienes*.

BANCO CENTRAL DA VENEZUELA (BCV). 2013. *Estadísticas de Balanza de Pagos*.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO-INSTITUTO PARA A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE (BID-INTAL). 2012. *Carta Mensal INTAL N° 195*. Novembro.

-----, 2013a. *Carta Mensal INTAL*. Vários números.

-----, 2013b. “Participação ativa da ALC no sistema de solução de controvérsias da OMC em 2012”, em: *Carta Mensal INTAL N°197*. Janeiro.

-----, 2013c. *Informe MERCOSUL N° 17*. Série Informes Subregionais de Integração. Buenos Aires. Fevereiro.

-----, 2013d. *Informe MERCOSUL N° 18*. Série Informes Subregionais de Integração. Buenos Aires. Dezembro.

-----, 2014a. *Carta Mensal INTAL*. Vários números.

-----, 2014b. *Carta Mensal INTAL N° 214*. Junho.

-----, 2014c. *Carta Mensal INTAL N° 217*. Setembro.

BRICS. 2014. “Sixth Summit: Fortaleza Declaration and Action Plan”.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). 2014a. *Estudio Económico de América Latina y el Caribe 2013*. Santiago de Chile. Julho.

-----, 2014b. *La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe 2013*. Santiago de Chile: CEPAL.

EL OBSERVADOR. 2013. “[Medida argentina compromete viabilidad de Montevideo como puerto regional](#)”. 30 de outubro.

EL PAÍS. 2014. “[Mujica pide más integración en el Mercosur y reforzar lazos con China](#)”. Montevideo. 29 de julho.

EUROPEAN COMMISSION. 2014. “[EU requests WTO panel on Brazil’s discriminatory taxes](#)”. Bruxelas. 31 de outubro.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FIESP). 2013. *Panorama Brasil - Argentina*. Vários números.

-----, 2014a. *Panorama Brasil - Argentina*. Vários números.

-----, 2014b. *Raio-X do comércio exterior brasileiro*. Vários números. São Paulo.

FELBERMAYR, G., HEID, B. E LEHWALD, S. 2013. “Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP) Who benefits from a free trade deal?” Gütersloh: Global Economic Dynamics. Bertelsmann Stiftung.

FERRAZ, LUCAS. ET AL. 2014. *Brazil and Argentina in the era of Global Value Chains, Mega Regionals and NTBs*. Centre for Global Trade and Investment - EESP/FGV.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). 2014a. *World Economic Outlook. Recovery Strengthens, Remains Uneven*. Washington, DC. Abril

-----, 2014b. *World Economic Outlook: Legacies, clouds, uncertainties*. Washington, DC. Outubro.

FUNDAÇÃO CENTRO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO EXTERIOR (FUNCEX). 2014. *Informativo Balança Comercial*, IV(33). Brasília. Janeiro.

FUNDACIÓN INAI. 2014. “Nuevo regionalismo. Consecuencias para el comercio agroindustrial”. Buenos Aires.

GAYA, R. E MICHALCZEWSKY, K. 2011. *El salto exportador del MERCOSUR en 2003-2008. Más allá del boom de las materias primas*. Nota Técnica IDB-TN #292. Buenos Aires: BID-INTAL. Agosto.

GAYA, R. 2014. “[Mega Acuerdos y Multilateralismo en crisis. Amenazas para el Mercosur](#)”, en: *Informe Económico Mensual IEM 12(120)*. Buenos Aires: IICE-USAL. 25 de agosto.

----- E ROZEMBERG, R. 2014. “Los Mega Acuerdos: nuevas reglas, nuevos actores. Impactos sobre el MERCOSUR”. CERA. Agosto.

GIORDANO, P. (COORD.). 2014. *Monitor de Comercio e Integração 2014. Vientos Adversos. Políticas para relanzar el comercio en la post-crisis*. Setor de Integração e Comércio. Washington, DC.: BID. Outubro.

INFOBAE.COM. 2014. “[Paraguay se posiciona contra el Mercosur y rechaza ingreso de Bolivia, Guyana y Surinam](#)”. 28 de julho.

INSTITUTO BOLIVIANO DE COMERCIO EXTERIOR (IBCE). 2013. *Comercio Exterior. Un mundo de oportunidades. Cifras Del Comercio Exterior Boliviano Gestión 2013*, 22(220). Santa Cruz.

-----, 2014. *Bolivia: Economía y Comercio Exterior. Boletín Electrónico Bisemanal*. Vários números. Santa Cruz.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS E CENSOS (INDEC). 2014. *Intercambio Comercial Argentino*. Vários números. Buenos Aires.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (INE). 2014. “Estimación de la Pobreza por el Método del Ingreso. Año 2013”. Março.

MASI, F. 2014. “Vías alternativas para el Mercosur”. CADEP.

MERCOSUL. 2013a. “[Decisión sobre el cese de la suspensión del Paraguay en el MERCOSUR en aplicación del Protocolo de Ushuaia sobre compromiso democrático](#)”. Decisão N° 4/13. Montevideo. 12 de julho.

-----, 2013b. “[Declaración de Ciudad Bolívar de los Pueblos Indígenas del MERCOSUR](#)”. Ciudad Bolívar: MINPI. 12 de outubro.

-----, 2014a. “[Comunicado Conjunto de las Presidentas y los Presidentes de los Estados Partes del MERCOSUR](#)”. Comunicado N° 1/14. Caracas. 29 de julho.

-----, 2014b. “[Comunicado de los Estados Partes sobre el Banco del Sur](#)”. Comunicado N° 3/14. Caracas. 29 de julho.

-----, 2014c. “[Declaración conjunta de los Estados Partes del Mercado Común del Sur \(MERCOSUR\) para promover el establecimiento de una zona económica complementaria entre los Estados Partes del MERCOSUR, los Países Miembros de la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América \(ALBA-TCP\), los Países Miembros de PETROCARIBE y los Miembros de la Comunidad del Caribe \(CARICOM\)](#)”. Caracas. 29 de julho.

-----, 2014d. “[Declaración Especial de los Estados Partes del MERCOSUR en Respaldo a la República Argentina en Defensa de la Reestructuración de su Deuda Soberana](#)”. Caracas. 29 de julho.

MERCOSURABC. 2014. “[El Banco de Desarrollo BRICS](#)”. 18 de julho.

MESSERLIN, P. 2014. “The Transatlantic Trade and Investment Partnership and the Developing Countries”. Policy Brief. Sciences Po Groupe d’Économie Mondiale. 22 de maio.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). SECRETARIA DO COMÉRCIO EXTERIOR. 2014. *Balança Comercial Brasileira*. Vários números. Brasília.

MINISTERIO DE ECONOMÍA Y FINANZAS PÚBLICAS. 2014. *Memorias de la Economía Boliviana 2013*. La Paz.

MINISTERIO DEL PODER POPULAR DE ECONOMÍA, FINANZAS Y BANCA PÚBLICA. *Ley de Presupuesto para el Ejercicio Fiscal 2014*. Oficina Nacional de Presupuesto (ONAPRE). Caracas.

NAÇÕES UNIDAS. 2014. *World Economic Situation and Prospects 2014. Update as of mid-2014*. Department of Economic and Social Affairs. Nova York. Maio.

-----, 2014. *World Economic Situation and Prospects Monthly Briefing N° 69*. Department of Economic and Social Affairs. Nova York. Agosto.

-----, 2014. *World Economic Situation and Prospects Monthly Briefing N° 70*. Department of Economic and Social Affairs. Nova York. Setembro.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). 2014a. “La OMC reduce sus previsiones después del bajo crecimiento que ha experimentado el comercio en el primer semestre de 2014”. Comunicado de prensa Press/722. Ginebra. 23 de setembro.

-----, 2014b. “[Argentina – Medias que afectan a la importación de mercancías](#)”. Diferença DS438.

ORGANIZATION OF THE PETROLEUM EXPORTING COUNTRIES (OPEC). 2014. *Monthly Oil Market Report*. Viena. Edições de março, junho e julho.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO PARAGUAI. 2013. “Uruguay ofrece a nuestro país opción ferroviaria para otra salida al mar”. 19 de dezembro.

SECRETARIA DO COMÉRCIO EXTERIOR (INDEC). 2014. *Intercambio Comercial Argentino*. Vários números. Buenos Aires.

SICA, D. 2014. “Os impactos dos mega-acordos no MERCOSUL: O TPP”, trabalho apresentado no *Workshop Internacional Os Mega-Acordos de Comércio e o Futuro do MERCOSUL*. São Paulo. 8 de maio.

URUGUAI XXI. 2014a. *Informe de Comercio Exterior de Uruguay año 2013*. Montevideo.

-----, 2014b. *Inversión Extranjera Directa en Uruguay*. Abril.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE (USDA). 2014. *World Agricultural Supply and Demand Estimates*. 11 de setembro.

FONTES CONSULTADAS:

Abeceb.com

<http://www.abeceb.com/>

Administração Federal da Receita Pública (AFIP-DJAI)

<http://www.afip.gob.ar/djai/>

Agência EFE, Edição América

<http://www.efe.com/efe/noticias/america/2>

Agência Telam da Argentina

<http://www.telam.com.ar/>

Aliança do Pacífico

<http://alianzapacifico.net/>

AliceWeb MERCOSUL (MDIC/SECEX)	http://www.alicewebmercopol.mdic.gov.br/
Asociación de Fábricas de Automotores (ADEFA)	http://www.adefa.com.ar/v2/index.php
Associação Latino-americana de Integração (ALADI)	http://www.aladi.org
Banco Central da República Argentina (BCRA)	http://www.bcra.gov.ar
Banco Central do Paraguai (BVP)	http://www.bcp.gov.py
Banco Central do Uruguai (BCU)	http://www.bcu.gub.uy
Banco Central da Venezuela (BCV)	http://www.bcv.org.ve
Banco Central do Brasil (BCB)	http://www.bcb.gov.br
BRICS Forum	http://www.bricsforum.com/
Bureau of Economic Analysis (BEA)	http://www.bea.gov/
Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)	http://www.cepal.org/
DataINTAL	http://www.iadb.org/dataintal
Escritório Holandês de Análise de Política Econômica (CPB)	http://www.cpb.nl/en
Escritório Nacional de Estatísticas da República Popular China	http://www.stats.gov.cn/english/
Direção Geral de Estatística, Relevamentos e Censos de Paraguai (DGEEC)	http://www.dgeec.gov.py
European Commission - EUROSTAT	http://epp.eurostat.ec.europa.eu/
European Commission - Trade MERCOSUR	http://ec.europa.eu/trade
Infolatam	http://www.infolatam.com/
Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana	http://www.iirsa.org/
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	http://www.ibge.gov.br
Instituto Nacional de Estatística da República Oriental do Uruguai (INE)	http://www.ine.gub.uy
Instituto Nacional de Estatística da República Bolivariana da Venezuela (INE)	http://www.ine.gov.ve

Instituto Nacional de Estadísticas e Censos da República Argentina (INDEC)	http://www.indec.gov.ar
Jornal <i>Ámbito Financiero</i> , Buenos Aires	http://www.ambito.com/
Jornal <i>El Cronista</i> , Buenos Aires	http://www.cronista.com/
Jornal <i>El Observador</i> , Montevideu	http://www.elobservador.com.uy/portada/
Jornal <i>El País</i> , Montevideu	http://www.elpais.com.uy/
Jornal <i>La Nación</i> , Buenos Aires	http://www.lanacion.com.ar/
Jornal <i>Nuevo Herald</i> , Caracas	http://www.elnuevoherald.com/
MercosurABC	http://www.mercosurabc.com.ar/
Ministério de Economia e Finanças Públicas (MECON), Argentina	http://www.mecon.gov.ar/
Ministério das Relações Exteriores e Culto, Argentina	http://www.cancilleria.gob.ar
Organização Mundial do Comércio (OMC).	http://www.wto.org
Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)	http://www.oecd.org/
Presidência da República Oriental do Uruguai	http://www.presidencia.gub.uy/
Secretaria de Comércio Exterior - Ministério de Economia e Finanças Públicas, Argentina	http://www.comercio.gob.ar
Secretaria do MERCOSUL	http://www.mercosur.int
United Nations Commodity Trade Statistics Database (COMTRADE)	http://comtrade.un.org/
United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD)	http://www.unctad.org
United States International Trade Commission (USITC)	http://www.usitc.gov/
Valor Econômico, Brasil	http://www.valor.com.br/

